



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO**  
**SOCIAL**

**JESSYCA BARBOSA DUARTE**

**ENTRE OS ESTIGMAS E A DESCONSTRUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O**  
**TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E A**  
**IDENTIDADE DE GÊNERO DE TRAVESTIS E DE TRANSEXUAIS**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2017**

JESSYCA BARBOSA DUARTE

ENTRE OS ESTIGMAS E A DESCONSTRUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O  
TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E A IDENTIDADE  
DE GÊNERO DE TRAVESTIS E DE TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Ferreira Osterne.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Duarte, Jessyca Barbosa.

Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais [recurso eletrônico] / Jessyca Barbosa Duarte. - 2017.

1 CD-ROM: 4  $\frac{3}{4}$  pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 197 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

1. Tráfico de Pessoas. 2. Exploração Sexual. 3. Prostituição. 4. Travestis e Transexuais. I. Título.

JESSYCA BARBOSA DUARTE

ENTRE OS ESTIGMAS E A DESCONSTRUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O  
TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E A IDENTIDADE  
DE GÊNERO DE TRAVES4TIS E DE TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Acadêmico em Serviço Social,  
Trabalho e Questão Social do Centro de  
Estudos Sociais Aplicados da  
Universidade Estadual do Ceará como  
requisito parcial para a obtenção do grau  
de mestre. Área de concentração: Serviço  
Social, Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em: 19 / 04 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

*Maria do Socorro Ferreira Osterne*

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

*Paula Aguiar*

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Paula Fabricia Brandão Aguiar (UECE - Membro)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

*Marcelo Tavares Natividade*

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Tavares Natividade (UFC - Membro)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos meus grandes amores e incentivadores nestes caminhos da vida, minha mãe, Roselene Duarte, meu pai, Eduardo Duarte, e minha tia, Rosevânia Barbosa. A vocês toda minha gratidão.

“Sorria e abrace teus pais enquanto estão aqui que a vida é trem-bala, parceiro e a gente é só passageiro prestes a partir”  
(Trem Bala – Ana Vilela)

## AGRADECIMENTOS

Antes de tecer meus agradecimentos àqueles/as que me acompanham nestas trajetórias da vida, gostaria de destacar a importância que esta seção representa para os trabalhos científicos, pois nela podemos perceber todos os afetos que tivemos oportunidade de cativar e que nos apoiaram nos momentos de alegria e de tristeza.

Agradeço, inicialmente, àquelas/as que dedicam suas vidas para o meu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional, amando, cuidando, aconselhando e advertindo. Mesmo diante de todas as dificuldades de saúde e financeiras que a vida nos impôs, permanecemos juntos, apoiando uns aos outros, encontrando caminhos para vencer as adversidades. Carregarei para o resto da minha vida os valores e ensinamentos repassados. Estes foram essenciais para que eu me tornasse essa mulher forte, mais humana e que enxerga o próximo. Com vocês eu aprendi que “a única coisa que podemos deixar e que ninguém tira da gente é a educação”. À minha amada mãe, Roselene Duarte, e ao meu amado pai, Eduardo Duarte.

Ao meu amado avô, José Duarte, que, como muitos sertanejos, saiu do interior do Ceará e veio ganhar a vida na cidade grande. Sempre esteve presente em meu processo de criação e continua com a simplicidade e doçura dos seus 95 anos, fazendo parte do meu crescimento pessoal. Meu avô me ensina a ser uma fortaleza, sem perder o amor e o “jeito interiorano de ser”.

À minha irmã, Eduarda Duarte, pela parceria e ajuda diária e ao meu primo (quase irmão), José Duarte Batista, que com suas travessuras de criança e descobertas do mundo me traz muitas alegrias.

À minha tia, Rosevânia Barbosa, presente em todos os momentos da minha vida. Obrigada por me ensinar a lidar com as situações com perseverança, força e gentileza. Agradeço também à minha tia e madrinha, Rosemeire Barbosa, que mesmo com a distância física demonstra o seu carinho e zelo por mim. O que sou hoje é também fruto do trabalho e esforço de vocês duas.

Ao meu amigo, Davi Diniz, que desde a graduação em Serviço Social na UECE esteve ao meu lado, incentivando, sorrindo, compartilhando as alegrias, as tristezas e os aprendizados. Você não é apenas um amigo, é também um irmão, um irmão

que a vida e a UECE me proporcionaram. Agradeço toda a energia positiva, o amor e, até mesmo, os puxões de orelha dados ao longo desses anos.

À minha amiga/irmã, Jéssica Alves, que mesmo com todas as adversidades que tem enfrentado está sempre sorrindo e me apoiando. A UECE e o curso de Serviço Social nos uniram e fico grata por toda gentileza, companheirismo, amor, reciprocidade... enfim, pela amizade que construímos. Existem amigos, como você e o Davi, que também podemos chamar de família.

Agradeço em seguida às minhas amigas que acompanharam de perto as vitórias e os reveses vividos durante esse mestrado. Renata Costa, você é um tesouro, grande amiga, sempre pronta para receber, ajudar, aconselhar. Assistente Social, especialista, mestre, mulher guerreira e independente, é uma inspiração na profissão e na vida.

Agradeço à Valdênia Lourenço (Valzinha), amiga do mestrado, que, mesmo perante as dificuldades e do tempo corrido, conseguiu conciliar a maternidade e a vida profissional/acadêmica. Você Assistente Social, especialista, mestre, mulher forte e mãe. Obrigada por me mostrar e ensinar todos os dias que, ainda que existam momentos ruins, podemos sonhar e conquistar.

Aos demais amigos/as que fazem parte da turma 4 do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS): Pamela Santos, Flávia Moreira, Verônica Furtado, Richelly Barbosa, Camila Brasil, David Cruz, Yashmin Michelle, Raylka Franklin e Jana Alencar pela contribuição para o meu processo de formação e para a vida. Cada um de vocês contribuiu de maneiras diferentes para o meu processo de formação e para a vida. Pamela e Richelly, muito fundamentadas em seus posicionamentos, deram dicas valiosas sobre a profissão dentro e fora da academia e alegraram nossas tardes com suas risadas contagiantes. Flávia me ensinou que nenhum acontecimento ruim pode nos tirar o sorriso do rosto e garra para lutar pelos nossos sonhos. Verônica acrescentou uma boa dose de poesia aos caminhos trilhados no mestrado. Camila me ensinou que mesmo sob a pressão das atividades diárias devemos ser gratas em todos os momentos. David, que com toda a sua experiência e generosidade, traz ótimos questionamentos e ensinamentos sobre o Serviço Social e as suas contradições, como também sobre o quão fundamental é vivermos plenamente para além do mundo acadêmico. Yashmin me mostrou o quanto somos parecidas na maneira de pensar e nas ansiedades que nos consomem mediante os vários desafios impostos pela vida. Com ela aprendi que,

mesmo com todos os medos e dúvidas de jovens principiantes, devemos manter a meiguice. Raylka foi minha ponte de aproximação com o Feminismo. Passei a enxergar o lugar que a mulher ocupa na sociedade de uma forma mais crítica; introduzi leituras e pensamentos na minha vida profissional e tomei posicionamentos na minha vida pessoal que não teriam sido alcançados facilmente sem as conversas e indagações diárias que tínhamos. Sou muito grata a você, Raylka. Jana me ensinou a lutar e a resistir em todas as esferas que compõe as nossas vidas. Você, com o seu jeito acolhedor, livre, afetuoso e simples, foi me conquistando aos poucos e ganhando a minha admiração. Agradeço a todos/as vocês por fazerem parte dessa trajetória comigo. Sentirei saudades das nossas tardes regadas a muito estudo, dúvidas, debates, gargalhadas, lanches e cervejas.

Aos encontros e reencontros da vida, que me trouxeram amor, paz, companheirismo e muito carinho: Jéssica Nunes, Gerlane Farias e Luciana Reis.

Agradeço também a todos/as os/as professores/as do corpo docente do MASS, que lutam diariamente pela melhoria e qualidade deste programa de Pós-Graduação. Em especial, agradeço a Laura Cunha, Lúcia Conde e Liana Brito, que estão/estiveram a frente da coordenação do mestrado durante os dois anos em que lá estive.

À FUNCAP pelo incentivo dado a esta pesquisa através da bolsa de estudos.

À minha querida orientadora, Socorro Osterne, por compartilhar comigo toda a sua sabedoria, experiência e contribuições não apenas para esta pesquisa, mas para a minha formação acadêmica. Tenho carinho e admiração pela pessoa e profissional que é. Obrigada por confiar em mim e por respeitar as minhas escolhas teóricas e metodológicas.

À minha coorientadora, Paula Fabrícia, que, assim como Osterne, dividiu o seu conhecimento e me incentivou a continuar pesquisando esse tema tão complexo. Agradeço pela atenção, pelo apoio e por estar sempre pronta para dar ideias e contribuições valiosas para a pesquisa.

Ao professor Marcelo Natividade, que aceitou de prontidão o convite para participar da banca. Obrigada por suas contribuições, críticas e análises.

Agradeço a todas as entrevistadas que fizeram esta pesquisa possível. Saibam que a luta e a resistência aos preconceitos e violências que enfrentam diariamente não é em vão. Obrigada por terem me possibilitado adentrar em suas vidas e por ter confiado em minhas análises. Sem vocês, esse estudo não teria se concretizado.



“Ela tem nome de mulher guerreira  
E se veste de um jeito que só ela  
Ela vive entre o aqui e o alheio  
As meninas não gostam muito dela

Ela tem um tribal no tornozelo  
E na nuca adormece uma serpente  
O que faz ela ser quase um segredo  
É ser ela assim, tão transparente

Ela é livre e ser livre a faz brilhar  
Ela é filha da terra, céu e mar  
Dandara

Ela faz mechas claras no cabelo  
E caminha na areia pelo raso  
Eu procuro saber os seus roteiros  
Pra fingir que a encontro por acaso

Ela fala num celular vermelho  
Com amigos e com seu namorado  
Ela tem perto dela o mundo inteiro  
E à volta outro mundo, admirado

Ela é livre e ser livre a faz brilhar  
Ela é filha da terra, céu e mar  
Dandara

Dandara[s]...”

(Dandara – Ivan Lins, grifo nosso)

## RESUMO

O objetivo central desta dissertação é analisar, a partir da ótica das travestis que estiveram/estão em suposta situação de tráfico, como se daria o processo de aliciamento e exploração sexual neste tipo de violência. Para isso, foi utilizada pesquisa bibliográfica tendo como referência as categorias **tráfico de pessoas, prostituição, exploração sexual e identidade de gênero**, com foco no segmento das travestis e das transexuais; além de pesquisa de campo com os sujeitos acima mencionados. Para a coleta os dados, foram utilizados a observação simples e a entrevista. Optou-se, neste estudo, por não demarcar instituições específicas para se chegar aos sujeitos. Deste modo, empregou a técnica da amostragem “Bola de Neve”, que consiste na indicação de contatos pelas próprias participantes da pesquisa. No desenrolar da investigação, notou-se que as entrevistadas não se autoidentificavam com a categoria “travesti”. Assim, ficou clara a necessidade de incluir análises que, mais do que apenas diferenciasse travestis e transexuais em conceitos padrões, apreendesse a complexidade e a dinamicidade das relações de gênero e das discussões sobre identidade de gênero. Esta pesquisa proporcionou encontrar situações complexas no que diz respeito às condições de vida e de sociabilidade desses sujeitos, bem como no tocante ao desvelamento da realidade do tráfico de pessoas e da prostituição de travestis e de transexuais. A correlação entre estas categorias firmou-se como um desafio durante todo o percurso da pesquisa, uma vez que o tráfico de pessoas, como violação dos direitos humanos, nem sempre é reconhecido pelos sujeitos. Esta dissertação converge para o entendimento de que é fundamental reforçar o processo de resistência e desconstrução de paradigmas e de opressões, os quais estigmatizam e discriminam segmentos sociais, contribuindo para a continuidade de uma desigualdade que não é apenas social e econômica, mas também de gênero. Daí sua relevância acadêmica, cultural, política e social.

**Palavras-chave:** Tráfico de Pessoas. Prostituição. Exploração Sexual. Travestis e Transexuais.

## ABSTRACT

This dissertation has as a main object to analyze, thru the perspective of transvestite that were/are in a supposed trafficking situation, how the process of grooming and sexual exploitation works in this kind of violence. For this, it was used a bibliographic research about the categories of human trafficking, prostitution, sexual exploitation and gender identity, focusing on tranvestite and transexual segment. It was also developed a field research with the mentioned people, used to collect simple observation data and interviews. It was chosen, in this study, not to demarcate specific institutions to get to the subjects. Seeing this, it was used the sampling technique called "Snow Ball", that consists on the indication of contacts by the participates themselves. In the course of the situation, it was realized that the interviewed people were not identified within the "travestites" category. Seeing this, it was explicit the necessity of including analysis that, more than just differ travestites and transexuals in standart concepts, would apprehend the complexity and the dynamism of the gender relations and gender identities discussions. This research provided to approach complex situations about the social and life conditions of the subjects, as the aspects of unveiling of the human trafficking and prostitution reality of travestites and transexual people. The correlation between these categories was firmed as a challenge during the entire research path, once people trafficking, as a violation of human rights, is not always recongnized by people. Because of that, this dissertation try to encourage this discussion about the thematic approach, based on reinforce the process of resistance and deconstruction of paradigms and opression that stigmatize and discriminate social segments, contributing for the continuation for a inequality that is not only social or economic, but also gender.

**Keywords:** People trafficking. Prostitution. Sexual exploitation. Travestites and transexual.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPB	Código Penal Brasileiro
CFSS	Conselho Federal de Serviço Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
NETP	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil
PAAHM	Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante
I PNETP	Primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
II PNETP	Segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>OS CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
2.1	PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O OBJETO.....	21
2.2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	29
2.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
2.4	RETRATOS DAS ENTREVISTAS.....	45
<b>3</b>	<b>AS TRAVESTIS E AS TRANSEXUAIS: (IN)VISIBILIDADE, PERFORMATIVIDADE E AUTORRECONHECIMENTO.....</b>	<b>58</b>
3.1	DESNATURALIZANDO O BINARISMO SEXO/GÊNERO: RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADES.....	58
3.2	ABJEÇÃO E TRANSGRESSÃO: A MARGINALIZAÇÃO DE TRAVESTIS E DE TRANSEXUAIS.....	72
<b>3.2.1</b>	<b>O processo de “SIDAdanização” das travestis.....</b>	<b>82</b>
3.3	QUEER E OS SUJEITOS POLÍTICOS: ENTRE AS RESISTÊNCIAS E A REPRODUÇÃO DAS NORMAS DE GÊNERO.....	91
3.4	A DIFERENÇA QUE GERA IDENTIDADE: O AUTORRECONHECIMENTO DE “SER TRAVESTI” E “SER TRANSEXUAL”.....	100
<b>3.4.1</b>	<b>A Experiência das mulheres transexuais.....</b>	<b>107</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Da descoberta à transformação.....</b>	<b>113</b>
<b>3.4.3</b>	<b>As “mariconas”: a troca de papéis e a fuga da masculinidade.....</b>	<b>122</b>
<b>4</b>	<b>PROSTITUIÇÃO, EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE PESSOAS.....</b>	<b>126</b>
4.1	“TROPICALIENTE”: AS BRASILEIRAS NO MERCADO DO SEXO.....	128
4.2	A PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.....	140
<b>4.2.1</b>	<b>O controle da prostituição pela <i>scientia sexualis</i>.....</b>	<b>142</b>
4.3	CRUZANDO O ATLÂNTICO: O LIMIAR ENTRE A PROSTITUIÇÃO E O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	

	NOS	DISPOSITIVOS	
	LEGAIS.....		146
4.4	“DA NOITE PARA O DIA”: O TRÁFICO DE PESSOAS, A EXPLORAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO PARA AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.....		161
4.5	A LUTA ANTITRÁFICO: “MITOS”, ESTIGMAS E TENSÕES.....		171
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>180</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>187</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>		<b>193</b>
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS TRAVESTIS.....		194
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....		196

## 1 INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas assume dimensões complexas na sociedade do capital. O corpo não só de mulheres, como também de travestis e de transexuais tornou-se fonte de lucro, isto é, em um processo econômico, político e social, a vida é submetida a uma lógica destrutiva de acumulação e o corpo é reificado e negociado como uma mercadoria. No contexto contemporâneo, em que o capitalismo apresenta-se com a sua face mais devastadora, ou seja, no neoliberalismo, há o favorecimento de um processo de precarização das condições de trabalho, dos baixos salários e da flexibilização dos direitos trabalhistas, que atingem, prioritariamente, as camadas mais pobres da sociedade. De tal modo, observa-se o aumento das desigualdades sociais entre as classes, da pauperização e das discriminações para boa parte da população mundial. De acordo com Behring (2008), na época de seu estudo, por volta de 6,7% dos trabalhadores da OCDE<sup>1</sup> estavam desempregados, este número representa mais de 30 milhões de pessoas. Este processo reflete o que se pode chamar de reestruturação produtiva, característica de um período de acumulação flexível, em que se busca alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo.

No Brasil, a atualidade mostra um quadro alarmante. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desemprego da população ativa passou de 9% (9,073 milhões de pessoas), em dezembro de 2015, para 12% (12,342 milhões de pessoas), em dezembro de 2016, tendo um aumento de 3,269 milhões de desempregados de um ano para o outro. Para Santos (2012), no Brasil, o desemprego aparece como um componente estrutural do regime de trabalho. Inserido tardiamente e de forma periférica no capitalismo mundial, o Brasil apresenta um processo de flexibilização das relações de trabalho e de rotatividade de sua mão de obra, que se somam a uma proteção social instituída de forma seletiva. Estas são características do seu mercado de trabalho e da própria

---

<sup>1</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) atua nos âmbitos internacional e intergovernamental. Este organismo internacional reúne os países mais industrializados do mundo e países considerados emergentes como México, Chile, Coréia do Sul e Turquia. A OCDE é composta por 34 países e objetiva potencializar o crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os países membros. O Brasil não é membro da OCDE, porém, junto com China, Índia, Indonésia e África do Sul, é considerado um *key partner* (parceiro-chave), podendo, assim, participar de Comitês da Organização e de inúmeras áreas de trabalho. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>.

formação social do país. Acentuam-se, então, a exploração da mão de obra da classe trabalhadora, aumentando os empregos com vínculos precarizados ou totalmente informais. Neste sentido, observa-se que,

Além do mercado de trabalho no Brasil já ser suficientemente flexível (não impedindo, por exemplo, as demissões abusivas), experiências em outros países também mostram que a flexibilização tende a fracassar como mecanismo de geração de empregos (talvez o exemplo mais ilustrativo seja o da Espanha) (Mendonça, 1998). Na verdade, é preciso que se diga que o debate sobre a flexibilização da legislação trabalhista que, no Brasil, pretende atingir fundamentalmente a CLT, tem uma clara formalidade: pretende-se reduzir o custo do trabalho por meio de remunerações flexíveis, já que a flexibilidade quantitativa (emprego) não é nenhuma novidade por aqui. É importante notar que o custo do trabalho na indústria de transformação em 1980, que era de US\$ 3 a US\$ 4 por hora, caiu para US\$ 1 em 2003 (apud Pochmann, 2006). Isso reforça as considerações inicialmente tecidas em torno do atual *aprofundamento e extensão da flexibilidade como uma particularidade do regime de trabalho no Brasil, que se afirma como uma das mediações fundamentais para uma caracterização do desemprego no país*. (SANTOS, 2012, p. 200).

Em um contexto econômico que flexibiliza e coisifica os seres humanos, crescem as formas de exploração. A população pobre – diretamente atingida com as mudanças e exigências das políticas econômicas neoliberais que ecoam no mercado de trabalho – busca formas de sobrevivência, submetendo-se, muitas vezes, a condições degradantes de trabalho. No âmbito social recrudescem as vulnerabilidades e, com isso, as expressões da questão social. De acordo com lamamoto (2011, p. 145), “Crescem os níveis de exploração e as desigualdades, assim como, no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política”.

O tráfico de pessoas faz parte de uma estrutura macroeconômica e suas causalidades e consequências são influenciadas pelas mudanças conjunturais nos países. Neste sentido, a exploração e o trabalho forçado, que é aquele que se apresenta, comumente, pela servidão por dívidas, têm profunda relação com o modelo econômico capitalista. Não se quer aqui dizer que o tráfico seja fruto apenas das relações econômicas, na verdade, ele abrange uma ampla relação de intercuro social, político, cultural e histórico. Prova disso foi a atualização das mais diferentes formas de exploração do trabalho. Assim, o tráfico de pessoas expõe uma precarização não só das relações de trabalho, mas também das condições de vida, uma vez que os seres humanos são tratados como mercadorias.

No decorrer da história, percebe-se que o tráfico de pessoas mostrou-se de diversas formas. No Brasil, este fenômeno teve início com o tráfico negreiro que



expropriou milhares de negros e de negras de suas terras, submetendo-os a violências não apenas físicas e psicológicas, mas também sexuais e de gênero. Com as mudanças no cenário histórico, social, político e econômico mundiais, que resultaram na ascensão da burguesia e do liberalismo, o tráfico negreiro deixou de ser interessante para a nova classe dominante e para o crescimento econômico do Brasil e das potências que precisavam de mercados para escoar suas mercadorias, agora industrializadas. A abolição da escravatura não representou, porém, o fim da subordinação e da exploração do trabalho alheio.

Não se quer aqui atribuir uma perspectiva naturalizada para o tráfico de pessoas, pois se observa que essa problemática delineia descontinuidades tecidas pelo percurso histórico de cada país. O que se anseia evidenciar é que este fenômeno esteve presente em diferentes contextos, inserido, primeiramente, em uma lógica escravagista e, posteriormente, em um sistema fundamentado pelo capital.

No Brasil, o tráfico para fins sexuais fora intensificado com o chamado “Tráfico de escravas brancas”, em que mulheres de origem judaica, advindas, em sua maioria, de países da Europa Ocidental, adentraram em cidades da América Latina para exercer a prostituição.

Diante desta realidade, saltam aos olhos as relações de gênero, evidenciando a subalternização do feminino. O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é amplamente debatido na sociedade e tem sido incorporado nas políticas públicas; exemplo disso foi a inclusão da problemática como um dos aspectos da violência contra a mulher no Primeiro e no Segundo Planos de Políticas para as Mulheres, em 2004 e 2008, respectivamente (PISCITELLI, 2013a). Em 2010 foi apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP), que tinha por objetivo reforçar os princípios, as diretrizes e as ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lançada em 2006. Após a avaliação do I PNETP, iniciou-se a construção do II PNETP, em 2011. Assim,

O II PNETP foi elaborado por meio de um amplo processo de diálogos que resultou em sugestões de ações a serem implementadas pelo governo brasileiro por meio de políticas públicas integradas para enfrentar o tráfico de pessoas interno e internacional. Este foi o segundo processo de planejamento nacional. O primeiro teve início em 2006, quando a política nacional foi promulgada pelo Decreto nº 5.948, de 26 de outubro, e

finalizou-se em 2010, com o encerramento do I Plano Nacional. (SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013, p. 8).

Dentre as metas do II PNETP estão as ações de inclusão produtiva e enfrentamento a evasão escolar de populações vulneráveis ao tráfico de pessoas, especialmente, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Relacionar uma das metas para o público LGBT é considerado um avanço no que diz respeito às ações voltadas à problemática do tráfico de pessoas, porém, é notório que o enfoque das pesquisas e políticas sobre a temática ainda recai com frequência na exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes. Este fato é importante para o conhecimento do referido fenômeno, entretanto pode dissimular outras feições do tráfico e diluir sujeitos que estejam vulneráveis ao tráfico de pessoas.

De fato, é preciso atenção e discernimento ao analisar a problemática do tráfico, pois ela se apresenta de diversas formas. Além do tráfico para fins de exploração sexual, também existem modalidades como o casamento servil, o tráfico de órgãos, o trabalho forçado em fazendas e no setor têxtil. Deste modo, as pessoas em situação de tráfico no Brasil nem sempre são brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, tornou-se relevante os casos de imigrantes flagrados em condição análoga à escravidão nas fábricas de costura. Bolivianos/as, peruanos/as e paraguaios/as trabalham em condições insalubres, com jornadas de trabalho extenuantes que variam entre 14 e 16 horas e sem qualquer acesso a direitos trabalhistas. Recrudesce, então, no Brasil a entrada de imigrantes em situação de tráfico. Quando se trata da saída de pessoas do país, o destaque vai para os casos de tráfico para fins de exploração sexual. É preciso, entretanto, destacar que não apenas as mulheres, as crianças e os/as adolescentes podem estar sujeitas a esta problemática, mas também as travestis e transexuais. Este segmento, invisibilizado e marginalizado socialmente, tem direitos e espaços negados.

A esta conjuntura acrescenta-se o tripé, tráfico de pessoas, prostituição e migração, que tem fomentado processos estigmatizantes contra migrantes ilegais e uma perseguição de prostitutas. Os países têm reforçado as suas leis de imigração e buscado um combate ao exercício da prostituição, tais medidas são usadas como justificativa para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Conforme reflete Sousa (2013, p. 53), “Os argumentos utilizados perfazem desde a lógica da ‘invasão migratória’, da possibilidade de desemprego dos seus cidadãos, perda da identidade nacional, chegando também ao medo do terrorismo”. Tais ações contam com o

respaldo de dispositivos legais como, por exemplo, o Código Penal Brasileiro. De acordo com Piscitelli (2013a, p. 103), “[...] é importante levar em conta que a definição de tráfico utilizada na realização das pesquisas, seguindo o Código Penal ou o Protocolo de Palermo, tem consequências nos resultados obtidos”. As ambiguidades nas definições sobre o tráfico de pessoas levam a diversas confusões na identificação dos casos e nos rumos das pesquisas. A aceção de tráfico adotada por esta pesquisa é também a mais conhecida e utilizada nos estudos sobre este fenômeno, a conceituação do Protocolo de Palermo.

Diante da problemática sobre o tráfico de pessoas, destacam-se como sujeitos da pesquisa as travestis e as transexuais que, assim como as mulheres, têm sido apontadas como possíveis “alvos” de aliciadores para o tráfico para fins de exploração sexual. O objetivo desta pesquisa é o de desvelar os meandros deste fenômeno e do processo de aliciamento e de exploração sexual ao qual este público pode estar sujeito. Contudo, não se pretende minimizar ou categorizar este segmento em classificações estigmatizantes que as determinariam entre o dualismo de “traficadas” ou “não traficadas”. Nota-se que as bibliografias sobre o tráfico de pessoas, bem como os documentos legais não apresentam pesquisas mais apuradas sobre travestis e transexuais. Estas pessoas, mediante as poucas oportunidades sociais e as condições de vida perpassadas por violências, inserem-se, em grande parte, no mercado do sexo, tendo, principalmente, a prostituição como atividade. Dela retiram não apenas o seu sustento, como também a possibilidade de ascenderem socialmente e de transformarem os seus corpos. A migração para o exercício da prostituição, realizada comumente para regiões do Sudeste/Sul do Brasil ou para países da Europa, aparece para este segmento como um objetivo a ser alcançado. Neste sentido, mediante as diversas formas de violência, os preconceitos e os processos marginalizantes a que estão constantemente submetidas torna-se relevante questionar como desempenham suas experiências sociais na prostituição e como demarcam a sua identidade de gênero.

A articulação entre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, prostituição e identidade de gênero apresenta uma densidade teórica de análises que não se pretende esgotar neste trabalho. Na verdade, busca-se desvelar a realidade deste fenômeno compreendendo-o como inserido em um cenário histórico, econômico, cultural, social e político sempre peculiar.

É importante observar, então, que frente à conjuntura brasileira e mundial de retrocessos e conservadorismos, onde a vida dos seres humanos é reduzida a esfera mercantil, as formas de sociabilidade, de identidade e de subjetividade da população estejam sendo fortemente atingidas. Destarte, os corpos abjetos são relegados à invisibilidade e à exclusão e, para a sociedade normativa, eles não deveriam sequer existir. Deste modo, a vida de travestis e de transexuais é considerada um desvio, uma anormalidade.

O texto que se segue intenta apresentar o produto de leituras, exames documentais e de pesquisa de campo. A presente introdução constitui seu primeiro capítulo. O segundo capítulo é destinado a uma retrospectiva sobre os caminhos da pesquisa. Nele são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, as primeiras aproximações com a temática, a delimitação do objeto de estudo, as técnicas adotadas para a realização da pesquisa e os retratos das entrevistas, que trazem também o perfil das participantes. Todas essas informações são primordiais para a compressão da totalidade deste trabalho.

O terceiro capítulo põe em evidência os sujeitos da pesquisa. Optou-se por iniciar as discussões demarcando as particularidades de travestis e de transexuais, bem como suas condições de vida. Apresenta os sujeitos e como os mesmos se inserem na sociedade para em seguida problematizar suas experiências sociais.

O quarto capítulo destina-se a discutir o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e os meandros que tornam essa problemática tão complexa, principalmente, quando correlacionada com a prostituição e a migração. O leitor/a irá perceber que os relatos dos sujeitos entrevistados estarão entremeados com as reflexões e análises teóricas por todo o trabalho, enriquecendo o diálogo com os/as autores/as. Por fim, são trazidas as considerações finais sobre a investigação realizada.

Ressalta-se que o conhecimento é sempre inacabado e aproximativo, uma vez que o real está constantemente se renovando e trazendo novas dúvidas e questionamentos. Assim, observa-se que a realidade é muito mais dinâmica e complexa, do que a capacidade dos sujeitos de apreendê-la em sua completude. Todavia, espera-se que esse trabalho possa fomentar novas discussões e também promover desvelamentos sobre o tráfico de pessoas, ampliando sua possibilidade de compreensão e de visibilidade social de travestis e transexuais.

## 2 OS CAMINHOS DA PESQUISA<sup>2</sup>

### 2.1 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O OBJETO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, a partir da perspectiva das travestis que estiveram/estão em suposta situação de tráfico, como se daria o processo de aliciamento e exploração sexual neste tipo de violência. A escolha deste segmento relaciona-se a dois pontos importantes: o primeiro vincula-se ao fato de travestis serem constantemente citadas nas pesquisas sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual como um alvo crescente deste crime; o segundo diz respeito ao fato de que este público relaciona-se de forma particular com fenômenos como a migração, a prostituição e, até mesmo, com a exploração sexual, os quais podem entrecruzar-se com o tráfico de pessoas. Estão, portanto, frequentemente presentes na vida de travestis e transexuais.

Além dos dois pontos supracitados, é importante atentar para invisibilidade e estigmatização deste público, refletindo um processo crescente de violência, discriminação e marginalização de travestis e de transexuais. De acordo com a notícia divulgada pelas *Nações Unidas no Brasil*, no mundo, o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais. Em 2017, no estado do Ceará, o caso de Dandara dos Santos, de 42 anos, espancada até a morte por cinco homens no bairro Bom Jardim, chocou o país e gerou uma onda de manifestações entre artistas, militantes e políticos. O crime, que aconteceu no dia 15 de fevereiro do referido ano, foi filmado e teve o vídeo divulgado em páginas da internet. Dias antes ao assassinato de Dandara, em 12 de fevereiro de 2017, outra travesti, Hérica Izidorio, de 24 anos, havia sido espancada na Avenida José Bastos, quando voltava de uma festa de pré-carnaval. Hérica foi hospitalizada e diagnosticada com traumatismo craniano. Estes casos, dentre tantos outros, muitas vezes não registrados ou denunciados, entram para o rol de crimes de ordem transfóbica.

Assim, estudar este segmento é de suma importância para esclarecer e possibilitar visibilidade sobre a temática trans na academia e fora dela. Trata-se de uma temática complexa que fomenta análises sobre a experiência social de travestis

---

<sup>2</sup> No presente capítulo, usarei a primeira pessoa para me referir à pesquisa de campo, pois acredito que as observações e contatos feitos com as interlocutoras, bem como a metodologia adotada partem de minhas experiências como pesquisadora.

e de transexuais, uma experiência essencialmente perpassada por preconceitos, estigmas, violências e por uma realidade que, muitas vezes, está associada à prostituição e à exploração sexual.

Deve-se observar, porém, que o processo de investigação do campo apresentou novos dados que ampliaram e desvelaram o entendimento sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e sobre a identidade de gênero da travesti. Em primeiro lugar, os sujeitos escolhidos, as travestis, não foram encontradas. Na verdade, as pessoas entrevistadas e aquelas que se recusaram a conceder entrevistas se autorreconheciam como mulheres transexuais. Deste modo, as definições recorrentes sobre a categoria travesti passaram a ser questionadas, buscando a compreensão não apenas do “ser travesti”, como também do “ser transexual”. Optou-se, assim, por manter nas análises e citações a referência a ambas, travestis e transexuais (ou mulheres transexuais), pois se entende que, apesar de serem identidades diferentes (o que será explicado no capítulo 3 deste trabalho), as violências, as marginalizações e as discriminações atingem este segmento de forma semelhante.

Em segundo lugar, percebi no decorrer deste trabalho que as entrevistadas não acreditam que a realidade do tráfico de pessoas seja comum ao segmento de travestis e transexuais. Elas observam o tráfico para fins de exploração sexual como relacionado às mulheres cisgêneros<sup>3</sup>. Este pensamento influencia a forma como elas compreendem este tipo de crime, muitas vezes, não reconhecendo um processo de aliciamento. Faço, entretanto, uma importante ressalva, o fato de a temática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ser recorrente ao segmento de travestis e de transexuais não pode ser motivo para se afirmar que aquelas que resolvem migrar para exercer a prostituição em outros estados ou países estejam necessariamente em situação de tráfico de pessoas. De tal modo, é preciso desmistificar a ideia propagada na sociedade sobre o tráfico, pois ela é reafirmadora de “mitos”<sup>4</sup>. Portanto, os resultados trazidos aqui extrapolam o objetivo proposto inicialmente. Tal fato não significa que houve uma mudança de objetivo da

---

<sup>3</sup> Cisgênero é o termo político utilizado para se referir aqueles/as em que o gênero não difere do sexo designado ao nascer. Por exemplo, uma pessoa que possui um pênis é expressa socialmente como pertencente ao sexo masculino e, assim, identifica também o seu gênero, considerando-se, portanto, um homem ou um homem cisgênero. Esta designação segue o padrão binário de papéis sociais e sexuais que associa sexo feminino/gênero feminino/mulher e sexo masculino/gênero masculino/homem.

<sup>4</sup> Estes são trabalhados no último tópico do capítulo 4.

pesquisa ou que, porventura, tenha perdido o foco da mesma. Ao contrário, ao longo das investigações, percebi que os sujeitos me apontaram novos olhares para a temática estudada.

É importante esclarecer que a prostituição, em grande parte dos casos, apresenta-se para travestis e transexuais como a primeira e única oportunidade de trabalho. As discriminações enfrentadas no mercado de trabalho formal marginalizam-nas e relegam esta população, frequentemente, à prostituição. Não se quer dizer aqui que travestis e transexuais exerçam invariavelmente esta atividade, mas é preciso compreender que o referido segmento sofre com processos discriminatórios, tendo espaços e oportunidades negadas. Neste contexto, a prostituição passa a ter para este público um significado que extrapola as análises do “corpo como mercadoria”. Ela é um trabalho e uma forma de socialização. Portanto, ainda que a prostituição<sup>5</sup> possa em algum momento estar associada à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, para travestis e transexuais esta realidade não é reconhecida ou pode acontecer de forma esporádica. Neste último caso, elas relatam episódios de “outras” travestis e transexuais e, muitas vezes, culpabilizam as mesmas por não terem sido espertas o bastante para reconhecer a situação. Cabe refletir que o segmento estudado vê na prostituição uma forma de transformar os seus corpos, de migrar para a Europa (especialmente para a Itália) e de ascender socialmente.

Diante de tal fato, é preciso compreender o tráfico de pessoas como um fenômeno que atinge os mais diversos segmentos da população e, dentre eles, as travestis e as transexuais. Deve-se, entretanto, observar a complexidade da problemática, pois, ao mesmo tempo em que este público pode estar sujeito/vulnerável ao aliciamento para o tráfico para fins de exploração sexual, não se pode tachar como “traficadas” aquelas que decidem migrar para outros países para exercer a prostituição. O tráfico de seres humanos pode associar-se a exploração da prostituição de outrem, porém tráfico e prostituição não são sinônimos. A temática denota um cuidado particular, pois, ao intercalar as categorias tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, prostituição, travestis e mulheres transexuais, pode-se incorrer no risco de reforçar estigmas. Destarte, a presente

---

<sup>5</sup> Neste estudo compreende-se que a prostituição pode ser exercida de forma autônoma, isto é, sem o intermédio direto de terceiros. Tal fato não quer dizer que o seu exercício esteja longe de influências das condições socioeconômicas dos sujeitos.

pesquisa observa os relatos das entrevistadas analisando os discursos e desmistificando o pensamento que enquadra o tráfico de pessoas como invariavelmente associado à prostituição.

A notícia divulgada pelo jornal *Diário do Nordeste*, em 15 de abril de 2013, intitulada “Travestis na mira do tráfico de pessoas em Fortaleza”, afirma que o número de casos de tráfico de pessoas com o segmento de travestis e de transexuais recrudescer. Na época da reportagem, sete inquéritos estavam sendo investigados pela Polícia Federal e monitorados pelo Ministério Público Federal. Entretanto, de acordo com os representantes e gestores destas entidades, entrevistados pelo jornal, a subnotificação ainda é imensa.

A reportagem mostra também a história de uma travesti de 25 anos que, ao aceitar a proposta feita por cafetinas para se prostituir em São Paulo, contraiu dívidas para pagar o traslado e os implantes de silicone. Esta realidade apresentada na matéria é semelhante a relatos feitos pelas entrevistadas da presente pesquisa. Elas contam que recebem convites para se prostituir em Fortaleza, São Paulo e na Itália. O desejo de morar na Europa é comum a todas as interlocutoras. Deste modo, elas consideram aceitar os convites feitos pelas cafetinas, a fim de migrar para outros países e, principalmente, para a Itália.

O tráfico de pessoas é uma problemática latente na sociedade. Porém durante muitos anos este fenômeno permaneceu invisível e encoberto pela prática da prostituição e da migração ilegal. Após a ampla divulgação da temática na telenovela global “Salve Jorge”<sup>6</sup>, o tráfico passou a ter maior visibilidade.

Estudos realizados em 2006 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>7</sup> apontam o Brasil como foco do tráfico de pessoas, não apenas pela saída de mulheres, travestis e transexuais, mas também pela entrada de africanos/as,

---

<sup>6</sup> Telenovela global de autoria da escritora Glória Peres, exibida em 2012, às 21h. A telenovela mostrava a história de *Morena*, uma jovem moradora do Morro do Alemão, no Rio Janeiro, que, buscando melhores condições de vida para a família, aceita o convite de uma “agenciadora” de trabalhos no exterior. Ao chegar ao destino, a jovem percebe que o trabalho está vinculado ao mercado do sexo e que está envolvida no tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A trama aborda uma das facetas do tráfico. Contudo, este fenômeno abrange uma realidade muito maior de violações.

<sup>7</sup> O manual sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual tem como objetivo esclarecer àqueles que trabalham na identificação, prevenção, atendimento deste fenômeno, trazendo informações que vão desde a estimativa do número de pessoas em situação de tráfico de pessoas para fins sexuais ao “*modus operandi*” dos aliciadores. O manual, assim, é “Destinado àqueles a quem cabe a tarefa de investigar, prender, acusar e julgar os traficantes, este manual tem o objetivo de fornecer informações que possam servir de auxílio nesse mister” (OIT, 2006, p. 11).



peruanos/as e bolivianos/as, que ficam confinados em oficinas de costura, sendo obrigados a residir e a alimentar-se no próprio local de trabalho.

Leal e Leal (2006) trazem dados relevantes de um estudo realizado em 2002 pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil<sup>8</sup> (PESTRAF). De acordo com informações do referido estudo, existem cerca de 241 rotas de tráfico no Brasil, indicando a expansão do tráfico interno de crianças e adolescentes, seguido pelo tráfico de mulheres. No caso de mulheres adultas, as rotas levam para regiões para fora do país.

O tráfico de pessoas pode se mostrar de diversas maneiras. Nem sempre ocorre o sequestro e o aprisionamento das pessoas “traficadas”. Na verdade, é comum que mulheres, travestis e transexuais que já exerçam a prostituição sejam convidadas para viajar para outros países ou mesmo para outros estados do Brasil. Recebem, assim, uma quantia em dinheiro e passam a trabalhar para cafetinas e/ou cafetões tendo horários e ganhos regulados. Fora de seu lugar de origem as pessoas em situação de tráfico estabelecem relações de dependência com os seus aliciadores, tornando este crime ainda mais difícil de ser detectado e punido. “Dessa forma, elas ficam ‘presas’ aos traficantes, sujeitas à exploração por meio de submissão a condições abusivas e/ou partilhas expropriatórias de seus ganhos, o que dificulta a quitação desse débito” (OIT, 2006, p. 57). De acordo com pesquisa organizada por Leal, Leal (2002, p. 51),

O explorador tem acesso à vítima e às redes de aliciamento. É capaz de estabelecer relações de poder, tirando partido e proveito das situações de vulnerabilidade social em que se encontram mulheres, crianças e adolescentes. Estas relações manifestam-se na sedução, no abuso de confiança, no engano e na mentira, que podem levar ao “consentimento induzido” da vítima.

A aproximação com a temática sobre o tráfico de pessoas ocorreu durante o curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sendo aprofundada a partir da pesquisa<sup>9</sup> realizada em 2013, no Posto

---

<sup>8</sup> “Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração comercial no Brasil” – PESTRAF –, publicada em 2002, com organização de Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal.

<sup>9</sup> Pesquisa monográfica realizada para fins de conclusão de curso, intitulada “O *souvenir* exótico: o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual sob a perspectiva dos profissionais do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Ceará”.

Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), localizado no Aeroporto Internacional de Fortaleza, Pinto Martins.

Esta pesquisa monográfica, de 2013, inicialmente, tinha o objetivo de pesquisar mulheres que vivenciaram situações de tráfico. Para isso foram feitos contatos com os/as profissionais do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), localizado na Secretaria de Justiça do Estado do Ceará. A impossibilidade de pesquisar as mulheres<sup>10</sup> que estiveram em situação de tráfico motivou uma mudança no percurso da pesquisa e, desta forma, o foco voltou-se para o estudo dos/as profissionais do Posto Avançado<sup>11</sup>, que desempenham um trabalho peculiar em relação à prevenção, à assistência e ao enfrentamento do tráfico de pessoas.

O trabalho ocorre com a identificação de “possíveis vítimas do tráfico” (esta expressão é comumente utilizada pelos/as interlocutores/as da pesquisa) dentre os/as deportados/as e inadmitidos/as<sup>12</sup> em outros países que desembarcam na área restrita do aeroporto de Fortaleza. Os/as profissionais buscam uma aproximação inicial com essas pessoas a partir da realização de questionários com perguntas que variam desde o destino da viagem ao motivo da inadmissão ou deportação. Em momentos posteriores, após identificadas possíveis situações de tráfico de pessoas, são realizados os devidos encaminhamentos, a fim de assistir as necessidades dos/as atendidos/as.

Percebi durante a pesquisa monográfica que o PAAHM enfrenta dificuldades para realizar o trabalho de enfrentamento ao tráfico, pois não alcançou o reconhecimento dentro do aeroporto de Fortaleza com os funcionários e com as companhias aéreas. De acordo com os relatos dos profissionais, a rotatividade de funcionários do aeroporto contribui para o desconhecimento do Posto. A Polícia Federal, responsável pela área restrita de desembarque de deportados/as e

---

<sup>10</sup> A pesquisa com as mulheres não fora realizada, pois era necessária a manutenção do sigilo profissional das informações arquivadas no NETP sobre a identidade das mulheres que estiveram em situação de tráfico de pessoas.

<sup>11</sup> O PAAHM é vinculado ao NETP e possui a mesma coordenação. As ações de enfrentamento ao tráfico (principalmente de prevenção) ocorrem articuladas.

<sup>12</sup> De acordo com pesquisa realizada pela OIT em parceria com a Secretaria Nacional Justiça (2007), “Pessoas deportadas são aquelas que se encontravam residindo no país de destino e são enviadas pelas autoridades de volta para o país de origem. [...] Já as pessoas não admitidas ou rejeçadas são aquelas as quais se nega o ingresso no país de destino ou no qual desembarcam. Frequentemente elas só saem do aeroporto ao qual chegaram para embarcar em um voo que as devolva ao país de origem”.

inadmitidos/as, em muitos casos, não permite o acesso dos/as profissionais<sup>13</sup> do PAAHM a este local.

Após esta experiência, os questionamentos a respeito das pessoas que estiveram/estão em possível situação de tráfico permaneceram, pois o depoimento (as vivências) das mesmas não havia sido alcançada. Conhecer as experiências daqueles/as que passaram por tamanha violação de direitos, que configura o tráfico, é fundamental para compreender como se dá o processo de aliciamento e de exploração contidos nesse fenômeno.

Durante o trabalho monográfico citado, também saltou aos olhos um público pouco analisado na bibliografia do tráfico, as travestis e as transexuais. A leitura dos textos oficiais, a exemplo da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007), e das pesquisas de estudiosas/os do tráfico deixam claro o enfoque em mulheres, crianças e adolescentes. As travestis e as transexuais, em muitos textos, são apenas mencionadas como um alvo crescente deste crime. Assim, surgiu o interesse em fazer o recorte do objeto focalizando este segmento. Este público é invisibilizado social e politicamente, tendo sua imagem construída sob estereótipos que as relegam à marginalidade.

Mulheres, travestis, transexuais, crianças e adolescentes são apontados por estudiosos/as, como Adriana Piscitelli, como as principais envolvidos/as em condições de exploração sexual na realidade do tráfico. Segundo informações obtidas com os/as profissionais do PAAHM durante a pesquisa da monografia, grande parte dos atendimentos a pessoas que passaram por situações de tráfico ocorreram com mulheres e travestis.

Trazer as transexuais e as travestis para o centro das discussões é também questionar uma realidade permeada por violência, preconceitos e, em muitos casos, prostituição. As especificidades deste segmento e a sua estigmatização provocaram o interesse da presente pesquisa em colocar em evidência as transformações (não apenas corporais), como também sociais no universo destes sujeitos. Travestis e mulheres transexuais representam uma fuga à norma da heteronormatividade e à naturalização do feminino. Destarte,

---

<sup>13</sup> O acesso dos profissionais do PAAHM a área restrita do aeroporto depende da liberação e da articulação com o trabalho da Polícia Federal, porém, em muitos casos, esta nega o contato dos profissionais a deportados/as e inadmitidos/as, dificultando a identificação de possíveis situações de tráfico de pessoas.

As práticas travestis denunciam que não há uma simetria dada entre sexo, gênero e sexualidade, mostrando que esta coerência é fabricada para o propósito da heterossexualização compulsória dos corpos. Deste modo, ao fazer o gênero na prática, por meio de performances repetidas das normas de gênero, as travestis se “fazem mulher”, colocando em evidência, em forma de “parodia do gênero”, o caráter performativo e artificial das identidades de gênero (BARBOSA, 2008, p. 2).

Diante do que foi exposto, cabe apresentar as indagações motivadoras primeiras desta pesquisa. Como ocorreu o aliciamento das transexuais e travestis que passaram/passam por suposta situação de tráfico para fins de exploração sexual? Qual o perfil étnico e socioeconômico das transexuais e das travestis que estiveram/estão supostamente envolvidas neste tipo de violência? Como se dá o processo de transformação do corpo das que estiveram/estão em suposta situação de tráfico? Elas se reconhecem como envolvidas em uma modalidade de violência? Como se dá o processo posterior à suposta situação de tráfico para fins de exploração sexual? Estas perguntas conduzem e instigam as análises da presente pesquisa, compreendendo que a riqueza deste objeto jamais será captada em sua totalidade e que os meandros e as especificidades deste tipo de violência só podem ser delineados, com riqueza de detalhes, por aqueles/as que estiveram em suposta situação de tráfico.

Assim, além de analisar como se daria o processo de aliciamento e exploração sexual a partir da perspectiva de transexuais e travestis em suposta situação de tráfico de pessoas, busca-se especificamente investigar quais as condições socioeconômicas no período anterior e posterior ao suposto aliciamento para o tráfico de pessoas; compreender como se deram as mudanças corporais das travestis e mulheres transexuais durante o suposto processo de aliciamento e exploração provocados pelo tráfico de pessoas; desvelar como as travestis e mulheres transexuais se reconhecem e se identificam mediante as suas condições de gênero e como ocorre o processo posterior a suposta situação do tráfico para fins de exploração sexual.

Compreende-se aqui que a temática estudada é complexa, pois envolve uma violação aos direitos humanos (o tráfico de pessoas) e as discussões sobre identidade de gênero. Deste modo, foi preciso analisar não apenas o pensamento dos/das diversos/as autores/as que tratam destas discussões, como também considerar a riqueza das falas das entrevistadas, respeitando a forma como se identificavam quanto ao gênero. Além disso, também foi respeitada a forma como as

participantes da pesquisa reconheciam (ou não) uma suposta situação de exploração sexual e de tráfico de pessoas, sem deixar de refletir sobre o crime e sobre as particularidades do segmento de travestis e de transexuais.

Dito isso, vale sinalizar que este estudo pretende transpor os muros da Universidade, promovendo debates sobre esta problemática na sociedade e proporcionando visibilidade aos temas sobre o tráfico de pessoas e sobre identidade de gênero de transexuais e travestis. Essa é a importância da pesquisa, levar a temática para além dos debates acadêmicos. Intento também fazer com que as discussões sobre a temática analisada sejam fomentadas no Serviço Social, uma vez que o desconhecimento em relação ao tráfico de pessoas e ao segmento de travestis e transexuais ainda se faz presente no processo de formação profissional. É importante observar que o público estudado apresenta-se como usuário dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais, sendo imprescindível refletir minimamente sobre o segmento referido, pois se pode correr o risco de reforçar estigmas que sujeitam travestis e mulheres transexuais a discriminações.

## 2.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO

É importante conhecer o contexto em que se dá o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual para compreender quem são os sujeitos que estão inseridos nesta realidade. As travestis e as mulheres transexuais, que serão estudadas neste trabalho, despontam como um possível segmento alvo do tráfico de pessoas, pois a sua conjuntura social está permeada por marginalizações que as envolvem em processos de vulnerabilidades e de violações de direitos.

A articulação entre tráfico de pessoas, exploração sexual, prostituição e migração<sup>14</sup> tem produzido um fenômeno em ascensão. Conforme o Guia Legislativo para implementação do Protocolo de Palermo das Nações Unidas (2003), o tráfico de pessoas possui desenhos maiores que também atingem crianças, adolescentes e

---

<sup>14</sup> A migração relaciona-se com o tráfico de pessoas quando esta se realiza por um aliciamento de cafetões e/ou cafetinas, a fim de obter lucros pecuniários com a exploração sexual de outrem. É preciso cuidado ao associar migração, prostituição e tráfico de pessoas, pois estas categorias só estão imbricadas quando envolvem uma realidade de violação e privação de direitos. Nem todas as prostitutas que migram do país estão em situação de tráfico de pessoas, uma vez que existe a prostituição voluntária. Neste caso, ainda que a migração para a prostituição conte com a ajuda de terceiros, esta não será considerada tráfico de pessoas.

homens por meio de trabalhos forçados, servidão, escravidão, extração de órgãos, casamento servil, entre outros. Diante da amplitude temática, faz-se necessário direcionar olhares sob um foco. O tráfico de pessoas e especificamente de mulheres transexuais e de travestis para fins de exploração sexual está inserido em um amplo cenário que engloba dimensões históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas compartilhadas de forma global, acrescentando ainda a esta conjuntura uma realidade de discriminações e preconceitos que persistem quanto ao gênero, à nacionalidade e à raça/etnia. A realidade desta problemática é multifacetada e os processos que estão envolvidos a ela são variados.

Ao longo da história, o tráfico tem sido atualizado<sup>15</sup>, cumprindo uma lógica de acumulação econômica que coaduna com o sistema capitalista de produção, privando liberdades e violando os direitos básicos das pessoas que estão inseridas nessa problemática. No Brasil, o tráfico teve início com a escravização das negras e dos negros que foram retirados de suas terras e trazidos para as Américas em condições subumanas. Nas palavras do historiador Boris Fausto (1996, p. 29), “Os africanos foram trazidos do chamado ‘continente negro’ para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. [...] Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino”.

Os/as negros/as escravizados/as no Brasil eram vistos/as como mercadorias. Durante a venda dos mesmos, seus dentes e corpos eram examinados e, dependendo de sua força e integridade física, poderiam chegar a altos valores. As violências sofridas tinham o aval do Estado e da sociedade, que consideravam os/as negros/as escravizados/as pertencentes a uma raça inferior. A Igreja Católica não se contrapôs a escravização destas pessoas e muitos religiosos eram senhores de escravos/as. A quantidade de escravos também poderia determinar a riqueza dos senhores e senhoras escravagistas. Segundo Pinsky (1984, p. 30):

O caráter de mercadoria dos escravos se evidencia nos próprios anúncios que a imprensa registrou em todo século XIX. Com frequência encontramos propostas de compra e venda de negros cativos, louvando suas qualidades como a humildade, conformismo, ausência de vícios ou defeitos e boa saúde.

---

<sup>15</sup> Ao trazer as variadas formas como o tráfico de pessoas se apresenta no percurso histórico, não se pretende tratar da problemática como se a mesma partisse de uma perspectiva evolutiva. Como se a ela fosse imanente uma continuidade natural. Este fenômeno é repleto de momentos descontínuos, de enfraquecimentos e de propulsões, que ganham novos significados a partir do contexto histórico-social e econômico.

As mulheres negras trazidas ao Brasil sofriam não apenas com a violência proferida por seus senhores durante o trabalho compulsório, como também com a violência sexual; elas poderiam ser comercializadas no mercado sexual como prostitutas. Além disso, muitas eram abusadas sexualmente por seu senhor, que procurava nas escravas o prazer sexual. As negras escravizadas figuravam na sociedade dos séculos XVII-XIX como mulheres quentes, prontas para o sexo<sup>16</sup> (PINSKY, 1984). Deste modo, deveriam satisfazer os desejos sexuais dos seus senhores. Em contrapartida, sofriam com o ciúme de suas senhoras que, por vezes, torturavam as escravas escolhidas pelo seu senhor. Assim,

Quanto ao senhor, contudo, não há dúvidas. Cumpria com sua mulher branca as obrigações de procriar e marido, mas voltava-se às escravas para o prazer sexual. Entregava-se às negras e mulatas com todo empenho, buscando usufruir delas a satisfação que não encontrava em sua formal cama de casado. O mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral, decorre do papel que lhes era designado pela sociedade escravista (PINSKY, 1984, p. 41).

Com as mudanças históricas e econômicas mundiais, que resultaram na ascensão da burguesia e do liberalismo, a nova classe dominante perdeu o interesse no comércio de negros/as escravizados/as. As revoluções burguesas<sup>17</sup> e a crescente industrialização da Europa, encabeçada pela Inglaterra, modificaram os rumos econômicos e políticos mundiais. Interessada em ampliar os seus mercados, a Inglaterra apoiava o livre comércio e a utilização de mão-de-obra assalariada. Os trabalhadores assalariados representavam para o país um mercado consumidor das novas mercadorias industrializadas. A escravidão não era, assim, interessante para os negócios, fazendo com que o país se opusesse ao tráfico negreiro. A Inglaterra, mediante a sua modernização, foi o país que mais pressionou Portugal para abolir a escravidão. De acordo com Lima (2012, p. 75),

Através de Tratados da Aliança e da Amizade e de Navegação e Comércio, os ingleses tentaram induzir aquele país a cessar a prática naquele território e em suas colônias. Entretanto, as medidas pioneiras não lograram muito sucesso. Outra tentativa foi no Congresso de Viena, em que Portugal e Inglaterra assinaram novo acordo, mas também não se obtiveram resultados significantes.

---

<sup>16</sup> Este estereótipo ainda perpassa o imaginário social de brasileiros e estrangeiros na contemporaneidade.

<sup>17</sup> A saber: Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra em meados do século XVIII, e a Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 a 1799.

Após diversas medidas legais direcionadas a abolir a escravidão, como a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que reprimia o traslado de escravizados da África para o Brasil; a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, que considerava livre todo aquele/a nascido/a de escrava; a Lei do Sexagenário, que decretava liberto o/a escravo/a a partir dos 60 anos completos; apenas em 1888, a escravidão foi finalmente considerada ilegal no Brasil. Mediante intensas lutas políticas e resistências de homens e mulheres negros/as, a Lei Áurea foi promulgada.

A abolição do tráfico negreiro abriu caminho para o surgimento de novas formas de subordinação, que, entretanto, não deixariam de centrar o seu bojo na opressão e na exploração do trabalho alheio. Como versa Lima (2012, p. 82):

Apesar do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra ter sido oficialmente abolido em 1888, a prática, ainda que sob novas características, se perpetuou. A abolição da escravidão e a modernização industrial transformaram os centros urbanos em palcos atrativos para milhões de pessoas, não só àqueles que buscavam oportunidade de trabalho, mas também para criminosos dispostos a obter lucratividade através das mais diversificadas atividades ilícitas.

O Brasil, em meados do século XIX e início do século XX, recebeu um grande número de migrantes advindos da Europa em busca de trabalho nas lavouras canavieiras e na indústria, que dava os seus primeiros passos tardiamente no país. Entre os migrantes, havia muitas mulheres que provinham do leste Europeu à procura de exercer trabalhos domésticos, na indústria ou mesmo na prostituição. É nesse sentido que o contexto histórico-social brasileiro passa a ser o destino para o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Conhecido na época como “tráfico de escravas brancas”.

O tráfico ganha uma nova roupagem no século XX com a prostituição de mulheres de origem judaica. Brasil e Argentina passam a ser os grandes receptores das chamadas “polacas”<sup>18</sup>. Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre despontaram, nesse período, como os principais destinos no país de prostitutas judias<sup>19</sup>. Deste modo:

---

<sup>18</sup> Mulheres advindas do Leste Europeu que exerciam a prostituição em terras brasileiras (KUSHNIR, 1996).

<sup>19</sup> É importante ressaltar que nem todas as mulheres judaicas que vinham para os países das Américas, em especial para o Brasil, exerciam a prostituição. Contudo, dar-se-á ênfase, neste trabalho, aquelas pessoas que estão envoltas em situação de prostituição e de tráfico.



O primeiro grupo chega a partir de meados do século XIX até, aproximadamente, a década de 40 do século XX, é formado por mulheres e homens, na maioria vindos da Europa Ocidental. Eles se deslocavam para as principais cidades das Américas e da Ásia que não possuíssem leis restritivas quanto à imigração, e comportavam atividades vinculadas à prostituição – algo que se convencionou chamar de tráfico de escravas brancas (KUSHNIR, 1996, p. 55).

No Brasil, o período conhecido como *Belle Époque*<sup>20</sup> (1871-1914) teve como uma de suas características a proliferação da prostituição, advinda ou não do tráfico de mulheres judias. O meretrício de mulheres estrangeiras era bastante valorizado no Brasil, pois o país passava por mudanças, a fim de se adaptar aos padrões europeus da época. Assim, segundo Lima (2012, p. 84), “Um bordel que dispusesse de cortesãs estrangeiras provenientes do Velho Continente era muito frequentado, pois aludia ao grande status social e ao progresso”. Não obstante, a historiadora Rago (2008, p. 50) infere,

O charme da “francesa” foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias as mais modernas, era desejada também pelo *status* que conferia ao seu proprietário momentâneo.

As “polacas” migravam para países da América do Sul com o objetivo de melhorar suas condições de vida e ascender socialmente. O Leste Europeu, lugar de onde provinha a grande maioria destas mulheres, havia sido devastado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), falindo comerciantes e destruindo famílias. Neste contexto, “Aqui, o fim da 1ª Guerra é um marco para o aumento da imigração de judeus, mais especificamente dos que viviam na Europa Oriental” (KUSHNIR, 1996, p. 54). Desta forma, muitas judias passaram a exercer o meretrício ainda na Europa. Conforme Lima (2012, p. 85-86):

Aliada à demanda pelos serviços sexuais de mulheres estrangeiras em países como o Brasil e Argentina, o Leste Europeu, naquele período, esteve submerso em disputas políticas, ondas antissemitas, desemprego e agudos abismos sociais. Assim, muitas mulheres daquela região migraram na esperança de encontrar melhores oportunidades de sobrevivência.

---

<sup>20</sup> A *Belle Époque* foi comumente conhecida como período da história francesa que ocorreu no século XIX e se estendeu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Influenciou países como Brasil, principalmente, durante a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. A cultura, a moda, os costumes, a política e a economia passaram por processos de mudanças para se adaptar aos padrões europeus de modernidade. Até mesmo as estruturas das cidades passaram por realinhamentos, em um claro processo de embelezamento (LIMA, 2012).

O “tráfico de escravas brancas” teve uma queda a partir da década de 1930, quando as redes criminosas começaram a ser desbaratadas; a exemplo da máfia *Zwi Migdal*<sup>21</sup>, denunciada à polícia argentina pela ex-prostituta judia Raquel Liberman<sup>22</sup>. Os criminosos que compunham a rede foram expostos, presos e deportados. A Argentina foi precursora no enfrentamento ao “tráfico de escravas brancas” com a publicação da lei nº 9.143, de 23 de setembro de 1913 (LIMA, 2012), que tratava da prisão e deportação dos cafetões e cafetinas que chegavam a Buenos Aires.

Apesar de o enfrentamento ao tráfico de pessoas ter ganhado visibilidade na Argentina, o mesmo não acontecera no Brasil. As prostitutas eram vistas como a escória da sociedade e, por vezes, sofriam perseguições da polícia. Sujeitas às normas moralizantes, estas mulheres (dentre estas aquelas que estavam em situação de tráfico para fins de exploração sexual) não possuíam qualquer amparo do Estado, expondo-se a condições de repressões e de violências. Esta realidade ainda perpassa a contemporaneidade e a prostituição, apesar de não ser crime penal no Brasil, tem condenação moral.

O tráfico para fins de exploração sexual persiste na contemporaneidade e o Brasil aparece como foco da saída de mulheres, transexuais e travestis para a oferta de serviços sexuais em outros estados e/ou em outros países. Assim, “Nesses países [países do sul da Europa], assim como na Itália, as brasileiras são consideradas uma presença relevante na indústria do sexo e também integram os principais contingentes de esposas estrangeiras casadas com homens nacionais” (PISCITELLI, 2008, p. 270). Quando a migração destas pessoas envolve não só a “mudança de lugar” (a saída do lugar de origem), mas também um processo de engano, coação, exploração financeira, sexual, permeado por abusos e violências advindas de terceiros, esse processo é conhecido como tráfico de pessoas. A

---

<sup>21</sup> De acordo com Kushnir (1996, p. 70): “A *Zwi Migdal* tornou-se mundialmente conhecida e associada à existência de uma máfia judaica que dominou o tráfico de brancas em caráter mundial na rota Odessa/Buenos Aires”.

<sup>22</sup> “Raquel Liberman, nascida em Lodz, Polônia, segundo relatos da época, viveu na prostituição por dez anos, tendo conseguido sair do baixo meretrício mediante um processo de recompra de sua liberdade – algo comentado na literatura como explicando os possíveis leilões de venda de prostitutas. A partir dessa possibilidade de circulação de mercadoria expressa nos leilões, Raquel teria planejado sua libertação do mundo da prostituição por meio da compra de seu “passe”, realizada por um amigo. A partir daí, abre um negócio de móveis [...] a organização descobre sua fraude e faz com que um de seus membros – Salomón José Korn – a seduza com uma promessa de casamento, reintroduzindo-a no universo do baixo meretrício portenho. Revoltada, Raquel teria denunciado a *Zwi Migdal* por prática de caftismo e cárcere privado. Esta fantástica história ilustra o imaginário que envolve o mundo da prostituição” (KUSHNIR, 1996, p. 81).

migração<sup>23</sup> em si não é sinônimo de tráfico ou de prostituição. Neste sentido, reforça-se que a migração não é crime e não denota tráfico, porém o processo que, em alguns casos, permeia a migração pode ser considerado tráfico de pessoas.

Percebe-se que o tráfico de pessoas passou por diferentes características, desde tráfico negreiro até as variadas formas como se apresenta na atualidade. Como já mencionado, este fato não significa que a problemática é evolutiva e, portanto, um fenômeno natural. Ao contrário, o tráfico de pessoas, como se apresenta hoje está dentro uma realidade capitalista que mundializa mercadorias e fetichiza o desejo pelas mesmas. Neste caso, a mercadoria é o sexo e o corpo de mulheres, travestis e transexuais. O tráfico de pessoas visa, como qualquer outro negócio, o lucro. E este se apresenta como a força motriz que impulsiona este fenômeno como um dos crimes mais rentáveis na contemporaneidade.

Cabe salientar aqui a importância de demarcar o tráfico de pessoas na história, a fim de mostrar que o mesmo persiste como uma problemática real, que ganhou propulsões globais com o advento da sociedade capitalista. No caso do público estudado, mulheres transexuais e travestis, o corpo não pode ser analisado apenas como uma mercadoria, mas também como uma forma de expressão do gênero. A história apresenta o tráfico de pessoas e a prostituição sob uma perspectiva binária, em que o principal foco são as mulheres cisgêneros. A fim de compreender a visão que as próprias entrevistadas reproduzem sobre a prostituição (normalmente vendo esta como uma atividade suja e ilegítima), este estudo recorre a autores/as que empenham as suas análises para a prostituição de mulheres. Não obstante, deixa-se aqui registrada a dificuldade de se encontrar bibliografias que analisem e situem a prostituição de travestis e mulheres transexuais de forma histórica.

Os/as autores/as que tratam desta temática registram a prostituição de travestis e transexuais a partir dos anos 1970. Deste modo, não se pode afirmar ou negar que a prostituição deste segmento recorra a décadas anteriores. De acordo com Kulick (2008, p. 158),

---

<sup>23</sup> A migração é a categoria dada para representar a movimentação (entrada e saída) de pessoas, que pode acontecer dentro do território brasileiro (migração interestadual) ou para países do exterior. A migração apresenta-se como um fenômeno histórico, cultural, político e social, que envolve as condições socioeconômicas das/os migrantes (a busca por trabalho e melhores condições de vida), e também a sua subjetividade, o desejo de conhecer outros países, de ter novas experiências, conhecer pessoas e de ter maiores oportunidades de ascensão social.

Tal como as próprias travestis – que começaram a surgir em maior número no Brasil apenas nos anos 1970, com o aparecimento dos hormônios e a posterior descoberta do silicone –, a prostituição de travestis como praticada hoje não tem uma história longa. Começou nas grandes cidades do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, e depois foi se espalhando para outras regiões do país.

Ainda segundo Kulick (2008), a prostituição travesti (o autor realizou sua pesquisa especificamente com travestis, não mencionando como as transexuais se inseriam na prostituição) floresceu apenas em meados da década de 1980. Antes deste período era impraticável para travestis aparecerem nas ruas trajando roupas femininas, uma vez que se vivia em um opressivo regime militar. O carnaval era o único momento em que “se travestir” era aceito sem grandes questionamentos. De tal modo,

Se nos anos 60 os travestis podiam ser vistos apenas durante o carnaval ou em espaços fechados como clubes, os anos 70 assistiram a uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e outras cidades grandes. O fenômeno do estrelato de alguns travestis e transgêneros “democratizava” sua aparição pública, geralmente noturna e restrita às calçadas. Para essas mais desfavorecidas, a “pista” era o palco e clientes não faltavam (VALE, 2005, p. 169).

Observa-se que não apenas a prostituição, como também a migração para o exercício da prostituição já aconteciam em relação a este segmento na década de 1980. De acordo com a pesquisa realizada por Vale (2005), um dos principais destinos para travestis e transexuais nessa época era Paris, especificamente a região no Bois de Boulogne. O autor coloca, dentre outros pontos, que a migração também representa uma resposta desse público à transfobia. Refletindo sobre as entrevistadas de sua pesquisa que haviam migrado para Paris, Vale (2005, p. 170-171) infere:

O “vôo da beleza” é, antes de tudo, a busca de um lugar mais clemente, de um abrigo contra a injúria e a violência implícita nas normas de gênero, uma reivindicação de inserção para além do carnaval. Constitui-se ainda enquanto parte constituinte do processo de globalização e possibilita aquela circulação de informações característica das “zonas de contato”. Quando chegam aqui, em férias ou expulsas ou deportadas, narrando experiências maravilhosas na Cidade-Luz ou misérias intransponíveis, travestis e transgêneros reencontram antigas companheiras, são reconhecidas nas boites noturnas locais, circulam pelas associações e assim partilham suas experiências. Entretanto, como destacou Silva (1993, p. 47), seria redutor perceber o alvo europeu apenas na pauta da dicotomia local versus universal, província versus Cosmópolis. Mais do que a experiência

cosmopolita, a Europa enseja o coroamento de uma experiência toda rendilhada pelo cruzamento de fronteiras.

A migração se apresenta para travestis e transexuais mais do que um simples deslocamento; é uma possibilidade de encararem a sua identidade de gênero para além da temporalidade do carnaval, onde as “inversões” de papéis seriam aceitas, pois não passariam de meras brincadeiras. Ao sair do país em direção a Europa, elas buscam a possibilidade de viver sua identidade de gênero plenamente, fugindo dos constrangimentos e humilhações aos quais estão expostas no Brasil. Além disso, cabe acrescentar que a Europa é, para travestis e transexuais, sinônimo de luxo e glamour. Ao conseguir viajar para fora do Brasil, elas ganham um novo *status*, passam a ser “bichas” viajadas, que sabem falar outras línguas, que recebem em euro.

A Itália é, hoje, o destino de grande parte das travestis e transexuais que saem do país para viver e trabalhar na Europa. Houve, na verdade, uma transição: à medida que crescia o número de travestis e transexuais na França, aumentavam também as medidas do governo francês para conter a imigração; assim, “[...] como resposta a essa notoriedade e visibilidade, em 1982 o governo francês impôs restrições à concessão de vistos de entrada no país para brasileiros. A partir daí o visto tornou-se obrigatório a todos os homens que quisessem ingressar na França” (KULICK, 2008, p. 181). Neste sentido,

[...] no final da década de 1980, o mercado francês fechou-se e o centro de prostituição travesti deslocou-se para a Itália. A Itália é hoje o que foi a França no início dos anos 1980. Diariamente, levas de travestis deixam o Brasil com passagens de ida e volta para Bruxelas, Frankfurt ou Viena, mas seu destino final é mesmo Roma, Milão ou Gênova. E o que se dizia sobre a França nos anos 1980, [...] é duplamente verdadeiro para a Itália do final dos anos 1990: para cada travesti deportada, outras vinte (ou mais) chegam no dia seguinte [...] (KULICK, 2008, p. 181).

Nas décadas de 1970-1980, elas cruzavam as fronteiras de Paris. Na atualidade, o destino mais cobiçado é a Itália. É unânime dentre as entrevistadas desta pesquisa o desejo de migrar para a Europa; Itália e Espanha (esta em menor número) são os países mais citados entre elas. A convite de cafetinas ou de amigas e parentes, elas saem do Brasil, na maioria das vezes, para exercer a prostituição. Deste modo, conforme os registros contidos nas bibliografias e relatos das próprias travestis e transexuais, o “sonho europeu” nem sempre ocorre da maneira

imaginada, uma vez que elas precisam trabalhar muito para conseguir transformar o corpo. Em muitos casos, os deslocamentos e as condições de trabalho geram uma série de violações de direitos e, dentre elas, o tráfico para fins de exploração sexual. Quando mulheres transexuais e travestis migram a convite de cafetinas, normalmente, recebem determinada quantia como empréstimo, a fim de que possam pagar posteriormente por meio dos ganhos recebidos na prostituição. Ressalta-se que há também uma “Itália” no Brasil; São Paulo é uma das cidades mais citadas pelo referido segmento nos processos de migração. Nesta cidade, elas conseguem prostituir-se para modificar o corpo “mais facilmente” e também podem fazer contatos com pessoas que intermediam suas viagens para o exterior.

É sabido que a prostituição para esse público possui significados que extrapolam a compreensão da venda e compra do corpo. Portanto, observar os códigos que perfazem esta realidade para travestis e transexuais é fundamental para que se analisem os objetivos propostos por esta pesquisa. Essa questão perpassa por discussões sobre tráfico de pessoas, exploração sexual, mercado do sexo, pobreza, estereótipos, discriminações, marginalizações e autodeterminação. A fala de todas as entrevistadas desta pesquisa trazem estes pontos e convidam para uma reflexão aprofundada sobre as condições de vida do público estudado. Deste modo, compreende-se que:

A prostituição travesti não é apenas uma fonte de renda, mas também [...] uma fonte de experiências prazerosas e recompensadoras. Portanto, ela é pensada e praticada pelas travestis de modos bem diferentes daqueles relatados na maioria dos trabalhos e estudos sobre o tema. Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as travestis a vêem como um trabalho assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas – e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que seriam capazes de ganhar em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que as travestis se sintam sexy e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver auto-estima, autoconfiança, valor pessoal, além de se sentirem como objeto de verdadeiro e intenso desejo (KULICK, 2008, p. 151).

Concordo em partes com Kulick (2008), pois, apesar de este segmento observar a prostituição como um trabalho e uma reafirmação de feminilidades, considero que as travestis e as transexuais reproduzem, em sua maioria, o pensamento que trata tal fenômeno como uma atividade suja, um cancro social. Cabe, assim, esclarecer que ao longo desta pesquisa não se faz uma defesa da

prostituição de travestis e transexuais ou se desconsidera violências como tráfico ou a exploração sexual. Na verdade, o que se intenta é abordar um olhar desvelado sobre tais fenômenos.

Assim, o tema deste estudo, que correlaciona o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a prostituição e a população de mulheres transexuais e travestis não parte de histórias fantasiosas. Há implicações reais, que pouco são exploradas nas pesquisas sobre este segmento ou que são trabalhadas superficialmente. O aliciamento e a exploração sexual que podem perpassar a realidade do tráfico, em muitos casos não são reconhecidos pelo segmento estudado, pois, para elas, a imagem do tráfico está associada a histórias que envolvem o engano e a coação de vítimas passivas, a perda completa da liberdade e o crime organizado. Deste modo, elas se recusam a reconhecer tal realidade como parte de suas experiências, visto que sabem exatamente onde estão entrando quando aceitam os convites para migrar. A temática é complexa, uma vez que não se pode negar que muitas sofrem violências e podem estar sujeitas ao tráfico no exercício da prostituição. Entretanto, adverte-se que o entendimento destas pessoas sobre o tráfico (bem como de toda a sociedade) está relacionado à construção de uma “mitologia”<sup>24</sup> particular sobre o referido fenômeno.

### 2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o que foi explanado no tópico 2.1 e nos objetivos deste trabalho, pretendia-se, inicialmente, estudar o aliciamento e a exploração sexual para a problemática do tráfico de pessoas com recorte, especificamente, voltado para as travestis. Porém, a pesquisa de campo apresentou dados que ampliaram a delimitação deste estudo. Ao todo, foram realizadas seis entrevistas, uma com cada interlocutora, e todas elas identificaram-se como *transexuais* ou como *mulheres transexuais*. Estas nomenclaturas, citadas por elas durante as entrevistas, foram respeitadas ao longo desta pesquisa, bem como foram utilizados artigos, pronomes e substantivos femininos para se referir a travestis e a transexuais, uma vez que se compreende o pertencimento destas pessoas ao gênero feminino.

---

<sup>24</sup> A construção da imagem do tráfico de pessoas na sociedade será trabalhada no capítulo 4 deste estudo. Nota-se que a compreensão sobre esta realidade, não apenas entre travestis e transexuais, mas de forma geral, gira em torno de “mitos”. Tal fato implica consequências, muitas vezes, reafirmadoras de preconceitos e cerceadoras do direito de ir e vir dos/as migrantes.

A estimativa de entrevistas para essa pesquisa era, inicialmente, de doze pessoas. Porém, entre recusas e aceitações, foram realizadas seis entrevistas. Todas as participantes se autorreconheciam como *transexuais*. Este dado fez com que os sujeitos do estudo fossem repensados, pois após adentrar o campo, percebeu-se que não haviam sido encontradas pessoas, dentre todos os contatos indicados, que se identificassem como travestis. Tal informação foi refletida e abordada em um tópico do capítulo 3 desta pesquisa, uma vez que se tornou recorrente a dúvida “qual a diferença entre as travestis e as transexuais?”.

Os contatos para as entrevistas foram feitos por meio do aplicativo de celular *WhatsApp*, que facilitou uma primeira aproximação com os sujeitos da pesquisa. Antes de iniciar as conversas, a pesquisadora se apresentava e expunha, de modo geral, o objetivo da pesquisa, deixando claro que seriam abordados temas como exploração sexual, prostituição, tráfico de pessoas e identidade de gênero.

É interessante notar que os termos “travesti” e “transexual” foram adotados ao longo de todo o trabalho para se referir à população estudada, pois diante do que foi analisado bibliograficamente, e dos “achados do campo”, este público está sujeito a discriminações e marginalizações em escalas proporcionais. A transfobia não escolhe aquelas que mais sofrerão com a discriminação, ela atinge a ambas, travestis e transexuais.

A metodologia utilizada para conseguir as entrevistas é conhecida como amostragem em “Bola de Neve”. Por meio desta técnica, lançou-se mão de uma informante-chave, Marilyn, cujo contato inicial foi feito pelo *Facebook*. A partir de então, a pesquisadora trocou telefones com a participante-informante, estabelecendo conversas com esta pelo aplicativo *WhatsApp*. A participante forneceu três contatos que, posteriormente, vieram a ser entrevistadas pela pesquisadora. Duas, das três participantes, também indicaram novos contatos e, assim, foi sendo estabelecida uma rede de contatos. Como explicado anteriormente, nem todas as pessoas procuradas aceitaram participar deste estudo. Ressalva-se que dentre as seis interlocutoras da pesquisa, apenas uma não estava na rede de contatos estabelecida. A aproximação da pesquisadora com esta interlocutora ocorreu em um *shopping center* da cidade de Fortaleza, o Shopping Benfica, localizado no bairro de mesmo nome. Todas as entrevistas serão relatadas no tópico 2.4 do presente capítulo.



A metodologia de amostragem em “Bola de Neve” foi escolhida, uma vez que o público estudado não é acessado com facilidade. Além disso, a pesquisadora não adentrou em instituições que trabalhassem com a população LGBT ou, especificamente, com travestis e transexuais, pois estas instituições poderiam conferir dificuldades para a realização das entrevistas. Optou-se, na presente pesquisa, por deixar os sujeitos falarem por si, inclusive na indicação de contatos, visto que as histórias e as vivências entre travestis e transexuais são compartilhadas entre elas. Diante das recusas de alguns contatos em conceder entrevistas, procurou-se informalmente duas instituições: uma ONG e uma instituição voltada para o público LGBT da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Esta, apesar da abertura, sofreu uma mudança em sua coordenação e teve um desfalque de profissionais; na primeira, não foi percebida uma abertura para o recebimento da pesquisa, decidindo-se, então, permanecer com a amostragem “Bola de Neve”.

A busca para construir uma ampla rede de contatos tinha como finalidade encontrar alguém que se identificasse como travesti. No entanto, a partir de conversas informais com as entrevistadas, observou-se que este fato se tratava de uma valiosa informação. Assim, apesar da procura para cumprir a estimativa deste estudo, as seis entrevistas contemplaram as informações investigadas.

Ao observar os dados, também se percebeu que dentre as seis entrevistadas, quatro exerciam a prostituição e duas nunca haviam realizado tal atividade. Estas receberam, porém, convites de cafetinas para prostituírem-se na cidade de Fortaleza e no exterior. Outra informação interessante é que apenas uma participante reside em Fortaleza; as demais moram em outros municípios e esporadicamente vêm à capital.

O trabalho aqui elucidado é de natureza qualitativa. Esta intenta desvelar o contexto histórico-social envolto ao segmento estudado. É importante ressaltar a riqueza deste procedimento metodológico, uma vez que se busca conhecer não apenas informações e dados referentes às travestis e às transexuais, mas também os seus modos de vida. Apreender os valores e as normas sociais que regem a vida dos sujeitos pressupõe ir além de uma mera apreciação da oralidade, significa desconstruir pré-noções e compreender conceitos a partir das vivências relatadas pelas pessoas estudadas, analisar a relação entre a subjetividade e a objetividade. Isto é, os fatores sociais, políticos, econômicos, culturais que se entrelaçam na vida das interlocutoras desta pesquisa e as constroem. Assim, “Quando se pretende

conhecer maneiras de ser e modos de vida, tem-se que conhecer pessoas. Essa é a razão pela qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso da abordagem cujo contato do pesquisador com o sujeito é condição fundamental” (OSTERNE, 2001, p. 37). De acordo com Martinelli (1999, p.19):

É preciso enfatizar que há alguns pressupostos muito importantes que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa. Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo, permitir-lhe que se revele. [...]. Assim, se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida. Como decorrência disso, o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. [...]. Isso nos remete ao terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

Conhecer a experiência social das entrevistadas, a forma como se identificam quanto ao seu gênero e os relatos sobre violências e marginalizações são questões fundamentais para se entender o objeto de estudo deste trabalho, que só poderia ser apreendido a partir da pesquisa qualitativa, a partir da aproximação com os sujeitos.

Esta pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Deste modo, almejou-se aprofundar o conhecimento das categorias apresentadas neste trabalho através de levantamento de documentos oficiais (Políticas, Leis, decretos) e de bibliografias referentes à temática pesquisada. A pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Dentre os/as principais autores/as estudados/as na bibliografia estão Piscitelli (2013a), Butler (2003), Kulick (2008), Foucault (2015), Pelúcio (2009), Louro (2013), Grupo Davida (2005), Pelúcio e Miskolci (2007), Mayorga (2011), Silva e Blanchette (2005).

Como documentos oficiais foi lançado mão da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007), do Guia de Implementação do “Protocolo de Palermo” (2003), da Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016.

O campo representa um lugar de desvelamento da realidade vista em sua aparência. De acordo com Minayo (2013, p. 201), o campo é “[...] na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. Na presente pesquisa,

não há um campo específico de acesso às interlocutoras. Na verdade, a metodologia de amostragem “Bola de Neve” levou a pesquisadora a diferentes localidades, como Maracanaú (onde quatro participantes foram entrevistadas), Guaiúba (onde residia uma das interlocutoras) e Fortaleza. Das seis entrevistadas, três residem em áreas onde a vulnerabilidade social e as violências eram bastante expressivas; outras duas residem em áreas de Maracanaú consideradas valorizadas. Não foi possível conhecer o local onde reside a interlocutora encontrada no shopping Benfica, pois a entrevista ocorreu neste mesmo local.

As técnicas de pesquisa utilizadas nesta investigação, para a coleta de dados, foram: a entrevista semiestruturada e a observação simples. A observação simples é compreendida como:

[...] aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. [...]. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Em qualquer circunstância, exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos (GIL, 2008, p. 101).

A entrevista semiestruturada foi escolhida para essa pesquisa com o objetivo de possibilitar uma coleta de dados e de falas das interlocutoras que serão relevantes para as análises propostas nos objetivos desta investigação. É uma forma de coleta de informações na qual o/a entrevistador/a é guiado/a através de um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas e fechadas, que permitem ao entrevistado discorrer livremente sobre cada pergunta. Nesta técnica, o pesquisador deve estar habilitado para ouvir os sujeitos e estabelecer uma relação dialógica, desvencilhando-se de pré-noções que moldem os/as interlocutores/as e os aprisionem em imagens (pré)conceituadas. Entende-se que a entrevista:

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2013, p. 261).

O uso associado da entrevista semiestruturada e da observação simples possibilitou a busca de importantes informações para a compreensão do modo de vida das participantes, pois foram apreendidos não só os relatos das mesmas, mas também como se relacionavam com as pessoas ao redor (vizinhos, familiares, amigos), como se apresentavam e quais símbolos corporais traziam, visto que as modificações no corpo se fazem importantes para esse público.

As entrevistas tiveram suporte do diário de campo, em que foram registradas as descrições e observações da pesquisadora a respeito das participantes do estudo e dos locais dos encontros. O diário se fez importante para tomar nota de informações e impressões que se deram no contexto das entrevistas e das experiências vividas durante a pesquisa de campo. Ou seja, proporcionou captar aquilo que envolvia a pesquisadora e as entrevistadas. A observação diz muito sobre o contexto social, econômico, cultural e político nos quais os sujeitos estão inseridos. Em diversos momentos deste estudo, recorre-se a registros do diário de campo para contextualizar análises ou mesmo demonstrar a desmistificação de definições construídas socialmente sobre o público pesquisado.

Nas entrevistas foi feito uso de gravador, com consentimento dos sujeitos entrevistados, para que as falas das interlocutoras fossem fielmente registradas. Para isso, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), impresso em duas vias (na qual uma ficou de posse da entrevistada) e assinado pela pesquisadora e pela entrevistada. O TCLE apresentava as condições de participação dos sujeitos da pesquisa, assim como permitia às interlocutoras retirarem-se do estudo, caso optassem por desistir. Foi resguardado aos sujeitos o sigilo de suas identidades em todas as fases da pesquisa. Portanto, a pesquisadora deu às participantes nomes de atrizes consideradas símbolos de feminilidade, de glamour e de beleza no cinema internacional em diferentes épocas. São elas: Marilyn Monroe, Lupita Nyong`o, Angelina Jolie, Scarlett Johansson, Viola Davis e Brigitte Bardot. Para facilitar a leitura, foi apenas o primeiro nome das atrizes. A nomenclatura para cada entrevistada foi feita aleatoriamente, sem associações de características físicas particulares entre as atrizes e as participantes da pesquisa. Sobre isso há um registro importante do diário de campo:

Um fato interessante nas entrevistas foi que, as seis interlocutoras diziam não se importar em ter seus nomes divulgados. Elas faziam questão de enfatizar “pode divulgar”. Justificavam essa atitude e o fato de terem

aceitado a entrevista como uma forma de ajudar na visibilidade do tema. Também me propuseram que as entrevistas fossem filmadas, pois seria mais interessante para expor aquilo que eu pretendia com a minha pesquisa (Diário de Campo, Agosto de 2016).

A compilação das reflexões sobre as leituras e sobre a pesquisa de campo foi realizada no momento da escrita. Neste foram organizados e analisados os dados coletados durante o percurso da investigação. Conforme Osterne (2001), a textualização da realidade social é um ato complexo, pois inspira comprometimento e responsabilidade com as histórias de vidas alheias registradas e colocadas em contexto.

Ressalta-se que, mediante a complexidade da temática escolhida, não se busca realizar uma pesquisa com cunho de “investigação policial”, ou que busque encaixar a realidade de possíveis violações vivenciadas pelos sujeitos dentro de “molduras” ou estigmatizações sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Não é esta a intenção desta pesquisa. Farei, por isso, críticas e reflexões sobre as noções que se disseminam a respeito do tráfico de pessoas e que as próprias entrevistadas reproduzem. Reafirma-se: o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é uma problemática recorrente na sociedade brasileira e, notadamente, no Ceará. Contudo, desde já se afirma que não se pode tachar as transexuais e travestis que exercem a prostituição e que resolvem migrar, seja para outros estados ou para outros países, como “traficadas”. Esta tem sido a função de grande parte da mídia. Para se fazer um estudo comprometido, é preciso, antes de tudo, desfazer as pré-noções que se têm a respeito do tráfico e do segmento estudado.

## 2.4 RETRATOS DAS ENTREVISTAS

A riqueza das entrevistas não se encerra apenas nas falas das participantes, o contexto em que foram realizadas, os locais, as impressões são importantes para compreender a experiência social do segmento estudado. Além disso, durante a pesquisa de campo, minhas percepções sobre as travestis e transexuais também foram modificadas, pois descobri informações que desmistificaram as percepções pré-concebidas sobre estes sujeitos. Assim, notei ser relevante para esta pesquisa e para as reflexões que ela enseja, apresentar os

retratos das entrevistas, que contém informações captadas não apenas no relatos das interlocutoras, mas nas observações de campo e em outras conversas informais. Estas últimas me ajudaram a analisar as categorias, principalmente no que se referia à prostituição e às definições do que era “ser travesti” e “ser transexual”.

A maioria das conversas informais foram realizadas pelo *WhatsApp* com Marilyn, que estava sempre disposta a fornecer “o contato de mais uma amiga” (a fim de que eu pudesse realizar todas as entrevistas) ou a compartilhar informações sobre a visibilidade trans. Foi com esta interlocutora que tive uma das conversas mais importantes desse estudo. Frequentemente eu era questionada sobre a diferença entre travestis e mulheres transexuais<sup>25</sup> e o porquê de trazer para a pesquisa a prostituição e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Esta última pode ser explicada pelo próprio processo de marginalização do segmento estudado, uma vez que são negados a travestis e transexuais diversos espaços, inclusive, no mercado de trabalho. Relembro aqui que não tratarei esse tema de forma determinista. Isto é, nem todas as travestis e transexuais no Ceará e espalhadas Brasil a fora exercem a prostituição. Não é determinante destas identidades de gênero prostituí-se, porém as discriminações e estigmas sofridos por este público podem influenciar a entrada das mesmas no mercado do sexo. O primeiro questionamento sobre a diferença entre as identidades, por sua vez, precisou ser maturado e analisado para que eu pudesse, antes de tudo, desconstruir a diferença que se encerrava nas transformações corporais e, mais especificamente, na abjeção ou aceitação da genitália. As conversas com Marilyn foram essenciais para que eu pudesse cruzar as fronteiras do corpo e, assim, entendesse as vivências dos sujeitos e como elas influenciam no processo de autorreconhecimento.

Mantive também um contato mais afinado com outras duas interlocutoras, Lupita e Angelina, que me contataram diversas vezes para conversar sobre fatos que haviam acontecido em suas vidas. A seguir apresentarei os retratos das entrevistas, que também conterão os perfis das participantes.

---

<sup>25</sup> As referidas reflexões sobre identidade de gênero e tráfico de pessoas serão aprofundadas, respectivamente, nos capítulos 3 e 4 da presente pesquisa.

## MARILYN

Marilyn foi a primeira entrevistada e também a participante que mais contribuiu com indicações de nomes para entrevistas deste estudo. Ela foi o que escolhi chamar de *participante-informante*. Por esta característica, muito dos contatos iniciais que fiz com Marilyn já foram descritos no tópico 2.3. Irei me ater, portanto, as percepções que tive durante a entrevista e ao perfil da interlocutora.

A entrevista com Marilyn ocorreu no dia 08 de junho de 2016 e teve início às 14h30min. A participante é moradora do bairro Pajuçara, localizado no município do Maracanaú. Marilyn mora em uma região pobre da periferia da referida cidade. Marilyn tem 26 anos, considera-se parda e cursou o ensino médio completo. Tem “como ofício” a costura. Ela fez cursos de costura aos dezoito anos de idade e exerceu a profissão em diferentes confecções. Marilyn também revelou que já havia exercido a prostituição de rua, porém, atualmente, ela abandonou esta atividade. O seu sustento depende do marido e das ocasiões em que consegue empregos temporários em fábricas de costura

Inicialmente, tive certa dificuldade em encontrar a sua casa, pois, como Marilyn havia advertido em nossas conversas, “a sua rua não estava no mapa”. Tentei me basear pelos pontos de referência que a interlocutora muito prontamente descreveu. Além disso, na ocasião, estava acompanhada de um amigo que conhecia a região e me ajudou a encontrar a casa de Marilyn. Ele esteve presente em três entrevistas (com Marilyn, com Lupita e com Angelina), pois conhecia bem as localidades. A presença dele foi autorizada pelas entrevistadas.

Quando cheguei ao local da entrevista, fui recepcionada pela participante, por sua irmã e pelo seu marido, que se preparava para ir ao trabalho. Tanto Marilyn quanto eu já tínhamos noção de como aparentávamos ser, uma vez que as nossas primeiras conversas aconteceram pelas redes sociais e nossas fotos estavam expostas nas mesmas. Porém, diferentemente do que pensava, Marilyn e as demais entrevistadas não apresentavam excessos de silicone pelo corpo. A participante demarcava a sua feminilidade com roupas, cabelos cumpridos e com o “comportamento feminino” (reproduzido nos papéis sociais). Na ocasião, ela disse que desejava “juntar dinheiro para colocar as minhas próteses” e que havia tomado hormônios e feito “laser no rosto”.

A entrevista foi feita na sala de estar da entrevistada. Não consegui adentrar outros espaços da residência, mas a casa era simples e não havia o “glamour” tão sonhado por elas. Na verdade, a interlocutora parecia estar habituada em lidar com suas tarefas do dia a dia e com sua “vida de esposa”. Ao iniciar a entrevista, tive certo receio em perguntar a entrevistada sobre o período de sua prostituição e se a mesma “em algum momento de sua vida” teve contato ou passou por situação de tráfico de pessoas. Fui surpreendida com a tranquilidade das respostas de Marilyn. Em nenhum momento, ela pareceu se sentir constrangida com as perguntas. Ao contrário, pareceu à vontade com os questionamentos e aberta para responder toda a entrevista.

É interessante salientar que tive contatos posteriores com Marilyn, nos quais falávamos sobre a temática da identidade de gênero, sobre a dificuldade para travestis e transexuais conseguirem empregos e sobre fatos de sua vida, como quando me contou que teve que modificar o número do telefone, pois o seu marido a havia proibido de usar o *WhatsApp*. A participante também contou que ainda sonha em viajar para a Europa. Quando ainda exercia a prostituição, ela aceitou o convite para sair do país, mas antes de migrar conheceu o seu marido e desistiu da viagem. Foi com a sua ajuda que conheci Lupita e Angelina.

## LUPITA

Lupita foi a segunda participante desta pesquisa. A entrevista ocorreu no dia 09 de junho de 2016. Os contatos iniciais foram feitos com a mesma por meio do aplicativo *WhatsApp*. A partir daí, começamos a conversar sobre a entrevista e sobre a temática desta pesquisa. No dia 19 de maio tivemos o nosso primeiro contato e Lupita aceitou ser entrevistada, porém me advertiu de que aceitaria a proposta caso a entrevista não fosse nenhuma “palhaçada”. Na ocasião, ela disse:

[...] se não for palhaçada. Se for coisa séria ou trabalho, com certeza eu faço parte, entendeu? Já dei outra entrevista, mas só que... gostei das outra entrevista, já recebi proposta de outras entrevista, mas era palhaçada, entendeu? Avacalhar com o movimento GLBT, com o movimento mulheres transexuais. Então, eu já não gosto, mas a Marilyn falou que o seu trabalho é bem direitinho, é correto. Então, eu quero lhe conhecer pessoalmente. Eu topo, sim! (Diário de Campo, Maio de 2016).



Neste mesmo dia, Lupita me ligou. Ela queria conversar sobre alguns pontos de sua vida. Falou que a realidade das transexuais é difícil em tudo, até mesmo para conseguir namorados, pois, segundo ela, “esses homens daqui” não desejam estabelecer nenhum relacionamento sério com elas, querem apenas sexo. Tentei nesse mesmo dia marcar uma data para a nossa entrevista que ocorreu em junho.

A mesma foi bastante solícita durante todo o período da pesquisa e sugeri que realizássemos um trabalho audiovisual para mostrar pontos importantes da entrevista, bem como o dia a dia das interlocutoras que aceitassem participar dos vídeos. Por questões de incompatibilidade de horários com as entrevistadas que sinalizaram positivamente para a gravação de vídeos e fotos, não consegui realizar este trabalho. Porém, ainda pretendo colocá-lo em prática, como um dos resultados da dissertação.

Lupita tem 27 anos, identifica-se como uma mulher trans e se considera, quanto a sua raça/etnia, branca. Ela relata que não terminou o ensino médio por causa dos preconceitos vividos na escola. Assim como Marilyn, a entrevistada também já trabalhou como costureira. Posteriormente ao período como costureira, ela trabalhou por 5 anos como garçõete em um restaurante no centro da cidade de Fortaleza. Atualmente, Lupita tem como atividade a prostituição. Ela publica anúncios em sites especializados na divulgação de travestis e transexuais como “acompanhantes”.

A entrevista ocorreu na casa da interlocutora. Ela reside no município de Maracanaú, em um bairro próximo ao shopping da cidade. Quando cheguei ao local, ela estava, juntamente com amigas, que também eram transexuais, preparando o seu almoço. Fui bem recebida por todas e logo fui levada para o quarto de Lupita, onde iria gravar a entrevista. Quando entrei em seu quarto, notei que a tão desejada feminilidade estava expressa em todos os seus detalhes. O quarto era rosa, tinha plumas e paetês pendurados em um canto da parede, uma penteadeira com maquiagens, um guarda-roupa repleto de sapatos altos e uma cama coberta com lençóis com estampa de onça. Percebi, assim, que a feminilidade de Lupita não estava expressa apenas em seu corpo transformado. Tudo nela expressava o que culturalmente se entende como feminino. A feminilidade transbordava naquele ambiente.

Inicialmente, fiquei receosa com a receptividade da minha temática, uma vez que falar sobre tráfico de pessoas e exploração sexual com um público já tão estigmatizado pode reforçar preconceitos os quais se busca romper. Percebi, entretanto, que havia um imenso interesse por parte da interlocutora em falar sobre sua história e sobre as dificuldades de ser uma mulher transexual.

## **ANGELINA**

Angelina foi a terceira entrevistada deste estudo. A entrevista ocorreu no mesmo dia em que realizei a de Lupita, 09 de junho de 2016. Lupita e Angelina são amigas e esta última pediu que a entrevista fosse realizada na casa de Lupita. Assim como Marilyn, tive várias conversas informais com Angelina. Os contatos com a entrevistada foram feitos pelo *WhatsApp*, ela já tinha conhecimento da minha pesquisa quando nos falamos pela primeira vez, pois Lupita havia comentado com a mesma sobre o estudo que eu estava realizando.

A participante tem 26 anos e também se identifica como transexual. Ela não concluiu o ensino médio e trabalhou como costureira em uma conhecida fábrica de roupas. Atualmente, Angelina tem como atividade a prostituição. A entrevistada, a exemplo de Lupita, publica anúncios em sites para “acompanhantes” travestis e transexuais. No final do ano de 2016, Angelina havia conseguido um emprego em um salão de beleza. Porém, permaneceu por pouco tempo no local.

Angelina se mostrou solícita durante todo o período da entrevista. A cada resposta, ela fazia longos registros sobre as suas experiências desde o início de sua transformação. Uma característica marcante desta participante foram as vivências amorosas. Toda entrevista de Angelina foi perpassada por suas experiências afetivo-sexuais e pelos relacionamentos que vivenciou na vida adulta. A época da entrevista, a participante estava namorando, contou que o rapaz gostaria de “tirá-la dessa vida”. Ela relatou:

Já, muito! Homens e cafetinas. Eu agora tô com um, eu não vou mentir. Eu tô com uma pessoa agora, né, que eu tô conhecendo, mas, particularmente, ele quer me tirar dessa vida. Ele sabe que eu sou uma transexual, ele já foi casado, tem um filho. Mas ele é assim, 24 horas me ligando, sabe? Quer saber como é que eu tô, o que é que eu tô fazendo, com quem, se eu tô bem. E, às vezes, ele fica com raiva, porque também ele tem muita preocupação, porque ele trabalha vendendo terrenos, né? Ele agora tá em Recife, vendendo uns terrenos. Ele é daqui de Fortaleza. Ele quer morar

junto comigo aqui no Maracanaú, mas ele planeja pra gente viajar fora, Paris, Itália (Angelina).

Pouco tempo depois, Angelina disse ter terminado este relacionamento. Quando voltamos a conversar, ela relatou que estava vivendo um romance com um português e que já estava noiva. Durante a conversa, ela me indicou o nome de uma amiga para que eu pudesse entrevistá-la. A amiga de Angelina (que nomearei aqui como Alicia) aceitou participar da pesquisa, mas pediu que a entrevista fosse realizada na casa de Angelina. Deste modo, na data combinada (21 de setembro de 2016), fui a casa de Angelina, que também é localizada no Maracanaú, contudo, Alicia não compareceu e não obtive mais repostas da mesma. Angelina me convidou, então, para passar uma tarde em sua casa. Ela relatou que estava passando dificuldades financeiras e que continuava “aceitando anúncios”, mas a frequência da procura de homens havia diminuído.

Na ocasião, disse também que estava prestes a embarcar para Portugal, pois o noivo viria buscá-la. Ele era empresário e havia pedido Angelina em casamento. Ela nunca o encontrou pessoalmente, tendo o conhecido por meio de um grupo no *WhatsApp*. A vinda do noivo para o Brasil, porém, havia sido adiada, pois a sua mãe estava hospitalizada. Posteriormente, quando voltei a conversar com Angelina, ela disse que o noivo havia “sumido do mapa e não deu nenhuma satisfação” e que a última notícia que havia recebido dele era que a mãe havia falecido e que ele tinha sofrido um acidente e estava se locomovendo em uma cadeira de rodas.

## **SCARLETT**

Scarlett foi a quarta participante deste estudo. A entrevista ocorreu no dia 28 de julho de 2016. Nesse período, eu estava encontrando dificuldades para conseguir travestis e transexuais que aceitassem participar da pesquisa. Scarlett foi indicada por uma pessoa que já havia se recusado a conceder entrevista. Entrei em contato com esta interlocutora e logo consegui marcar uma data. Scarlett reside em um município do interior do Ceará. A entrevista ocorreu na casa de uma amiga da mesma, localizada na cidade de Guaiúba. Os contatos com a interlocutora tiveram início através das redes sociais e as conversas se deram por meio do *WhatsApp*.

Para chegar a Guaiúba, tive ajuda de uma amiga que me levou até a casa de Scarlett, local combinado para a entrevista. Ao chegar à casa da interlocutora, esta não estava. Tinha ido à casa de uma amiga. Então, eu e minha amiga fomos a procura de Scarlett. Percebi que tanto Scarlett quanto sua amiga residem em lugares pobres. Ao chegar à casa de sua amiga, a entrevistada me esperava do lado de fora. Fui muito bem recepcionada por todos que estavam no ambiente. Ela um pequeno cômodo nos fundos da casa, onde estava sua amiga, também transexual, o marido dela e alguns meninos. Enquanto iniciava a entrevista com Scarlett, os meninos jogavam. A amiga da interlocutora alisava os cabelos de Scarlett, ao mesmo tempo em que esta me observava e ouvia as perguntas da entrevista.

Inicialmente, a entrevistada se mostrou tímida ao me conhecer, falava muito baixo e parecia me observar. Até aquele momento, os nossos contatos haviam ocorrido apenas através das redes sociais. Ao longo da conversa, entretanto, percebi que ganhei a confiança da interlocutora e de sua amiga. Já nos primeiros 15 minutos da entrevista, minha presença não parecia mais incomodá-la. Enquanto sua amiga fazia o cabelo de Scarlett, ela respondia minhas perguntas.

A entrevistada tem 21 anos e se considera, quanto a sua raça etnia, como negra. Ela possui o ensino médio completo e é técnica em agropecuária. Ela relatou que conseguiu passar para a faculdade de Filosofia na UECE, porém perdeu o dia da matrícula. A entrevistada contou que realiza um trabalho autônomo como cabeleireira e maquiadora. Scarlett não se prostitui e nunca o fez em nenhum momento de sua vida. Apesar disso, já recebeu convites de cafetinas. A mesma está desempregada, recebendo ajuda financeira de sua mãe com quem reside. Ela se identifica quanto ao seu gênero como uma transexual.

Scarlett foi a única entrevistada que contou participar de uma associação política que lutava pelos direitos da população LGBT em sua cidade. Ela explicou que:

Participo da APLOGS que é a Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiúba. A única defesa que a gente tem na realidade mesmo pra apoiar projeto, fazer movimento social pro nosso público LGBT é a Associação pela Livre Orientação Sexual de Guaiúba. Ele também atende o público heterossexual, porque... é... Inclusive nós estamos com a campanha "Somos Plurais", pra gente mostrar que somos iguais, que a gente tem capacidade de ajudar todo mundo, não só os homossexuais, o movimento LGBT. Inclusive tem muita gente que não entende, a parada pela diversidade sexual. A gente atende o público da diversidade sexual. Aí uma parada pela diversidade sexual que dizer: diversidade de gêneros. A gente

tende a ajudar casais heterossexuais, como homem e mulher, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Aí a gente ajuda, a gente não tem aquele negócio de só o nosso movimento a gente ajudar, tá entendendo?

Aí, eu faço parte. Tem reunião. A gente discute, tem a temática que a gente vai abordar naquele ano. Por exemplo, esse ano a gente tá com a campanha “Somos Plurais”, aí a gente já fez um movimento de corte de cabelo, que muita gente foi, com médico. Inclusive, assim, o governo não apoia tanto. Apoia, né, não apoia tanto, mas apoia. Não vou dizer que não apoia que é mentira, mas a sociedade também apoia. Aqui em Guaiúba, o povo apoia, tá entendendo? Por exemplo, a farmácia X disponibilizou médicos pra poder atender. Tipo assim, um patrocínio, de vez em quando a gente consegue um patrocínio [...] pra poder fazer um movimento diferente, pra poder fazer alguma coisa pelas pessoas, não só pelo nosso movimento, mas como outras pessoas (Scarlett).

Quando abordei na entrevista perguntas que tratavam sobre prostituição e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, ela disse que algumas cafetinas a haviam convidado para se prostituir em Fortaleza, com a proposta de que em troca a ajudariam a colocar suas próteses de silicone. Scarlett recusou o convite. Ela diz que conhece a realidade da exploração sexual e da prostituição por meio das vivências de outras colegas e das discussões promovidas nas reuniões da Associação.

## **VIOLA**

No dia 26 de agosto de 2016, realizei a quinta entrevista desta pesquisa. Viola foi indicada por Marilyn. Assim como as demais participantes, conversei inicialmente com ela por meio do *WhatsApp*. A entrevistada mora no bairro da Pajuçara, na periferia de Maracanaú. Nessa entrevista, eu estava sozinha. Peguei um ônibus que para exatamente na rua indicada por Viola. Ao chegar, pedi informação para um rapaz que estava sentado na calçada. Ela me indicou um caminho contrário ao da casa da participante. Ao notar que estava indo para o lado oposto, tentei voltar e me deparei com o mesmo rapaz. Ele estava de moto bem atrás de mim. De repente, um senhor saiu de uma casa e me aproximei dele e rapaz na moto disse: “É pra lá, moça. Falei errado”. Ele foi embora e eu segui, dessa vez no caminho correto.

Cheguei a sua casa no horário combinado, porém Viola não estava. Tentei falar com os/as vizinhos/as para saber se aquela era realmente a casa da interlocutora. Perguntei pela entrevistada com o seu nome social, contudo fiquei

surpresa ao descobrir que ninguém da vizinhança a conhecia (pelo menos não a conheciam pelo seu nome social). Ao me verem no local, uma pessoa estranha àquele ambiente, um aglomerado de pessoas formou-se. Dois homens pararam as suas motos próximo ao local onde eu estava. As vizinhas com quem havia falado sentaram-se à calçada e novamente falaram: “Não tem nenhuma Viola aqui, não!”. Queriam saber o que eu fazia ali, que tipo de entrevista eu faria, se estava lá para oferecer emprego, quem era a moça que eu procurava.

Expliquei para eles/elas que se tratava de uma pesquisa para o mestrado na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Disse que era assistente social e que Viola havia marcado comigo em sua casa. Falei também que estava entrevistando pessoas que se identificavam como travestis e transexuais e logo que esclareci esse ponto, um rapaz do outro lado da rua me chamou e falou: “moça, é um travesti, é?” e eu respondi: “sim, é uma transexual que mora aqui. Ela me deu esse endereço”. Perguntei se eu poderia entrar na casa dele para poder ligar para a entrevistada e ele disse que sim. Ele estava na máquina de costura com uma amiga e fez algumas perguntas sobre a pesquisa; queria saber se eu estava entrevistando o público LGBT como um todo, pois ele era gay e a amiga era lésbica e poderiam conversar comigo se eu quisesse. Respondi que estava fazendo uma pesquisa apenas com travestis e transexuais. Minutos depois, consegui falar por telefone com Megan, ela estava na casa de um amigo e pediu que eu fosse até lá. Agradei a acolhida da vizinhança e fui até a entrevistada. Andei alguns quarteirões até chegar ao local que ela havia me indicado.

Viola me esperava do lado de fora da casa. Quando entrei, ela me apresentou ao seu amigo que estava na máquina de costura. Realizamos a entrevista ao som dos estampidos da sua máquina. A participante parecia bastante tímida durante a entrevista. Dava respostas curtas e em alguns momentos vagas. Apenas quando falamos sobre viagens para a Europa, um dos sonhos de Viola, ela conseguiu se desvencilhar da timidez.

A entrevistada tem 22 anos e se considera, quanto a raça-etnia, parda. cursou até o nono ano do ensino fundamental. Viola está desempregada, ela mora com seus pai e irmãos. Anteriormente havia trabalhado no que denominou como “casa de família”, porém permaneceu no local por apenas um mês. Ela nunca trabalhou de carteira assinada em nenhuma função. Assim como Scarlett, Viola nunca exerceu a prostituição. Contudo, já recebeu convites de cafetinas (também

definiu como “transex mais velhas”) para prostituir-se e cogita a possibilidade de aceitar. Ela deseja migrar para a Itália, pois lá possui algumas amigas.

Viola me surpreendeu pelo fato de não desejar realizar nenhuma modificação corporal. Para ela, “vestir-se como uma mulher” bastava para se sentir bem. As demais entrevistadas sonham em realizar transformações corporais para se tornarem mais femininas. As próteses de silicone eram frequentemente mencionadas como o ápice para se considerarem “toda feita”.

Notei que Viola tinha condições financeiras bastante restritas. No final da entrevista, ela me acompanhou até o ponto de ônibus e fomos conversando sobre o mercado de trabalho. Ela disse que era muito fechado para travestis e transexuais. Até mesmo os comerciantes locais de Maracanaú não as empregavam. O preconceito, segundo ela, era muito forte.

## **BRIGITTE**

Brigitte foi a última entrevistada desta pesquisa. Diferente das outras cinco, ela não foi indicada por nenhuma das participantes. Conheci esta interlocutora no shopping Benfica. Eu estava em uma loja de roupas quando vi duas mulheres transexuais conversando com uma vendedora. Na verdade, não percebi de início. Quando estava próxima a elas, distraída com as roupas, ouvi uma delas dizer: “acuenda, mona!”. A vendedora riu e perguntou: “O que é acuenda?”. Daí, então, voltei minha atenção para as duas. Elas estavam comprando um celular e logo que notei a presença delas, tentei disfarçar um interesse pelas roupas e fui me aproximando de onde estavam. Não consegui evitar o interesse pela conversa que elas estavam tendo com a vendedora. Naquele momento, tive que tomar a decisão de abordar ou não as duas. Fiquei receosa em fazê-lo, pois não sabia como seria a receptividade da abordagem. Quando terminaram a compra, passaram por mim e logo decidi... eu as abordei. Pedi desculpas pela abordagem inesperada e perguntei se elas eram “mulheres trans”, uma delas me respondeu: “Depende do que você quer saber. Mulheres trans são aquelas que não necessariamente mudam de sexo. As transgêneros fazem a cirurgia de mudança de sexo”. Expliquei que estava fazendo uma pesquisa com o público de travestis e transexuais e falei sobre o meu trabalho. Após esclarecer os motivos da investida, perguntei se elas tinham interesse em me conceder uma entrevista e uma delas me deu o seu número de

telefone. Era Brigitte. A amiga da interlocutora não falou muito, parecia apressada e distante e preferiu não dar o seu contato, disse: “o dela é o mesmo do meu”. Brigitte pediu desculpas pela amiga e justificou a atitude dizendo que ela não queria falar porque estava apressada para ir à academia.

No dia seguinte, iniciei os primeiros contatos com Brigitte pelo *WhatsApp*. Ela logo demonstrou a sua disponibilidade para me conceder a entrevista. Entretanto, disse que eu não poderia ir a casa dela, pois morava com “outras meninas” e elas eram “mais retraídas” e poderiam se incomodar com a minha presença. Marcamos, então, no shopping Benfica. Ela mora perto deste shopping, próximo a Avenida José Bastos. Fiquei esperando por ela na entrada principal do shopping e quando Brigitte chegou nos encaminhamos para a praça de alimentação.

Antes de começarmos a entrevista, apresentei o termo de consentimento livre e esclarecido para ela, ação que repeti com todas as participantes. Brigitte, contudo, disse que não precisava, pois não tinha problema algum em divulgar as suas histórias de vida. Expliquei, porém, a importância do termo de consentimento e a entrevistada, então, aceitou assiná-lo e receber a sua cópia.

No início da gravação da entrevista, Brigitte se ofereceu para segurar o celular onde eu estava gravando a sua fala. Deste modo, iniciei a entrevista. Brigitte tem 26 anos e, em relação à raça-etnia, disse-me que se considera branca/amarela. Ela cursou até o “segundo ano, do segundo grau” (ensino médio). Trabalhou um ano e seis meses como costureira e não trabalhava de carteira assinada. Ela se identifica como uma mulher transexual. Para explicar a sua identidade de gênero, ela diz:

Eu me entendo assim... por dentro, no meu psicológico, eu sou mulher. Mas eu nasci num corpo masculino. Tipo, num corpo que podemos dizer... não sei se é errado, porque, tipo assim, se fosse pra escolher, eu preferia escolher o feminino, o sexo feminino, não o masculino. Entendeu? Mas como Deus disse: “não você vai nascer num corpo masculino, mas vai ter a mente...”, eu acho assim, com a mente feminina. Entendeu? Eu acho que feminina (Brigitte).

Brigitte não hesitou em responder nenhuma pergunta. O único momento em que baixou o tom de sua voz foi quando falou que havia deixado a costura para exercer a prostituição. A participante se prostitui na Av. José Bastos e se mostrou satisfeita com a sua atividade.



Eu pude perceber que Brigitte havia realizado grande parte das modificações corporais que havia desejado. Além das próteses de silicone, ela também havia aplicado silicone industrial (ou óleo industrial) no seu corpo.

### **3 AS TRAVESTIS E AS TRANSEXUAIS: (IN)VISIBILIDADE, PERFORMATIVIDADE E AUTORRECONHECIMENTO**

#### **3.1 DESNATURALIZANDO O BINARISMO SEXO/GÊNERO: RELAÇÕES DE GÊNERO E IDENTIDADES**

Os estudos sobre gênero têm crescido exponencialmente e ganhado visibilidade desde os anos 1990, adotados em grande parte na área das ciências sociais. Este conceito, no entanto, não é consenso entre os/as estudiosos/as que fazem seu uso. Inicialmente, o conceito de gênero fora empregado para demarcar a importância da cultura como elemento de formação das identidades de homens e mulheres, buscando-se com isso superar o debate biológico-sexual. Este debate teria no sexo a representação do biológico, do natural, não sendo passível de mudanças. Ele seria fixo, pré-determinando o gênero.

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos marcados por grandes embates políticos travados por movimentos de intelectuais, de estudantes, de negros, de mulheres no âmbito internacional. Em 1968, as lutas dos movimentos sociais ganharam força e as demandas de grupos específicos passaram a fazer parte de estudos e organizações políticas. De acordo com Moraes (2000) foi também neste período que efervesceram estudos sobre as mulheres, os quais tinham como foco a contestação política da condição feminina. No âmbito nacional, “[...] as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira” (MORAES, 2000, p. 95). Ainda segundo a estudiosa, muitas feministas, que sofreram perseguições durante a ditadura, exilaram-se em cidades europeias e lá tiveram contato com as experiências de lutas políticas feministas, principalmente da França e da Itália. Era clara, a partir de então, a influência socialista e marxista no feminismo brasileiro.

Os estudos sobre mulheres tiveram enorme propulsão nesse período, convergindo com a luta política do movimento feminista. Buscava-se entender a subordinação e a opressão das mulheres na sociedade.

Conforme Moraes (2000), o movimento feminista norte-americano esteve na contramão do europeu; ele não estava voltado para o debate marxista, suas contestações eram de cunho ideológico e cultural. Neste sentido, “A luta libertária

incluía as questões relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do *american way of life*. A contestação era, portanto, de cunho mais ideológico e cultural do que propriamente político” (MORAES, 2000, p. 95).

A partir de 1980, os estudos com enfoque no conceito de gênero passam a ter maior predominância, inclusive dentro do próprio feminismo. O próprio conceito de “feminilidade” passou por revisões. Neste contexto, “Procurou-se, desde então, circunscrever as expressões culturais, sociais, psicológicas do feminino e reconstruir o conceito de feminino no campo das suas significações simbólicas [...]” (BENOIT, 2000, p. 76).

Os estudos que abordavam o conceito de gênero buscavam romper com o pensamento que atrelava o sexo ao biológico, denunciando não apenas um “determinismo-biológico”, mas também uma espécie de “redução ao determinismo econômico” (BENOIT, 2000), já que, em sua maioria, os estudos da época sobre mulheres tinham como base o pensamento marxista. Neste sentido,

Se parte do discurso feminista pós-68, de maneira confusa, procurava apoiar-se basicamente ainda na teoria marxista, agora, este novo discurso, com o conceito relacional-cultural de gênero, parece possuir outros referenciais teóricos. As categorias “gênero”, “relação de gênero” e “feminino”, como entes construídos *culturalmente*, isto é, como elementos simbólicos, parecem-nos remeter ao *corpus* teórico da sociologia da cultura (BENOIT, 2000, p. 80).

Muitas são as críticas referentes ao conceito de gênero ou “relações de gênero”, uma vez que o mesmo dá ênfase ao caráter relacional de homens-mulheres, retirando desta relação o viés opressor e hierarquizante. Como infere Moraes (2000, p. 95-96),

[...] a área temática que hoje chamamos de “estudos de gênero” foi antecedida historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os “estudos sobre a mulher” dominaram os anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os “estudos de gênero” denotam a entrada na academia de uma certa “perspectiva de análise”. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações. Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao “gênero masculino” – como bem revelam os trabalhos sobre “masculinidades” e “paternidades”.

De acordo com este pensamento, abre-se mão dos estudos sobre as mulheres para se dar enfoque aos estudos de gênero, uma vez que este seria mais

amplo, reduzindo a desigualdade entre homens e mulheres (advindas do sistema patriarcal-capitalista) e dando uma “ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero” (SAFFIOTI, 2009, p. 14). A categoria gênero estaria desprovida, neste sentido, de contradições. A ênfase em seu caráter relacional não permitiria se pensar em um processo opressor. De acordo com Benoit (2000, p. 82),

[...] as relações de gênero, no discurso atual do feminino, são pensadas, de certo modo, como oposição não-contraditória e apenas relativa. Nesse sentido, as relações de gênero são apenas relações entre pólos complementares, não permitindo que seja pensada qualquer superação do processo de divisão do trabalho que subordina e oprime a mulher, a partir da oposição contraditória entre classes sociais.

Este não é objetivo do presente estudo. Reafirma-se aqui que ao abordar as relações de gênero é necessário que se observe e se compreenda os meandros que a perfazem como relações desiguais e opressoras, não apenas relacionadas às mulheres, mas também às mulheres transexuais e às travestis. Entende-se nesta pesquisa que, apesar de o patriarcado ser amplamente criticado por autoras pós-estruturalistas como uma estrutura universalizante, é necessário enxergar que a sociedade brasileira ainda conserva estruturas hierarquizantes e opressoras, advindas de sua formação patriarcal. Por isso, o pensamento de Heleieth Saffioti será abordado neste estudo com o objetivo de compreender o processo de dominação-exploração feminina presente nas relações de gênero. É importante deixar claro que não se pretende recusar as contribuições de estudiosas/os pós-estruturalistas, ao contrário, elas/es são cruciais para a apreensão da realidade das transexuais e das travestis e do processo de desconstrução dos binarismos sociais. Contudo, é preciso apreender as condições de vida e a experiência social deste segmento a partir da sociedade brasileira, que se constrói com bases machistas e sexistas.

As diferenças sexuais entre homens e mulheres não delimitam os estigmas e as hierarquias. Tal delimitação está na construção das relações sociais que, por sua vez, perfazem as normas e convenções estabelecidas de modelos de sexualidade, identidade e comportamento, em que os homens representariam o sexo “dominante”, viril e opressor e as mulheres o sexo que a este deveriam estar subjugadas. A determinação de papéis sociais, sexuais e padrões de feminilidade e

de masculinidade perpetuam o sexismo e o machismo e estabelecem identidades binárias excludentes, uma vez que travestis e transexuais são consideradas seres estranhos e incoerentes na consonância entre sexo e gênero. Diante de tal processo é que se faz necessário compreender as relações de gênero e a construção dos binarismos sociais que tem como modelo central e legítimo a heteronormatividade<sup>26</sup>. A dominação, subjugação feminina estão presentes no íterim das relações de gênero, refletindo-se nas representações sociais, no papel determinado para mulheres, travestis e transexuais e que estas podem introduzir e reproduzir.

Cabe observar que as relações de gênero aqui analisadas são constituídas a partir da sociedade brasileira e, desta forma, é preciso compreender que a formação histórico-social deste país é perpassada por um processo de dominação-exploração que extrapola a esfera econômica. Há, na verdade, a reafirmação de um processo opressor que reifica mulheres, travestis e transexuais. Ao analisar as relações sociais de gênero, Saffioti (2004) atribui ao patriarcado o processo de inferiorização e opressão a condição feminina. A autora entende assim que:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-domação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso, que prescinde das numerosas confusões de que tem sido alvo (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

---

<sup>26</sup> Os/As teóricos/as queer e estudiosas feministas argumentam que há um processo de heteronormatividade que pressupõe um modelo social regulamentador das identidades e do modo de vida dos sujeitos que estão dentro das normas sociais e daqueles/as que transgridem as mesmas. De acordo com Miskolci (2009, p. 157), “A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (CHAMBERS, 2003; COHEN, 2005, p.24). Muito mais do que o *aperçu* de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade”.

A inferioridade aqui referida está presente na desigualdade que se estabelece nas relações de gênero, classe, raça-etnia, em que mulheres, transexuais, travestis estão sujeitas. Não se trata aqui de processos discriminatórios quantitativos (SAFFIOTI, 2009), isto é, não se discrimina uma transexual e uma travesti por sua identidade de gênero, mais pobreza, mais raça-etnia, e sim porque sua condição social expressa maior complexidade. As violências – físicas, psicológicas, sexuais, simbólicas – que, muitas vezes, ocorrem por sua condição feminina são agravadas caso sejam pobres e negras, uma vez que estes são marcadores sociais. As desigualdades de gênero são reproduzidas não apenas por homens, mas também pelas próprias mulheres. Neste sentido,

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilizar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas” sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem. (SAFFIOTI, 2004, p. 34-35)

O machismo, o sexismo e a heteronormatividade fazem parte das relações de gênero, influenciando a formação de discursos e normas que atingem homens, mulheres, travestis e transexuais. Assim, o patriarcado pode estar nas ações dos sujeitos mesmo que estes não sejam homens. As mulheres, por vezes, acionam o patriarcado no disciplinamento dos filhos e nas relações afetivas. Contudo, são elas (mulheres, travestis e transexuais) as mais atingidas com o sistema dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004). A produção e a reprodução destas convenções estão inscritas na ordem social e são responsáveis pela determinação de papéis sexuais, de gênero e porque não dizer dos preconceitos e desigualdades pelos quais o segmento feminino está subjugado.

Saffioti (2004) parte do princípio de que as ideologias figuradas nas relações de gênero são um construto da ordem social estabelecida através do patriarcado. Este se faz presente não apenas nas relações privadas, mas também nas relações civis, e no Estado, estruturando hierarquias que se traduzem em desigualdades. Para a estudiosa, a subjugação feminina parte de um tripé, um nó, entre patriarcado-capitalismo-racismo. Vale salientar que as desigualdades advindas deste tripé, assim como as violências, estão entrecruzadas e são produtoras de normatividades que se situam e se modificam historicamente. As normas, discursos, convenções, apesar de serem construídas a partir das relações sociais e ao mesmo tempo as regular e as controlar, não se constituem sozinhas, nem são a-históricas. Eles fazem parte de um conjunto de práticas sociais que “moldam” os corpos. Assim,

[...] não se trata apenas de uma relação “material”, mas também produzida por e produtora de ideias, normas, valores e concepções de mundo. Isso implica o caráter dinâmico das relações sociais, que devem ser historicizadas, haja vista que possuem uma “estrutura” que permite sua permanência, mas também passam por transformações que correspondem a determinados períodos históricos. Para isso, deve-se desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais (KERGOAT, 2010). (TOITIO, 2013, p. 3).

Para Saffioti (2009), o conceito de patriarcado não exclui o de gênero, sendo este mais amplo. A socióloga não enxerga coerência na substituição de um conceito por outro, fazendo severas críticas a autoras como Joan Scott e Gayle Rubin<sup>27</sup> que abandonam em seus estudos o patriarcado, retirando do conceito de gênero o processo opressor que perfaz as relações entre os papéis masculinos e femininos na sociedade.

---

<sup>27</sup> O conceito de gênero prosperou a partir de 1975, com a publicação do artigo de Gayle Rubin “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. Saffioti (2009) teceu críticas à suposta neutralidade que Rubin imprimia ao conceito de gênero. “[...] de acordo com ela [Rubin], o conceito de sistema de sexo/gênero é neutro, servindo a objetivos econômicos e políticos distintos daqueles aos quais originariamente atendia” (SAFFIOTI, 2009, p. 14). Os estudos de gênero tiveram uma grande repercussão em países como o Brasil e foram absorvidos, em grande parte, tendo como base o pensamento da estudiosa Joan Scott. Destarte, “O conceito de gênero, no Brasil, alastrou-se rapidamente na década de 1990. Já no fim dos anos 1980, circulava a cópia xerox do artigo de Joan SCOTT (1983,1988). Traduzido em 1990, no Brasil, difundiu-se rápida e extensamente. O próprio título do trabalho em questão ressalta o gênero como categoria analítica, o que também ocorre ao longo do artigo” (SAFFIOTI, 2009, p. 15).

Os estudos de gênero passam a ter maior aceitação na década de 1990 e Joan Scott tornou-se uma das grandes referências sobre os aspectos relacionais entre homens e mulheres. Segundo a referida autora,

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. **Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica.** Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1990, p. 6, grifo nosso).

Ao tentar “incluir” as mulheres sem citá-las, Scott (1990) as esconde. É preciso dar visibilidade ao segmento feminino e a sua luta política, pois é através dela que se pode romper e desconstruir paradigmas. Retirar dos estudos de gênero a opressão que perpassa a relação entre o segmento masculino e o feminino é abrir mão do viés político, tornando a questão um mero processo descritivo. O patriarcado, do qual Scott (1990) abre mão, não é um sistema fixo, imutável. Ele é histórico e passa por constantes mudanças. De acordo com Saffioti (2004), ao desassociar gênero e patriarcado o vetor da dominação-exploração é deixado de lado. Neste sentido, “o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 138-139).

Ao abordar as relações de gênero patriarcais, recusando a suposta “neutralidade” da dissociação entre gênero e patriarcado, Saffioti (2009) tenta ampliar as bases do que ela chama de sistema dominação-exploração não apenas às mulheres, mas também para as travestis e para as transexuais. O gênero pode ser tratado como alvo do sistema dominação-exploração advindo da opressão subjacente ao patriarcado, que perpassa as relações sociais. Ao discorrer sobre tal ponto Saffioti (2009) infere:



[...] Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros ficam fora do esquema de gênero patriarcal. Do ângulo quantitativo, portanto, que é o indicado pela palavra usada por JOHNSON (larger), o patriarcado é, nas sociedades ocidentais urbano-industriais informacionais, o mais abrangente. Da perspectiva qualitativa, a invasão por parte desta organização social de gênero é total. Tomem-se, por exemplo, as religiões. Estão inteiramente perpassadas pela estrutura de poder patriarcal. A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação grasse e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar. Enfim, ganha terreno e se torna invisível (SAFFIOTI, 2009, p. 24).

A autora, porém, não avança na discussão sobre como a opressão advinda do sistema patriarcal atingiria travestis e transexuais, uma vez que é preciso considerar que a estes sujeitos agregam-se as questões referentes a preconceitos, a discriminações e a vulnerabilidades sociais e econômicas. Ao se tornarem pessoas “estranhas” para a sociedade, as travestis e as transexuais são relegadas a um processo de marginalização social. Compreende-se que as relações de gênero não denotam apenas um processo relacional entre homens e mulheres, sem dúvidas a opressão atinge o segmento feminino e perpassa a construção de discursos e normas sociais que determinam padrões de masculinidades e de feminilidades dentro de processos binários.

As atribuições binárias entre sexo e gênero reproduzem a compreensão social e cultural não apenas dos papéis sexuais, mas também da identidade de gênero. Deve-se esclarecer, deste modo, que é nas relações sociais que se dão as relações de gênero, de classe, de raça-etnia e que as normas, os discursos e as convenções que regulam as práticas e papéis sexuais são construídos. A sua construção perpassa, assim, o processo opressor e hierarquizante, que demarca para os homens e para a heteronormatividade um lugar de privilégio.

As três dimensões relacionadas, gênero, classe, raça-etnia, são referidas como complexos que se imbricam e, portanto, não podem ser estudados isoladamente. Eles são importantes para se compreender que as desigualdades não estão associadas unicamente ao gênero, mas perpassam outras estruturas da vida social.

As relações de gênero e a sexualidade representam, deste modo, relações de poder (poder macho, branco e heterossexual), uma vez que estão inseridas não só nas esfera da intimidade e da afetividade, mas também nas práticas sociais que se estabelecem na construção e controle dos sujeitos na esfera pública. Assim,

[...] com efeito, o exercício da sexualidade não se dá num vácuo social, mas obedece às normas sociais do momento histórico em que ocorre. [...] Para a leitura deste texto basta não perder de vista o fato de que a sexualidade é exercida de diferentes maneiras, segundo o tempo-espaço em que tem lugar. Mais do que isto, este exercício não é uniforme nem mesmo num espaço-tempo determinado, havendo sempre diferentes matrizes, competindo com a dominante, graças às transgressões cometidas por muitos *socis*. E a transgressão é de suma importância nas mudanças sociais. É nela e por meio dela que a sociedade se transforma neste domínio e em todos os demais, mesmo porque se transgride em todos os espaços sociais (SAFFIOTI, 2009, p. 4).

As transexuais e as travestis, por exemplo, são uma desnaturalização dos binarismos sexo/gênero, homo/hetero, macho/fêmea, uma transgressão a tais convenções. As normas e os discursos regulam e controlam uma preposta coerência entre sexo/biológico e gênero/cultural que transformam aqueles/as que transgridem em seres anormais, social e culturalmente ininteligíveis. O surgimento de transgressões representa um estremecimento de tais normas sociais. As transexuais e as travestis constroem sua feminilidade e modificam os seus corpos, desnaturalizando a norma que tem como base a correspondência natural entre sexo e gênero.

Cabe destacar que Saffioti trata as relações de gênero dentro do processo patriarcal, absorvendo contribuições das correntes feministas materialistas francófonas e pós-estruturalistas estadunidenses. Admitem-se aqui as contribuições da autora pra se pensar a categoria gênero para além de um mero processo relacional e sem conflitos. Entretanto para apreender a realidade do segmento formado por transexuais e travestis (que também podem ser referidas como o público trans) não se podem delimitar as análises ao processo opressor que privilegia homens em detrimento de mulheres, travestis e transexuais. Deve-se deixar claro com isso que não se desconsidera a esfera macrossocial; ao contrário, entende-se que ela está em constante processo de interação com a subjetividade dos sujeitos, influenciando suas escolhas e seus processos identitários e de autoafirmação. De tal modo, serão analisados os meandros da construção da feminilidade de transexuais e de travestis e o que a condição feminina deste segmento representa socialmente.

A estudiosa Judith Butler apresenta a discussão sobre a categoria gênero, tendo como ponto central o processo de desnaturalização dos binarismos sociais. Os seus estudos estão na contramão do que fora estudado até aqui. Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, Butler traz um pensamento que bagunça a

norma e busca a desconstrução do binário sexo/gênero. Sua contribuição é crucial para se pensar os sujeitos analisados nesta pesquisa, o segmento de transexuais e travestis. Porém, é preciso uma leitura cuidadosa de sua obra, pois a autora faz críticas à política feminista e ao sujeito do feminismo, as “mulheres”, bem como ao patriarcado como forma universalizante do processo de opressão deste segmento. As linhas que se seguem serão uma incursão ao pensamento de Butler, baseados em sua principal obra “Problemas de Gênero”<sup>28</sup>. Esta filósofa é considerada uma das principais autoras da chamada teoria queer.

Cabe ressaltar que este estudo não busca estabelecer hierarquias entre os saberes, tampouco conciliar perspectivas inconciliáveis (o que seria tornar este estudo eclético). O que se quer é estabelecer um diálogo crítico, compreendendo as contribuições e os limites destas correntes.

Butler (2003) faz críticas ao feminismo e a compreensão de que existe uma identidade definida e estável para a categoria “mulheres”. Além disso, a estudiosa apresenta a *representação* e a *política* como termos polêmicos, pois estes foram usados como forma de dar visibilidade às mulheres como sujeitos políticos, porém causam uma exclusão aquelas pessoas que não se encaixam a categoria identitária de “mulheres”. Discorrendo sobre tal pensamento, a autora argumenta:

[...] essa concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. [...] os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações dos sujeitos têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2003, p. 18).

Assim sendo, os sujeitos teriam que corresponder a uma identidade estável (estar dentro da categoria “mulheres”) para serem representados. Butler (2003) parte do pensamento foucaultiano de que a vida política é regulada pelas noções jurídicas e que, por isso, ao invés de emancipar, elas controlariam, regulamentariam e mesmo “protegeriam” os sujeitos. Para a filósofa existe uma insistência em determinar uma identidade una e estável para o sujeito do feminismo.

---

<sup>28</sup> A obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” foi o primeiro livro de Butler traduzido no Brasil, lançado nos Estados Unidos no ano de 1990.

Neste sentido, a autora interpõe a categoria “mulheres” e patriarcado, apontando na universalidade e na unidade do sujeito do feminismo um discurso de caráter representacional (BUTLER, 2003). O patriarcado denotaria uma experiência comum de opressão e subjugação das mulheres. Ao balizar a unicidade desse segmento, Butler (2003) revela um processo de exclusão que atingiria todos/as aqueles/as que não se reconhecem ou se identificam com o sujeito estável do movimento feminista. Além disso, a ampliação das bases de representação do feminismo para pessoas que não estão em conformidade com as normas não faria sentido para a filósofa. Deste modo,

Talvez exista, na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamariam de “pós-feminista”, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui (BUTLER, 2003, p. 22-23).

A crítica de Butler (2003) referente ao patriarcado está voltada para o fato de este sistema estar baseado em um modelo de gênero que pressupõe o binarismo homem/mulher, deixando de lado aqueles que não se encaixariam nessa normatização. Além disso, o patriarcado universalizaria a opressão para uma representatividade comum da categoria “mulheres”<sup>29</sup>.

A estudiosa critica a definição do patriarcado como base da opressão feminina, porém não está preocupada em argumentar de onde surgem as normas sociais que instituiriam identidades estáveis e unas para os sujeitos sociais, pois o que importaria seria a sua desconstrução.

Butler (2003) defende, assim, a construção de uma nova política feminista baseada em uma identidade variante. A estudiosa expõe uma perspectiva contrária

---

<sup>29</sup> Percebe-se aqui que Butler (2003) parte de uma perspectiva diferente daquela apontada por Saffioti (2004). A crítica da autora parte do pressuposto de que o patriarcado seria uma estrutura de universalização da opressão e que já não seria vigente nas sociedades ocidentais. Além disso, o conceito de patriarcado ao qual Butler (2003) se refere está baseado no binarismo sexo/gênero que excluiria os/as “dissidentes” das normas sociais e sexuais. Contudo, não se pode desconsiderar que o machismo, o sexismo, e o processo dominação-exploração de gênero ainda existam na sociedade brasileira e são frutos de sua formação histórico-social patriarcal, atingindo também travestis e transexuais, que, ao mesmo tempo em que transgridem as normas, reproduzem-nas.

ao que engendra as bases do feminismo (clássico), pois tem como ponto central de seu pensamento a desconstrução do binário gênero/sexo, com o qual contestaria a universalidade da noção de “mulheres”, identitária na representação feminista. Assim,

Butler estaria tentando deslocar o feminismo do campo do humanismo, como prática política que pressupõe o sujeito como identidade fixa, para algo que deixe em aberto a questão da identidade, algo que não organize a pluraridade, mas a mantenha aberta sob permanente vigilância. Nas palavras de Butler: “A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar” (p. 213) (RODRIGUES, 2005, p. 181).

Este pensamento pressupõe uma mudança de perspectiva do feminismo que não esteja fundamentada em uma identidade universal, desvinculando com isso a política e a identidade (estabilizada, fixa). No entanto, é possível levantar uma série de questionamentos a partir das ideias butlerianas: Nesta proposição de uma nova prática política do feminismo haveria representação? Quem seriam os sujeitos representados, já que se busca romper com a estabilidade das identidades? Se não há uma base universal que pressuponha o processo de opressão, dominação-exploração do segmento feminino, a desconstrução das normas sociais, dos binarismos e dos símbolos da linguagem denotaria o fim das violências (sexuais ou não), das hierarquizações e vulnerabilidades de gênero (mulheres, travestis, transexuais)? O que produziria tais normatizações sociais?

A desconstrução dos binarismos sexo/biológico e gênero/cultura parte do pressuposto de que o sexo não é fixo, nem imutável e que o gênero não é um mero depositário da cultura. Dentro deste processo normatizador e binário, o sexo é estabelecido como “pré-discursivo”, isto é, como se o mesmo fosse anterior à cultura. Deve-se compreender, então, que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

De acordo com este pensamento, busca-se romper com a ideia de que a construção dos sujeitos e das identidades ocorre a partir da coerência entre sexo, gênero e sexualidade. A estabilização e a correspondência de tais categorias seriam formadoras de sujeitos inteligíveis, sujeitos “em consonância” com as normas estabelecidas. Deste modo, “A noção de que pode haver uma ‘verdade’ do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2003, p. 38).

A heteronormatividade emergiria como uma norma social compulsória que restringiria as identidades ao binário homens/mulheres, sexo/gênero, biológico/cultural, determinando uma coerência e inteligibilidade entre o sexo, o gênero, as práticas sexuais e o desejo. À margem de tais binarismos estariam as transexuais e travestis, por exemplo, que, de acordo com as convenções, não se adequariam às identidades (im)postas na ordem social, sendo consideradas, portanto, sujeitos transgressores. Neste contexto, “As descontinuidades, as transgressões e as subversões que estas três categorias (sexo-gênero-sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico” (LOURO, 2013, p. 84). Deste modo:

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas queer sugerem uma teoria e uma política pós-identitária. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (LOURO, 2013, p. 47).

As transexuais e travestis não seguiriam as normas de coerência. Ao contrário, elas seriam a fuga a estas normas e, por isso, consideradas sujeitos ininteligíveis, abjetos. O sexo, o gênero e a sexualidade não seriam correspondentes e, assim, não encontrariam lugar nas leis culturais regulatórias. As transexuais e travestis assumiriam, de acordo com o discurso médico-jurídico, a posição de seres anormais, patológicos, pois estariam fora de lugar. Portanto,

A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos,

quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572).

Contudo, elas materializam a sua feminilidade, na contramão do discurso biologizante, que concebe o gênero a partir do sexo natural, embora nessa construção repitam as próprias normas que estremecem.

Por meio de um processo de *performatividade* (BUTLER, 2003), as transexuais e travestis reproduzem as normas e discursos produzidos socialmente, tidos como padrões controladores e reguladores de identidades. Assim, “[...] não há identidade de gênero por trás das ‘expressões’ do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultantes” (BUTLER, 2003, p. 48).

Segundo Butler (2003), o gênero é construído *performativamente* através de práticas que regulam a coerência do mesmo, constituindo identidades que parecem fixas como “ser mulher” e “ser homem”. Tais identidades são construídas dentro de uma matriz heterossexual, uma vez que “a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista” (BUTLER, 2003, p. 59).

Considera-se neste estudo a importância de compreender o debate que está por trás da categoria relações de gênero e afirmar que se recusa a ideia de que as pesquisas e estudos sobre gênero carreguem determinada neutralidade. Parte-se do pressuposto que as normas sociais vigentes produzem os corpos dentro de padrões de masculinidades e feminilidades e que a fuga a convenções regulatórias é considerada anormal, estranha e patológica.

É interessante observar que os conceitos da filósofa Judith Butler não podem ser incorporados como meros rótulos. É preciso reconhecer que a luta política feminista também busca uma desconstrução, de tal modo que as violências, as discriminações e o machismo voltados para os sujeitos femininos sejam percebidos e rompidos. Nesse sentido, esta pesquisa adota linhas teóricas que buscam a desconstrução das normatizações regulatórias do gênero e da sexualidade, mas também a construção de sujeitos políticos que se reconheçam

socialmente e busquem além de estratégias de sobrevivência, a luta para romper com as bases que violentam o seus modos de vida.

### 3.2 ABJEÇÃO E TRANSGRESSÃO: A MARGINALIZAÇÃO DE TRAVESTIS E DE TRANSEXUAIS

As transexuais e as travestis estão dentro de um contexto social de vulnerabilidades e violências. Os estigmas e preconceitos carregados por este segmento vão ao encontro das normas de gênero construídas socialmente. Este público, ao mesmo tempo, que representa uma repetição das normas de gênero e heteronormativas, também se apresenta como uma fuga aos binarismos que limitam gênero e identidade a homem/mulher. De acordo com Butler (2003), as normas reguladoras do sexo são reiterações de práticas já existentes, que antecedem os sujeitos. Por isso, são *performativas*. Não é uma escolha, e sim uma reprodução da normatividade historicamente estabelecida. Ressalta-se aqui que a experiência vivida na construção histórico-social de gênero não omite ou exclui outros aspectos de classe, raça-etnia e nacionalidade. Ao contrário, as construções não são isoladas, ocorrem de forma conjunta, imbricadas.

Com isso não se quer dizer que a *performatividade* (BUTLER, 2003) representa uma “teatralização” desses sujeitos. Na verdade, este conceito define uma repetição de “acordos” sociais baseadas em preceitos morais e heteronormativos que são reproduzidos pelas transexuais e travestis (nem sempre de forma consciente). Seguindo o pensamento da filósofa Judith Butler (2003), os sujeitos são coibidos pelas normas sociais a agir conforme as convenções; na verdade, constroem a si mesmos através das normas e convenções, transformando-se em pessoas culturalmente inteligíveis. Contudo, tais normas e convenções também estão sujeitas a modificações e possíveis processos de instabilidades e rupturas. Deste modo:

[...] no processo citacional e de produção de sujeitos inteligíveis há sempre instabilidades com a produção de seres “incoerentes”, os abjetos, seres não-humanos. Como destaca Derrida em seu conceito *diférance*, a escritura nunca copia exatamente a fala, há sempre um suplemento, algo que escapa, e deste modo o signo nunca se fixa a um determinado significado. Visto a partir destes questionamentos a materialização do “sexo” nunca é totalmente completa e a reiteração das normas de gênero e sexualidade é constantemente necessária, de forma que a diferença em



relação aos abjetos seja constantemente demarcada. Esta reiteração forçosa das normas de gênero e sexualidade aponta que os corpos nunca se conformam completamente às normas, sempre há possibilidades de deslocamentos abertos pelo processo citacional, rupturas (BARBOSA, 2003, p. 3).

Observa-se que as transexuais e travestis apresentam uma “nova” feminilidade que não está associada (exclusivamente) à natureza do ser, mas a uma construção social, cultural, histórica, normativa e que sofre também influências econômicas. Cabe ressaltar que esta “nova” feminilidade é ancorada em um espaço contraditório, que pode se apresentar como uma forma de estremecimento à normatividade e, ao mesmo tempo, uma reiteração da mesma. Isso se justifica pelo fato de que este segmento está inserido no contexto social, econômico, político, cultural alienador de produção e reprodução das marcas e normas sociais e de gênero<sup>30</sup>. Contudo, este mesmo gênero, materializado em seus corpos, seria uma transgressão, uma desordem, dos padrões binários estabelecidos. Para Miskolci e Pelúcio (2007, p. 257), “Esse processo de desnaturalização é o que denominamos de conflito com a ordem vigente de gênero, mas que não pode ser tomado como um enfrentamento engajado”. Neste processo contraditório, a existência deste grupo traz questionamentos relacionados ao binarismo entre natureza e cultura, sexo e gênero, homem e mulher como se estes fossem conceitos fixos, não sujeitos a modificações e influências. Assim:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, escritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de lei, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

A “lei cultural inexorável” a qual Butler (2003) se refere compreende uma série de normatizações que determinam masculinidades e feminilidades e que alicerçam papéis sexuais e sociais dentro de identidades binárias (homem/mulher). O processo de desconstrução do binarismo biologia/cultura busca *a priori* romper com os determinismos que estabilizam o sexo e o gênero em estruturas imóveis e

---

<sup>30</sup> Ressalva-se aqui a existência de travestis e de transexuais que participam da militância de movimentos próprios ou da luta em busca de afirmação de direitos do movimento LGBT ou mesmo aquelas que questionam a existência de estereótipos e hierarquias de gênero dentro de sua própria realidade de privações.

criadoras de identidades fixas. Ao analisar mulheres transexuais e travestis percebe-se que este segmento estremece as normatizações sociais, pois, através da vestimenta, dos apliques capilares e do silicone, materializam a sua feminilidade e produzem uma abjeção social a sua imagem. Conforme Louro (2013, p. 89),

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados 'próprios' de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou, na melhor, das hipóteses, tornam-se alvo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como "minorias". Talvez sejam suportados, desde que encontrem seus guetos e permaneçam circulando nesses espaços restritos. Já que não se ajustaram e desobedeceram às normas que regulam os gêneros e as sexualidades, são considerados transgressores e, então, desvalorizados e desacreditados.

A "punição" que estas pessoas recebem por transgredirem a norma pode vir de várias maneiras e uma delas é transposta pela violência e pelos preconceitos diários vivenciados nos mais diferentes espaços sociais. De acordo com uma das entrevistadas, os xingamentos e agressões fazem parte do cotidiano das transexuais e travestis, bem como a marginalização do segmento. Ela relata que:

Eu já fui agredida já, dentro do mercado de trabalho. Eu saí da costura, aí eu fui trabalhar dentro do mercantil como operador de caixa, né? E... lá tinha segurança, tinha tudo, um cliente me agrediu lá dentro, eu trabalhando no caixa, e o segurança não fez nada. O gerente veio... me deu três dias de suspensão e com cinco dias ele me demitiu por quebra de contrato (Marilyn).

A dissidência das normas sociais e da consonância binária do sexo/gênero relega transexuais e travestis ao estigma de "criminosas incondicionais"; neste sentido, mesmo sofrendo agressões e sendo alvo de xingamentos e chacotas, elas são vistas dentro da ilegalidade, sendo, então, penalizadas por assumirem publicamente a sua identidade de gênero. De acordo com Lupita:

Às vezes, você vê uma travesti, aí vê ela roubando, vê ela 'não sei o quê', passa ela na televisão roubando ou ela matando, como aconteceu com aquela... que uma travesti quase mata uma senhora, mas nem toda transexual, nem toda travesti é daquela forma, vai depender da

personalidade dela. Você não é igual ao seu vizinho. Você é totalmente diferente.

O segmento aqui estudado representa um grupo marginalizado socialmente. A condição feminina de transexuais e travestis e as suas visíveis mudanças corporais tornam este segmento um complexo no qual se expressam realidades de violência, preconceito, prostituição, invisibilidade política e pobreza. Com isso, não se objetiva analisar estes sujeitos sob uma perspectiva vitimizadora. Ao contrário, as travestis são seres sociais autodeterminados, embora se estruturam em reproduções sociais alienantes. Sua condição de sociabilização, no entanto, acontece em meio a vulnerabilidades que ultrapassam as fronteiras econômicas. A construção de sua imagem estereotipada, muitas vezes, associada à patologização e a uma sexualidade “desviante”, influencia a forma como são vistas socialmente e, até mesmo, a maneira como se veem.

Ao narrar episódios de transfobia<sup>31</sup>, Lupita compara as violências sofridas pelo segmento de transexuais e travestis ao ato de crucificação que foi encenado por uma atriz trans na 19ª edição da Parada Gay de São Paulo, em 2015. A interlocutora diz:

[...] já tacaram pedra em mim, também já jogaram areia em mim, enquanto eu trabalhava. E nem tava na esquina fazendo programa e nem tava. Nem tava. No percurso pra cá e no que eu voltava. Por isso que eu digo que aquela transexual que botou num... que foi na parada gay de São Paulo... é... crucificada, ela fala crucificação realmente. Porque a gente, toda vida que a gente sai de casa, a gente é crucificada toda hora. Rebolaram areia, rebolaram pedra, xingaram, apontaram, entendeu? Aí, poxa, a gente é Madalena? Então, a gente não pode viver no mundo da caverna, entendeu? Existe muito preconceito sim, com negro, com gay, com travesti, com transexual, mas a mais forte, pode botar na balança, que é a gente. A mais forte realmente. Aí, também acontece muito preconceito com evangélico, que eu acho que ele não prega o amor, ele prega o ódio. Porque, eu tava na parada do ônibus esperando, um homem passou, ele soltou a bíblia dele pra agarrar meu cabelo e disse que eu tinha que cortar o cabelo, porque eu tinha que ser homem, porque eu nasci homem. Aí, eu peguei e fiquei em estado de choque, porque eu não esperava. Então, invés de eu dar alguma coisa, dar um chute nos ‘ovos’ dele, sei lá, alguma coisa, eu fiquei em choque, em estado de choque. Foi a população que tirou ele de cima de mim e me ajudou e me deu água, porque eu fiquei toda me tremendo (Lupita).

---

<sup>31</sup> A transfobia se caracteriza por um conjunto de violências praticadas contra o público que se autoidentifica como transgêneros. De acordo com Vale (2005, p. 132), “Efeminados, travestis e transgêneros são verdadeiramente vítimas de uma figura de desordem específica, que implica em uma violência simbólica específica e é atualmente denominada de trans-fobia, que diz respeito ao ódio ou aversão da feminilidade em uma pessoa nascida biologicamente com o sexo masculino e que funciona como mecanismo de proteção psíquica de algo que se teme em si”.

Lupita continua os seus relatos descrevendo situações diárias em que sofreu preconceitos. O “ser travesti” ou “ser transexual” representa, de antemão, estar em uma posição “de inferioridade” em relação a uma sociedade considerada “normal”<sup>32</sup> e que exige destas pessoas a conformidade aos padrões binários de sexo/gênero. Lupita exemplifica em sua fala mais uma situação em que sofreu preconceito:

Dentro do ônibus, quando eu ia pro trabalho, bem cedinho, cinco e meia, aí pegava: “Aff.. de manhã já vejo travesti!”. É horrível, horrível. Mas eu não desisto, porque eu não vou ser uma pessoa que eu não sou. Eu não vou cortar meu cabelo, tirar minhas próteses, tirar todo meu silicone e pegar e me juntar com uma mulher que o meu desejo vai ser homem. Eu vou ser que nem esse encubado, que ficam com a gente, que paga a gente. Eu vou ser que nem esses encubado, que pega e na sociedade ele xinga a gente: “olha o traveção, olha o viadão” e é ele que paga a gente, é ele que paga as nossas contas. Entendeu? Eu não vou ser desse jeito. Eu vou ser quem eu sou. Eu vou ser feliz na maneira que eu sou (Lupita).

Ademais, compreende-se essa realidade dentro de um contexto histórico da sociedade brasileira de formação patriarcal, machista, sexista, conservadora em que prevalece a heteronormatividade e onde as mulheres, as travestis e as transexuais estão em uma posição de desigualdade em relação aos homens. A reprodução dos estigmas em relação às brasileiras (destacando aqui a população estudada) ultrapassa fronteiras. Estas pessoas são vistas como facilmente comercializáveis, sendo extremamente erotizadas e estereotipadas pela sociedade em geral e, especificamente, na indústria do sexo. Segundo Piscitelli (2013a, p. 204), “[...] as brasileiras são incluídas no leque de nacionalidades que, entre as latino-americanas, *têm saída* no mercado”. Quando os olhares se voltam para a população de mulheres transexuais e travestis, percebe-se que as suas particularidades e marcas de gênero combinadas ao universo sexista e desigual que envolve a autoafirmação de suas identidades (referindo-se aqui a construção do feminino) são traduzidos em vulnerabilidades, violências e a uma marginalização social. De acordo com Miskolci e Pelúcio (2007, p. 262):

---

<sup>32</sup> O uso do termo “normal” reflete neste estudo os padrões sociais e sexuais (im)postos nas relações construídas na sociedade brasileira. É utilizado como um termo de análise da estrutura binária, que exige de segmentos (em especial o LGBT) uma adequação e correspondência entre sexo-gênero. De acordo com Louro (2013, p. 84), “As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque eles escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos”.

A performatividade travesti, portanto, não pode ser confundida com uma encenação de gênero, mas sim como reiteração e materialização de discursos patologizantes e criminalizantes que fazem com que o senso comum as veja como uma forma extremada de homossexualidade, como pessoas perturbadas. A partir desta óptica, seu gênero “desordenado” só pode implicar uma sexualidade perigosamente marginal. Marginalidade que é até mesmo territorial, já que suas vidas são experienciadas, muitas vezes, na rua e durante a noite.

A experiência vivida “durante a noite” faz parte da realidade de muitas transexuais e travestis. A prostituição aparece como uma estratégia de sobrevivência e/ou como uma possibilidade de ascensão social. É na materialização de seus corpos modificados que este segmento busca fazer-se visível. Dentro de uma sociedade que se constrói sobre bases sexistas, heterossexuais e machistas, transexuais e travestis “Interpeladas nas esquinas e ruas pela polícia, por programas públicos de saúde, pelas ONGs e pelos seus normalizados clientes, [...] conseguem uma certa ordem de existência social, mesmo que diante da reafirmação de seus ‘desvios’ e ‘inadequações’” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 262). Essa existência é vista quase como um crime, pois são consideradas um problema social, normalmente, associadas a patologias, a doenças sexualmente transmissíveis (HIV/AIDS) e a transgressão moral.

Não se quer aqui determinar que as travestis estejam necessariamente envolvidas com a prostituição ou que aquelas que se prostituem estão em situação de tráfico para fins de exploração sexual (objeto central deste estudo). Porém, ao analisar o complexo social que submerge a este segmento, constata-se que os preconceitos, as violências físicas, o desejo de modificar o corpo, de ascensão social e de migração para países, principalmente, da Europa tornam este grupo alvo de aliciadores e de redes criminosas no tráfico de pessoas. O que não significa que a situação de tráfico será concretizada. Neste contexto, ao estudar crimes de violência e de execução a travestis<sup>33</sup>, Carrara e Vianna (2006, p. 245) inferem:

[...] as travestis parecem ser particularmente vulneráveis aos crimes de execução. Isso se deve tanto ao envolvimento com a atividade de prostituição, que as coloca numa posição de maior exposição pública, quanto ao modo pelo qual a homofobia as atinge. Assim, há casos em que a identidade de gênero suposta da vítima, o fato de “ser travesti”, parece ser o

---

<sup>33</sup> Cabe ressaltar que apesar destes autores delimitarem suas análises às travestis, as mulheres transexuais também são frequentemente assassinadas por assumirem publicamente a sua identidade de gênero. Travestis assim como mulheres transexuais enfrentam diversas dificuldades em suas vidas comunitárias, sendo expulsas ou tendo acesso restrito à escola, ao mercado de trabalho, à moradia, à saúde, por exemplo.

fator determinante da execução - que assume as feições de um crime de ódio. Em outros casos a motivação parece estar associada a outras circunstâncias, como seu envolvimento com o tráfico de drogas ou em conflitos relativos a problemas quanto ao pagamento de “taxas de proteção” a cafetões ou cafetinas que controlam determinados pontos de prostituição de travestis.

As transexuais e as travestis são consideradas como produtos comercializáveis, oprimidas em sua liberdade pelas redes ligadas ao comércio do sexo. As mazelas sociais atreladas à pobreza são condicionamentos impulsionadores para a entrada deste segmento no mundo do tráfico de pessoas. Porém, não se deve avaliar o tráfico de pessoas sob uma visão unilateral e puramente mercantil. Além das condições objetivas (pobreza, desemprego, falta de acesso à educação, meios culturais, lazer, dentre outras), este crime também envolve fatores subjetivos relacionados às particularidades daquelas/es que estão envolvidos/as na realidade do tráfico.

Segundo uma das interlocutoras desta pesquisa, um dos fatores que pode funcionar como ponte para a exploração sexual e, em consequência, para o tráfico de pessoas (já que além do engano, coação também há o deslocamento e alojamento característicos deste fenômeno) é a oferta para a modificação do corpo. Ela diz,

Já recebi convite assim, sabe aqueles convites ‘tentador’, né? “Eu pago pra tu ir”, “Tu faz programa pra mim e eu coloco tuas próteses de silicone, eu ajeito teu corpo”. Quando eu tava em Guaiúba pra eu ir pra lá pra fazer... sabe aquelas tal de cafetina, né? Só que eu nunca caí (Scarlett).

Para estas pessoas, a migração não envolve apenas o trabalho, mas também o desejo de conhecer “um grande amor”, de sair do país, de obter a independência financeira, de ascensão social, de mobilidade internacional, de ser reconhecida em sua identidade de gênero e de exercer plenamente a sua sexualidade. Estes fatores são, muitas vezes, utilizados por aliciadores/as e redes criminosas para atrair, principalmente, mulheres transexuais e travestis para o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Contudo, como já explicitado, não se pode determinar que as travestis e transexuais brasileiras migrantes que exercem a prostituição no exterior estejam, necessariamente, em situação de tráfico<sup>34</sup>. Muitas

---

<sup>34</sup> Este projeto destina-se a estudar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, com enfoque nas travestis. Ressaltando que este segmento apresenta vulnerabilidades sociais e de gênero que o

viajam com ajuda de amigas, parentes, namorados de forma voluntária e autônoma, não envolvendo violações.

Em relação às transexuais e travestis, a migração para outros estados do país ou para fora do Brasil representa uma oportunidade de obter conquistas financeiras que não seriam possíveis em uma sociedade na qual a desigualdade econômico-social é tão expressiva. Além disso, soma-se a tal desigualdade o processo de marginalização deste segmento que não possui sua identidade de gênero respeitada nos diversos espaços sociais. Travestis e transexuais tornam-se, assim, vulneráveis a aliciadores/as do tráfico que, em troca de empréstimos para cirurgias plásticas, aplicação de silicone industrial, *mega-hair*, exploram a prostituição deste grupo, obtendo com isso vantagens pecuniárias. Conforme pesquisa realizada em 2007 pela Secretaria Nacional de Justiça em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Os casos de violência, coação e, inclusive, grave exploração, apareceram vinculados ao trabalho no exterior, em processos migratórios intermediados por “cafetinas”, atingindo particularmente as transgêneros.” (BRASIL, 2007, p.13). Compreendendo as travestis dentro da categoria transgêneros – travestis, transexuais.

É importante deixar claro, entretanto, que a prostituição configura uma interpretação diferente para travestis e transexuais, pois este é, muitas vezes, o único espaço no qual o referido público é aceito. Tal fato influencia a forma como o segmento enxerga a prostituição, a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Em boa parte dos casos, travestis e transexuais não reconhecem já ter passado por situações de exploração sexual ou tráfico para fins de exploração sexual e, se o fazem, não denunciam. Ao contrário, muitas protegem a figura das cafetinas e individualizam as violências praticadas pelas mesmas, ou seja, algumas exploram, mas, em sua maioria, geram oportunidades. Esta discussão sobre tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição será mais bem aprofundada no capítulo 4 deste estudo.

Cabe aqui, inicialmente, voltar-se a compreensão desta população como uma das mais afetadas pela opressão do binarismo de gênero. O preconceito e a

---

torna alvo de aliciadores do tráfico de pessoas. Porém, não se pretende generalizar os casos ou partir de visões preconceituosas, estigmatizantes, criminalizantes e punitivas que interpelam as travestis ao fenômeno do tráfico aqui estudado. O que se intenta é desvendar os códigos deste crime, enxergando que as travestis, assim como adolescentes, michês, mulheres, também podem passar por tal violação.

discriminação que cercam o público de travestis e de transexuais e cerceiam os seus direitos estão baseados em estereótipos e em normas sobre o “ser mulher” e o “ser homem”, que exprimem padrões heteronormativos de feminilidade e de masculinidade. Por não adequarem o seu gênero ao sexo biológico (já que são registrados como homens, porém acessam/constroem por meio de roupas, acessórios e outras tecnologias o feminino), estas pessoas estariam, portanto, fora dos padrões sexuais e sociais, sendo considerados seres desviantes, “anormais” (abrangendo aqui o sentido patológico). Uma explicação concisa e clara sobre o binarismo e o processo opressor que o mesmo impõe pode ser observada nas seguintes linhas:

O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas. É importante dizer que não se nega aqui a ideia de que existem distinções biológicas. O que defendemos (a partir de muitos estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais), é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos nossos corpos e ao que eles fazem (CFESS, 2016, p. 8).

Ao refletir sobre os padrões sociais e os preconceitos (em sua maioria, perpassados por violências físicas), Scarlett diz:

Sempre no início da vida da gente, a gente sofre muitas chacotas, o povo fica falando que não vai dar certo você se vestir de mulher, que você tem que ser como a sociedade exige o padrão homem, mulher. Aqueles velhos preconceitos que homem tem, aquela questão machista que quer que você seja de um jeito, de jurar até você de morte, aquela coisa. Depois, mesmo que eu me transformei, já fui assaltada, quase morta. Por conta da pessoa que eu sou, não que eu decidi ser. Pra mim é... tipo assim, já vem predestinado pra pessoa ser aquilo. Não é uma questão de opção, porque opção não existe, porque se eu quisesse optar não sofrer preconceito de nada... porque ninguém escolhe sofrer, porque pra mim preconceito é um sofrimento. Então não é uma opção, porque opção você tem como optar por não comer o arroz e não comer o feijão (Scarlett).

Em uma sociedade onde predomina a heteronormatividade, as transexuais e travestis são vistas como “viados feminilizados” ou “afeminados”. Como observado na fala de Scarlett, a estigmatização e o preconceito perpassam a vida deste segmento como seres sociais. Neste sentido, ao se pensar os seres humanos em sua genericidade e capacidade emancipatória, constata-se, antes de



tudo, o aprofundamento de uma desigualdade, que viola não só os direitos desta população, mas a sua capacidade de se enxergar como pertencentes a este meio social, isto é, como partícipe da vida em sociedade. Travestis e transexuais são, normalmente, relegadas à margem; não apenas em relação à negação de espaços por meio dos vários tipos de violências e preconceitos, mas também territorialmente, encontrando moradia nas áreas da periferia e trabalhando na prostituição ou em empregos considerados subalternizados. Observa-se que este fato está relacionado à condição econômica (uma vez que esta esfera é intrínseca a organização desta sociedade), mas não só. O contexto social, histórico, cultural, político, religioso são complexos que influenciam na construção dos padrões e das normas que não comportam ou, para ser direta, discriminam este público.

A patologização “caracteriza” este segmento como seres doentes, desviantes e culturalmente incompreensíveis (não seriam “homens de verdade”, tampouco “mulheres de verdade”), uma vez que recusam sua masculinidade e buscam a construção do feminino, transgredindo as normas binárias estabelecidas socialmente e tidas como as “verdades” determinantes do gênero e do sexo. Neste sentido,

O binarismo de gênero dá suporte ao preconceito, a um critério de verdade e, com ele, a muitos privilégios e à desigualdade social própria do capitalismo, que vemos nos diferentes espaços de sociabilidade. Um dos privilégios mais comuns sustentados pelos binarismos é o que goza a maior parte do que está socialmente associado ao masculino, em detrimento da desvalorização da maior parte do que está associado ao feminino (CFESS, 2016, p. 8).

O processo de marginalização destas pessoas é reflexo das estigmatizações reproduzidas socialmente. A população das mulheres transexuais e travestis é, normalmente, associada à criminalidade, ao consumo de drogas, à prostituição e à AIDS; assim, essas mulheres são consideradas como seres abjetos, problemas sociais. No próximo subtópico foram feitas algumas reflexões sobre o processo de “SIDAdanização”<sup>35</sup> das travestis. Este trocadilho é referente à AIDS, um estigma que perpassa a sexualidade da população LGBT e que é alvo de políticas

---

<sup>35</sup> O termo refere-se ao processo estigmatizador que relaciona travestis e transexuais, de forma invariável, a transmissão do vírus da AIDS, pois estas pessoas teriam hábitos sexuais considerados “de risco”. Como será explicado ao longo do subtópico 3.2.1, as ações governamentais e não-governamentais referentes a mulheres transexuais e travestis são, comumente, reguladoras e preventivas. O referente neologismo, “SIDAdanização”, foi utilizado pela estudiosa Larissa Pelúcio (2009) em seu livro “Abjeção e Desejo”, aludindo a uma “conversão” no processo de cidadania. Tal pressupõe princípios tipicamente modernos como a “individualização” e a “racionalização”.

de saúde reprodutoras dos processos normatizadores que buscam o disciplinamento de sexualidades “desviantes”.

### 3.2.1 O processo de “SIDAdanização” das travestis

A AIDS foi a responsável por dar visibilidade as sexualidades de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Publicizada como uma doença sexualmente transmissível, a população LGBT foi culpabilizada por sua disseminação. Em 1980, as ações governamentais de prevenção à saúde apontavam este público como propenso à infecção com a doença, pois viviam fora das práticas sexuais consideradas “normais”. Apresentada como a “peste gay”, a AIDS intensificou as discriminações e os estigmas, principalmente, aos homossexuais, HSH, travestis e transexuais. Assim, a sexualidade do segmento LGBT passou a ser alvo de controle e de prevenção pelo Estado e sob essa perspectiva “Nenhuma doença na história humana gerou tantos encontros, tantas publicações científicas, nem tantas retóricas políticas e reações governamentais” (VALE, 2005, p. 215). Deste modo,

No caso da aids, vigiar os corpos e seus prazeres e orientar o comportamento de maneira a evitar o “risco”, permitiu que o olhar médico se voltasse uma vez mais sobre determinadas sexualidades, justamente aquelas que têm sido historicamente classificadas como desviantes, promíscuas e perigosas. Coube à Epidemiologia agrupá-las na categoria de “grupo de risco”. Nas palavras de Barreda e Isnardi, as travestis se converteram facilmente em alvo de discriminação e estigmatização, neste processo de culpabilização acionado pela chegada da aids. Isto porque elas marcam no corpo a descontinuidade entre sexo e gênero, desafiando instituições e padrões morais (2006: 169). Visíveis por sua diferença, sem “armários” possíveis que lhes sirvam de proteção ou escape, as travestis têm sido historicamente vistas como desviantes. E agora, com a aids, podiam ser apontadas como culpadas por serem vetores de uma doença letal (PELÚCIO, 2009, p. 116).

As discriminações e estigmatizações suscitam comportamentos sociais moralizadores que veem nas sexualidades “desviantes” um risco social. O discurso biomédico, baseado na heteronormatividade, surge, então, como forma de reger e prevenir as práticas sexuais de homossexuais, de lésbicas, de travestis, de transexuais, de prostitutas e de michês, considerados como o “grupo de risco”<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> De acordo com a antropóloga Larissa Pelúcio (2009, p. 118), “O conceito de risco vinculado à aids vem dos estudos epidemiológicos, e procura quantificar as “chances probabilísticas de suscetibilidade, atribuíveis a um indivíduo qualquer de grupos populacionais particularizados,

Esse discurso objetiva gerar disciplinamentos e um controle dos próprios sujeitos quanto ao exercício de sua sexualidade. É nesse sentido que:

Fomenta-se a idéia da aids como uma doença sexualmente transmissível, empalidecendo-se as outras formas de contágio, o que significa que a doença poderia ter sido categorizada de outras maneiras. Como assinala Sander Gilman, a aids não foi categorizada como uma doença viral, como a hepatite B, mas como uma doença sexualmente transmissível, como a sífilis (Gilman. 1991: 247). A relação entre o (mau) sexo e o risco estava dada. Ter vários parceiros, fazer sexo anal, embriagar-se e fazer sexo, ter relações com homens gays, prostitutas, travestis, michês, são algumas dessas ameaças do sexo, sobretudo do sexo sem preservativo. Ao sexo arriscado passou-se a oferecer o “sexo seguro”, iniciativa que nasceu mais da criatividade dos grupos gays organizados do que de formuladores de políticas públicas em saúde, mas que foi incorporada, adaptada e difundida por equipes multidisciplinares ligadas aos diversos programas de prevenção, em várias partes do mundo. A questão passou a ser como fazer os “desviantes” adotarem condutas não arriscadas, não mais como nas propostas regulamentaristas do final do século XIX, relativas ao controle da sífilis a partir da higienização e vigilância sobre as prostitutas (Carrara. 1994), mas na elaboração de um discurso de responsabilização do sujeito visado, que pode se auto-regular, em prol de sua saúde (PELÚCIO, 2009, p. 120-121).

O controle sobre o corpo e a sexualidade passa a ser uma estratégia preventiva e reguladora, principalmente, quando relacionada àqueles/as que transgridem as normas de gênero e de sexualidade. Os estigmas e os preconceitos são, muitas vezes, institucionalizados através de ações preventivas que têm como principais alvos prostitutas, mulheres das camadas populares, homossexuais, travestis e transexuais, uma vez que estes seriam segmentos que não se adequariam aos padrões “normais” de sexualidade heteronormativa estabelecidos pela moral social, além de possuírem práticas sociais consideradas arriscadas. De acordo com Pelúcio (2009), a ênfase na prevenção do indivíduo culpabiliza o mesmo por seus males, desresponsabilizando o Estado no processo de discussão da AIDS como um fenômeno social e não como uma doença sexualmente transmissível, tangível aqueles/as que apresentam sexualidades consideradas “desviantes”. Entende-se, neste contexto, que,

O modelo preventivo não está circunscrito à prevenção da aids; trata-se, isto sim, de um conjunto de normas, parâmetros e diretrizes que permeiam

---

delimitados em função da exposição agentes (agressores ou protetores) de interesse técnico ou científico” (Ayres. 1997: 294). Para além desta definição mais técnica, o termo “risco”, por sua polissemia, encontrou no senso comum um espaço de sentido, fazendo da locução “grupo de risco” mais do que um delimitador biomédico, mas um cordão sanitário moral”.

hoje a visão médica, pautando condutas para os indivíduos evitarem agravos à saúde. Inserido nas políticas públicas de saúde, esse discurso está no marco da “estatização do biológico” e, assim, do “biopoder”. Um processo que, segundo Foucault (1972, 2003), tem seu início no século XVIII com a consolidação da sociedade burguesa. A biopolítica dos corpos domesticados e docilizados, via instituições disciplinares, dá espaço hoje para uma ideologia de moralidade da saúde e do corpo (Ortega. 2003-2004) (PELÚCIO, 2009, p. 123).

Há uma busca pelo disciplinamento dos corpos e pela adequação dos mesmos a normas e padrões de comportamento que condigam com os processos preventivos adotados por órgãos governamentais e não governamentais. Conforme Vale (2005, p. 215), a sexualidade passa a mostrar a sua dimensão política com a disseminação da AIDS, assim “A pandemia chamou a atenção para as modalidades daquilo que Foucault (1985) definiu como ‘biopoder’, quer dizer, a gestão pelo Estado das técnicas de produção e controle da vida”<sup>37</sup> (VALE, 2005, p. 215).

Ao voltar olhares para o público das travestis e das mulheres transexuais percebe-se que estas são vistas como problemas de saúde pública, pois a associação feita entre transexual/travesti-AIDS faz com que a cidadania experienciada por este segmento seja limitada, precarizada, relacionada, principalmente, a políticas preventivas e moralizadoras da sexualidade. A estigmatização que atribui a estas pessoas determinantes patológicos é, assim, socialmente naturalizada. Ao abordar a discussão, Pelúcio (2009) destaca:

O que o discurso preventivo parece não considerar é que o problema das travestis é o estigma, e não a aids. Assim, as medidas de prevenção dirigidas a elas não se efetivam (pelo menos não na proporção desejada pelos/as profissionais de saúde) porque o entorno em que elas vivem permanece o mesmo. Os que as coloca em permanente “risco” não é uma doença que pode levar até dez anos para se manifestar, mas a dor do estigma que as expulsa de casa, fecha a porta da escola e,

---

<sup>37</sup> Para Ortega (2004), a saúde passa por um processo de repolitização, que cria modelos idealizados de sujeitos que prezam a melhor forma física, seguindo regras disciplinadas para o autocontrole do corpo. Neste sentido, “A repolitização da saúde possibilitou a criação de uma forma de sociabilidade apolítica, que chamaremos de biossociabilidade, para distinguir da biopolítica estatal clássica, constituída por grupos de interesses privados, não mais reunidos segundo padrões tradicionais de agrupamento como classe, estamento, orientação política, mas conforme a critérios de saúde, desempenho físico, doenças específicas, longevidade etc. Nessa cultura da biossociabilidade, criam-se modelos ideais de sujeito baseados na performance física e estabelecem-se novos parâmetros de mérito e reconhecimento, novos valores com base em regras higiênicas e regimes de ocupação de tempo. As ações individuais passam a serem dirigidas com o objetivo de obter melhor forma física, mais longevidade, prolongamento da juventude etc. Na biossociabilidade, todo um vocabulário médico-fiscalista baseado em constantes biológicas, taxas de colesterol, tônus muscular, desempenho corporal, capacidade aeróbica populariza-se e adquire uma conotação ‘quase moral’ ao fornecer os princípios de avaliação que definem a excelência do indivíduo, antes medida de acordo com o desempenho na esfera pública ou na esfera privada e familiar” (ORTEGA, 2004, p. 14).

conseqüentemente, limita as possibilidades no mercado de trabalho. Essa constante abjeção restringe suas vidas ao competitivo mercado do sexo, à noite e às esquinas. Essa realidade leva muitas travestis a um processo depressivo associado, freqüentemente, ao envolvimento com drogas lícitas e ilícitas (PELÚCIO, 2009, p. 132).

É possível observar a reprodução de estigmas que lançam às transexuais, às travestis, às lésbicas e aos homossexuais condutas sexuais perigosas e disseminadoras de doenças transmissíveis através de suas sexualidades transgressoras. O **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia da AIDS e das DST entre Gays, HSH<sup>38</sup> e Travestis**, lançado em 2007 pelo Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), recusa a ideia de grupos e comportamentos de risco, porém intitula gays, HSH e travestis como mais suscetíveis à infecção pelo HIV e pelas doenças sexualmente transmissíveis.

O modelo preventivo proposto pelo referido Plano adota o conceito de “vulnerabilidades”<sup>39</sup> em substituição ao conceito de “grupos” e “comportamentos de risco”, apontando três fatores principais que tornam gays, HSH e travestis como mais propensos a infecção ao HIV, a saber: a homofobia e a transfobia; a negação do direito à livre orientação sexual e a múltiplas identidades; as dificuldades de acesso ao diagnóstico, aos insumos de prevenção e ao tratamento das DST e aids e as drogas e seu impacto nos processos de prevenção.

Conforme Pelúcio (2009), apesar de utilizar a categoria “vulnerabilidades”, as políticas de saúde preventivas buscam um disciplinamento dos comportamentos sexuais, principalmente, de homossexuais, HSH, travestis, transexuais, michês e mulheres que exercem a prostituição. A partir do uso da referida categoria, as práticas culturais passam a ser consideradas como fatores que podem ajudar ou obstaculizar as ações de saúde. Embora não sejam mais classificadas dentro dos “grupos de risco” estas pessoas continuam sofrendo os estigmas que determinam

---

<sup>38</sup> A sigla HSH é referente ao segmento de Homens que fazem Sexo com Homens.

<sup>39</sup> Conforme destaca Pelúcio (2009), o conceito de “vulnerabilidade” retira o foco do indivíduo e destaca as condições sociais, econômicas e políticas como fatores importantes para analisar as ações de promoção e prevenção à saúde. Este conceito de “vulnerabilidade” é internacional e, por isso, é adotado por agências como o Ministério da Saúde. É importante ressaltar que, neste estudo, adota-se o termo “vulnerabilidades” para se referir às travestis e às transexuais ressaltando suas condições sociais, econômicas e políticas, pois se considera que este é o termo mais adequado para compreender as complexidades de gênero, de classe e de raça-etnia que envolvem este segmento.

sua sexualidade como “anormal” e, por isso, propensas à transmissão de doenças através do sexo. De tal modo observa-se,

[...] que a busca por uma homogeneização de condutas permanece, ainda que os discursos sobre a “diversidade” estejam cada vez mais presentes nos documentos internacionais que informam e orientam práticas preventivas locais, sejam das organizações governamentais, sejam das não-governamentais. O que embasa “novos” discursos preventivos é, justamente, a permanência da percepção de que há valores, crenças e práticas locais (isto é, fora dos padrões das sociedades modernas ocidentais e/ou fora da heteronormatividade) que criam impedimentos para que o receituário preventivo atue da maneira pretendida por seus formuladores (PELÚCIO, 2009, p. 126).

Um claro exemplo desta visão pode ser notado em uma reflexão feita por Scarlett. Ela lembra que a população LGBT é estigmatizada, sendo comumente associada à transmissão de DST's. Assim,

[...] todo mundo está propício à violência, a morrer de desgraça, a morrer de doença, né? Outra coisa, “vai pegar AIDS”. A AIDS veio... associa logo a AIDS ao gay, ao movimento LGBT. Eles associa logo as doenças sexualmente transmissíveis a gente. Não! Todo mundo está propício a pegar qualquer tipo de doença seja gripe ou seja a DST, que a doença sexualmente transmissível. Todo mundo está propício a pegar esse tipo de doença, que, inclusive, os índices de maior contaminação são de casais heteros, sendo homens e mulheres. Eu não tô tentando dizer que a gente é melhor de que hetero. Não! Eu só tô tentando dizer que as pessoas têm que ser tratadas iguais. Tem que acabar essa questão do preconceito de que só o movimento LGBT estão propício às doenças (Scarlett).

A entrevistada mostra-se afinada à discussão dos estigmas e preconceitos que assolam a população LGBT, especialmente, a travestis e transexuais, questionando a permanência deste pensamento relacionada à AIDS. Nota-se que a saúde da população LGBT é restrita, nas políticas governamentais assim como em suas ações, a padronização e enquadramento de sua sexualidade. Transexuais e travestis possuem outras necessidades que estão para além das ações preventivas a doenças sexualmente transmissíveis. Uma das especificidades desse público em relação à saúde está ligada ao processo de transformações corporais, por exemplo.

Das seis entrevistadas nesta pesquisa, nenhuma iniciou as suas terapias hormonais por meio dos serviços públicos de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Este fato denota três questões: a primeira é que este público ainda não possui acesso pleno e efetivo aos serviços e ações de saúde pública e um dos

fatores é a discriminação institucionalizada; segundo, a “dificuldade e demora” na realização dos procedimentos. Travestis e mulheres transexuais têm pressa em transformar-se e, muitas vezes, passar por avaliações médicas e psicológicas, além de reafirmar um processo patologizador, também retarda as mudanças corporais ansiosamente desejadas. Uma terceira questão está relacionada ao fato de que a maioria das travestis e das transexuais começa o seu processo de modificação corporal ainda na adolescência. No Brasil, o SUS oferece assistência à saúde de travestis e de transexuais, exigindo acompanhamento por equipe multidisciplinar no período de dois anos e idade mínima de 18 anos. Com essa faixa etária, uma boa parte deste público já deu início à ingestão de hormônios e, até mesmo, a aplicação de silicone industrial e/ou cirurgias plásticas. Além disso, por ser um processo ainda pouco desenvolvido no estado do Ceará, muitas não conhecem os procedimentos para conseguir o tratamento ou, se conhecem, apontam uma “burocracia” que retarda em anos as suas transformações corporais.

A fala das entrevistadas deixa claro que o processo de transformação é realizado sem a procura do SUS. Na verdade, elas costumam encontrar assistência para suas modificações corporais em travestis e mulheres transexuais mais velhas, que repassam os seus conhecimentos para as mais jovens. Os pontos supracitados podem ser exemplificados a partir dos relatos das seis interlocutoras. Elas contam:

Procurei.. é, assim... É mais fechado pra gente, porque só tem o SUS, né... que faz... Mas o SUS é muito... lento, demora demais. Daqui que você chegue é... a fazer o tratamento... aí demora demais, você perde muito tempo. Aí a gente se habilita a fazer os tratamentos sozinho, sem acompanhamento nenhum (Marilyn).

Em questão do hormônio, aqui no Ceará, é muito ruim, porque aqui no Ceará não tem um tratamento pra mulheres transexuais. Não tem. Então, a gente... é... toma ‘na louca’, mesmo. A gente toma ‘na louca’. Então, isso, medicação por cima de medicação, injeção e tudo, ‘na louca’... então, isso faz mal pra gente, mas a gente quer... a gente olha pro espelho e quer ficar mais feminina e não tá nem aí. Porque aquilo dali pode causar um câncer, pode causar alguma coisa, mas a gente não tá nem aí. A gente quer ‘fim a força’ ser uma mulher transexual (Lupita).

Não tem. Não tem! [...] Aqui no Ceará não tem e o que tiver, eu não sei, mas o que tiver é particular. Do SUS não tem. E a mudança de... Eu me inscrevi no SUS, passei um ano esperando a cirurgia do meu peito, mas quando saiu, o médico pegou e falou: “não... é...você vai ter que entrar na fila de novo pra fazer a mudança de sexo”. E eu: “não, mas eu não quero fazer a mudança de sexo, quero fazer a cirurgia do meu peito”. Aí, ele pegou e eu... “não, tudo bem”. Peguei e saí, como eu sempre sei entrar e sei sair nos canto, eu saí. Aí pronto e batalhei, trabalhei num restaurante.

Eu tive aquela meta de botar meu peito e botei aqui no Ceará. Muito caro aqui no Ceará, mas eu botei (Lupita)

Eu não fui procurar ainda, a mudança, primeiro do nome, e nem da mudança do sexo. É uma burocracia, né? Primeiro eu tinha que procurar um psicólogo pra me dar um laudo, né, pra mudar o nome e logo em seguida, se ele autorizar, a minha mudança do sexo. Se eu quiser. Então, eu tinha que fazer uma bateria de exames, eu tinha que ter duas testemunhas, entendeu? Então, assim, ia demorar muito. Ele tinha que analisar tudo. A mesma coisa da mudança do sexo como a mudança do nome que tem que passar pelo mesmo processo (Angelina).

[...] No SUS tem, mas só que é aquela velha burocracia. Como sempre no Brasil a gente tem aquela coisa de a gente enfrentar um processo enorme pra mudar de nome, enfrentar um longo processo. Aí, talvez eu bote, daqui a 10 anos eu vá fazer a cirurgia, tá entendendo? Eu tenho que passar por uma bateria de exames, por uma análise profunda, né? Aí, isso leva muito tempo. A burocracia no Brasil é dita pra poder... é... tipo, era pra dizer logo: "eu não posso fazer no momento, mas tal dia eu posso fazer". A burocracia é só pra poder você se conformar a esperar. É assim que eu entendo. Mas tem no SUS só que demora muito (Scarlett).

Eu não sabia que existia, vim saber há pouco tempo que a gente podia fazer o tratamento pelo SUS. Eu vim saber agora, há pouco tempo (Viola).

Só no hormônio, hormônio, aí eu tomava muito hormônio, aí hoje em dia eu não tomo mais, eu parei, porque se eu tomar eu me estresso. Eu fico estressada ao extremo. Aí eu parei mais um pouco. Mas, tipo, de vez em quando eu tomo um pouco. Aí o que aconteceu? Aí com 21 eu já tava toda feita, de prótese, entendeu? (Brigitte).

As entrevistadas constatarem em seus relatos um fato: o despreparo dos serviços e das ações oferecidos pelo SUS para o tratamento de travestis e de transexuais, uma vez que não há no estado do Ceará um sistema público especializado para atender as demandas deste segmento. As afirmativas empíricas trazidas pelas seis interlocutoras vão de encontro às deliberações das Portarias 457/2008 e 2.803/13, divulgadas pelo Ministério da Saúde. De acordo com a Portaria 457 de 19 de agosto de 2008, que determina diretrizes para a realização do processo transexualizador no âmbito do SUS, é definida uma equipe mínima para o atendimento especializado composta por endocrinologistas, psicólogos, psiquiatras, médicos cirurgiões, além de enfermeiros/as e de assistentes sociais. A Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o processo transexualizador no SUS, estabelece, dentre outras determinações, os critérios para o início do processo, instituindo idade a partir dos 18 anos para o início da



hormonioterapia e a partir dos 21 anos para a realização dos procedimentos cirúrgicos.

Em janeiro de 2017, o Ministério da Saúde ampliou o número de hospitais que prestam atendimento para esta população. Deste modo, o Brasil passou a contar com nove centros que oferecem procedimentos como terapia hormonal (ou hormonioterapia), acompanhamento de travestis e transexuais em consultas e no pré e pós-operatório. Destes nove centros<sup>40</sup>, cinco ofertam a cirurgia de redesignação sexual, a qual nem todas as pessoas que se autorreconhecem como transexuais desejam realizar (PORTAL DA SAÚDE, 2017). O processo é positivo, entretanto, a ampliação não ocorreu em número e em abrangência suficientes, uma vez que os estados que não possuem centros especializados para assistência a transexuais e a travestis permanecem sem o devido preparo. Os pontos elencados acima, bem como as falas das interlocutoras desta pesquisa retratam tais dificuldades e justificam o que Lupita descreveu como um tratamento “na louca”!

Na contramão dos documentos que tratam da saúde LGBT, o Ministério da Saúde instituiu em 1º de dezembro de 2011 a **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**, através da Portaria nº 2.836. O documento reconhece as vulnerabilidades do segmento LGBT, destacando os preconceitos e discriminações como o problema central desta população. Observa-se aqui que a Política busca outro viés para as ações de saúde voltadas a este público, dando enfoque ao processo de adoecimento causado pelas vulnerabilidades sociais e econômicas e pelos preconceitos sofridos por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Neste sentido, a Política tem como objetivo geral,

Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 18).

Este documento traz elementos para se pensar a saúde do segmento LGBT, visando não apenas as doenças sexualmente transmissíveis, mas a saúde

---

<sup>40</sup> Os estabelecimentos que oferecem o processo transexualizador estão distribuídos nas cidades de Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Recife (PE), Uberlândia (MG), Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). (PORTAL DA SAÚDE, 2017).

em sua integralidade. A Política reconhece as discriminações e os preconceitos institucionalizados nos serviços de saúde brasileiros em relação à população LGBT, admitindo que as condições sociais e os processos discriminatórios que sujeitam este segmento contribuem para o adoecimento e para a exclusão dessa população. De acordo com esta Política,

Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 13).

É importante ressaltar que apesar de tratar a saúde da população LGBT de forma integral, abordando um discurso que retira do indivíduo a responsabilidade por sua condição de saúde, a referida Política não rompe por completo com as ações reguladoras das sexualidades. As práticas sociais e sexuais desta população continuam sendo alvo de controle e disciplinamento pelos serviços de saúde. Destarte, mesmo reconhecendo as discriminações e os preconceitos, a Política Nacional Integral de saúde LGBT ratifica que “A condição de LGBT incorre em hábitos corporais ou mesmo práticas sexuais que podem guardar alguma relação com o grau de vulnerabilidade destas pessoas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 16).

As práticas sexuais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são consideradas perigosas e, por isso, podem ser “vetores de doenças”. Em relação ao público de travestis e de transexuais, as recomendações para práticas sociais e de sexo mais seguras não condizem com a realidade deste segmento. Os estigmas a sua condição feminina e as violências que perpassam o universo da população de travestis e de transexuais são limitadores da convivência social em condições minimamente dignas e, deste modo, do acesso aos serviços de saúde pública. Frequentemente vulnerabilizadas e discriminadas nos espaços de socialização, incluindo mercado de trabalho, escolas, universidades públicas, serviços de saúde e, até mesmo, ambientes de lazer, esta população é alvo de um intenso processo de adequação e de prevenção de sua sexualidade.

Compreendendo aqui que estes espaços ainda conservam “olhares” discriminatórios que distanciam estas pessoas dos reguladores consultórios médicos.

As políticas públicas voltadas para este segmento promovem, na verdade, um processo de “SIDAdanização”, em que as mesmas devem adotar práticas e comportamentos seguros a fim de evitar que perturbem, por meio de seus “desvios”, à normalidade e a heteronormatividade social. A saúde da população LGBT, em especial das travestis e transexuais, não é vista em sua integralidade, mesmo depois do lançamento da Política Nacional Integral de Saúde LGBT.

É neste sentido que as políticas públicas são elaboradas. Elas procuram regulamentar e disciplinar os indivíduos para o gerenciamento dos riscos sociais, sem, contudo, provocar processos de mudança em seu entorno social. Como assinala Ortega (2004, p. 15), “A valorização da autonomia devolve ao indivíduo a responsabilidade por sua saúde, reduzindo a pressão exercida sobre o sistema público”. Sob o viés da “emancipação” e da “autonomia”, as políticas públicas voltadas ao segmento LGBT propõem uma modificação nos estilos de vida desta população em um verdadeiro processo de vigilância de suas sexualidades. Assim, o Estado se desresponsabiliza da garantia de direitos de saúde, culpabilizando os indivíduos pelo seu adoecimento e reproduzindo estigmas que (im)põem a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a marca de sexualidades “arriscadas”.

### 3.3 QUEER E OS SUJEITOS POLÍTICOS: ENTRE AS RESISTÊNCIAS E A REPRODUÇÃO DAS NORMAS DE GÊNERO

A teoria queer demarca uma forma de enxergar e pensar o sexo e as relações de gênero para além das normatizações regulatórias dos sujeitos e dos binarismos que restringem e determinam o corpo e as formas de se observar o feminino e o masculino. Esta teoria engloba em seu cerne o viés da transgressão, da busca pela visibilidade da diferença e da desconstrução das normas, e dos valores que disciplinam e coíbem os corpos. O surgimento da teoria queer está associado às demandas dos chamados “novos movimentos sociais”<sup>41</sup> da década de 1960, em

---

<sup>41</sup> De acordo com Miskolci (2012, p. 21), “Eles são chamados de novos movimentos sociais porque teriam surgido depois do conhecido movimento operário ou trabalhador, e porque trouxeram ao espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica”.

especial do movimento feminista “da segunda onda”<sup>42</sup> e do movimento homossexual<sup>43</sup>. Nesse período, o Brasil estava imerso em um campo político de restrições de direitos e, ao mesmo tempo, de resistências dos grupos sociais. A emergência de movimentos ativistas que lutavam pelos direitos de mulheres, de negros/as e de homossexuais foi concomitante ao processo de abertura política do país, já em meados da década de 1970. O surgimento de tais grupos veio a contragolpe na luta pelo fim das hierarquias de gênero e da repressão sexual.

O movimento homossexual ganhou força no Brasil a partir da década de 1970 e, inicialmente, assumiu um caráter contestatório e libertador, questionando o sistema de heterossexualização social. Contudo, ao final da mesma década, este movimento passou a afirmar uma “identidade homossexual”, cujo objetivo era a busca da integração de homossexuais à ordem social existente (LOURO, 2013). Neste sentido,

[...] a política de identidade praticada durante os anos 70 assumia caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/das homossexuais no sistema social. A maior visibilidade de gays e lésbicas sugeria que o movimento já não perturbava o *status quo* como antes. No entanto, tensões e críticas internas já se faziam sentir. Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas

---

<sup>42</sup> A primeira fase do movimento feminista ocorreu a partir da final do século XIX e início do século XX e teve como uma de suas principais lutas o direito ao voto das mulheres. Conforme Pinto (2010, p. 15-16), “No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A *sufrages* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro”. O feminismo perdeu forças a partir da década de 1930 e só em 1960 volta a ter importância. A obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada em 1949, marca uma nova fase para o movimento feminista. Lutavam não apenas para reafirmar o espaço das mulheres, mas para denunciar um processo de dominação e subjugação incutido nas relações entre homens e mulheres. Assim, o feminismo passa a apontar “[...] que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (PINTO, 2010, p. 16). No Brasil, em 1980, com o processo de redemocratização do país, o feminismo entra em um período de grande efervescência, ampliando as suas discussões e incluindo entre elas temas sobre as sexualidades, as violências e as identidades de gênero.

<sup>43</sup> Conforme explica Fachinni (2009, p. 138), o movimento homossexual tem seu surgimento registrado na literatura no final dos anos 1970. Neste período o movimento concentrou-se no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. “Durante os anos 1980, apesar da redução expressiva da quantidade de grupos e das dificuldades trazidas pela associação entre Aids e homossexualidade, há mudanças significativas que influenciam o movimento contemporâneo: a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade (FACCHINI, 2005; CÂMARA, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009). A partir do início dos anos 1990, inicia-se um novo momento no movimento que parece deslocá-lo definitivamente das margens ao centro”.

políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilégio masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias relativamente às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais, essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada (LOURO, 2013, p. 34-35).

As tensões e as críticas dentro do movimento foram intensificadas e alguns grupos homossexuais passaram a buscar não mais a inclusão à ordem social, mas a questionar as regulações e restrições sexuais e de gênero que os transformavam em uma “fronteira” à normalidade heterossexual. Conforme Louro (2013), foi na década de 1980, com o surgimento da AIDS e o aumento das discriminações aos gays, que a política de identidade homossexual entrou em crise e passou a demonstrar fraturas.

A origem da teoria queer ainda é pouco explorada, porém sabe-se que a sua consolidação ocorreu durante a década de 1980. Neste período, a emergência da AIDS e a responsabilização dos homossexuais pela disseminação da doença gerou um ascendente processo de discriminação que determinou para aqueles/as que desviavam a norma um processo de abjeção. Conforme infere Miskolci (2012, p. 24),

Alguém atento percebe como a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção. Esse termo, “abjeção”, se refere ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política. Segundo Julia Kristeva, o abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem (1982, p. 4). A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade. O “aidético”, identidade do doente de aids na década de 1980, encarnava esse fantasma ameaçador contra o qual a coletividade expunha seu código moral.

A AIDS foi moralmente compreendida como um castigo aos gays por estes não seguirem as determinações impostas para a sexualidade. Para além do fator biológico, a epidemia foi um construto social que responsabilizou segmentos como de gays, de travestis e de transexuais por sua transmissão<sup>44</sup>. No entanto, ao

---

<sup>44</sup> No tópico 3.2.1 a questão da AIDS como uma construção social de uma doença sexualmente transmissível, bem como os modelos preventivos governamentais que surgem a partir de sua disseminação são abordados com maior profundidade.

mesmo tempo em que intensificou discriminações e preconceitos, a doença foi “um catalizador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais, materializadas no ACT UP, uma coalizão ligada à questão da aids para atacar o poder, e no Queer Nation, de onde vem a palavra queer, a nação anormal [...]” (MISKOLCI, 2012, p. 24). O combate à doença gerou uma nova forma de pensar a sexualidade, não mais voltada às identidades, e sim ao questionamento dos padrões estabelecidos para as práticas sexuais e sociais balizadas na heteronormatividade.

É neste ponto que o Queer<sup>45</sup> se destaca no estudo das diferenças. A teoria e a política queer não buscam encaixar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais às normas, ao contrário, buscam romper com as mesmas. Em contraposição ao movimento homossexual da década de 1970, o Queer não se pauta na aceitação social dos seres abjetos, o seu foco está nas críticas aos valores da sociedade e no processo de desconstrução das exigências e convenções sociais e culturais que moldam os corpos e determinam o que é ou não “normal”. Deste modo, “Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os queer criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma” (MISKOLCI, 2012, p. 25).

Cabe ressaltar que a palavra “queer”<sup>46</sup>, em inglês, é utilizada como um xingamento referente à população LGBT e que também pode significar “estranho”. O termo foi ressignificado e passou a expressar todos/as aqueles/as que não se encaixam as exigências sociais, que são abjetos, estranhos aos valores impostos socialmente. O Queer amplia as visões de gênero para além das relações binárias heterossexual/homossexual e homem/mulher, buscando o rompimento com as próprias regras que regem os valores sociais e culturais que disciplinam os corpos e as sexualidades. Para esta teoria não basta adentrar os movimentos sociais, é

---

<sup>45</sup> Por vezes utilizar-se-á apenas a palavra Queer para se referir a este movimento teórico e político inovador. O termo engloba em si o significado da diferença; o insulto torna-se agora um objeto de estudo e de ação política para aqueles/as que buscam não a inclusão, mas o rompimento com os aprisionamentos perpetrados pelo binário sexo/gênero, hetero/homo, homem/mulher.

<sup>46</sup> Segundo Louro (2013), Queer é traduzido como um insulto, algo estranho, ridículo. O termo, porém, foi absorvido por uma vertente dos movimentos homossexuais para caracterizar a sua oposição às normatizações que impunham a heteronormatividade como pressuposto das sexualidades e das relações de gênero. Assim, “Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante” (LOURO, 2013, p. 39).

preciso desconstruir as bases identitárias que guiam os próprios movimentos. Ao discorrer sobre a teoria e a política Queer, Miskolci (2012, p. 27) mostra que:

Segundo a filósofa norte-americana Judith Butler, o queer é uma nova política de gênero. Alguns tendem a ver essa realidade nos movimentos na entrada progressiva de travestis, transexuais não brancos, todos os outros que antes não eram vistos como suficientemente dignos de participar da luta. No entanto, um olhar mais atento reconhecerá que a lógica identitária anterior é a que rege essa entrada e pluralização dos sujeitos dos movimentos sociais, e não uma revisão de sua forma de atuação. A nova política de gênero – que também pode ser chamada de queer – se materializa no questionamento das demandas feitas a partir dos sujeitos; em outras palavras, chama a atenção para as normas que as criam. Essa mudança de eixo na luta política se fundamenta em duas concepções distintas com relação à dinâmica das relações de poder: uma que as compreende a partir da visão do poder como algo que opera pela repressão, e outra que o concebe como mecanismos sociais disciplinadores. Na perspectiva do poder opressor, os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e as convenções culturais que nos constituem como sujeitos.

Percebe-se que a teoria queer vê como a chave para o questionamento das exclusões e das determinações binárias entre sexo e gênero, a desconstrução. Observa-se aqui a inovação trazida pelo pensamento Queer, a busca pela desconstrução do disciplinamento dos corpos em um sistema social normatizador. Deste modo, “[...] ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos [...]” (LOURO, 2013, p. 44). Neste estudo, acredita-se que os binarismos são construídos socialmente e, então, reproduzidos e reiterados nos discursos, nas ações sociais e práticas sexuais dos sujeitos. As normas, convenções e valores que a teoria e a política queer procuram desconstruir são históricos e a sua construção sofre influências dos processos de formação social nacionais.

A representação política, baseada em identidades, não se enquadra aos sujeitos conhecidos como queer, uma vez que tal “representatividade” tem como base um sistema de normatizações hegemônico e heterocêntrico. Criticando os efeitos biologizantes sobre política e ciência, o movimento queer traz à linha de discussão o processo da diferença que não está apenas na sexualidade, mas em todas as esferas da vida dos seres humanos. Neste contexto,

A política das multidões queer emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política. Não se pretende a liberação das mulheres da “dominação masculina”, como queria o feminismo clássico, já que não se apoia sobre a “diferença sexual”, sinônimo da principal clivagem da opressão (transcultural, trans-histórica), que revelaria uma diferença de natureza e que deveria estruturar a ação política. A noção de multidão queer se opõe decididamente àquela de “diferença sexual”, tal como foi explorada tanto pelo feminismo essencialista (de Irigaray a Cixous, passando por Kristeva) como pelas variações estruturalistas e/ou lacanianas do discurso da psicanálise (Roudinesco, Hérítier, Théry...). Ela se opõe às políticas paritárias derivadas de uma noção biológica da “mulher” ou da “diferença sexual”. Opõe-se às políticas republicanas universalistas que concedem o “reconhecimento” e impõem a “integração” das “diferenças” no seio da República. Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões queer se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas straight, que dominam ainda a produção da ciência (PRECIADO, 2011, p. 18).

As “multidões queer” questionam, assim, o processo de ontologização das identidades e os valores sociais disciplinares como pressuposto para determinar padrões de feminilidade e de masculinidade. A política sexual defendida pelo Queer conduziu a uma crítica aos modelos universalizantes e a heteronormatividade como produtora dos sujeitos, evidenciando o processo de desconstrução das normas em detrimento da inclusão ou adequação a ordem estabelecida. Cabe ressaltar, entretanto, que a desconstrução não ocorre de forma isolada, isto é, pela ação de sujeitos isolados. A experiência de transexuais e de travestis, por exemplo, provoca e estremece as convenções e os valores culturais, mas não é capaz de modificá-los.

Os sujeitos que vivem fora das normatizações do sexo/gênero (os seres considerados abjetos) estão em um processo desnaturalizador, porém, por vezes, fazem-no sem um engajamento político que desconstrua tais valores, convenções. A visão que interpõe aos sujeitos um viés “revolucionário” às normas seria, na verdade, voluntarista, isto é, tomaria os mesmos como capazes de, sozinhos, modificar e romper com os valores que regem as suas vidas.

Essas “multidões queer” vivem em meio a uma contradição, pois ao mesmo tempo em que desestabilizam as normas controladoras de seus corpos e de suas práticas, elas também as reproduzem. A construção de corpos femininos é um ato “fora dos padrões”, transgressores da conformidade biológica do sexo/gênero,



porém este ato de desordem, muitas vezes, ocorre no âmbito individual, longe de um pensamento que rompa com os valores que transformam estes sujeitos em seres abjetos para a sociedade. No caso das travestis e mulheres transexuais, por exemplo, a *performatividade*, isto é, a reiteração das normas estabelecidas para as práticas femininas é, comumente, reforçada. Assim, “A partir dessa visão, esperam que os “homens de verdade” sejam másculos, ativos, empreendedores, penetradores. Elas não são ‘homens de verdade’, são ‘bichas’, ‘viados’, ‘monas” (MISKOLCI, PELÚCIO, 2007, p. 261). Isto não quer dizer que as travestis e as transexuais estão envoltas em atos teatrais de representação, a *performatividade* (como já abordado no tópico 3.1 deste trabalho) mostra, na verdade, a materialização das convenções, valores e normatizações sociais nas práticas sociais e sexuais dos sujeitos.

Não se quer aqui dizer que os sujeitos, especialmente as travestis e as transexuais, não tenham capacidade de serem sujeitos políticos e de lutarem, juntamente com outros movimentos sociais, contra as normas e valores que regulam as suas sexualidades e identidades de gênero (até porque já existem diversos movimentos organizados de travestis e transexuais). Na verdade, o que se reflete é que assumir uma identidade diferente daquela que foi designada a estas pessoas ao nascerem (baseada no binário sexo/gênero), não desconstrói, por si só, as normatizações, preconceitos, discriminações. Pensar esta subversão em um âmbito isolado a indivíduos ou grupos seria impor a estes sujeitos um papel messiânico, voluntarista.

De acordo com Miskolci e Pelúcio (2007), esta interpretação se dá, em grande parte, pela apropriação descontextualizada do pensamento de teóricos/as queer, em especial das ideias de Judith Butler, cujas obras possuem grande aceitação no Brasil. Deste modo,

Infelizmente, algumas pesquisas se apropriam de conceitos butlerianos, mas os distorcem por meio de uma concepção voluntarista do sujeito. Nestes estudos, é como se o sujeito pudesse, por simples vontade, decifrar e moldar a realidade social e histórica segundo seus desejos individuais. Isto se volta contra a visão da própria autora, para a qual é claro o caráter distinto da realidade e o que dela poderia ser criado. A prática teórica permite apontar o que pode ser modificado socialmente, mas apenas por meio de uma crítica do gênero como uma modalidade de regulação das identidades. **Neste sentido, a análise não pode inferir dos sujeitos – além de seus desejos conflituosos com a ordem de gênero vigente – um plano ou mesmo a capacidade de romper com as normas socialmente impostas.** Pode, isto sim, apontar formas de subjetivação que

resistem de maneira a constituir sujeitos singulares, seres que produzem diferenças (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 256, grifo nosso).

Apesar de desnaturalizarem a ideia de gênero, as travestis e as transexuais, compreendem as relações sociais através de convenções morais, culturais, religiosas, sociais, políticas, históricas. Elas, muitas vezes, reproduzem preconceitos e estigmas de gênero, transportando os mesmos para as suas socializações. Deste modo, a identidade de gênero deste grupo não transcende uma capacidade incrivelmente subversiva. O lugar destas pessoas é contraditório. Segundo Miskolci (2006), a adequação aos padrões de identidade instituídos provoca consequências não apenas sociais, mas também subjetivas, influenciando a forma como os sujeitos passam a compreender e enxergar a si mesmos e aos outros. Neste sentido, não se pode exigir deste sujeito, em “desacordo” com as normas, que subverta uma ordem social que o envolve. Destarte,

**[...] O perigo está em atribuir aos sujeitos a capacidade heróica de se posicionarem fora das normas socialmente impostas como se fosse possível atribuir a si mesmo uma categorização diferente daquelas disponíveis no seu contexto sóciohistórico.** Um exemplo dado por Butler é das crianças intersex, as quais necessitam de uma categoria para tornar suas vidas habitáveis, categoria essa que lhes será atribuída. Assim, em vez de esperar dos sujeitos que se autocategorizem, o foco da discussão deve se voltar para fora deles, ou seja, para a possibilidade de ampliação do repertório de identidades existentes (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 256, grifo nosso).

A desconstrução das bases reguladoras e controladoras das sexualidades e das diferenças pressupõe a construção de uma nova forma de reger os seres sociais. O movimento queer não enfatiza em sua teoria a organização política como forma basilar para se pensar em um processo de rompimento com as determinações que conduzem a sociedade. Para Miskolci e Pelúcio (2007), é através da coletividade, ou seja, da organização dos sujeitos que será possível articular uma alternativa aos processos hierarquizantes e normatizadores existentes.

Deve-se analisar que o processo de desconstrução de tais convenções e valores sociais não se dá sem uma luta política que traga para o centro das discussões a população abjeta. Este processo é complexo e, muitas vezes, paradoxal, pois a teoria e a política queer, ao mesmo tempo em que rejeitam a inclusão da diferença ao sistema de normatizações e buscam a desconstrução dos valores, não podem negar que as representações políticas são fundamentais para a

afirmação de direitos dos sujeitos que fazem parte desta “multidão queer”. Afinal, travestis e transexuais estão em constante processo de marginalização. É preciso compreender que para que exista um questionamento e mesmo uma desconstrução dos valores e convenções que regem a vida dos seres sociais é importante que haja um processo de lutas e de organização política que só pode ocorrer dentro do sistema social que impõe normas. Assim, entende-se que:

O *queer* busca apontar e compreender os sujeitos em conflito com a ordem de gênero vigente, mas seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor. **Nenhuma “solução” para a ordem de gênero restritiva e violenta pode advir de atitudes heroicas individuais, antes de grupos organizados, movimentos sociais como os de trans e intersex (associados aos mais estabelecidos: feministas, lésbicos e gays).** O *queer* e a Nova Política de Gênero revelam-se, portanto, aparentados (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 265, grifos nossos).

Como apontam Miskolci e Pelúcio (2007), anteriormente citados, os grupos organizados buscam “soluções”, ou melhor, refletem, questionam e reivindicam a visibilidade da diferença. É bem sabido que em uma sociedade violenta e reguladora a busca da visibilidade das “abjeções” e da ressignificação daqueles/as que são vistos/as como “anormais” se perfaz como estratégia para pôr em xeque as normatizações. Pode-se compreender tal relação contraditória, entre a transgressão da norma e a reprodução da mesma, dentro de uma correlação de forças, onde se configuram resistências diversas, bem como relações de poder. Conforme Foucault (2015, p. 104-105),

[...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitadas. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos

de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.

É, neste sentido, que se torna possível que os sujeitos queer resistam e busquem dar visibilidade para o que é considerado estranho, fora dos padrões. Em um movimento que configura a performatividade e, ao mesmo tempo, o estremeamento das normas é que “[...] a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 105). A organização de uma coletividade é um importante meio para mostrar para as “multidões queer” que a normatividade, a disciplina e o controle de seus corpos e de suas práticas não são naturais. Este processo de organização é o que dá possibilidades de formação de sujeitos políticos que levem a subversão para além da esfera individual, percebendo-a como um processo real, amplo. As normas, valores, convenções são aqui compreendidos como constituições sociais, políticas, culturais e históricas que instauram representações dos modos de vida, de sexualidade, de masculinidade e de feminilidade. Estas normas e valores difundidos socialmente nem sempre são vivenciados de forma consciente pelos sujeitos, que, em grande parte, buscam a aceitação social. Ou seja, é comum que mulheres transexuais e travestis ao mesmo tempo em que busquem visibilidade e afirmação de suas identidades, estremeando em sua singularidade as normas de gênero, também reafirmem estereótipos, preconceitos e estigmas.

#### 3.4 A DIFERENÇA QUE GERA IDENTIDADE: O AUTORRECONHECIMENTO DE “SER TRAVESTI” E “SER TRANSEXUAL”

É comum que haja uma confusão ou mesmo classificações totalizantes para se diferenciar “travestis” de “mulheres transexuais”. Estas últimas, normalmente, são relacionadas à cirurgia de mudança de sexo (ou redesignação sexual), uma vez que se popularizou a ideia de que mulheres transexuais possuem uma abjeção a sua genitália por se considerarem, psicologicamente, como mulheres

aprisionadas a um corpo masculino<sup>47</sup>. As travestis, por outro lado, estariam confortáveis com o seu órgão, não apresentando qualquer tipo de frustração em relação ao mesmo. Para o presente estudo, esse pensamento não traduz a identidade de gênero destas pessoas, pois relaciona a mesma, de forma indissociável, a sua biologia, recaindo no padrão binário do sexo/gênero.

A abjeção da transexual em relação a sua genitália e a de aceitação da travesti desta “parte” do corpo/todo demarca uma noção padronizada sobre estas pessoas. Muitas mulheres transexuais não só aceitam o seu pênis, como também rejeitam a ideia de mudança de sexo. Portanto, cabe salientar que as categorizações que definem esta população são mutáveis e fluidas. Ao longo deste estudo observou-se que características que eram tidas como “exclusivas” das travestis e que as separavam categoricamente das mulheres transexuais estavam sendo “tomadas” por estas últimas para explicar a sua identidade de gênero. Travaram-se, então, os questionamentos: Quem são as travestis? Onde encontrá-las? e O que as diferencia das mulheres transexuais? Talvez a resposta a essas questões não esteja expressa nas definições “fechadas”, baseadas no “corpo transformado”, mas sim no **autorreconhecimento e no discurso que este público tem sobre “ser travesti” e sobre “ser transexual”**. Deste modo, enxergar a diferença entre estas identidades por meio do gênero autoenunciado por elas e dos estigmas reproduzidos em suas falas pode ser considerada a resposta mais adequada (com a ironia a que esta palavra traz ao presente estudo) aos resultados que as reflexões fomentadas pelas entrevistas proporcionaram.

Como já explicado no capítulo 2, inicialmente esta pesquisa objetivava compreender e analisar **as travestis** mediante um possível aliciamento e exploração sexual para o tráfico de pessoas. Entretanto, ao adentrar o campo, notou-se que todas as interlocutoras que concederam entrevistas para compor o presente trabalho, bem como aquelas que se recusaram a participar deste estudo se identificavam como mulheres transexuais. Destarte, neste tópico serão expostas algumas definições do que se compreende por transexuais e por travestis, a fim de que se possa entender a dinâmica das concepções sobre estas identidades.

---

<sup>47</sup> Este pensamento também está relacionado aos chamados “homens trans”. Porém, nesta pesquisa, as análises darão enfoque às “mulheres transexuais” ou simplesmente “transexuais”, forma como normalmente se identificam.

A etnografia realizada por Kulick (2008), em 1996, na cidade de Salvador, abordou o universo das travestis, trazendo uma das definições mais conhecidas e utilizadas sobre as travestis no Brasil. Assim,

O termo travesti deriva do verbo 'transvestir', que pode ter o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou *cross-dress*, em inglês). Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagem femininos, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes. **A despeito de todas essas transformações, muitas das quais irreversíveis, as travestis não se definem como mulheres. Isto é, apesar de viverem o tempo todo vestidas como mulher, referindo-se umas às outras por nomes femininos, e sofrendo dores atrozes para adquirir formas femininas, as travestis não desejam extrair o pênis e não pensam em 'ser' mulher.** Elas não são transexuais. Ao contrário, afirmam elas, são homossexuais – homens que desejam outros homens ardentemente e que se modelam e se completam como objeto de desejo desses homens (KULICK, 2008, p. 21-22, grifo nosso).

Apesar de ao longo da pesquisa de campo não ter encontrado pessoas que se identificavam como travestis, é comum na literatura referente a esta temática a afirmação feita por Kulick (2008) de que “as travestis não se definem como mulheres”. Conforme explica Pelúcio (2009, p. 93), “As travestis sabem que não são mulheres, nem desejam sê-lo. São ‘outra coisa’, uma ‘coisa’ difícil de explicar porque, tendo nascido ‘homens’, desejam se parecer com mulheres, sem de fato ser uma, isto é, ter um útero e reproduzir”. Esta pode ser entendida, então, como uma questão de autoconhecimento ou autopercepção. “Ser travesti” e “ser transexual” (mulher transexual/mulher trans) está relacionado a se assumir e a se perceber dentro de uma identidade. O corpo, ainda que modificado, e a genitália não definem por certo “quem é quem”. Entende-se, portanto, que “Algumas travestis dizem claramente que não desejam *ser mulheres*, embora permaneçam se percebendo como femininas” (CFESS, 2016, p. 11).

É interessante observar que as entrevistadas têm diferentes concepções do que compreendem como “ser uma travesti”. Nota-se que, na maioria das vezes, elas reforçam estereótipos e, até mesmo, preconceitos em relação a estas pessoas. Lupita resume a travesti a um homem que se veste de mulher. Ela diz:

Eu sou uma transexual, mas não quero fazer a minha cirurgia. Eu sou uma transexual. Porque eu acho a palavra travesti... às vezes, eu uso a palavra 'travesti' com algumas pessoa, mas é porque as pessoa não sabe, não sabe o que é trans. Então, não sabe o que é transexual. Por causa que eles pensa que transexual é só quem fez a cirurgia. Não, não é isso. Que a transexual é uma pessoa que se comporta, totalmente, como uma mulher, se veste como uma mulher, age, sabe entrar e sair nos canto. Tipo, entra numa loja, sabe entrar e sabe sair. Agora, pra mim, travesti é uma palavra mais forte. Pra mim, travesti, na época, que... esse... esse meio começou, antigamente, teatro, né? Com teatro... aí porque as mulheres, antigamente, não podiam fazer teatro. Aí, foi daí que surgiu o nome travesti que começou. Aí, pronto! Surgiu esse nome por causa disso. Mas a gente somos transexual. Porque eu não sou travesti, porque travesti é aqueles homem que vai no carnaval vestido de mulher. Travesti é aquele homem que vai com roupa de mulher no carnaval (Lupita).

É possível refletir com essa fala que Lupita não vê as travestis como sujeitos femininos; ela as considera como homens e a feminilidade das mesmas é resumida ao período carnavalesco. Contudo, ao mesmo tempo em que assume sua identidade transexual, Lupita, por vezes, durante a entrevista referia-se a si mesma e a outras colegas transexuais como travestis. Quando questionada do por que usava o termo para referir-se a si e a outras colegas mesmo se autorreconhecendo como transexual, ela explica que este uso ocorre porque a sociedade não compreende a transexualidade. Ela diz:

Porque, antigamente, não podia fazer teatro mulher. Então, era os homens que se vestia. Então, se deu o nome... se travestia de mulher. São homens que se vestem de mulher. Aí, hoje é mulher transexual. Mas, geralmente, a gente fala assim "travesti" [...] porque tem muitas pessoas que não sabem o que é transexual, a travesti já sabe (Lupita).

Angelina reitera a fala de Lupita e acrescenta ao pensamento anterior que as travestis se transformam durante a noite em mulheres, porém, durante o dia, voltam ao "normal". Assim, a experiência travesti seria momentânea e restrita ao noturno, à invisibilidade. De tal modo:

Porque eu me considero hoje em dia uma transexual, não como travesti. Travesti é quando um homem se transforma em mulher. É um sexo masculino que ainda veste roupa de homem, mas que se transforma durante a noite em uma mulher e de dia volta ao normal. Pra mim é travesti! Não é mulher 24 horas. Agora a transexual é a mulher 24 horas, que tem prótese. Eu sou uma transexual. Eu me considero como mentalmente... é... ajo mentalmente, psicologicamente, como uma mulher (Angelina).

Scarlett reproduz o pensamento baseado na abjeção-aceitação da genitália. Para ela, a transexual, apesar de se considerar uma mulher mesmo sem a

mudança de sexo, não aceita a sua genitália. Já a travesti, diferente das transexuais aceitam o seu pênis. A entrevistada esclarece:

Pra mim tem diferença. É porque tem muita gente do nosso meio que não sabe explicar essa diferença, porque a diferença tá, que nem eu te falei no começo, eu me identifico como uma transexual. A transexual é aquela que ela se sente uma mulher totalmente. Eu também tenho uma amiga minha que a praticamente quase do meu jeito, eu tenho várias amigas minhas que são transexual mesmo, que elas dizem assim: “Eu sou uma mulher, eu me sinto como uma mulher. Eu arrumada, eu desarrumada, eu sou uma mulher. Não tem como alguém dizer que eu não sou uma mulher, porque eu sou uma mulher”. Então, ela já tem o pensamento firme de que ela é uma mulher. Ela se veste de mulher normal. **A única diferença da transexual para travesti é porque ela sonha em mudar de sexo, já a travesti, não. Ela se conforma com aquilo que ela tem** (Scarlett, grifo nosso).

Scarlett não considera as travestis como homens. Apesar de observar a diferença entre mulheres transexuais e travestis no corpo, especificamente, na genitália, ela percebe as travestis como pertencentes ao gênero feminino. As falas anteriores das entrevistadas mostram que elas veem a travesti como homens, como uma “identidade passageira”, que ganha vida no carnaval e/ou à noite.

Brigitte, assim como Scarlett, também nota que a travesti encarna a identidade feminina 24 horas por dia. Porém, não considera que as travestis lancem mão dos mesmos recursos estéticos para se “passarem por mulheres”. Ela infere:

O travesti é aquele ser que a partir do momento se veste de mulher 24 horas. Eu não sei como é que eles têm na cabeça deles, mas, tipo assim, pra mim travesti é aquele que a partir do momento se veste 24 horas de mulher. **Ele não pode ter silicone, não pode ter peito, não pode ter mudado o sexo...** tipo aquelas que tão começado... pode ser até ‘hormonizada’. No começo, eu era travesti. **Eu era travesti por quê? Porque eu só me ‘hormonizava’, já tinha cabelo grande, se vestia de mulher. Entendeu? Depois, a partir do momento que bota... é... modifica o seu corpo pra ter formas femininas, aí isso já começa a ser uma trans, que já bota silicone, bota peito, faz isso, faz mudança no rosto, plástica. Aí, isso já é uma trans. E transgêneros ou ‘transgênera’ é aquele que faz a mudança de sexo** (Brigitte, grifo nosso).

“Ser travesti” é para Brigitte uma fase, uma passagem no processo de transformação para se tornar uma mulher transexual. Portanto, para ela a identidade está relacionada ao início do processo de modificações que se enfrentam até se chegar ao “nível” mais feminino que puderem, até conseguirem “ser trans”. Quando afirma “No começo, eu era travesti”, ela demonstra que algumas podem parar nessa fase, outras podem continuar.



Observa-se que as interlocutoras possuem diferentes visões sobre o que é “ser travesti”. Algumas não as consideram como pertencentes ao gênero feminino, outras veem na genitália e nas transformações do corpo a explicação para a diferença entre as identidades. Por certo, não se pode apontar, a partir dos discursos das entrevistadas, qual a definição mais apropriada para se compreender a travesti, uma vez que elas partem de vivências e perspectivas distintas, muitas, inclusive, mostram ao longo da entrevista uma compreensão ainda estigmatizada da travesti.

Este trabalho compreende as travestis como uma variação do feminino que, em sua maioria, buscam recursos estéticos para terem aparência feminina. A ingestão de hormônios feminilizantes, a depilação definitiva, a cirurgia plástica, a aplicação de silicone industrial e a busca de recursos estéticos, como apliques de cabelo, maquiagem, adornos, roupas e acessórios do vestuário feminino fazem parte das vivências das travestis. Assim, compreende-se que “Muitas lideranças travestis, ao longo de anos de luta no Brasil, afirmaram que *ser travesti não é fantasiar-se de mulher* em eventos, tampouco durante uma parte do tempo. A travesti *vive e se apresenta como tal* nos mais diferentes espaços sociais” (CFESS, 2016, p. 12).

Vale refletir que a dificuldade encontrada nesta pesquisa para se encontrar participantes que se autorreconhecessem como travestis pode estar relacionada à forte carga de preconceitos atribuídos a figura destas pessoas. Identificar-se como *uma mulher transexual* é uma forma não só de se afirmar como pertencente ao gênero feminino, mas também de negar os estigmas que as colocam como “traveção”, “viados afeminados”, “ativonas”<sup>48</sup>, “criminosas”. A travesti representa no imaginário social este papel, o qual as transexuais tentam fugir. Em conversas informais com Marilyn, através do aplicativo *WhatsApp*, voltou-se a falar sobre tal diferença. Como registrado no Diário de Campo, ela disse:

É porque, Jessyca, é assim: antigamente todas diziam.... é.... que eram travesti, entendeu? Por que? A transexualidade ainda era assim, ainda era muito difícil, porque quase ninguém entendia o que era uma transexual, uma travesti. E hoje muito de nós dizemos que somos transexual, porque pelo fato de ser um nome que carrega menos peso. Porque o nome travesti, ele carrega muito peso, ele carrega como se a gente fosse marginais, como se a gente fosse ladronas. A travesti carrega um peso porque ela foi muito

<sup>48</sup> Travestis e transexuais reproduzem papéis sociais e, deste modo, acreditam que o papel da mulher na relação sexual e na vida conjugal com um “homem de verdade” é o de passivas. Portanto, na prostituição, quando desempenham, na maioria dos casos, o lugar de “ativas” elas não se sentem femininas.

marginalizada, entendeu? É um nome de peso. Aí, muitas são travesti, sim! É como se tivessem vergonha, entendeu? (Diário de Campo: fevereiro de 2017).

O que se apreende a partir das falas nas entrevistas é que as experiências, discriminações, códigos e símbolos vivenciados pelas participantes do estudo muito se assemelham as análises de Kulick (2008) e Pelúcio (2009), por exemplo, sobre as travestis. O trecho do Diário de Campo esclarece este dado. Podem existir travestis, sim, mas, com o tempo, elas preferem não carregar o peso deste nome. Não se quer dizer aqui que não existam pessoas que se autoenunciem como travestis ou que aquelas que se reconhecem como transexuais são, na verdade, travestis. Não se está buscando comprovar ou questionar a forma como esta população se reconhece. As entrevistadas e demais pessoas procuradas para a realização deste estudo são aquilo que identificam ser. O que se intenta refletir diante deste dado encontrado no campo é que o processo estigmatizador e marginalizador ao qual a travesti está sujeita impulsionou que muitas começassem a se reconhecer com a transexualidade para afastar de si a ideia de que são criminosas, de que não são femininas, de que são perversões à “normalidade” do binarismo sexo-gênero.

De acordo com este pensamento, a transexualidade se mostraria como algo compreensível (apesar de ainda não aceito e/ou respeitado), pois é difundido, tanto em estudos biomédicos quanto no senso comum, que as mulheres transexuais estão aprisionadas em corpos que não condizem com a imagem que elas possuem de si. Por isso, há uma busca científica para se entender a transexualidade como patológico. “Ser transexual” seria, portanto, mais digno e justificável do que “ser travesti”, uma vez que os discursos médicos determinariam a transexualidade como uma doença que já faria parte do sujeito desde o nascimento. O movimento e a dinâmica das definições do que é “ser travesti” e do que é “ser transexual” são regidos pela diversidade de discursos/compreensões que as próprias mulheres transexuais e travestis têm sobre si. Nesta dissertação, reafirma-se que **a diferença entre estas identidades não está no corpo ou, especificamente, na genitália. A diferença é, na verdade, social.** Embora se compreenda que, apesar das muitas pesquisas e tentativas de explicações sobre a transexualidade, esta também carregue um peso de discriminações, uma vez que os padrões de gênero não poupam estas pessoas dos processos regulatórios do sexo-gênero-sexualidade.

### 3.4.1 A Experiência das mulheres transexuais

A transexualidade faz parte de um processo patológico que busca determinar um diagnóstico, um padrão, para aquelas pessoas que se autorreconhecem como transexuais. Como visto no tópico anterior, há uma dinamicidade no entendimento das próprias entrevistadas não apenas do que é “ser travesti”, mas também do que é a transexualidade. Algumas acreditam que para “ser mulher” o pensamento de que o são é suficiente. Outras, ao contrário, ligam essa questão à abjeção do seu corpo masculino e ao desejo de se tornarem cada vez mais femininas, inclusive, realizando a cirurgia de modificação de sexo. Deste modo, são muitos os estudos que buscam diagnosticar o/a “transexual de verdade”. É evidente que este processo de busca de uma definição fixa e médica/psiquiátrica para a transexualidade objetiva determinar uma experiência curável e, de tal maneira, normalizadora.

Segundo Bento (2006), na década de 1950 surgiram publicações que defendiam e registravam a especificidade do “fenômeno transexual”. Nas décadas seguintes de 1960 e 1970, emergiram associações internacionais que se organizaram para produzir conhecimento sobre a transexualidade e definir diferenciações para o diagnóstico entre esta e o que se entendia por gays, lésbicas e travestis.

Em 1953, o endocrinologista Harry Benjamin buscou estabelecer critérios/ocorrências para determinar as diferenças entre os/as transexuais e os homossexuais. A relação de abjeção a genitália foi notada por Benjamin como frequente no discurso das pessoas transexuais. Neste sentido, o médico destacava a cirurgia como a única alternativa terapêutica possível para os/as transexuais. Tal pensamento ia de encontro ao de psicólogos, de psiquiatras e de psicanalistas; muitos destes consideravam as intervenções corporais como mutilações. Em 1966, Benjamin, em seu livro intitulado “O fenômeno transexual”, lança as bases para o diagnóstico do que seria o/a “verdadeiro transexual” (BENTO, 2006).

Neste contexto, conforme Bento e Pelúcio (2012, p. 571), em 1969, realizou-se em Londres o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin, “que passou a se chamar Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA), em 1977. A transexualidade passou a ser considerada uma “disforia de gênero”, termo cunhado por John Money em 1973”. Na década de 1980, a

transexualidade foi incluída no Código Internacional de Doenças, reafirmando com isso um processo de patologização do gênero não consoante ao que se determina como sexo biológico.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), da American Psychiatric Associations (2014, p. 453), estabelece as seguintes características para o diagnóstico do que determina como “disforia de gênero”:

Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico. Deve haver também evidências de sofrimento causado por essa incongruência. O gênero experimentado pode incluir identidades de gêneros alternativas além dos estereótipos binários. Em consequência, o sofrimento não se limita ao desejo de simplesmente pertencer ao outro gênero, podendo incluir também o desejo de ser de um gênero alternativo, desde que diferente do designado.

Em 1980, a Associação Psiquiátrica Americana incluiu a transexualidade no rol dos “Transtornos de Identidade de Gênero”, em sua terceira versão do DSM (BENTO, 2006). Na quinta versão do Manual Diagnóstico (DSM-V), a transexualidade é apresentada na seção intitulada por “Disforia de Gênero”. O capítulo tem início com uma breve explicação de termos e significados que envolvem sexo e gênero, fundamentado nos “indicadores biológicos de masculino e feminino [...], como cromossomos sexuais, gônadas, hormônios sexuais e genitália interna e externa não ambígua” (AMERICAN PSYCHISTRIC ASSOCIATION, 2014, p. 451). O documento define ainda sua concepção sobre “identidade de gênero”, “transgênero” e “transexual”. Assim,

*Identidade de gênero* é uma categoria de identidade social e refere-se à identificação de um indivíduo como homem, mulher ou, ocasionalmente, alguma categoria diferente de masculino ou feminino. *Disforia de gênero*, como termo descritivo geral, refere-se ao descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. *Transgênero* refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento. *Transexual* indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual). (AMERICAN PSYCHISTRIC ASSOCIATION, 2014, p. 451).

Percebe-se que estes documentos tratam aqueles/as que estão fora das normas de conformidade do sexo-gênero como “transtornados/as”, demonstrando, assim, seguir o padrão de heterossexualidade que só encontraria inteligibilidade na complementariedade entre homens e mulheres. Deste modo, as pessoas que apresentam uma identidade de gênero não condizente com o seu sexo, corpo biológico, devem ser tratadas, diagnosticadas e, até mesmo, curadas. Como ficou claro nas falas das entrevistadas, analisadas no subtópico 3.2.1, elas precisam passar por uma “bateria de exames” para atestar que “são aquilo que dizem que são” e daí, então, dar início ao processo transexualizador. É importante ressaltar que,

O processo transexualizador é composto pelas exigências que os “Programas de Redesignificação” definem como obrigatórias para os/as “candidatos/as”. Os protocolos irão concretizar essas obrigаторiedades quanto ao tempo de terapia, à terapia hormonal, ao teste de vida real, aos testes de personalidade, além dos exames de rotina. Se o/a “candidato/a” conseguir cumprir todas as etapas e exigências estabelecidas, estará apto/a à cirurgia de transgenitalização (BENTO, 2006, p. 48).

Apesar de toda a objetividade dos exames médicos, definir ou comprovar a transexualidade de uma forma clínica é, na menor das hipóteses, um desafio, pois o rigor dos procedimentos clínicos e das análises psicológicas é capaz de atestar o estado de saúde destas pessoas, porém não pode justificar a transexualidade por meio de fatores biológicos. Neste sentido, “Em última instância, o que contribuirá para a formação de um parecer médico sobre os níveis de feminilidade e masculinidade presentes nos demandantes são as normas de gênero” (BENTO, 2006, p. 51).

Ainda é recorrente na sociedade o pensamento de que “para ser transexual é preciso fazer/desejar a mudança de sexo”. Esta ideia busca enquadrar e compreender a transexualidade a partir de uma “regra”, cujo objetivo é identificar os/as “transexuais verdadeiros”. Observou-se, no entanto, que a mudança de sexo não é um padrão para definir ou reconhecer uma mulher transexual. Tal acepção encerra a transexualidade a um corpo normatizado, binário, em que para se reclamar o título de *mulher* é preciso que se adeque o gênero ao sexo biológico. Ao longo deste estudo notou-se que as entrevistadas mostravam diferentes relações de aceitação ou abjeção a sua genitália. Elas elencaram outros símbolos, como as roupas, os acessórios, os cabelos e o “modo de agir” para demarcar a sua

feminilidade. É assim que Viola se percebe como mulher: “Eu me olho na frente do espelho colocando uma roupa, uma maquiagem e isso já me importa”.

Neste contexto, evidencia-se aqui que este estudo não se afeita a definir as travestis e as transexuais por meio da abjeção ou não de sua genitália. Este comportamento não é uma regra para se diferenciar as referidas identidades. Na verdade, ele só reforça o padrão biologizante que determina o gênero ao sexo, uma vez que busca adaptar estes sujeitos à genitália “correta” para as identidades as quais pertencem. Muitas mulheres transexuais, dentre elas algumas das entrevistadas do atual estudo, não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual e, dentre as que manifestaram o desejo de realizar a mesma (em algum momento de suas vidas), esta não é uma característica determinante para que se autorreconheçam como mulheres. Deste modo, não se percebe aqui a mudança ou não de sexo como um procedimento fundamental para se identificar travestis e transexuais. Marilyn esclarece que,

Não, antes que queria a cirurgia, mas hoje, como as coisa mudou, é... até os cientistas, psicólogos, a gente vai fazer a mudança de sexo, eles dizem que não precisa mais, porque a cabeça que faz você ser feminina, o seu jeito, o seu viver, o seu comportamento. Por que o homem quando gosta de você, ele não vai gostar do seu sexo que você tem, né? Ele vai gostar da pessoa que você é. Ele se apaixona pela pessoa e não pelo sexo. Aí, isso fez eu mudar. Hoje em dia eu não penso mais em mudança de sexo. Não, não penso mais (Marilyn).

Marilyn reflete o pensamento de muitas transexuais; inicialmente, no seu período de descoberta, elas desejam realizar a cirurgia, até mesmo como uma forma de se adequar aos padrões considerados normais para os papéis sexuais estabelecidos na sociedade. Contudo, a partir do momento em que se reconhecem como *mulheres* (passam a viver, agir, vestir-se como mulheres), a cirurgia pode deixar de fazer sentido. Marilyn ainda expõe um segundo fator, o desejo dos namorados, noivos, maridos. Se, mesmo com o pênis delas, eles as tratam como mulheres (passivas, inclusive no ato sexual), então, não existem motivos para se pensar na mudança de sexo. Ressalva-se que não é possível deixar de notar nas falas das entrevistadas uma recorrência de discursos que reiteram valores e normatizações do binarismo de gênero, além de uma reprodução de pensamentos machistas.

Lupita e Viola reforçam o pensamento de que a abjeção pela sua genitália não é uma regra para se reconhecer como uma mulher transexual. Elas dizem:

Eu me considero como mulher, mas eu consigo olhar no espelho e... e não, não fico com aquilo na cabeça: “nossa, eu tenho um órgão, né? E eu preciso fazer a cirurgia”. Não! Eu tenho a minha cabeça normal, eu consigo adaptar, eu não quero fazer a mudança de sexo. Eu não quero, mas tem outras amigas minha que querem fazer a mudança de sexo, mas eu não quero. Depende de cada um, cada um tem sua personalidade (Lupita).

Cirurgia eu não tenho vontade de fazer, colocar negócio de prótese de silicone também não. Gosto do meu corpo assim, natural mesmo. Entendeu? Ser uma transex, mas sendo natural. O que eu me importo, eu me sentindo uma mulher mesmo é o que basta, não mudar nada no meu corpo (Viola).

Viola ainda relata que não deseja grandes modificações corporais. Ela toma hormônios, veste-se com roupas e acessórios femininos e possui os cabelos compridos, porém não deseja injetar silicone industrial, tampouco colocar próteses nos seios. Como afirma em sua fala, sentir-se uma “mulher mesmo” é o bastante para reconhecer a sua identidade de gênero.

Brigitte, por sua vez, demonstra sentir o desejo de realizar a mudança de sexo e, por não ser ativa com seus clientes durante o ato sexual, ela não nota “utilidade” em sua genitália. Deste modo,

Eu não vou mentir, se eu tivesse dinheiro eu teria coragem. Eu faria! Por que não? Eu não trabalho com ela, não é à toa que às vezes eu tô na esquina e para alguns clientes querendo que eu seja ativa e eu digo: “Não, amor. Não sou. Se você quiser, tem outras meninas lá embaixo”. Eu digo, eu não trabalho com ela no ato. Porque eu falo, se fosse ‘pra mim’ ser ativa, eu seria gay. Gostava de homem, mas fazia o ativo e seria gay. Eu não ia botar peito, eu não ia botar silicone, não ia aguentar humilhação da sociedade pra tá... Como eu te falei, tem muitas que aceita, entendeu? Tipo assim, “não, eu sou trans, mas eu sou ativa, sou passiva”. Entendeu? E muitas que não (Brigitte).

A entrevistada relaciona a passividade a um comportamento tido como feminino durante o ato sexual, deste modo, ter uma atitude ativa com seus clientes seria negar o seu processo de transformação e as dificuldades enfrentadas para assumir a sua feminilidade, o seu gênero. Brigitte, porém, reconhece que tal pensamento não é uma regra, uma vez que existem muitas transexuais que assumem o papel de ativas durante as relações sexuais, principalmente, durante a prostituição.

Angelina relata um pensamento próximo ao de Brigitte sobre ser ativa durante a relação sexual, contudo, diferente desta, ela diz que “utiliza” o pênis com seus clientes. A entrevistada relata:

Às vezes, já passou pela minha cabeça de retirá-lo, entendeu? Mas por umas certas dificuldades depois que a minha mãe entrou em óbito e eu perdi meu emprego por conta do meu ex-marido, da vivência que eu tive com ele de 2 anos e meio. Eu perdi meu o emprego e eu tô agora utilizando, digamos assim, mas não é a minha vontade de querer isso (Angelina).

Scarlett também manifesta o seu desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual em algum momento de sua vida. Esta entrevistada relaciona a transexualidade à mudança de sexo; a cirurgia seria para ela, portanto, um objetivo, uma finalidade de todas aquelas que se identificam como transexuais. Ela diz:

[...] eu me identifico como uma transexual, porque tudo o que eu aprendi que eu pesquisei, né? É que a gente tem sempre que pesquisar pra saber o que realmente a gente é, né? Então, tudo o que eu pesquisei, eu me identifico como uma transexual. Porque, assim, a transexual é aquela que ela sonha, em algum momento da vida dela, ela sonha mudar de sexo, né? Porque se ela pudesse... o negócio é a questão financeira, né? Que a gente ainda não pode, mas no futuro a gente planeja que, se tiver a oportunidade, mudar de sexo. Então, eu me identifico como uma transexual. Aquela que se sente uma mulher, que não consegue se ver vestida de homem, tá entendendo? E que ela pensa em mudar de sexo. Aí, isso define uma transexual. É isso que define (Scarlett).

Neste contexto, a mudança de sexo não configura uma regra para todas as transexuais. Certamente, pensar em “retirar” ou não o pênis é um assunto frequente durante o período de descoberta e de transformação corporal deste público; porém, a abjeção ao corpo, especialmente, à genitália, não é uma característica determinante para o autorreconhecimento como uma mulher transexual. Percebe-se, então, que as entrevistadas recorrem a outros símbolos não apenas para sentirem-se bem consigo mesmas, mas também para serem reconhecidas socialmente como membros do gênero identificado. Nem todas as mulheres trans, como observado por Viola, desejam fazer cirurgias e mudanças radicais em seus corpos. A maquiagem, as roupas, os hormônios e o silicone, para muitas, é suficiente para materializar a sua feminilidade.



### 3.4.2 Da descoberta à transformação

Percebe-se que as transexuais e as travestis deslocam a compreensão de gênero para fronteiras que ultrapassam o corpo biológico. Elas constroem a sua feminilidade e o seu corpo baseadas nas normas de gênero do que é “ser mulher” e do que é “ser homem”, isto é, o que se pode chamar por *performatividade* de gênero (BUTLER, 2003). Travestis e transexuais não estão pairando em uma sociedade paralela; elas também vivem as normas e reiteram as mesmas. Da descoberta da identidade de gênero à transformação do corpo, para se adequar as exigências normalizadoras binárias, esta população transita entre embaralhar o que convencionalmente se compreende por “homem” e “mulher” e repetir nos comportamentos e nas modificações corporais os papéis sexuais. O processo é contraditório, mas demonstra que tanto a feminilidade quanto a masculinidade representam modelos e padrões sociais. De tal modo, “ser mulher”, “ser homem”, “ser travesti”, “ser transexual” (dentre outras manifestações de identidades) é uma construção histórica, cultural, social e política repleta de significações que denotam uma identidade que extrapola os limites do natural, portanto, do imutável.

As seis participantes da presente pesquisa demonstraram em suas falas que o processo de descoberta da sua feminilidade ocorreu em períodos da infância ou da adolescência, entre os 06 a 18 anos de idade. Nessa fase, elas se compreendiam como gays ou transformistas. O desejo de usar “roupas femininas”, de ter os cabelos longos, de brincar de boneca e de sentir atração por meninos foram identificados por elas como indícios de que já se sentiam como mulheres. Ou seja, ao perceber e desejar códigos e símbolos tidos como do gênero/sexo “oposto” (em uma noção heterossexual e binária de complementariedade), elas se percebem como “diferentes do que deveriam ser”. De acordo com as entrevistadas,

Desde de criança que eu já tinha já os traços femininos, não tanto quando criança, né? Mas aos poucos, com o passar o tempo que eu fui me desenvolvendo mais, me descobrindo mais. Mas eu fui me descobrir de verdade foi com 10 anos de idade, que eu fui saber que eu não gostava de meninas, eu tinha atração por meninos e aí eu comecei a me transformar, né? A Tomar hormônios, a me envolver mais com meninas. Eu não queria mais andar sem blusa no meio da rua, como eu andava antes. E eu comecei a pegar amizade com as pessoas que eram igual a mim, do meio LGBT. Até que com 18 anos eu arrumei um emprego e eu me assumi dentro da empresa. Mas no emprego, eu entrei como gay, na forma masculina. Lá dentro que eu me transformei (Marilyn).

Então... Porque eu comecei com um... me descobrir mesmo, eu era da Igreja. Com 16 anos eu saí da Igreja, então, com 18 anos eu já comecei a ser transformista. Eu comecei como transformista, a me montar. E foi dali que eu olhei pro espelho... “Nossa! Me senti bem” (Lupita).

[...] então, eu desde os meus 6 anos, eu tinha um certo, é... alguma coisa diferente. Eu acho que eu já nasci assim. Quando a minha mãe saía pra trabalhar, eu vestia um sutiã da minha mãe, botava um vestido, um salto, pegava um pano de chão na cabeça, molhava, botava e fazia uma peruca. Dançava forró, porque eu sempre gostei de dançar forró, eu ficava sambando [...]. Então, tipo assim, sempre aprontava, mas também tinha os meus lados que gostava de jogar bola, né? Vôlei, pipa, peão, entendeu? Mas quando chegava a noite, tipo assim, dava uma coisa, eu via as meninas brincando de bonequinha e tal, eu largava a bola e saía brincando de boneca e os meninos ficavam fazendo chacota comigo (Angelina).

Eu me identifico como uma transexual, né? Até então eu não sabia realmente o que eu era, né? Depois da visão da minha mãe... Foi assim, o início da minha transformação foi assim: eu já não sabia mais porque eu estava vestida de homem. Eu não me interessava por roupa masculina. Aí foi minha mãe pegou... eu fui fazer as compras em uma loja, fui comprar roupa, aí eu não me interessava. Eu pegava simplesmente uma roupa qualquer, sem ligar pra modelo, número, se ficava frouxa, se ficava adequada no meu corpo. Levava pra casa. Isso a roupa masculina. Aí minha mãe identificou que eu não me interessava por roupa masculina. Até então, no momento, eu não identifiquei que era por isso. Até então eu era uma gay assumido. Uma gay, que a gente chama ‘uma’ gay por causa que gosta de homem, né? Eu era uma gay, eu apenas tinha o cabelo grande, normal e não sabia porque eu me sentia infeliz. Vestida de homem, eu me sentia infeliz. Aí minha mãe identificou pela questão da roupa (Scarlett).

Ah... a minha família já vinha dizendo que eu sou desde nascença, né. Mas a partir dos meus... eu vim perceber que eu era assim a partir dos 6, 7 anos por aí (Viola).

Eu desde pequeno que eu me via como “não, tem alguma coisa...”. Não é que tenha alguma coisa errada, é porque, tipo assim, pra mim nunca... Não é que não encaixava. É tipo assim, eu nunca, podemos dizer, pra mim não servia. Não era aquilo. Aí, eu sempre me via como mulher, eu não me via como homem. Não é à toa que desde pequeno, você não me via brincando com os meninos. Eu não sabia jogar de bila, eu não sabia soltar arraia, eu não sabia jogar de pião. A minha irmã, que é mais velha do que eu, já sabia brincar de bila mais bem do que eu e todo mundo da rua, soltar arraia e eu... nada. Meu sonho era ter uma Barbie, era sempre aquela coisa assim de menina. Entendeu? Aí pronto. Depois, eu peguei... aí, tudo bem. Aí, foi passando o tempo, fui me descobrindo. Eu disse: “não é minha praia ser homem e gostar de mulher”. **Porque, tipo, quando a gente é criança, o pessoal diz: “Aí, não. Tem que virar homem, tem que gostar de mulher”. Mas eu não me via assim, entendeu? Aí, tudo bem, quando menos espera, com 16 anos eu rasguei o véu.** Rasgar o véu é o que? Tipo assim, se assumiu! Comecei a me vestir de mulher, comecei a tomar hormônio e tudo. Sempre queria ter a unha grande, sempre queria ter o cabelo grande. Quando eu era pequena pegava uma fralda e botava na cabeça ou um pano, entendeu? Aquelas coisas de... que o pessoal diz assim: “não, esse daí não vai ser homem, vai ser vi...”. Aí pronto, desde pequena (Brigitte, grifo nosso).

Após a “fase da descoberta”, em que elas notam que suas práticas ultrapassam a atração por homens e que sentem afinidades por atividades culturalmente identificadas como femininas, é comum nas experiências das entrevistadas o que Brigitte denominou como “rasgar o véu”. Tem início, então, a “fase da transformação”, na qual elas passam a inserir em seu cotidiano roupas e acessórios do vestuário feminino e a tomar hormônios<sup>49</sup>. O “vestir-se de mulher” é uma prática importante e simbólica para as transexuais e para as travestis, uma vez que elas acreditam que para sentirem-se como “mulheres de verdade” (ou, no caso das travestis para “passarem-se por mulheres”) precisam lançar mão de recursos estéticos para se sentirem bem em relação ao seu gênero. Conforme explicita Marilyn, “Se eu me sinto mulher, como é que eu vou me sentir mulher com a aparência masculina, né? Eu tenho que buscar aparência feminina. Botar isso pra fora pra me sentir bem”. É nessa transformação que as transexuais e as travestis “fazem o corpo” e reiteram as normas de gênero, performativamente. Ressalva-se que esta etapa da transformação não ocorre sem conflitos. Destarte, “A adolescência e os primeiros anos de vida adulta tendem a ser períodos em que as discriminações se acentuam, pois é também quando a pessoa necessita se expressar plenamente como realmente se percebe, do ponto de vista do gênero” (CFESS, 2016, p. 13). Quando a descoberta da identidade de gênero passa a ser materializada no corpo, a transformação de travestis e transexuais ocorre não apenas no nível corporal, mas também socialmente, quando se intensificam as discriminações. Neste sentido,

À medida que tais modificações vão se tornando mais aparentes, os meninos quase sempre são expulsos de casa ou a abandonam por livre iniciativa. Longe da família, eles estarão livres para explorar plenamente aquilo que sentem como sua natureza feminina. Acabam travando conhecimento com travestis mais velhas e experientes, e às vezes com amantes e clientes, pessoas que os irão aconselhar e ajudar na tarefa de se aperfeiçoar e de se completar como um ser feminino. Esses meninos e adolescentes, então, passam a ingerir grandes quantidades de hormônio feminino e a usar roupas e acessórios de mulher permanentemente (KULICK, 2008, p. 65).

A transformação corporal é desejada tanto por mulheres transexuais quanto por travestis como forma de materializar ou externalizar a sua identidade de

---

<sup>49</sup> A divisão das fases foi feita apenas como forma de explicar as experiências das entrevistadas (comuns a muitas travestis e mulheres transexuais), pois, como se percebem ainda na infância ou adolescência, apenas com o tempo vão dar significados de seus desejos e práticas.

gênero. Por isso, tão logo se descobrem como pertencentes ao gênero feminino começam as mudanças no corpo. As modificações vão desde o uso de apliques de cabelo, de roupas, adornos, calçados e maquiagens até a ingestão de hormônios, aplicação de silicone industrial, próteses de silicone e, para algumas, a cirurgia de redesignação sexual. Conforme esclarece Bento (2006, p. 162-163), “O sentido que se atribui às roupas e aos acessórios liga-se a um campo mais amplo de significados que extrapola a idéia de um ‘gosto pessoal’, vinculando-se às normas de gênero que estabelecem determinadas formas de cobrir os corpos-sexuados”. É possível notar que este público vê no corpo, nos desejos e no comportamento uma expressão do gênero. Apesar de por várias vezes retirarem do biológico o peso da representação do gênero, como quando admitem que a sua genitália não determina o “ser mulher”, por exemplo, as travestis e as transexuais dão às transformações corporais e ao uso de roupas femininas, em seu cotidiano, uma grande importância para o reconhecimento do feminino, da sua identidade. Brigitte demarca em sua entrevista o peso das modificações corporais, ela diz:

Porque, tipo assim, é... A gente se transforma assim pra ter formas feminina, porque lógico que o corpo do homem é diferente de uma mulher. Aí o que é que acontece? A gente passa... é... pra ter... é... modificar o corpo pra ter as formas, as curvas mais perfeita e às vezes tem trans que fazem as curvas mais bem perfeitas do que as próprias mulheres. Tem muitas que bota muita, tipo assim, tem muitas que bota muito silicone, fica exagerada. Só que tem muitas que bota, mas não bota tanto, entendeu? E, tipo, não vou mentir, muitos clientes meu fala: “Não, Brigitte, não bote mais. Seu corpo tá ótimo, tá muito feminino, tá bem...”. Entendeu? Detalhe, o meu corpo é parecido com o corpo da minha irmã, não é à toa que as mesmas roupas minhas, ela veste e as dela eu visto e toda vida... (Brigitte).

Ao se comparar a irmã, Brigitte mostra que conseguiu transformar o corpo até chegar ao “padrão” de uma mulher cisgênero, quiçá ainda mais perfeita do que as próprias. A entrevistada, portanto, conseguiu adequar o seu corpo às normatizações do que se determina para o “ser homem” e “ser mulher”, ainda que este corpo embaralhe o modelo binário sexo/gênero.

De acordo com Lupita, adquirir a aparência feminina foi um processo que deu a ela a oportunidade não só de realização pessoal, mas também de dar um sentido ao corpo-sexuado a partir das idealizações de gênero. Ela relata:

[...] eu meninozinho, quando eu era menino, era horrível. Não me sentia bem. Então, quando eu boto, hoje em dia quando eu boto um vestido, quando eu boto salto, hoje eu me sinto eu mesma. Porque não quer dizer

que... “aí, você não é uma mulher, porque você tem um órgão”... eu: “Não!”. O que faz uma mulher é a cabeça. Não é o órgão genital dela (Lupita).

Quando questionada sobre a importância das transformações para o reconhecimento da sua identidade de gênero, ela responde:

É importante, porque, antigamente, eu olhava no espelho, eu não, eu nunca tinha ido pra praia e meu peito é recente, faz só, vai fazer nove meses. Então nunca tinha ido pra praia, porque eu tinha... eu ficava sem jeito. Eu tinha o cabelo grande, sempre tive o cabelo grande, mas faltava. O que eu ia botar, eu ia pra praia e o que eu ia botar no meu peito? Não ia ficar legal. E tem uma coisa que eu fui pra uma loja, fui comprar, né? Aí pegou e a mulher disse assim: “e o que você vai botar aqui dentro?”. Eu... eu saí dessa loja, eu saí totalmente pra baixo, porque eu lutava, lutava pra mim conseguir a minha cirurgia e não conseguia sob o SUS. Então, foi daí dessa loja, dessa rejeição dessa mulher que eu peguei e juntei, juntei e botei minha prótese aqui no Ceará (Lupita).

Para Lupita, as próteses de silicone, recentemente colocadas, demarcaram a sua transformação efetiva, pois, como expresso nos trechos das falas da participante, apesar dos cabelos longos, das roupas femininas, faltava “algo”, um símbolo, que mostrasse no seu corpo-sexuado uma materialidade da mudança.

Para ter o corpo mais feminino e “criar seios”, Angelina passou a tomar grandes quantidades de hormônios, fazendo uso dos mesmos por conta própria ou com a ajuda de amigas. A entrevistada relata:

[...] eu queria saber como é que fazia pra criar peito. Eu vi alguns gays com uns peitinhos mais saliente. Eu pegava nos peito das bicha, aí como elas tomavam hormônio, sentia um carocinho, aí achava legal. Ela disse: “Bicha, aqui é pra dar peito, não sei o quê. Mas dói tanto pra crescer peito”. Aí, tipo assim, eu fui me interessando. Aí comecei a tomar hormônio por conta própria. Aí as bicha disse: “Mulher, o teu peito não vai pular, não vai crescer. Vai ficar assim que nem o meu, não sei o quê”. Aí eu peguei e disse: “É, pois eu vou me dedicar!”. Aí elas me disseram que pra mim tomar hormônio não podia ejacular. Então, como eu, na minha mente, sempre fui... eu sempre quis ser mulher, então assim foi. **Meu consentimento de menina sempre foi mulher, eu varria em casa, ajudava em casa, lavava roupa. Então, pra mim não tinha nenhuma problema. No sexo com os homens, eu sempre fui a mulher, nunca fui o homem. Nunca... entendeu? Nunca fui ativa, eu fui a passiva.** Sempre foi isso. Aí eu comecei a tomar os hormônios, meus peitos começou a crescer, crescer, crescer, até chegar no certo ponto que chegou e eu não tenho prótese. Então meu peitos são desse tamanho através só de hormônio. Então foi daí que meus peitos começou a ficar desse tamanho. Até porque quando os meus seios começaram a ficar desse tamanho, os meus amigos que eram gays se distanciaram de mim. Sentiram um certo recalque. Até porque eles disseram que eu mudei. Eu posso ter mudado, mudei. Claro que eu não sou mais o que eu era antes, um gay, né (Angelina, grifo nosso).

É possível perceber que Angelina relaciona a passividade no ato sexual e as atividades domésticas que exercia em casa com a sua identidade de gênero. Para a interlocutora, estas normas demonstravam que ela “sempre foi mulher”, portanto, sempre esteve dentro dos papéis sociais e sexuais designados para as mulheres, mesmo no período em que não havia iniciado a sua transformação corporal. Cabe ressaltar que Angelina havia retratado em um fala anterior neste tópico que, atualmente, por estar exercendo a prostituição, fazia “uso” da genitália, isto é, era ativa no ato sexual com os seus clientes. Porém, quando aqui se refere que “sempre foi a mulher”, ela está retomando ao período anterior a prostituição, em suas relações afetivo-sexuais.

As entrevistadas mostram diferentes níveis de transformação, muitas vezes, não apresentam mudanças radicais nas formas do corpo, por questões econômicas ou escolhas pessoais de manter um “corpo natural”. Neste último caso, apenas Viola expressou o desejo de manter a sua aparência sem grandes modificações. Os cabelos longos, as roupas “de mulher” e a ingestão de hormônios eram para ela suficientes. Sobre a importância das transformações, ela responde:

[...] eu acho que pra pessoa desenvolver mais e também pra pessoa se sentir mais mulher isso e aquilo outro. É como os outros dizem, eu não tenho nada, como tu mesma tá vendo, corpo todo natural. Mas a minha colega que tem, que faz isso, diz que se sente mais feminina ainda (Viola).

Quando questionada sobre o fato de não desejar realizar cirurgias plásticas e/ou realizar aplicação de silicone industrial, Viola acrescenta:

Do tempo que eu vinha me transformando, eu pensava em colocar, só que quando eu vim amadurecendo mais, crescendo mais, passando mais um tempo, eu vi que não precisa disso, entendeu? Porque o que importa é você se sentir mulher, não precisa tá mudando, botando, tirando. É o meu ‘psicólogo’, entendeu? (Viola).

Viola, dentre as entrevistadas, foi a única que não expressou desejo em dar continuidade a sua transformação. Ela já havia, inclusive, deixado de “tomar hormônios” a cerca de um ano (Notas do Diário de Campo: agosto de 2016).

Scarlett e Marilyn realizarem a sua transformação com o uso de hormônios, de roupas, de acessórios femininos e de procedimentos estéticos; elas, contudo, não descartam o desejo de passar por mais modificações corporais. Notou-se, assim, que as transformações, para elas, ocorrem de forma continuada e sempre

que podem procurar maneiras de tornarem-se “cada vez mais femininas”. As entrevistadas relatam:

Eu continuo tomando hormônio ainda, pinto cabelo, cuido da pele, faço depilação e fiz tratamento de laser no rosto, né? Pra ficar mais feminina. **E a gente vai se transformando até chegar aonde a gente quer, né?** Que o objetivo final é botar meus seios e parar por aí mesmo e fazer minha família e tal (Marilyn, grifo nosso).

É importante pra gente se sentir cada vez mais feminina. **Até então a gente tem que aceitar assim, porque a gente não nasceu mulher, mas a gente tá se transformando uma mulher. É uma questão de transformação.** Então, é muito importante a gente se sentir uma mulher. Por exemplo, tá maquiada, tá com o cabelo arrumado, né? Até a mulher mesmo comum, que ela já nasceu mulher, que é do gênero feminino mesmo, ela gosta de tá sempre bem, bem arrumada. Então, às vezes as transformações... porque eu não fiz muita transformação no meu corpo, a única coisa que eu tomei foi hormônio (Scarlett, grifo nosso).

As poucas transformações feitas por Scarlett são decorrentes das condições financeiras da entrevistada. Ela relata que deseja transformar o seu corpo através de cirurgias plásticas e procedimentos estéticos, porém vê essas modificações como distantes da sua realidade, pois, por motivos econômicos, não pode “fazer o corpo”. Ela acrescenta ainda que só realizaria as mudanças se conseguisse o dinheiro por meio do “meu trabalho e não da prostituição” (Notas do Diário de Campo: julho de 2016). Como será visto no capítulo 4, muitas travestis e mulheres transexuais têm a prostituição como primeira e, na maioria das vezes, única oportunidade de trabalho. A discriminação e os preconceitos sofridos por esta população expulsam-nas das vagas de trabalho no mercado formal, este fato é comum nos relatos das interlocutoras desta pesquisa e na realidade de grande parte deste segmento.

A figura extremamente feminina que povoa o imaginário sobre travestis e transexuais, com grandes seios, quadris avantajados e lábios carnudos não foi observada em nenhuma das participantes deste estudo. Apenas duas das entrevistadas, Lupita e Brigitte, tinham próteses de silicone e consideravam os seus corpos “feitos”. Brigitte foi a única que revelou ter aplicado silicone industrial nos quadris e no glúteo. Ela disse:

Tenho prótese de silicone. Eu tenho silicone industrial na bunda e no quadril. Por que? Porque na minha época... assim, um mês eu injetei o silicone industrial, aí passou um mês e meio, eu botei a minha prótese. Isso

tudo com dinheiro de programa. Isso foi depois de eu ser costureira. Eu comecei a fazer rua com 20... Eu já tinha 18 e já ia completar 19 e quando eu comecei a fazer rua, foi com 20. Eu passei um ano, tipo assim, trabalhando, ralando pra poder fazer o que eu queria. Porque, tipo assim, na minha época, quando a gente cai na rua, entendeu?... é... pra ser travesti... antigamente tinha que ter silicone industrial. Não é à toa que se uma bicha botar só o peito, as bichas chamavam de gay de peito, gay de prótese. Hoje não é mais assim. Aí, na minha época, tinha que botar silicone industrial (Brigitte).

Brigitte expõe ainda um ponto relevante nos processos de mudança corporal de travestis e de transexuais. Quando se refere a sua época, a entrevistada, hoje com 26 anos, diz que o uso de silicone industrial era comum; porém, atualmente, existe uma tendência desta população a fazer mudanças por meio de cirurgias e/ou tratamentos hormonais. É comum aos relatos das interlocutoras a informação de que, durante o início de suas transformações corporais, receberam ajuda de outras travestis e transexuais mais velhas. Elas ajudavam oferecendo hormônios, dizendo como se vestir e “dando toques”. As experiências repassadas, inclusive em relação à aplicação de óleo industrial, podem influenciar na forma como as jovens travestis e transexuais pretendem modificar o seu corpo. Segundo Marilyn,

Tive ajuda das minhas amigas que é travesti, transexual que tinha, tenho muita amiga, assim. E elas me ajudava com toques, umas fazendo cabelo, outra me dava hormônio, iam me ajudando com roupas, com tudo, né?.

Este relato pode explicar em partes o fato de travestis e mulheres transexuais mais jovens optarem por não aplicarem silicone industrial. Outro ponto que pode esclarecer a afirmação contida na fala supracitada de Brigitte é: este segmento inicia muito cedo (em sua maioria, na adolescência) o processo de modificação corporal. Assim, na fase adulta, elas já são “bonecas”, conseguem ter formas mais femininas do que muitas “mulheres mesmo”. Os pontos abordados aqui ficam claros nas falas das entrevistadas. Deste modo,

Eu tive muita vontade de colocar óleo industrial e eu ainda tenho, mas eu vejo as outras, né, as mais velhas, as mais experientes, o que o óleo causa, o que pode acontecer, aí eu me vejo depois, aí eu não tenho vontade. Mas eu tenho muita vontade, agora prótese, eu tenho muita vontade de colocar. Se Deus quiser, eu vou conseguir tudo, vai dar tudo certo e é isso (Angelina).



Hoje em dia, as travestis tão se assumindo com 12 anos. Você já vê aí meninozinho de 12 anos com cabelo grande, bem grande, já todo vestido de mulher, tudo tomando hormônio. E você vê, elas parecem umas bonecas, né? Hoje em dia. A gente, antigamente, sofria bastante. Que nem eu sofri bastante pra me transformar, pra ficar bonita. Eu passei por muito preconceito até eu ficar assim... é... como eu digo, assim? Razoável. Porque as meninas, hoje em dia, você vê as meninas de 15 anos, as travestis, que são lindas, corpo de mulher [...] corpo de mulher, que não precisa fazer nada no rosto (Marilyn).

De acordo com o trecho da entrevista de Marilyn, boa parte das travestis e transexuais, ainda muito jovens, dão início às suas mudanças corporais; algo que, para as entrevistadas, só foi possível no final da adolescência.

Como relatado neste capítulo, antes de “rasgarem o véu” e assumirem a transexualidade, foi comum nas falas das interlocutoras o que pode ser entendido como “fases”. Elas se assumiram como gays e/ou transformistas<sup>50</sup> para só então darem início às suas mudanças: adotarem o vestuário feminino em seu cotidiano, ingerirem hormônios em maior quantidade e buscarem fazer cirurgias pra colocar próteses de silicone. Observou-se também que das seis entrevistadas, quatro (Marilyn, Angelina, Lupita e Brigitte) começaram as mudanças após conseguirem empregos em empresas ou como costureiras. As outras duas entrevistadas, Scarlett e Viola, tiveram trabalhos informais como maquiadora/cabeleireira e “em casa de família”, respectivamente; elas começaram as mudanças com ajuda financeira da família. Todas as seis participantes receberam algum tipo de auxílio de outras transexuais e travestis mais velhas.

A aparência feminina e o corpo modificado fazem parte do processo de construção social do gênero. As mulheres transexuais e as travestis demonstram que o corpo importa, porém as regras do que é “ser mulher” e do que é “ser homem” extrapolam os limites biológicos e naturais estabelecidos pela ciência e reproduzidos pelo imaginário social. As normas podem, ao mesmo tempo, serem embaralhadas e performativamente reiteradas, em um movimento contraditório e dinâmico. Ao longo das falas das entrevistadas é possível notar um processo de mudanças na forma como elas se compreendem e se autorreconhecem e na maneira como materializam esteticamente os seus corpos e demarcam a visibilidade das suas identidades de gênero.

---

<sup>50</sup> Entende-se aqui que transformistas “São artistas que costumam encenar performances e personagens do outro gênero, para fins de entretenimento e produção artística. Estas performances e personagens não são mantidas durante sua vida cotidiana” (CFESS, 2016, p. 12).

### 3.4.3 As “mariconas”: a troca de papéis e a fuga da masculinidade

É frequente na fala das entrevistadas e nos estudos que abordam travestis e transexuais que se prostituem os relatos de que, na maioria dos casos, os homens que procuram sexo com este público desejam ser passivos ou como elas observam “fazem o papel da mulher”. A passividade de seus clientes é comum nas falas daquelas que estão inseridas no mercado sexual, contudo quando se referem às relações afetivas, no plano privado, com seus namorados, maridos, bofes elas contam não aceitem essa troca de papéis. De acordo com Pelúcio (2009, p. 78),

Há no comércio sexual, em geral, claras demarcações das práticas sexuais: o que se pode fazer na rua, com clientes, e o que não se deve fazer, em contraste com aquelas que são reservadas aos maridos (portanto, ao espaço doméstico e dos afetos). Carol não admite “fazer papel de homem” com seus namorados. Queixa-se de um deles que insinuava querer ser penetrado, e ela nunca se permitiu satisfazê-lo nesse desejo. Resultado: ele procurou realizar sua fantasia com outras travestis. O que a ofendeu sobremaneira, pois se viu duplamente traída: não só por ele ter feito sexo com outras, mas por ele, “seu homem”, “ter feito papel de mulher”, estendendo essa desmoralização a ela, uma vez que a “passividade” dele denunciaria a pouca feminilidade dela, não no que se refere às práticas eróticas, mas à capacidade de atrair para si um “homem de verdade”. Para a maioria das travestis, “homem de verdade” é aquele que reproduz no seu comportamento valores próprios da masculinidade hegemônica.

A masculinidade é reproduzida por travestis e mulheres transexuais dentro do padrão heteronormativo, que define o homem como viril, forte e ativo, enquanto a mulher seria frágil, delicada, submissa e passiva. Estes papéis sociais e sexuais atribuídos ao que se compreende como “ser homem” e “ser mulher” regulam as práticas cotidianas dos sujeitos, condenando aqueles/as que delas escapam à margem (ou ao “armário”). Cabe ressaltar que este padrão heterossexual, pressuposto como hegemônico, encontra os seus subterfúgios e questionamentos; um exemplo dessas fugas está nas relações estabelecidas entre travestis e transexuais e os seus clientes, os quais elas denominam como “mariconas”. Estes não são vistos por elas como homens, mas sim como “viados enrustidos”, isto é, de acordo com o pensamento de travestis e transexuais, eles passam para a sociedade uma imagem de masculinidade e virilidade heterossexual (de “homens mesmo” ou “homens de verdade”); porém, no ato sexual, “fazem o papel da mulher”. De tal modo, as entrevistadas refletem sobre o fato:

A maioria procurava a gente, era mais as 'mariconas', né? Que a gente chama 'maricona' aqueles homens que já são velhos, que são gays, que são homossexuais, que sofre preconceito da família. **O que é que eles fazem: eles passam a imagem de homem, casam, criam família, mas escondido eles ficam com as travestis pra passar uma imagem pra sociedade que ele tá sendo ativo com a travesti. Mas, na verdade, tá sendo passivo. Aí a gente chama de 'maricona'!** Porque são aqueles 'viado' enrustido, que vive dentro do armário, com sua mulher, com seus filhos, entendeu? Mas que na noite, eles vão atrás das travesti... pra quem vê, um amigo vê, alguma pessoa vê... "aí, tá com a travesti, ele é macho". Entendeu? **Mas só que no relacionamento eles fazem o papel de mulher** (Marilyn, grifo nosso).

A partir do pensamento das entrevistadas é possível perceber que as práticas corporais e sexuais, bem como os padrões de masculinidade e feminilidade, especialmente aqueles seguidos durante o ato sexual, não são fixos; ao contrário, deslizam facilmente. Conforme Kulick (2008), para as travestis (público específico de sua pesquisa na cidade de Salvador) a penetração demarca um pertencimento de gênero que se desloca de acordo com a posição assumida no ato sexual. Ser penetrado/a é um ato passivo e, portanto, parte do que culturalmente se determinou como "o papel da mulher". Ao penetrar um cliente, elas se veem em uma troca de papéis. Destarte, tal ato para as travestis é uma negação da sua feminilidade e no caso das mulheres transexuais, assumir o papel ativo é também negar o próprio título de *mulheres trans*; essa troca pode até ser permitida na relação com os seus clientes, mas na esfera privada, com os "seus homens", penetrar é uma prática interdita, vigiada. Segundo Kulick (2008, p. 179),

[...] aquilo que a pessoa faz na cama tem consequências imediatas e duradouras no modo como ela é classificada (e no modo como se autotransclassifica) no tocante ao gênero. Nessa configuração específica de gênero e sexualidade, quem penetra é 'homem'. Quem manifesta desejo pelo pênis do parceiro e principalmente quem 'dá' não é mais homem; na linguagem das travestis, é 'um viado' ou uma mulher. Portanto, é na cama, através da sexualidade, que o gênero é equacionado. Por isso mesmo, é na cama que as travestis se mostram mais vigilantes com seus namorados, à espreita de qualquer indício de que seu 'homem' possa ser na verdade 'uma mulher'.

Angelina explica o perfil dos homens que mais a procuram na prostituição.

Ela diz:

[...] a maioria dos homens gostam que a gente utilize, porque eles gostam de algo diferente. Passivos e ativos, eles gostam das duas coisas. Alguns preferem ser mais ativos outros preferem ser mais passivos. A maioria são casados, outros são solteiros, outros têm namorada (Angelina).

Quando questionada se tal fato acontecia no âmbito privado, em suas relações afetivas, ela reafirma a sua identidade como transexual; esta atitude foi notada como uma tentativa de assegurar o seu papel social e sexual, uma vez que ser ativa não seria uma prática desempenhada pelo gênero feminino. Quanto aos outros casais, a troca pode ser permitida, pois não compete à sociedade saber do que “rola entre quatro paredes”, mas, para ela, a passividade de um parceiro “é complicado”, pois procura “um homem”. A entrevistada responde:

Mulher, é complicado! Porque eu gosto... Eu sou transexual, eu quero um homem... eu, particularmente, quero um homem que ele seja um parceiro, literalmente. Certo, contendo que cada um é diferente um do outro, o que rolar entre quatro paredes, a vida é de cada um. Ali é um casal, não interfere na vida... o que é particular entre um casal não vai interferir na vida social, ao público. Você não é obrigado a chegar e contar os seus particulares na cama, entendeu? O que rolar entre quatro paredes, ali fica, entendeu? Não é obrigado você falar pra sociedade: “Aí, você gosta de dar, gosta de comer, não sei o quê”. Não! O que seja é entre você e o seu parceiro. É mesmo que um casal, não importa o que a mulher se ela é ativa na cama ou se ela é passiva. Tem mulher que é ativa, ela gosta de comandar um homem na cama. É a mesma coisa que tem homens que gosta de comandar na cama e gosta de ser comandado, gosta de sentir mandado. Então é assim que funciona, entendeu?

Brigitte reafirma que a maioria dos seus clientes deseja atuar como passivos; contudo, por não considerar que esta prática faça parte do seu papel sexual e social como mulher transexual, ela se recusa a ser ativa. Para esta interlocutora, a passividade não é permitida sequer na prostituição. Brigitte também estabelece um “percentual”, conforme sua experiência, para mostrar o perfil dos clientes que a procuram. Assim, a entrevistada mostra que:

Tipo assim, tipo, ‘vamo’ botar assim... é... de... Eu tenho essa conclusão, 80%... não 80... não. Eu vou botar assim, 70% dos clientes são casados, 20% são solteiro, 5% são divorciado e 5% são viúvo, aí fecha os 100%. Homens. Tipo, eu vou ser bem sincera com você, os meus clientes, dependendo de muitos, tem muitos... eu digo que é o que, 50% são ativos, 50% são passivos. Só que eles sabem que eu não sou ativa, aí eles acabam sendo ativo comigo, entendeu? Só que tem bicha que diz que 80% dos clientes dela só quer que ela ‘seje’ ativa. É desse jeito. Eles acaba sendo ativo comigo, porque eles gosta do sexo oral e anal e, às vezes, eles não têm isso em casa, por isso que eles procura na rua. Tem muitos deles que falam: “Brigitte, minha mulher não faz isso” e eu disse: “Graças a Deus, porque como é que eu vou ganhar?”. Entendeu? “Pois é, não sei o quê. Porque ela disse que dói, não sei o quê” e eu disse; “Amor, vá com calma. Dói mesmo, é muito ruim, é chato”. Eu digo. Tipo assim, não é à toa que eu tenho muitos clientes. Entendeu? Eu, tipo assim, eu começo a conversar com eles, tem muitos que eu já sou até íntima, eu já sei quem é a namorada, a mulher, não sei o quê. Sempre vão, sempre constante. Não é a... tipo assim, todo semana, não. Tipo, uma vez no mês. Entendeu? Uma

vez no mês, tem alguns que é duas vezes ao mês. Dependendo do seu bolso. Entendeu? É o que eu falo. Dependendo do seu bolso e como é que tá a crise e os banco de greve. Eu até chego a brincar com eles (Brigitte).

Percebe-se, então, que os modelos e papéis sociais e sexuais são frequentemente reproduzidos pelas entrevistadas. A passividade no ato sexual pode determinar para travestis e mulheres transexuais dois pontos importantes: o primeiro é o de que estariam desempenhando sua função como integrantes do gênero feminino; o segundo é o de que estariam reafirmando para si e para o parceiro a sua feminilidade, pois ao se relacionarem com “homens de verdade”, viris e penetradores, elas, de forma correspondente e complementar, seriam como “mulheres mesmo”. As relações afetivas, portanto, representariam o lugar de validação e reconhecimento de suas identidades de gênero. A ideia transposta nesse pensamento expressa uma categoria de análise das relações de gênero que perpassou todo este capítulo: a *performatividade de gênero*, isto é, a reiteração das normas, valores e padrões determinados socialmente. No caso do segmento estudado, esta categoria demarca um movimento paradoxal, no qual, ao mesmo tempo em que embaralham as normas produzindo corpos femininos que contradizem os reguladores biomédicos, também reproduzem em ações e práticas essas mesmas normas e valores.

Assim, considera-se aqui arriscado traçar limites e definições fixas para esta população, pois há um frequente processo de mudanças influenciado não apenas pela dinâmica das próprias travestis e transexuais, mas também pelas vulnerabilidades, discriminações e marginalizações enfrentadas em seu cotidiano.

#### 4 PROSTITUIÇÃO, EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE PESSOAS

A exploração sexual se mostra como um fenômeno que transpassa as fronteiras econômicas e sociais dos países. Inserir-se no mercado do sexo é uma questão complexa, pois envolve as condições socioeconômicas dos sujeitos, mediante as poucas opções de lazer, trabalho e renda disponíveis, principalmente, a pessoas da periferia. Somado aos fatores subjetivos, sonhos e desejos, que influenciam as pessoas a entrarem no mercado do sexo. A temática da exploração sexual ganhou enfoque nas agendas governamentais e de organismos não-governamentais no Brasil na década de 1990, quando foi realizada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou a “prostituição infantil”<sup>51</sup> em território nacional. Os estudos a respeito da exploração sexual são comumente relacionados a crianças e a adolescentes. Assim,

De acordo com Faleiros, os anos 90 do século XX podem ser considerados bastante relevantes no que se refere a compreensão e enfrentamento ao “uso sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo” (2000, p. 31) devido à conscientização da sociedade quanto à extensão e complexidade desse problema, que gerou uma série de mobilizações em níveis nacionais e internacionais, envolvendo organismos governamentais e não-governamentais, tais como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose (ECPAT) e Oficina Internacional Católica de La Infância (BICE), entre outros (LIBÓRIO, 2004, p. 19-20).

As mobilizações supracitadas provocaram um crescimento na produção do conhecimento sobre a exploração sexual, entendida como uma violência sexual. Em 1996, foi realizado o “I Congresso Mundial Contra Exploração Sexual Comercial de Crianças”, em Estocolmo. Este Congresso é considerado um marco para as ações de proteção a crianças e adolescentes e de enfrentamento a esta problemática. Nele foi adotada uma Agenda de Ações a qual 122 países se comprometeram a cumprir, sendo o Brasil um dos seus signatários.

Após a realização do I Congresso, foi elaborado no Brasil o “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil”, que,

---

<sup>51</sup> De acordo com Leal (1999), no relatório intitulado “A Exploração sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe”, após a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil, em 1993, a problemática da prostituição envolvendo crianças e adolescentes ganhou maior visibilidade, promovendo um avanço conceitual em relação ao tema. Assim, o termo “prostituição infanto-juvenil” foi sendo abandonado, ampliando-se a utilização do termo “exploração sexual infanto-juvenil”.

posteriormente, fora descentralizado pela organização de planos estaduais e municipais “que permitiram uma adaptação à realidade de cada região” (LIBÓRIO, 2004, p. 23).

O II Congresso Mundial, ocorrido em 2001, em Yokohama, teve como foco rever a elaboração e o desenvolvimento das ações de enfrentamento à exploração sexual traçadas no I Congresso. Ainda no II Congresso, foram ratificadas as quatro modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais. Estas modalidades foram estipuladas pelo Instituto Interamericano Del Niño, em 1998, (LIBÓRIO, 2004).

O III Congresso Mundial, realizado em 2008, no Rio de Janeiro, teve como foco a análise das ações e dos êxitos após o II Congresso. O evento recebeu delegações de mais de 100 países, contando com a participação ativa de centenas de adolescentes e jovens. Além disso, foi discutida a implementação de um plano com o objetivo de prevenir, enfrentar e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Todo esse processo contribuiu para a elaboração conceitual sobre a exploração sexual comercial de crianças. Conforme Piscitelli (2013b), este termo “exploração sexual” é introduzido, a partir de 2000, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>52</sup>; antes desse ano não havia uma regulamentação específica que tratasse sobre a exploração sexual comercial de menores de idade. Porém, vale frisar que esta problemática é multifacetada e polimórfica e pode atingir vários segmentos sociais. No caso da exploração sexual de pessoas adultas existem diversas divergências quanto as suas definições. De tal modo,

Nas leis brasileiras, o termo exploração sexual vinculado a pessoas maiores de 18 anos só foi introduzido recentemente, nas alterações às leis do Código Penal realizadas em 2009 (L-012.015-2009). Nessas modificações, os artigos voltados para prostituição, até então agrupados sob o título “Dos crimes contra os costumes”, passam a ser incluídos no título “Dos crimes contra a dignidade sexual”. E os artigos que, na versão de 1940, tratavam “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”, a partir das alterações de 2005, passaram a tratar “Do lenocínio e do tráfico de pessoas” e, em 2009, “Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”. A partir das modificações de 2009, vários desses artigos (228, 229, 231 e 231-A) passaram a referir-se à exploração sexual.

---

<sup>52</sup> O artigo 244-A do ECA (Lei 8.069/90) estabelece que: “Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta lei, à prostituição ou à exploração sexual (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000): Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa”.

E o fazem em termos que, sem definir a exploração sexual, parecem tornar essa expressão sinônimo de prostituição. Por quê? Porque, ao tipificar crimes como o lenocínio e o tráfico de pessoas, as leis remetem o tempo todo à prostituição ou a outra forma de exploração sexual. Essa palavra *ou* conduz a pensar que prostituição está sendo pensada como modalidade de exploração sexual, como se esta englobasse a prostituição (PISCITELLI, 2013b, p. 148-149).

Muitos avanços podem ser percebidos nas discussões sobre exploração sexual de pessoas adultas, um exemplo disso são as modificações citadas por Piscitelli (2013b) no Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940. Contudo, podia-se perceber que apesar de reconhecer a exploração sexual para o público maior de 18 anos, este dispositivo ainda utilizava a prostituição como sinônimo de exploração sexual, desconsiderando possibilidades de exercício autônomo daquela.

Além disso, quando o exercício da prostituição estava ligado à migração internacional, as preocupações voltavam-se para o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Logo, brasileiras que saíam do Brasil para exercer a prostituição no exterior eram, comumente, classificadas como “traficadas”. Em 2016, no governo do presidente Michel Temer, o CPB sofreu novas modificações<sup>53</sup> relacionadas ao tráfico de pessoas que podem contribuir no enfrentamento deste crime e no rompimento de um ciclo que reproduz estereótipos contra pessoas (especialmente o público feminino) que migram para outros países a fim de se inserir ou de ascender no mercado do sexo.

#### 4.1 “TROPICALIENTE”: AS BRASILEIRAS NO MERCADO DO SEXO

O mercado do sexo abrange uma série de atividades que não podem ser restringidas apenas a prostituição. Este mercado envolve a produção, as trocas, a compra, a venda, o consumo de bens materiais e simbólicos que perfazem o desejo, o sexo e as relações de afeto. Para a antropóloga Piscitelli (2013a, p. 30), o mercado do sexo remete a uma economia em termos mais amplos, assim:

---

<sup>53</sup> Em 06 de outubro de 2016, passa a vigorar uma nova lei que dispõe sobre a prevenção e a repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, revogando os artigos 231 e 231-A do Código Penal Brasileiro. Os artigos revogados serão apresentados neste estudo, pois foram, durante muito tempo, alvos de críticas em pesquisas relacionadas ao tráfico de pessoas por reforçarem a ideia de que a prostituição é em si uma forma de exploração sexual. O presente estudo também se reportará à nova lei nº 13.344/16, que traz progressos relacionados ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.



Neste momento, é frequente a afirmação de que não é possível pensar em intercâmbios que não sofram a influência da economia de mercado (Silveira, 2007). A ideia de mercados do sexo aqui proposta, mais ampla, possibilita pensar nas relações mais intensamente marcadas por essa economia de mercado, frequentemente vinculadas à indústria do sexo. Contudo, ela situa as trocas que têm lugar no marco dessa indústria num universo muito mais amplo de intercâmbios sexuais e econômicos, materiais e simbólicos. Nele, as relações que têm lugar na indústria do sexo coexistem com outras, como as modalidades de sexo transacional, nas quais se envolvem muitas pessoas brasileiras, no Brasil e no exterior, em contextos nos quais há múltiplas manifestações de mercados, comércio, dádiva e intercâmbios.

Neste sentido, a autora compreende que o termo “mercado do sexo” abrange, além da variedade de serviços prestados, os processos de intercâmbio de sexo (incluindo as migrações de pessoas, as trocas matérias e simbólicas), sejam eles mediados pelo dinheiro ou sejam eles mediados pelo afeto. A isso, também é possível acrescentar as redes que facilitam a compra de serviços sexuais, como empresas de turismo, hotéis e agências de modelos, por exemplo. É preciso deixar claro que a prostituição faz parte do mercado do sexo e será abordada no presente estudo como a principal atividade desempenhada por travestis e transexuais (o segmento aqui pesquisado)<sup>54</sup>. Porém, cabe ressaltar que as relações estabelecidas na oferta e na demanda de serviços sexuais são interpenetradas por intercâmbios que extrapolam as barreiras da troca sexo-dinheiro. Logo, a prostituição pode proporcionar interações como migrações, mobilidades socioeconômicas, relações de afeto, reafirmação de identidades de gênero, que não acabam com o término do programa.

Assim, pensar em mercado do sexo implica compreender as diferentes ligações com diversos fenômenos sociais, econômicos e políticos como migrações, trabalho ilegal, identidade de gênero, preconceito, pobreza, desenvolvimento tecnológico, fenômenos estes que estão para além dos limites da prostituição de rua. Esta última é considerada uma forma tradicional de oferta de sexo e se caracteriza pela exposição de mulheres, travestis, transexuais ou homens em avenidas, esquinas, praças à procura de clientes.

Na contemporaneidade, é comum que a busca por clientes se dê por intermédio da tecnologia, uma vez que a rua oferece mais perigos para aqueles/as que exercem a prostituição. Na rua, as violências físicas, os xingamentos, as

---

<sup>54</sup> O termo “mercado do sexo” será referido em vários momentos deste estudo para referir-se não ao exercício da prostituição em si, mas ao diferentes intercâmbios que esta atividade pode proporcionar.

abordagens policiais (muitas vezes agressivas) e as brigas com cafetinas/cafetões e com outras prostitutas tornam-se mais frequentes e ameaçadoras. Neste contexto,

[...] as prostitutas teriam passado a trabalhar em espaços fechados, a estabelecer encontros com clientes mediados pela tecnologia (celulares e internet) e a oferecer serviços marcados por formas diferentes de conexão erótica, incorporando mais trabalho emocional dentro do contexto comercial (PISCITELLI, 2013a, p. 28-29).

Nesta pesquisa, percebeu-se que as transexuais e travestis entrevistadas possuem experiências diversas neste universo da prostituição. Para algumas, a tecnologia tornou-se uma aliada para estabelecer encontros com clientes e para evitar os riscos oferecidos pela exposição nas esquinas e praças. É comum que transexuais e travestis anunciem os seus serviços em sites especializados. Neles são divulgadas fotos sensuais (nuas e seminuas) junto a suas descrições, que contêm nome, endereço de referência para atendimentos e telefone para contato. Além disso, podem ser enviados pelas anunciantes endereços de *blogs*, *Facebook* e *Instagram* e, em algumas descrições, podem ser feitos *downloads* de vídeos, restritos, normalmente, para membros assinantes. Outras informações como o tamanho do “dote” (termo com o qual costumam se referir ao tamanho do pênis), a altura e se preferem ser passivas ou ativas também são compartilhadas nas descrições das fotos. Vários são os sites especializados em anunciar o público “trans”<sup>55</sup>. Estes apresentam em suas páginas iniciais uma diversidade de fotos de travestis e de transexuais com características bastante heterogêneas entre si. Nos sites é deixado claro que o material divulgado não inclui menores de 18 anos.

Apresentadas como “acompanhantes”, transexuais e travestis com diferentes tonalidades e tamanhos de cabelos, bronzeadas, de biquíni ou roupas íntimas (muito pequenas), em casa, na praia, exibindo os seus dotes ou “invisibilizando-os”, entre poses na frente do espelho ou na cama, são muitas e oferecem ali uma diversidade que facilita o acesso e a procura por sexo. Esta relação com a tecnologia ficou clara durante uma das entrevistas realizadas, quando a gravação foi interrompida para que a interlocutora pudesse se comunicar com seus clientes. O trecho do diário de campo demarca tal fato:

---

<sup>55</sup> Os sites, comumente, referem-se a travestis e a transexuais anunciantes pelo termo “trans”.

Observei que, por vezes, durante a entrevista, a interlocutora interrompia sua fala para conversar com clientes por telefone ou pelas redes sociais. Ela utilizava o aplicativo *WhatsApp* para combinar encontros. Estes poderiam se dar em sua casa ou em motéis próximos a onde residia. Nas conversas, ela combinava os preços dos programas que, normalmente, não ultrapassavam os R\$70,00. Ao desligar o telefone, olhava para mim e reclamava do tratamento dos brasileiros, queixando-se que estes sempre pechinchavam os valores dos programas ou não queriam pagar. Perguntei para a entrevistada se a procura por sexo com transexuais e com travestis era frequente e como ela divulgava o seu trabalho. Ela respondeu que, apesar de não gostar do que faz, “pegava anúncio”. Divulgava suas fotos e algumas informações em sites só para trans e travestis e daí os homens a procuravam (Diário de Campo: 09/06/2016).

A tecnologia possui uma capacidade de alcance que ultrapassa os limites da rua, uma vez que aquelas/es que exercem a prostituição podem combinar diversos encontros através dos aplicativos e das redes sociais em horários, dias e lugares que forem mais propícios para elas/eles. Uma das interlocutoras da pesquisa, Lupita, costuma marcar os encontros em sua casa ou em motéis próximos a sua residência. Deste modo,

Entre um telefonema e outro, a interlocutora atendia as ligações de clientes e marcava encontros. Explicava para eles que poderia atender em casa ou em um motel próximo. Naquele dia específico, porém, não estava atendendo em casa, porque havia outras duas “travestis” no local. Uma delas, inclusive, também me concederia uma entrevista. Notei que, ao atender as ligações, ela se referia aos clientes como “gatinho” ou “meu gostoso” e, por vezes, se ouvia dela um “aí, que delícia!” (Diário de Campo: 09/06/2016).

É importante ressaltar, contudo, que apesar de muitas transexuais e travestis recorrerem aos sites de acompanhantes para divulgar o seu trabalho, a rua, as esquinas, as praças (e todos os perigos que as envolvem) ainda apresentam os seus simbolismos na reafirmação da feminilidade e na aceitação deste segmento. É neste lugar onde elas se sentem desejadas, onde podem materializar sua sedução e exibir os seus corpos trabalhados em plásticas, apliques, silicones, maquiagens, “truques”<sup>56</sup>. Pelúcio (2009, p. 47) observa que,

Ruas, becos, esquinas, praças, bares, casas noturnas, cinemas, boates compõem a tessitura do mercado do sexo; são pontos de encontro, de aprendizado, desavenças e alianças. Por esses espaços circulam também os clientes, os maridos, as agentes de prevenção, cafetinas, michês, vendedores noturnos que oferecem lingerie, perfumes, calças jeans às

---

<sup>56</sup> Travestis e transexuais utilizam este termo para se referir à técnica de “esconder” o volume do pênis sob a roupa. “Trucar” ou “acuendar a neça” são as expressões mais comumente faladas para se referir a esta técnica.

mulheres e travestis que se prostituem. Sem situá-los, esse mundo perde sua dimensão, volume, cheiro, intensidade, vida. E torna opaca qualquer tentativa de se apresentar o universo travesti.

Além disso, apesar de reconhecerem as violências às quais estão expostas nas ruas, elas veem vantagens para se conseguir clientes nesse espaço, pois ao se exibirem nas esquinas, avenidas, praças, ganham maior atenção e interesse dos homens. Nos sites, elas recebem ligações, mas os programas nem sempre se efetivam. Brigitte diz:

Eu vou ser bem sincera com você, eu não trabalho por site porque eu não gosto. Eu trabalho na rua mesmo. Aí, porque eu não trabalho no site? Porque, tipo assim, no site eles 'liga', pergunta quanto é, vê as fotos e tudo, a gente faz a propaganda todinha, aí de dez, dois que vem. Oito não vem, só faz ligar e perguntar. E na rua, não. Na rua, eles tão vendo, leva e pronto. Na rua eu acho melhor porque, tipo assim, ele tá vendo. Gostou, levou e pronto. É mais perigoso, porque no site você tá na sua casa. É só ligar, pronto, marcou, "já tô indo", "já tô em frente a sua casa", "não amor, já tô abrindo o portão". Abre o portão, ele entra, sobe pro quarto, faz o ato e depois... Entendeu? Aí, na rua, não. Na rua, ele tá vendo, gostou, pá... levou (Brigitte).

Deste modo, a inserção no mercado do sexo está tensionada entre o limiar econômico e a afirmação/aceitação de sua feminilidade e sexualidade, pois é neste universo em que se sentem incluídas socialmente, ainda que a inclusão ocorra de forma marginal. A entrada deste segmento no mercado do sexo é analisada aqui não apenas sob a ótica da demanda da clientela (onde o desejo, o sexo e o afeto entram em um intercâmbio econômico), mas também como uma possibilidade apresentada para esta população (em especial aquelas mais pobres) de transformação corporal, de aceitação de sua identidade de gênero e de melhoria de suas condições de vida. Ao analisar a prostituição e as transformações corporais entre travestis na cidade de Fortaleza-CE, Nogueira e León (2012, p. 60) destacam que:

De acordo com diversas literaturas existentes sobre travestilidade e prostituição, já é sabido que as travestis fazem parte de grupos de risco, que são violentadas, que são presas fáceis de assassinatos decorrentes da grande exposição na rua. Também é sabido que a prostituição é uma das poucas saídas diante da exclusão no mercado de trabalho e do preconceito que tem início ainda na escola. [...] o que nos propomos apresentar é que na prostituição e através dela, através do "bate-cabelo", em cada rebolada estratégica para seduzir, "no abalou viado", no "se joga no batidão", na negociação dos preços e serviços, nas poses eróticas na esquina, na nudez que choca, nas caras e bocas, na utilização do corpo para dar e sentir prazer etc., que as travestis "se realizam" e sentem-se as mais desejadas e

femininas, conseguindo muitas vezes na rua, segundo elas, os seus melhores trunfos: clientes, boyzinhos e maridos/namorados (Kulick, 2008).

A prostituição e a rua se apresentam, assim, de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que podem expor prostitutas a diversas violências, também podem ser consideradas como uma forma de sociabilidade de transexuais e de travestis. Muitas vezes é nesse espaço em que conhecem os seus “grandes amores” e que recebem tentadores convites para viajar para a Europa. De tal modo,

[...] a rua é claramente um espaço de sociabilidade, onde se aprende a se tornar e a ser travesti. É também um local em que elas encontram pessoas conhecidas e fazem novas amizades. Muitas vezes, também, é ali que conhecem seus parceiros; que compram roupas, perfumes e acessórios; que planejam festas, defendem-se mutuamente, ou se rivalizam. É na rua que elas ficam sabendo como anda o comércio sexual na região, no estado, quando não, no país e no exterior. Informam-se também sobre novas técnicas de transformações corporais, interam-se sobre o destino de uma ou outra travesti conhecida: se foi para a Europa, se morreu “bombando”, se está com a “tia”, que é como muitas vezes se referem à aids. Nas esquinas testam o sucesso de suas próprias transformações em busca do feminino (Benedetti. 2005) (PELÚCIO, 2009, p. 40).

Deve-se esclarecer que a prostituição pode se apresentar de diversas formas e em diferentes espaços. Conforme Siqueira<sup>57</sup> (2013, p. 167), “Existe, sim, prostituição para todos os bolsos, prostituição de cinco reais, de cinquenta, trezentos, cinco mil. Ela está em todos os setores da sociedade. Temos oito milhões de brasileiras no exterior: prostitutas”. Isso demonstra uma variedade/heterogeneidade não apenas na oferta de serviços sexuais, mas também no “consumo” destes serviços. De um lado, estão as travestis e as transexuais que entram no mercado do sexo, muitas vezes, impulsionadas por um processo que as expulsa das escolas, dos seus lares, das vagas formais do mercado de trabalho. Do outro, estão os clientes que podem ser de diferentes classes sociais, nacionalidades,

---

<sup>57</sup> Indianara Siqueira é a militante transexual que idealizou o projeto “Preparanem”, um curso preparatório para travestis e transexuais que buscam uma vaga nas universidades públicas. Indianara também foi uma das fundadoras do “Grupo Transrevolução”, no Rio de Janeiro. A militante ficou conhecida nacionalmente quando, em 2011, na primeira edição da “Marcha das Vadias”, adotou o ato de despir os seios, tornando o mesmo uma manifestação política. Após cinco detenções pelo protesto “Meu peito, minha bandeira, meu direito”, a justiça se negou a julgá-la. Instaurou-se a partir daí um dilema, pois, ao julgá-la, a justiça estaria reconhecendo a validade da sua identidade de gênero, e não o sexo declarado em seus documentos. Se julgá-la como homem, a justiça estará dando a ela e a outras transexuais e travestis o direito de andar em lugares públicos com os seios desnudos, mas também reconhecerá que homens e mulheres não são iguais em direitos.

etnias e que, por fins diversos, procuram serviços sexuais. Eles/elas<sup>58</sup> estão em todos os lugares, “São os maridos de vocês, os namorados, os filhos, os sobrinhos, os noivos, os pais, os avôs, os tios, todos os homens da sacrossanta família brasileira e agora um número maior ainda de mulheres” (SIQUEIRA, 2013, p. 167)<sup>59</sup>. Neste estudo, observou-se que a partir da prostituição muitas travestis e transexuais sonham em estabelecer uma relação duradoura e de afeto com seus clientes, principalmente, os estrangeiros.

Como já explicitado anteriormente, o mercado do sexo não se reduz ao que se entende por “programas”. Isto é, a entrada de brasileiras no mercado do sexo nem sempre ocorre de forma explícita, na prostituição de rua, nos bordéis ou nas “casas de massagem”, por exemplo. Este processo é complexo, pois além das relações objetivas (como a busca de sustento e de mobilidade social), também abrange as relações subjetivas destas pessoas. Não são raras as vezes em que travestis e transexuais estabelecem com antigos clientes relacionamentos amorosos, ultrapassando, assim, os intercâmbios econômicos do sexo-dinheiro. Deste modo, para Piscitelli (2013a, p 26),

As definições correntes da prostituição tampouco contribuem para compreender os diversos tipos de inserção no jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade, que, embora mercantilizados, não necessariamente assumem a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro. A inserção nos mercados do sexo, às vezes, adquire um caráter mais artesanal que industrial (Olivar, 2010). Além disso, ela está longe de restringir-se à realização do que, no Brasil, é popularmente conhecido como *programas*, termo genérico que alude a acordos explícitos de intercâmbio de serviços sexuais por dinheiro, envolvendo práticas e períodos de tempo delimitados, que podem ter diferentes valores, dependendo do “nível” de prostituição.

Ainda conforme Piscitelli (2013a), os intercâmbios podem ocorrer na forma de benefícios materiais por favores sexuais, sem o intermédio direto do dinheiro. Essas trocas são consideradas mercantilizadas, porém não são, em termos

---

<sup>58</sup> De acordo com as interlocutoras desta pesquisa, a maioria dos clientes que procuram sexo com travestis e transexuais são homens ou casais. Porém, é importante ressaltar que cada vez mais mulheres buscam os serviços sexuais como consumidoras, como empresárias e como cafetinas (travestis e transexuais também despontam no mercado do sexo como cafetinas. Tal fato ocorre, normalmente, após se tornarem mais velhas). Também cresce a presença de homens na oferta de serviços sexuais para outros homens e para mulheres (PISCITELLI, 2013a).

<sup>59</sup> Não se fará aqui um estudo aprofundado sobre aqueles/as que consomem os serviços sexuais, pois tal fato demandaria uma nova pesquisa, com novos enfoques. Porém, far-se-á sim referências aos clientes de travestis e transexuais para que se possa compreender como as mesmas se relacionam com os homens que procuram os seus serviços. Sabe-se que muitas encontram os seus namorados, noivos, maridos, “bofes” na prostituição.

de análise, prostituição (pelo menos não para as pessoas envolvidas). Nesses intercâmbios, muitas transexuais e travestis procuram apoio econômico na figura de homens ricos, especialmente estrangeiros, algumas desejam casar e migrar para países da Europa. Entende-se, de tal modo, que “Esses intercâmbios, apesar de parcialmente mercantilizados, também remetem à dádiva e à reciprocidade” (PISCITELLI, 2013a, p. 27).

Destarte, estas são formas de sobrevivência encontradas por este segmento. Dentro da prostituição ou não, em grande parte, é no mercado do sexo que as portas se abrem para travestis e transexuais. A não aceitação destas pessoas na sociedade heteronormativa, que as discrimina e as constrange, pode “empurrá-las” para a prostituição. De acordo com Marilyn, a prostituição de rua é arriscada, entretanto esta é, em muitos casos, a primeira ou única oportunidade de trabalho oferecida para a população de transexuais e de travestis. Neste sentido:

[...] eu não tinha como arrumar emprego assim fácil, né? A primeira porta que se abriu pra gente foi a prostituição. Já trabalhei na rua. É muito difícil, não é vida fácil. Eu chorava muito. A minha mãe também chorava bastante. Era uma vida arriscada, porque você vai e não sabe se volta. Entra num carro dum homem e não sabe se vai sair viva de lá ou se vai... Não sabe o que vai acontecer, né? E a primeira porta que se abre pra gente é essa, porque como que eu vou pagar minhas conta, pagar minhas dívidas, pagar as coisas e essas coisas não esperam, né? E eu ficava pensando: “meu Deus como é que eu vou conseguir condições de me bancar”... porque tanto eu tenho que gastar comigo, pros meus cuidados, que a gente tem, né? Tanto pra dentro de casa, né? E como eu não consegui emprego nenhum, a primeira porta que se abre pra gente é a prostituição (Marilyn).

A fala da entrevistada deixa claro o processo de invisibilidade e discriminação do segmento de transexuais e de travestis. Percebe-se, assim, que o mercado de trabalho exige não apenas qualificações profissionais, mas também uma aparência e um comportamento consonante com as normas sociais predominantemente heteronormativas, que enxergam nesses sujeitos certo estranhamento e dissidência às exigências da sociedade tida como “natural”, “normal”. Ao descrever sobre suas experiências em entrevistas de emprego no “mercado de trabalho formal”, Marilyn relata que:

[...] na hora eles chama porque eles pensa que eu sou mulher, né? Porque tem a foto e tem nome no currículo feminino. Quando eu chego lá que eles percebem que eu não sou, eles tratam a gente diferente. Entendeu? Faz só a entrevista, entendeu? A entrevista, seleção, “aguarde em casa!”... Nunca chama. Nem liga pra dizer se passou, não passou, entendeu? (Marilyn).

Portanto, para muitas transexuais e travestis de baixa renda, a única forma de inclusão econômica e social está na oferta de sexo pago. Para Siqueira (2013, p.165), “Muitas pessoas não têm realmente outra escolha a não ser a prostituição, como a maioria das travestis e transexuais”. Os preconceitos vividos por esta população fecham as portas e se agravam quando estas pessoas vêm de camadas pobres da sociedade. De acordo com Marilyn, conseguir emprego e ser aceita socialmente não é tarefa fácil no universo de transexuais e de travestis, ela acredita que,

Eu tenho certeza que se a gente chegasse numa empresa e fosse bem recebida, tratado pelo lado profissional e deixasse de ver o lado sexual, o gênero, tudo isso ia mudar. Por que? Com certeza, dentro das empresas, você ia ver mais travesti nos banco, mais travesti trabalhando em hospital, mas travesti em todas as áreas. Você não vê, não! E quando você vê uma travesti trabalhando, você pode ver... ou ela é, é... filha de famosos, né? Ou ela nasceu em berço de ouro. Por que muita gente passa na cara da gente... “Aí, você é prostituta porque você quer, porque eu conheço uma pessoa assim, assim”. Mas vá procurar [...] como é a vida financeira daquela travesti ou daquela transexual pra que vive na periferia, é totalmente diferente (Marilyn).

A reprodução de estereótipos exclui e marginaliza o segmento de travestis e transexuais das vagas de empregos formais. O “tratamento diferenciado” nas entrevistas de emprego mostra que esta população está marcada socialmente. Pensa-se travestis e transexuais como desviantes da normalidade, “viados efeminados” e de “mau comportamento”. Elas são vistas, em grande parte, sob a ótica da transgressão de gênero e da sexualidade, “seres anormais”. Neste sentido, “Por pertencerem a categorias tidas como diferentes e incomuns, a sociedade procura afastar-se delas e ainda tratá-las como perigosas e más. Quase sempre deixam de ser vistas em sua totalidade [...]” (NOGUEIRA; LEÓN, 2012, p.61).

Logo, há vagas de emprego, porém elas não existem (ou são negadas) para as mulheres trans e para as travestis. Para Lupita, o emprego no mercado formal só ocorreu antes de sua transformação. Ela trabalhou como costureira no que descreveu como “época do transformista”<sup>60</sup>, contudo, depois das mudanças corporais os estigmas se intensificaram. Quando questionada sobre suas experiências profissionais no mercado formal, Lupita relatou,

---

<sup>60</sup> A interlocutora descreve essa época como o período em que se vestia com roupas femininas, mas não possuía próteses ou outras mudanças corporais.



Só de costura, carteira assinada, mas o de costura, eu ainda não era toda siliconada, né? Hoje eu já fiz muito silicone, hoje meu cabelo é maior [...] hoje eu tenho prótese, então, fica mais complicado. Porque na época que eu era costureira, eu era... como se dizer, a época do transformista [...]. Então, como agora eu sou uma mulher transexual fica mais difícil ainda com silicone, com tudo. Fica mais complicado! A pessoa só vai aceitar... é... a pessoa só vai aceitar que a dona do restaurante for conhecer a travesti, eu só vou trabalhar no salão que a dona me conhecer. Eu posso ser uma ótima costureira, eu posso ser uma ótima cozinheira, eu posso ser uma ótima em tudo que eu posso fazer, mas só não vai, porque tem que conhecer alguma pessoa de dentro pra poder botar: “não, bote que essa pessoa é de confiança”. Porque a mídia, a sociedade só ‘amostra’ travesti na beira de uma estrada, só ‘amostra’ travesti... não, não existe isso. Então, tem que ‘mostrar’ o outro lado da moeda, né? Então, todo mundo tem seu lado. Tipo, o hetero, muitos hetero, tem muitos homens e mulheres que também não são muito bem, fazem coisas erradas. [...] Isso não quer dizer que [...] do gênero da pessoa. Depende da pessoa, entendeu? (Lupita).

Ainda sobre o mercado de trabalho formal, as entrevistadas – Lupita e Scarlett – relatam experiências comuns, considerando que o preconceito imposto contra o segmento de travestis e de transexuais nega o acesso a esse espaço:

[...] geralmente, a gente só consegue trabalho por indicação. Pode ver o meu... tipo assim, eles não vão falar que é preconceito, mas pode olhar o meu currículo todinho, aí vai procurar alguma coisa, tipo o meu... o meu é o meu estudo, né? Eu não tenho o segundo completo. Aí, ele vai falar que é por causa disso. Tenho amiga minhas que elas já terminaram o estudo, tem muito curso e ele procurou outra desculpa. Sempre procura uma desculpa. (Lupita).

[...] a questão do trabalho fica difícil, só por conta disso, da questão do preconceito existir... não assim, na cara, de a pessoa chegar e dizer pra você que não pode contratar porque você é travesti, porque você é transexual. É uma discriminação. Aí, eles agem na sutileza, conversam entre eles, inventando desculpa, diz que já encontrou uma pessoa com o perfil: “A gente tá analisando, depois a gente liga pra vocês”. A ligação que nunca retorna. “A gente encontrou outra pessoa que se encaixa no padrão da empresa”. “É porque a empresa já tá pedindo uma pessoa que já tenha algum tipo de experiência”. Sendo que eu tenho uma formação que, às vezes... sendo que, às vezes, a minha formação é maior do que de quem tá competindo comigo (Scarlett).

Observa-se que a entrada deste segmento no mercado sexual não é uma escolha livre de influências, pois as alternativas que se apresentam são limitadas. Conforme Siqueira (2013, p. 165), “No caso de travestis e transexuais, outros problemas se passam: a expulsão de casa, as portas das escolas se fecham, as portas das igrejas se fecham, todas as portas se fecham; as únicas que se abrem são as da prostituição [...]”. Em uma realidade de preconceitos, de estigmas e de estereótipos, travestis e transexuais buscam viver suas identidades plenamente e,

muitas vezes, entram no mercado do sexo enxergando neste não apenas uma alternativa de sobrevivência (para suprir suas necessidades diárias), mas também uma forma de “se fazer”<sup>61</sup>, viajar, ganhar dinheiro, ajudar a família, conhecer “boys”, namorados e maridos. Tal fato pode não ocorrer em um emprego formal, no qual poderiam ganhar apenas o necessário para manterem-se. Neste contexto, é preciso entender que muitas mulheres trans e travestis, depois de entrarem no mercado do sexo, podem optar em permanecer no mesmo, como prostitutas ou como cafetinas, pois os ganhos na prostituição seriam maiores do que se estivessem em empregos formais (os quais se apresentam para elas de maneira restrita). Nota-se, portanto, que,

Los sueldos que se pueden conseguir en la industria del sexo son más altos que en muchos otros trabajos: significan la posibilidad de ayudar a los parientes, meter a los hijos en la escuela, construir casas, poner pequeños negocios o vestirse como reinas. Pero además de los factores económicos que pueden impulsar a estos migrantes, existe el deseo de conocer el mundo, ser artista, independizarse o casarse, vivir en buenas casas y comer bien – los sueños de personas de todas partes del mundo, incluyendo Europa. Es también importante señalar que entre los que sufren la pobreza, malos matrimonios y todo el abanico posible de factores causales, no todos optan por migrar y, entre los que migran, no todos optan por el trabajo sexual. Ningún tipo de determinismo explica por completo el fenómeno humano de la elección. Toda opción se ve intervenida por cuestiones de clase, género, etnia y nivel económico, por las condiciones sociales del momento (guerra, dictadura, hambruna, violencia, paro, etc) y por la naturaleza del individuo, de sus deseos, sus pasiones, su aburrimiento, su curiosidad y su capacidad de arriesgarse (Agustín, 2005, p. 115)<sup>62</sup>.

Uma das interlocutoras relata que deixou de trabalhar como costureira para “fazer o corpo”, ela diz: “Tipo, eu vou ser bem sincera. Eu parei de costurar, de trabalhar, porque eu queria me fazer. Eu queria botar peito” (Brigitte). A entrevistada afirma que os seus ganhos financeiros na prostituição são maiores do que os que recebia enquanto era costureira. Deste modo, expõe:

---

<sup>61</sup> Os termos “se fazer” ou “toda feita” são utilizados por travestis e transexuais para se referirem as transformações corporais realizadas a partir da ingestão de hormônios, das cirurgias plásticas, da aplicação de silicone, das próteses e procedimentos estéticos.

<sup>62</sup> “O salário que podem conseguir na indústria do sexo são mais altos do que em muitos outros trabalhos: significa a possibilidade de ajudar os parentes, colocar os filhos na escola, construir casas, colocar pequenos negócios ou vestir-se como rainhas. Mas, além dos fatores econômicos que podem impulsionar estes migrantes, existe o desejo de conhecer o mundo, ser artista, ser independente ou casar-se, viver em boas casas e comer bem – os sonhos de pessoas de todas as partes do mundo, incluindo Europa. É importante também sinalizar que entre os que sofrem com a pobreza, matrimônios ruins e todo o leque possível de fatores causais, nem todos optam por migrar e, entre os que migram, nem todos optam pelo trabalho sexual. Nenhum tipo de determinismo explica por completo o fenômeno humano da escolha. Toda opção se vê influenciada por questões de classe, gênero, etnia e o nível econômico, pelas condições sociais do momento (guerra, ditadura, fome, violência, etc.) e pela natureza do indivíduo, de seus desejos, suas paixões, seu tédio, sua curiosidade e sua capacidade de se aventurar-se” (Tradução livre).

Tipo, no mínimo, por mês, eu ganho 1.500,00. Tipo assim, ó, se eu fizer 50,00 todo dia no final do mês é 1.500,00. Mas tem dia que eu não faço nada, mas tem dia que eu faço muito mais. Aí cobre o dia que eu não faço nada. Então, em média, eu tiro 1.500,00 por mês. Aí tem mês que eu tiro muito mais, entendeu? [...] não é menos do que 1.500,00 é sempre mais (Brigitte).

O mercado do sexo, em especial a prostituição, é a socialização que se faz possível para estas pessoas. É através dela que buscam afastar-se de uma realidade de privações materiais e afetivas, da abjeção social, das chacotas; é na prostituição que elas “quebram-se na plástica”, construindo os seus corpos extremamente femininos e embaralhando o que se entende por heteronormatividade e por binarismo sexo/gênero. Nota-se, portanto, que a prostituição representa um importante espaço para travestis e transexuais, é neste “lugar” onde ganham visibilidade para por em prática o que para elas é “ser mulher”.

Durante as entrevistas deste estudo, observou-se que, ao se referirem ao exercício da prostituição como forma de sobrevivência, muitas transexuais buscavam se justificar ou mesmo desvincular a clássica associação entre prostituição/travestis/transexuais. Tal fato pode ser compreendido não só como a tentativa de desmistificar estigmas já tão enraizados no universo desta população, mas também como uma visão sobre a prostituição que a institui no patamar do desvio, da transgressão, do sujo, da contaminação por doenças, da pobreza, da exploração. Conforme Siqueira (2013, p. 173), “Antes me sentia suja como prostituta, sentia que estava fazendo algo errado. Era o tempo em que me sentia suja e discriminada por ser travesti; já era toda errada e suja. Para a sociedade, é uma profissão suja, errada [...]”. Deste modo, é preciso cautela ao tratar sobre a prostituição, pois este fenômeno é construído por meio de estereótipos sociais que recriminam moralmente aquelas/es que a exercem.

Ao trazer a temática sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, procura-se desvelar a realidade desta violência, evidenciando que o tráfico de seres humanos e a prostituição não estão necessariamente vinculados. A prostituição pode ser exercida de maneira autônoma, sem a presença de grandes organizações ou máfias. Assim, não se quer dizer com isso que a entrada de pessoas no mercado do sexo e em especial na prostituição seja isenta de influências, uma vez que para muitas travestis e transexuais esta se torna a (única) possibilidade acessível de sobrevivência e de realizações financeiras e afetivas. Há,

portanto, uma clara diferença entre a autonomia (isto é, o exercício por conta própria) e o que leva esta população a entrar no mercado do sexo.

No próximo tópico, serão trabalhadas as diferentes visões sobre a prostituição que, muitas vezes, associam a mesma ao tráfico de pessoas e a exploração sexual, tornando as ações de enfrentamento ao tráfico ações de combate e repressão à prostituição.

#### 4.2 A PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

A prostituição é vista socialmente como transgressão dos códigos morais. Ela burla os “princípios” da virgindade, da fidelidade, do casamento monogâmico, da família tradicional, da heterossexualidade. É, muitas vezes, criminalizada socialmente; embora, segundo o Código Penal Brasileiro de 1940, a prostituição não seja considerada crime. Neste sentido, as prostitutas são enxergadas em uma perspectiva estigmatizante e higienista, sendo frequentemente associadas a imagens pertencentes a dois extremos: o de vítimas de uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa e o de desviantes das normas e da moral.

Inscrita no mundo do sexo e dos desejos, a prostituição atende a demandas da subjetividade fetichizada dos indivíduos. A variedade de ofertas e de inovações no mercado do sexo captura o desejo, transformando o sexo não apenas em um ato em si, mas em uma prática erotizada e, sobretudo, lucrativa. O sexo, posto a partir da ascensão da família nuclear como reservado e encarcerado ao casamento, ganha, com a prostituição (em especial na contemporaneidade), vazão e uma nova circulação. Deste modo, surgem novidades para a satisfação pessoal; estas são, entretanto, colocadas junto a tudo àquilo condenável e sujo na sociedade. Segundo Rago (2008, p. 26),

Como tal, o conceito é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável na sociedade. Condenando e estigmatizando a prostituição, quer-se eliminá-la como a uma parte cancerosa. Vale lembrar a constância com que a metáfora orgânica do “cancro social” é utilizada para designar o comércio amoroso.

A visão da prostituição como uma atividade suja e moralmente reprovável está presente nas falas das interlocutoras desta pesquisa. Tal fato pode ser compreendido como uma reprodução de estereótipos e estigmatizações construídas

pela sociedade a respeito da prostituição. Contudo, também é possível observar que esta visão abrange a representação dos papéis sociais estabelecidos para homens e para mulheres, que determinam que as mulheres devam ter acesso ao sexo de forma restrita e passiva, enquanto os homens devem ser os dominadores, os ativos, aqueles que têm o direito cultural e social de desfrutar do sexo em todas as suas possibilidades heterossexuais. A reprodução destes padrões é recorrente nas falas e nos comportamentos das travestis e das transexuais. Assim,

Notei que, por vezes, as interlocutoras diminuíam o tom da voz ao falarem sobre a prostituição. Normalmente, antes de relatarem que faziam programas, iniciavam a frase dizendo: “olha, não vou mentir” ou “posso falar a verdade?”. Buscavam se justificar durante as entrevistas pelo fato de exercerem a prostituição, diziam que conseguir trabalhos para as mulheres trans e para as travestis em empresas ‘normais’ não é uma tarefa fácil. Dentre as duas entrevistadas que não exerciam a prostituição, o discurso era o de que a vida de programas não era fácil e, por isso, tinham medo, apesar de desejarem obter as possibilidades de viagens e de mudanças corporais, mais facilmente acessadas na prostituição (Diário de campo: 09/06/2016).

Para Lupita, o exercício da prostituição é uma prática suja, ela acredita que o sexo deve ser exercido quando há a mediação do afeto. De tal modo, ela descreve que:

[...] é horrível você transar, transar com a pessoa que você não gosta. É horrível! Você faz aquilo por precisão, por dinheiro [...] eu me sinto suja. Todos os programas que eu faço, eu me sinto horrível! Mas, tem que fazer, né? Fazer o quê? Não tem trabalho. Aí vem outras pessoas e falam: “Aí, mas tem uma travesti ali que ela batalhou, ela estudou”, não sei o quê. Mas vai conhecer, vai pesquisar, vai pesquisar por que ela tá na esquina, por quê... por causa que a família não aceitou. Eu tive a sorte que minha família aceitou. Aí... “mas por que você tá na prostituição? Porque sua família aceita”. Não, mas também eu não gosto de depender da minha família. Eu gosto de conquistar com meu suor, eu gosto de conquistar com as minhas coisas, com minhas conquistas. [...] Basta a casa, meu pai não tem obrigação de me dar uma casa, não. Eu já tenho 27 anos. Meu pai não tem obrigação de nada, eu que tenho que ajudar ele agora (Lupita).

Compreende-se, da fala da interlocutora, dois movimentos: o de reprodução de uma visão social que retira dos sujeitos femininos (as mulheres idealizadas por travestis e transexuais) o direito de buscar prazer e exercer a sua sexualidade de maneira independente do afeto; e o de que travestis e transexuais estão necessariamente envolvidas em uma atividade considerada suja e discriminada pela sociedade. Nota-se, então, a reprodução de estereótipos que aloca a prostituição para o terreno do reprovável e que reforça o pensamento de que

travestis e transexuais são seres desviantes. Assim, a prostituição associada à “identidade de gênero transgressora” deste segmento seria potencialmente perigosa.

É preciso enfatizar que a prostituição é uma atividade complexa e, se analisada sob a ótica de mulheres cisgêneros, ganha significados diferentes dos que estão aqui sendo apresentados. Deste modo, no caso de travestis e transexuais a violência, marginalização, a exploração, a subjugação, o machismo e o estigma que perpassam o universo da prostituição se contrapõem ao espaço de autoafirmação da sexualidade, da feminilidade e da construção de um corpo feminino perfeito que fazem parte da realidade desse público. É claro que o consentimento sobre o corpo não exclui as violências, mas seria, no mínimo, irresponsável não traduzir os significados desta atividade para o segmento aqui estudado, uma vez que a prostituição é, na maioria das vezes, a primeira e única “saída” para travestis e transexuais. A fala da entrevistada deixa evidente que a escolha da prostituição como atividade não está livre de influências, pois desemprego e preconceito (que pode ser traduzido como uma das expressões da transfobia) estão interligados.

Para compreender o pensamento que relega a prostituição para o limiar da marginalização e do crime moral, reportar-se-á de forma breve ao período em que este fenômeno passou por um processo de recrudescimento fazendo parte da vida urbana e moderna no Brasil.

#### **4.2.1 O controle da prostituição pela *scientia sexualis***

Desde o final do século XIX, com a chegada de grandes contingentes de imigrantes ao Brasil, vindos principalmente da Europa, autoridades policiais e médicos passaram a dar maior atenção às sexualidades tidas como ilegítimas. De acordo com Kushnir (1996, p. 54), “Aqui, o fim da 1ª Guerra é um marco para o aumento da imigração de judeus, mais especificamente dos que viviam na Europa Oriental”. Os/as imigrantes se deslocavam para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e dentre estes/as desembarcavam prostitutas e cafetinas/cafetões franceses/as, além das chamadas polacas (mulheres judias originárias do Leste Europeu), que vinham ao país de forma voluntária ou forçada. Estas pessoas alimentavam o mercado da prostituição nestas cidades. Deste modo, a prostituição passou a sofrer uma vigilância de médicos, policiais e do próprio Estado, que dava suporte a medidas penalizantes e de cunho sanitário contra prostitutas, cafetinas e

cafetões. O século XX ficou, portanto, marcado por uma forte onda de higienização social encabeçada pela categoria de médicos e de policiais. Entende-se, assim, que:

[...] tanto oficiais policiais, envolvidos com o controle social e a moralização das condutas, quanto médicos sanitaristas procuraram advertir contra os males do mundo da prostituição. Eles dissecaram o corpo das prostitutas com suas investigações empíricas, ao produzirem teses científicas, nas quais codificaram as condutas das mulheres de acordo com as classificações tipológicas copiadas dos médicos europeus, como o francês Alexandre Parent-Duchâtelet e o fundador da Antropologia Criminal, o italiano Cesare Lombroso. Suas teorias pseudo-científicas passaram a servir de base para as práticas policiais de vigilância sexual, que, na maioria das vezes, visavam exclusivamente as prostitutas pobres (RAGO, 2005, p. 97).

O crescimento da prostituição era visto como um risco para os costumes, para a moral e para a saúde da sociedade. A prostituição era não somente uma transgressão, mas também uma forma de se proliferar doenças venéreas; não é à toa que por vezes é referida como um cancro social. No Brasil, ao longo do século XX, as ações das autoridades policiais e médicas voltaram-se para o controle da vida sexual, especialmente, das prostitutas que estavam concentradas no baixo meretrício. Neste contexto, observa-se que o sexo passou a ser regulado através de um discurso que alocava a prostituição, a cafetinagem, a masturbação, a homossexualidade para o terreno das perversões sexuais. Este fato está relacionado à produção de um discurso/conhecimento científico sobre o sexo. Precisa-se aqui acrescentar a tal análise as contribuições de Foucault (2015) sobre a construção de um discurso sobre a sexualidade. De acordo com o autor não há de fato uma repressão ao sexo. A negação, o silêncio e a censura em relação ao mesmo são, na verdade, produções discursivas, que não o interditam. Entende-se, assim, que a sexualidade é enquadrada a partir de regulações; intensifica-se o discurso sobre sexo, porém de maneira científica, jurídica, literária, médica e confessional. Portanto, conforme Foucault (2015, p. 20),

Sobre o sexo, os discursos – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto – não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVII. Não penso tanto, aqui, na multiplicação provável dos discursos “ilícitos”, discursos de infração que denominam o sexo cruamente por insulto ou zombaria aos novos pudores; o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contrafeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a

fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado.

Foucault (2015) contesta a hipótese repressiva, chamando atenção para o sexo em discurso. Este, ao contrário do que se pode imaginar, proliferou-se em diferentes instâncias, como a Igreja, a polícia e a própria medicina. As confissões, por exemplo, passaram a ser minuciosamente detalhadas, os desejos, os prazeres, os atos consumados, os toques, as palavras obscenas e até mesmo os sonhos são agora objetos discursivos. É importante compreender que os discursos sobre o sexo procuram não simplesmente falar do mesmo como algo intolerável, mas sim administrá-lo, produzir “verdades” úteis e públicas. Para isso, usariam um ritual que, segundo o autor, é desde a Idade Média empregado como um importante meio de produção de verdades, a confissão. Destarte, “A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Entretanto, ela se transformou consideravelmente” (FOUCAULT, 2015, p. 70-71).

Partilha-se aqui das análises de Foucault, refutando-se a ideia de que o sexo é interdito ou reprimido. Porém, cabe questionar quais os discursos que têm sido produzidos sobre o sexo, uma vez que as sexualidades consideradas dissidentes (a exemplo da prostituição e da homossexualidade) continuam sendo moralmente reprovadas, marginalizadas e estigmatizadas. A resposta a esse questionamento pode ser encontrada na própria dinâmica da sociedade. A construção de padrões e normas sociais determina um modelo a ser seguido por homens, mulheres e crianças individualmente e em família e qualquer transgressão a esses papéis será visto como um desvio, uma anomalia, um alvo da intervenção dos estudos da psicanálise, da medicina, das religiões. Para Foucault (2015), esta sociedade constituiu uma *scientia sexualis*, isto é, utilizou a confissão para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo. A confissão passa a vincular-se, agora, não apenas aos pecados condenados pela religião, mas também aos métodos de escuta clínica. De tal modo, observa-se que:

A “sexualidade” é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir a verdade. No ponto de interseção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamento [...], a sexualidade foi definida



como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 2015, p. 77).

A prostituição, que ainda no final do século XIX é submetida a um processo de higienização social, passa a ser regulada, controlada e socialmente reprovada através de discursos que a contrapunham aos bons costumes e a moral da época. A sua existência, entretanto, continua encontrando espaço na sociedade. Neste sentido, apesar da regulação da prostituição, ela era considerada “um mal necessário”, um lugar onde o erotismo, o prazer e o desejo (dos homens) fruíam em liberdade. Para Rago (2005, p. 98),

[...] se de um lado a prostituição era considerada um *cancro social*, de outro, ninguém duvidava de sua necessidade, especialmente num momento histórico em que se acreditava firmemente na noção de que a sexualidade masculina era mais premente do que a feminina e de que necessitava de um espaço geográfico para sua liberação.

A construção de uma sociedade machista, em especial a brasileira e especificamente a cearense, dá ao homem a liberdade para exercer sua sexualidade, rejeitando comportamentos considerados efeminados e adotando um desempenho viril. A prostituição corresponderia o espaço onde a sexualidade, os desejos e os prazeres masculinos poderiam ser exercidos sem restrições. Às mulheres caberia retardar a sua vida sexual até que pudessem casar. “Pertenceriam”, portanto, a um único parceiro. Esta visão (presente ainda na contemporaneidade) enquadra as mulheres em um papel social e sexual baseado em um modelo patriarcal, no qual a quantidade de parceiros determinaria o seu status como “putas”, “desfrutáveis”, “de vida fácil”<sup>63</sup>. Esta realidade machista não escapa a travestis e a transexuais, porém a este segmento acresce-se a construção de uma estigmatização e uma marginalização, uma vez que elas são vistas como “viados efeminados” que se fazem passar por mulheres e que violam as fronteiras estabelecidas para homens.

---

<sup>63</sup> Os autores referenciados neste tópico reportam a uma imagem da prostituição voltada, principalmente, para as mulheres *cisgêneros*. Ainda que as mulheres *cisgêneros* não sejam o foco deste trabalho, estas análises são fundamentais para que se possa compreender o cenário da prostituição no país e como se deu a construção dos preconceitos e estigmas nesta sociedade relacionados àquelas/es que a exercem.

Quando os sujeitos que exercem a prostituição são travestis e transexuais, a identidade de gênero torna-se um marcador social que intensifica substancialmente os estigmas vividos pelas prostitutas. Pode-se, então, observar que há um discurso construído em torno deste segmento que as coloca entre a anormalidade e a perversão sexual. Estas pessoas não condizem com as normas de gênero e de sexualidade determinadas pela sociedade. Seguindo o pensamento de Foucault (2015), a *scientia sexualis* produziria discursos sobre as travestis e as transexuais que as empurrariam para o campo do patológico, seria o desajustamento entre o “corpo masculino e a mente feminina”, no binarismo biológico-cultural.

É importante ressaltar que na contemporaneidade as visões moralizadoras (e penalizantes) sobre a prostituição ainda se fazem presentes. Contudo, novas discussões e organizações surgem com o objetivo de lutar pelos direitos das prostitutas e pelo reconhecimento deste fenômeno como trabalho. Os preconceitos construídos em torno da prostituição partem de uma visão conservadora que não a distingue da exploração sexual e do tráfico de pessoas. Esta abordagem ignora a diferença entre a prostituição como atividade autônoma e a prostituição como escravidão sexual. A questão é polêmica, pois as discussões sobre a regulamentação ou não da prostituição como trabalho ainda estão envoltas em um cenário de tensões e divergências.

No Brasil, o Código Penal de 1940 não institui a prostituição como crime, porém ela é relacionada neste dispositivo, até setembro de 2016, de uma maneira quase indissolúvel, ao tráfico de pessoas. Esta abordagem reforçava uma espécie de “perseguição” às prostitutas, principalmente, se estas fossem exercê-la no exterior.

#### 4.3 CRUZANDO O ATLÂNTICO: O LIMAR ENTRE A PROSTITUIÇÃO E O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NOS DISPOSITIVOS LEGAIS

A condenação moral e social da prostituição faz com que muitas ações, denominadas no âmbito do “enfrentamento ao tráfico”, sejam, na verdade, ações de perseguição a prostitutas adultas e àqueles/as que usufruem dos serviços sexuais da prostituição. Esta noção confunde tráfico de pessoas para fins sexuais,

prostituição e crimes sexuais, em sua amplitude. Mayorga (2011), em sua pesquisa sobre prostituição e imigração, infere que a visão sobre as prostitutas está no âmbito moralizante, que as interpõe em uma realidade de transgressões e criminalidade e, ao mesmo tempo, como vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Neste sentido, cabe destacar que,

Tráfico, escravidão e patologia têm definido a prostituição desde a metade do século XIX (Kempadoo e Doezema, 1998), o que se associa a processos de estigmatização e desvalorização em que frequentemente a prostituição é significada de modo pejorativo em nossas sociedades, com forte valorização moralista. Algumas perspectivas feministas, e também no campo da criminologia, tratam a questão da prostituição através da vitimização das mulheres (Piscitelli, 2009a) e de sua criminalização. A sexualidade se apresenta como um dos principais focos dos dispositivos de controle social que têm reservado e designado às mulheres lugares e papéis específicos, relacionados com sua natureza, capacidade de reprodução, de atenção à família, incapacidade de atuação no mundo público e de participação política. Com isso, observamos uma moralização acerca da experiência das prostitutas. Elas têm sido representadas como desviantes, más, escravas e, frequentemente, são consideradas como aquelas que negam a natureza feminina (MAYORGA, 2011, p. 327-328).

Ainda segundo Mayorga (2011), a estas características associam-se os aspectos relacionados à classe social, à etnia e à nacionalidade, estabelecendo uma clara racialização da sexualidade. Quando a migração ocorre para países europeus, as prostitutas são vistas ainda sob uma ótica de inferioridade. Assim, entre prostitutas brancas e negras e entre àquelas advindas de países ditos de “Terceiro Mundo” e os desenvolvidos, existiria uma diferença na compreensão da sua situação de opressão. Esta visão expõe parâmetros marcadamente eurocêntricos e, porque não dizer, preconceituosos, havendo “[...] fortes elementos que caracterizam uma relação de poder em que as do terceiro mundo, não brancas, em desenvolvimento têm sido historicamente designadas como *outras* [...]” (MAYORGA, 2011, p. 329).

Deste modo, assim como a etnia, a cultura e o país de origem são postos como aspectos que excluem e estigmatizam o *outro*. No caso de travestis e de transexuais, a identidade de gênero também é um aspecto de marginalização e preconceito; apesar de se identificarem com o gênero feminino, os papéis e lugares designados para elas não são os mesmos demarcados para mulheres cisgêneros, uma vez que a feminilidade do segmento estudado é questionada.

Normalmente associadas à criminalidade e às transgressões, os estigmas em relação às migrações de travestis e de transexuais as vinculam ao tráfico de

peessoas para fins de exploração sexual. É claro que este público está envolto em uma realidade de inúmeras vulnerabilidades e de desejos de mobilidade e modificações corporais, que podem ser mecanismos de recrutamento para o tráfico de pessoas. Entretanto, não se podem desconsiderar as particularidades de travestis e transexuais, pois as viagens para o exterior, bem como as transformações do corpo não são, na maioria dos casos, práticas acessadas por estas pessoas sem a mediação de cafetinas ou de amigas que conheceram na prostituição. De acordo com Pelúcio (2011, p. 185), “[...] Raramente os discursos reverberados pelos *media* têm considerado as motivações das travestis e seu poder de escolha ao empreenderem tais deslocamentos”. Deste modo, é preciso desvelar o universo das migrações de travestis e transexuais, assim como a complexa realidade do tráfico de pessoas, da exploração sexual e da prostituição.

Para trazer a discussão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, faz-se necessário realizar uma diferenciação entre a prostituição e a problemática do tráfico, compreendendo que existe uma relação entre ambas. Contudo, não há uma dependência da prostituição em relação ao tráfico de pessoas, uma vez que aquela pode ocorrer de forma autônoma, voluntária, sem aliciamentos de terceiros. Neste sentido,

Por prostituição consideramos atividade exercida por mulher adulta e consciente, que desempenha a função de forma voluntária e autônoma. **Já a exploração sexual é considerada atividade que mantém uma mulher na prostituição contra sua vontade ou tendo que dividir seus ganhos com terceiros, sendo esses últimos evidenciados nas figuras do cafetão e/ou da cafetina.** Por fim, o tráfico de mulheres é evidenciado como aquele que prevê o aliciamento, transporte e exploração das vítimas no destino final (LIMA; FROTA, 2012, p. 3, grifo nosso).

A prostituição dita voluntária e autônoma é objeto de polêmica nas pesquisas que relacionam este fenômeno ao tráfico de pessoas. Conforme estudos da antropóloga Piscitelli (2013b), existem quatro importantes modelos<sup>64</sup> legais relativos ao exercício da prostituição, que também aparecem nas discussões feministas sobre a temática, são eles: o regulamentarista; o trabalhista; o proibicionista e o abolicionista. Na primeira perspectiva elencada, a **regulamentarista**, a prostituição é aceita, entretanto, é vista como uma ameaça à

---

<sup>64</sup> Estas perspectivas têm sido reportadas em estudos acadêmicos e se faz importante citá-las nesta pesquisa para desvelar a realidade do tráfico de pessoas e da prostituição, além de desmistificar certas concepções que reforçam preconceitos contra prostitutas brasileiras no Brasil e no exterior.

ordem pública e à saúde. Deste modo, é controlada pelo Estado através de regulamentações que garantam a saúde, a moral e a ordem. Assim, “Envolve um dispositivo de controle que pode incluir controle pessoal (cartões de identificação), local (confinamento em estabelecimentos ou bairros), sanitário (para prevenir ou combater doenças sexualmente transmissíveis) e policial” (PISCITELLI, 2013b, p. 151). O **modelo trabalhista**, por sua vez, reivindica que a prostituição seja vista dentro dos direitos trabalhistas, isto é, seja reconhecida como atividade legítima. Reivindica-se aqui a despenalização dos diversos aspectos ligados à prostituição. O **modelo proibicionista** se configura como o mais repressivo, criminalizando prostitutas, bem como todas as atividades vinculadas à prostituição; nesta perspectiva as prostitutas são consideradas como delinquentes. Por último, o **modelo abolicionista** penaliza aqueles/as que facilitam a prostituição. As prostitutas são consideradas, notadamente, como vítimas (PISCITELLI, 2013b).

Destacar-se-á aqui o modelo abolicionista como relevante para a compreensão da discussão sobre prostituição e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Tais fenômenos são frequentemente associados, ainda que o exercício da prostituição não tenha ocorrido mediante aliciamentos, ou seja, ocorra de maneira voluntária e autônoma. Cabe ressaltar que “A partir de finais do século XIX, o abolicionismo foi alimentado e favorecido pelas narrativas sobre tráfico sexual de mulheres” (PISCITELLI, 2013b, p. 152).

Em muitos casos, mulheres, travestis e transexuais que migram com o objetivo de exercer a prostituição têm sido alvos de políticas de imigração que relacionam a prostituição ao tráfico de pessoas. A perspectiva abolicionista avalia que o consentimento da pessoa é irrelevante para o exercício da prostituição. Neste sentido, a prostituição, voluntária ou não, seria uma maneira de objetificar as prostitutas e, por isso, deveria ser abolida, considerando-se o exercício da mesma como uma forma de exploração sexual e violência sexual. Assim, assa abordagem:

[...] se origina nas pressões feministas ocidentais (Euro-Americanas) de classe média contra a prostituição em fins do século dezanove em torno do “Tráfico de Escravas Brancas”, que reapareceu no final da década de 1970 como “escravidão sexual feminina”. A partir de uma análise feminista radical das relações sociais que dá prioridade a relações de gênero, esta perspectiva liga o tráfico exclusivamente à prostituição, vista por sua vez como a pior forma de opressão patriarcal e a forma mais intensa de vitimização de mulheres. Sua premissa central é de que a prostituição é “assédio sexual, abuso sexual e violência sexual”, e as mulheres, coletivamente, vítimas da violência masculina. Considera-se assim que a

indústria global do sexo força as mulheres à prostituição, as mantêm em escravidão sexual e viola seus direitos e integridade corporal. Supõe-se que as mulheres nunca entram livremente em relações sexuais fora do “amor” ou do desejo sexual autônomo. Ao contrário, considera-se que elas são sempre forçadas à prostituição – em suma, traficadas – através do poder e controle que os homens exercem sobre suas vidas e seus corpos (KEMPADOO, 2005, p. 58-59).

Esta perspectiva<sup>65</sup> enxerga as prostitutas de uma forma docilizada, como vítimas, relacionando a prostituição, de maneira intrínseca, ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Tal abordagem é carregada de preconceções sobre a sexualidade feminina e torna irrelevante a autonomia, o consentimento, no exercício da prostituição. Como já discutido neste capítulo, muitas travestis e mulheres transexuais tem a prostituição como a primeira e, em muitos casos, a única possibilidade de emprego. Contudo, enxergar este público através de um olhar que as vitimiza seria retirar das mesmas a capacidade de autodeterminação, isto é, negar o fato de estas pessoas serem sujeitos ativos, políticos e capazes de ressignificar sua prática na prostituição. Não obstante, este fenômeno representaria para travestis e transexuais não apenas uma fonte de renda, mas também um lugar de reafirmação de sua feminilidade, da sua sexualidade; um lugar onde elas se sentem desejadas. Por certo, não se pode negar o patriarcado como meio de uma opressão e hierarquia masculina na sociedade brasileira, porém reduzir as prostitutas a posições vitimizadoras, passivas, seria também negar processos de resistência. Deste modo,

A ideia é que as práticas envolvidas na prostituição, como em outras formas de mercantilização e consumo, devem ser lidas indo além de considerar que apenas confirmam a dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e subversão cultural (PISCITELLI, 2013a, p. 38).

Segundo Piscitelli (2013a), nas últimas décadas, surgem novas discussões sobre as formas de inserção no mercado do sexo. Abordagens que compreendem o sexo como uma fonte de poder, uma libertação sexual feminina em relação à opressão e à dominação exercida pelo homem, perpetuada pelo patriarcado. Neste contexto, o sexo, ao mesmo tempo em que pode reforçar a

---

<sup>65</sup> Apesar de as análises dos autores focarem na prostituição de mulheres, este estudo tem como recorte claro a prostituição de travestis e transexuais. Dessa forma, buscar-se-á compreender não apenas a construção da imagem da prostituição na sociedade, mas também qual o significado da prostituição no universo de travestis e de mulheres transexuais.

ordem sexista, também pode desestabilizá-la. No caso de travestis e de mulheres transexuais, a prostituição além de representar uma forma de sobrevivência, é um lugar de reafirmação de suas identidades de gênero.

Observa-se que a retórica feminista é povoada de visões sobre a prostituição e sobre a sexualidade, não havendo um consenso entre as perspectivas. No Brasil, as discussões e leituras abolicionistas convivem com abordagens que apoiam a prostituição como uma forma de trabalho.

Estas definições são importantes para se pensar a relação entre tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição. Contudo, não se podem reduzir as análises sobre o tráfico de pessoas a estas perspectivas, uma vez que “Nas últimas décadas, surgiram novos olhares sobre os mercados do sexo, lançados por abordagens que pensam o sexo não como um campo fixo de posições de gênero e poder, mas como um terreno de disputa” (PISCITELLI, 2013a, p. 37-38). Poder-se-ia acrescentar que o sexo além de ser um terreno de disputa também é um espaço onde muitas travestis e transexuais buscam visibilidade e ascensão social. Muitas prostitutas, por exemplo, envolvem-se com homens estrangeiros com o objetivo de transformarem a relação pontual e voltada para o sexo em relacionamento afetivo-amoroso. Silva e Blanchette (2005) pesquisam a relação entre homens estrangeiros, conhecidos no Brasil como *gringos*, e mulheres que exercem a prostituição. O objetivo do trabalho é mostrar que os câmbios entre turistas estrangeiros e prostitutas brasileiras estão para além da ótica do turismo sexual e do tráfico de pessoas. As prostitutas envolvidas nestas relações também criam e manipulam símbolos, sendo, nos casos estudados, as principais interessadas nas viagens internacionais. Tal fato é comum na relação entre travestis/transexuais e estrangeiros. O sonho de encontrar um marido, de viajar para a Europa, de “fazer o corpo” e de ajudar a família ganha expectativas de materialidade ao se relacionarem com *gringos*. Assim,

Embora não tenhamos encontrado nenhuma articulação estrutural necessária entre a exploração sexual infanto-juvenil e a interseção entre sexo e turismo em Copacabana, nossas pesquisas indicam que o mesmo não pode ser claramente afirmado em relação ao assim chamado “tráfico das mulheres”, pois os movimentos internacionais [...] podem ser considerados como tráfico de acordo com determinadas definições do conceito, que confundem as migrações de trabalhadoras sexuais com tráfico de mulheres. O fato é que eventuais viagens ao exterior por parte das meninas são vistas como nada surpreendentes em boates como a Help. Todas as nossas entrevistadas dizem ter ido ao exterior para trabalhar ou

namorar, ou estão esperando ir. Muitas se casaram ou noivaram com gringos que encontraram na noite de Copa. A expectativa das nossas entrevistadas é que a prostituição possa ser transformada e/ou suplementada com relacionamentos afetivos com gringos – clientes ou não – e que estes resultem em viagens ao exterior (SILVA; BLANCHETTE, 2005, p. 267).

Como registrado em uma nota do diário de campo, percebeu-se o desejo das entrevistadas em viajar para o exterior. Além disso, para elas, os estrangeiros são homens de verdade, aceitam-nas como elas são e podem oferecê-las destinos diferentes daqueles vivenciados no Brasil. Apreende-se daí que “A união entre as prostitutas e seus clientes é vista por elas como estratégia interessante no que diz respeito à sua posição profissional e/ou pessoal e às oportunidades que possam se abrir a partir daí” (SILVA; BLANCHETTE, 2005, p. 271). Tal pensamento ficou claro no seguinte registro do Diário de Campo:

Em uma conversa com uma das interlocutoras, Angelina, (mantive o contato com as entrevistadas por meio das redes sociais mesmo depois das entrevistas serem realizadas), fiquei sabendo que esta havia conhecido um português através de um grupo no aplicativo *WhatsApp* e que os dois estavam namorando, apesar de nunca terem se visto. O “gringo” havia pedido a mão de Angelina em casamento e estava planejando viajar para o Brasil para conhecê-la pessoalmente e para arrumar os papéis do casamento. Depois disso, ela iria para Portugal morar com “o homem da sua vida”, como costumava se referir. Disse ainda que ele era dono de uma loja de roupas e que ele havia adiado a sua viagem para o Brasil por motivos de saúde da mãe (Diário de Campo: SETEMBRO DE 2016).

Uma das interlocutoras, Lupita, relata que gostaria de ser levada para o exterior pelos *gringos*, pois além de tratarem as travestis e as mulheres transexuais melhor do que os brasileiros, eles também as assumem para a sociedade como “suas mulheres”. Ela diz:

Mas aonde eu queria morar, realmente... eu nunca fui, mas aonde eu queria morar, realmente, é na Itália. Porque lá é muito bom pra transexual. Em relação a homens, a homens, eles assumem realmente e vê a gente como uma mulher. Porque aqui no Ceará, os homens só querem sexo e os que aceita eu não gosto. Os que aceita, eles bebem, fumam, eu não curto isso. Eu não curto nem droga. Então, eu não gosto. Os que aceita, geralmente, é esse nível. Eu não gosto.  
[...] são pessoas maravilhosas, trata você super bem. Eu fiquei muito foi com italiano, mas só que eles não me levaram, não. Mas eu tenho vontade. Tomara. Mas acho que eles gostam mais das morenas. Eu sou branca (Lupita).



Observa-se na fala da entrevistada uma visão do exterior como um lugar desenvolvido e dos estrangeiros como pessoas educadas, civilizadas. A Itália é destacada não só por Lupita, mas por outras entrevistadas deste estudo como uma meta a ser alcançada. De acordo com Kulick (2008), isto ocorre porque entre elas circula a informação de que no referido país europeu podem ganhar uma montanha de dinheiro, quantias que não ganhariam no Brasil. Deste modo, a Itália torna-se um lugar “muito bom pra transexual”.

As viagens ao exterior, ainda que sejam com o objetivo de se prostituir, não representam, necessariamente, casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Contudo, é comum que travestis e transexuais sejam barradas em outros países e tachadas como “vítimas de tráfico”. Observa-se, deste modo, que muitas ações intituladas como enfrentamento ao tráfico de pessoas são, na verdade, medidas para impedir a imigração ilegal e a prostituição.

Para apreender tal discussão é preciso que fique clara a concepção abordada neste trabalho sobre tráfico de pessoas. As definições para este fenômeno são variadas, mas, sem dúvida, o marco dentre os instrumentos normativos na contemporaneidade e que rege este estudo é o Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, elaborado na cidade de Palermo no ano 2000, mais conhecido como Protocolo de Palermo. Esta definição aborda aspectos específicos do tráfico de pessoas, apresentando a concepção mais completa referente a tal crime. Em seu artigo 3º, alínea a, traz a seguinte acepção:

Por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. **A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual**, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (NAÇÕES UNIDAS, 2003, p. 21, grifo nosso).

O referido Protocolo oferece a definição mais conhecida e completa sobre o fenômeno, porém tem sido alvo de críticas por parte dos/das estudiosos/as da área, pois não se posiciona quanto à “exploração da prostituição de outrem”,

tampouco caracteriza os tipos de exploração sexual aos quais se reporta. Tal indefinição deixa a cargo dos países signatários a responsabilidade das deliberações e dos parâmetros sobre o tráfico de pessoas e sobre a exploração sexual a que este crime pode estar correlacionado. Este fato pode causar equívocos nas interpretações dos países. Apesar de tais críticas, a aceção do Protocolo de Palermo ainda é a mais aceita quando se trata do tráfico de pessoas.

Vale salientar que em 2004 o Brasil ratificou o Protocolo de Palermo, inserindo-se no debate transnacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Esse processo foi relevante para a elaboração, implementação e execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Aprovada pelo Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006, esta Política tem o objetivo de estabelecer ações de proteção e atendimentos às pessoas que passaram por situações de tráfico. Os eixos abordados na PNETP, além dos princípios e diretrizes, perpassam a prevenção; a repressão ao crime e responsabilização de seus autores; e a atenção às vítimas. De acordo com o artigo 1º da PNETP (2007, p. 64),

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria.

As travestis e transexuais não são mencionadas na PNETP, mesmo sendo um público que se apresenta como vulnerável a este crime, uma vez que estão em reiterado contato com o mercado do sexo, especialmente com a prostituição. Nota-se que os deslocamentos do segmento citado são frequentemente referenciados em noticiários como casos de tráfico para fins sexuais, entretanto os dispositivos legais e grande parte das pesquisas sobre tráfico de pessoas dão enfoque a mulheres, crianças e adolescentes, não se propondo a averiguar a incidência desta problemática no público de travestis e transexuais. Além disso, a PNETP, apesar de trazer diversos eixos para o combate à problemática, não entende o consentimento como relevante, centrando os seus esforços na exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes.

Cabe salientar que o mesmo decreto que aprovou a Política, instituiu o Grupo de trabalho Interministerial (GTI), objetivando elaborar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Este representa um instrumento de

operacionalização da Política Nacional. O Plano foi organizado em três eixos, são eles: a prevenção; a atenção às vítimas; e a repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores. O GTI, responsável pela elaboração do primeiro Plano, era formado por representantes de diversos órgãos públicos federais, contando com a colaboração do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e da sociedade civil organizada. Entretanto, assim como a Política, o Plano teve ênfase no combate à violência em relação ao público de mulheres, crianças e adolescentes. Observa-se, assim, que:

Embora fosse grande a diversidade de organizações da sociedade civil na elaboração do I PNETP, constatou-se a ausência dos movimentos ligados à prostituição, aos transexuais, travestis e transgêneros (Trans), homossexuais, relacionados aos temas raciais e étnicos, em contraposição à massiva participação de instituições na área dos direitos da criança e adolescentes (SOUSA, 2013, p. 133).

Compreende-se que, apesar do avanço nos dispositivos legais do Brasil referentes ao tráfico de pessoas, é preciso examinar as noções presentes nos documentos, uma vez que as definições do tráfico são múltiplas e diversas e, em alguns casos, se contrapõem. Tanto a Política Nacional quanto o Plano, aqui referidos, seguem as determinações do Protocolo de Palermo. De acordo com o Grupo Davida (2005, p. 164), em algumas definições do tráfico, “[...] todo e qualquer deslocamento que viola alguma lei – particularmente as que se referem à imigração, sexo, ou trabalho – é ipso facto considerado caso de tráfico, sem referência a outras condicionantes”.

No Brasil, o Código Penal definia o tráfico de pessoas apenas quanto à exploração sexual e associava essa exploração (exclusivamente) à prostituição. Até o final de setembro de 2016, para o Código, qualquer facilitação para entrar ou sair do país a fim de exercer a prostituição poderia ser vinculada ao tráfico de pessoas, ainda que tal facilitação não envolvesse lucros para terceiros.

Para o Grupo Davida (2005, p. 183), “A atual lei que rege a repressão ao tráfico de seres humanos no Brasil é, principalmente, um dispositivo para restringir os deslocamentos internacionais de trabalhadores do sexo, sem referência alguma às violações de direitos humanos ou à coerção”. O artigo 231<sup>66</sup> do Código Penal

---

<sup>66</sup> Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.

Brasileiro (CPB), que tratava do tráfico de pessoas, ao associar este fenômeno apenas à prostituição, trazia uma noção equivocada do tráfico, excluindo outras formas de violação dos direitos humanos que são características deste crime e penalizando, ainda que de forma indireta, o exercício livre da prostituição. De fato, o CPB estigmatizava mulheres, travestis e transexuais adultas que saíam do país ou do estado de origem para exercer a prostituição. Assim,

[...] o Artigo 231 do Código Penal ignora qualquer referência à coerção ou às violações de direitos humanos, definindo como “traficada” qualquer pessoa que cruza as fronteiras nacionais para trabalhar como prostituta, explorada ou não por terceiros. Em alguns países, as prostitutas que imigram para trabalhar legitimamente por meio de convites e vistos de trabalho não são consideradas “traficadas”, enquanto outros signatários do Protocolo de Palermo definem também as dançarinas eróticas estrangeiras como vítimas do tráfico, independente de seu estado legal no país ou de seu envolvimento com a prostituição (GRUPO DAVIDA, 2005, p. 165-166).

Conforme o referido artigo do CPB, apesar de a prostituição não ser considerada crime no Brasil, pessoas adultas que tentavam sair do país a fim de exercê-la ou de exercer outros serviços sexuais no exterior poderiam ser intituladas

---

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. § 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

#### **Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual**

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa

pelo Código como “traficadas”. Esta problemática não só estigmatizava travestis e transexuais que saíam do estado ou do país, como também dificultava a identificação de casos reais de violação de direitos. É comum que travestis e transexuais se desloquem para outras regiões (especialmente para Sudeste-Sul do Brasil) e/ou para o exterior para exercer a prostituição. Contudo, não se pode afirmar que exista nestes deslocamentos uma real violação de direitos, pois o aliciamento, o abuso, o engano, a coerção e a exploração (típicas do crime de tráfico) não estão presentes em todos os casos. Conforme explica Brigitte:

Eu tenho uma prima, entendeu? Que mora na Espanha e ela falou: “Brigitte, se tu quiser vir pra cá, tu só compra a tua passagem, entendeu? Compra a tua passagem que eu mando a carta convite, tu mora aqui mais eu”. Ela é trans, se prostitui. Eu digo que é prima, porque ela é filha da irmã do meu tio, que é casado com minha tia mesmo. [...] Aí, ela mora lá, ela é casada lá. Ela tem o marido dela e vive lá. Ela disse: “Brigitte, se tu quiser vir pra cá, tu só compra a tua passagem”. **Porque, geralmente, quando essas meninas vão pra fora, elas pagam um absurdo pra poder entrar lá, pra poder ficar, pra pessoa que leva** (Brigitte, grifo nosso).

De acordo com estes relatos, Brigitte seria considerada como “traficada” pelo CPB e sua prima, dentro desta mesma visão, estaria facilitando a sua saída do território nacional. Tal fato abre precedentes para demonstrar a fragilidade na identificação dos casos reais de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, pois, dependendo da definição em que se baseiem, poder-se-ia considerar “vítimas de tráfico” pessoas que se deslocam para exercer a prostituição de forma autônoma e voluntária em outros estados ou países. Cabe ressaltar, contudo, que a entrevistada tem uma visão precisa sobre o tráfico de pessoas, a qual difere do CPB. Para ela, o tráfico envolve necessariamente a perda da liberdade, o endividamento, o trabalho forçado e a escravidão. Ela reconhece que, geralmente, existe uma “pessoa que leva” e que ganha sobre o trabalho “dessas meninas”, mas não percebe nessa ação uma forma de violação de direitos.

Observa-se, de tal modo, que o CPB não estava harmonizado com a definição do Protocolo de Palermo. O artigo 231 do Código sofreu duas importantes modificações relativas ao tráfico de pessoas. A primeira ocorreu em 2005, alterando, o escopo das “vítimas”, passou-se a tratar do “tráfico internacional de pessoas” e não do “tráfico de mulheres”. Além disso, foram adicionadas disposições sobre o tráfico interno de pessoas, referente ao artigo 231-A. Neste contexto, “Essas alterações estão relacionadas com uma das recomendações da PESTRAF,

embasada na percepção de que o tráfico de crianças e adolescentes é, sobretudo, interno” (PISCITELLI, 2013a, p. 100). A segunda modificação ocorreu em 2009, quando se passou a considerar a prostituição uma forma de exploração sexual. Assim, por disposição da lei nº 12.015/2009, o capítulo V do CPB, intitulado “Do lenocínio e tráfico de pessoas”, passou a ser nominado “Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”. O artigo 231, voltado para o “Tráfico internacional de pessoa”, alterou-se para “Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual”. Deste modo,

[...] na definição de tráfico do código penal brasileiro (artigo 231), as vítimas podem ser “de ambos gêneros e de todas as idades”, mas explicita o movimento internacional em função da prostituição (movimento internacional de prostituta é, essencialmente, considerado ilegal pelo estado brasileiro). A vontade das vítimas ou o (des)respeito de seus direitos humanos não modifica sua classificação como traficadas (GRUPO DAVIDA, 2005, p. 164-165).

Em outubro de 2016, no Governo Temer, os artigos 231 e 231-A do CPB foram revogados pela lei nº 13.344/16 que dispõe sobre a prevenção e a repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. O CPB passa a vigorar, a partir da promulgação desta lei, acrescido do artigo 149-A<sup>67</sup> que trata sobre o Tráfico de Pessoas. Esse artigo não se limita apenas a exploração sexual como característica de tráfico, trazendo em seus incisos I, II, III, IV e V a variedade de formas deste crime, são elas: a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; a submissão a trabalhos em condições análogas a de escravo; a

<sup>67</sup> O artigo está disposto no CPB no Capítulo VI (Dos Crimes contra a Liberdade Individual), Seção I (Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal):

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
- II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
- III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
- IV - adoção ilegal; ou

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

submissão a qualquer tipo de servidão; a adoção ilegal e, por último, a exploração sexual. Dividida em sete capítulos<sup>68</sup>, a “lei do tráfico” mostra-se afinada com as determinações do Protocolo de Palermo, incluindo a ameaça, a violência, a coação, a fraude e o abuso como parte da caracterização do crime. Além disso, com a nova lei, a prostituição deixa de ser considerada como uma forma de exploração sexual em si. A referida lei (que foi aqui apelidada de “lei do tráfico”) também mantém determinada consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas (PNETP).

A lei 13.344/16 pode ser considerada como um avanço no enfrentamento ao tráfico de pessoas, em um contexto nacional de retrocessos e desmantelamento dos direitos de diversos segmentos sociais. É claro que as mudanças nas ações contra esse crime ainda estão longe de se adequarem aos parâmetros da nova lei, não apenas por serem alterações recentes no enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas também pelo engessamento de preconceitos e pré-noções estabelecidos sobre a relação entre prostituição e migração, especialmente quando estes fenômenos envolvem o público de travestis e transexuais. Reafirma-se que a promulgação da nova lei e a revogação dos artigos 231 e 231-A ocorreram ainda durante a realização desta pesquisa e, por isso, não se podem avaliar os impactos da desta transição.

É comum que travestis e transexuais recebam ajudas de amigas ou de parentes para realizarem viagens para fora do Ceará ou para fora do Brasil. Isso não significa, na interpretação destas pessoas, um aliciamento para o tráfico. Ao contrário. Elas baseiam suas experiências pessoais, os seus êxitos e os seus infortúnios, nas vivências de outras travestis e transexuais mais velhas que já passaram pelas mesmas situações. Para Brigitte, sua realidade na prostituição (assim como a de outras trans) foi construída por conta própria e, assim, explica,

[...] a gente analisa assim: “Não, mulher. Tal canto eu já fui morar, mas não é tão bom como tal canto”, aí a gente vê a comparação, a gente vê as outras meninas falando que já viveu, entendeu? Tipo, como eu falo, muitas meninas pergunta: “Brigitte, Curitiba é bem?”, “É. Eu gostei. Eu gostei ‘pra mim’ morar, agora ‘pra mim’ trabalhar... como eu não gosto de ser ativa, eu não gostei. Eu não gostei. Mas é ótimo pra viver. Se tu quiser, vai dar uma volta, só pra tu conhecer, entendeu?”. É o que eu digo. O que custa nada

---

<sup>68</sup> A saber: Capítulo I (Dos princípios e das Diretrizes); Capítulo II (Da Prevenção ao Tráfico de Pessoas); Capítulo III (Da Repressão ao Tráfico de Pessoas); Capítulo IV (Da Proteção e da Assistência às Vítimas); Capítulo V (Das Disposições Processuais); Capítulo VI (Das Campanhas Relacionadas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas); Capítulo VII (Disposições Finais).

tentar, entendeu? Dar um giro. Porque, assim, com o tempo, você sempre no mesmo canto, você fica... a gente chama de batida, a gente fica batida. Os homens já 'conhece', já sabe como é. Aí, a gente tem que dar um tempo pra quando a gente chegar de novo, eles "Valha, ela voltou! Ai, voltou mais...". (Brigitte).

Não se nega aqui a existência de casos de tráfico de pessoas na realidade de muitas travestis e transexuais, no entanto é preciso desmistificar os estigmas que classificam os deslocamentos destas pessoas como exploração sexual. É importante considerar que a teia que envolve as migrações deste segmento é complexa, pois está relacionada às motivações (como a necessidade de sobrevivência, os desejos de construir um corpo feminino e de ser respeitada em sua identidade de gênero, por exemplo), bem como às demandas de um mercado do sexo. Não se quer nesta pesquisa tachar as travestis e as transexuais entrevistadas como "traficadas" ou "não traficadas". Na verdade, o que se tem mostrado é que a realidade deste segmento no universo da prostituição é diversa, perpassa uma série de desejos, sonhos e violências. Deste modo, o aliciamento, o abuso, a coerção, o engano e a exploração sexual, que caracterizam o tráfico de pessoas para fins sexuais, podem ou não estar presentes nas vivências destes sujeitos. Categorizá-las seria, portanto, reforçar preconceitos.

A visão da prostituta como escrava ou como delinquente é aqui posta em xeque, pois, mesmo estando em situação de maior vulnerabilidade, não se pode homogeneizar o discurso referente a este segmento. A prostituição e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual são fenômenos reais, porém é preciso considerar que as interações estabelecidas em cada caso conformam simbolismos. O tráfico para fins sexuais não é sinônimo de prostituição, assim como a migração nacional e internacional também não o é. Na verdade, o tráfico utiliza-se das vulnerabilidades sociais, econômicas e subjetivas para, de acordo com a demanda da clientela, aliciar, coagir ou enganar e transportar e alojar pessoas, violando os seus direitos e as explorando sexualmente e financeiramente.



#### 4.4 “DA NOITE PARA O DIA”: O TRÁFICO DE PESSOAS, A EXPLORAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO PARA AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A prostituição tem para travestis e transexuais um significado que ultrapassa os códigos morais. Como já referido neste capítulo, este segmento descobre na prostituição não apenas um trabalho, mas também uma forma de sociabilidade, de aprendizado, de desejo e de expressão de sua feminilidade. Com isso quer-se dizer que na prostituição elas encontram possibilidade de se construir corporal e subjetivamente, além de se fazerem visíveis para os homens (clientes ou não) e para outras travestis e mulheres transexuais.

Portanto, a prostituição, ainda que esteja permeada por estereótipo e estigmas (os quais travestis e transexuais reiteram em sua performatividade), ganha uma nova acepção quando relacionada a este segmento. O fato de serem negadas nos mais diferentes espaços (escola formal, postos de saúde, mercado de trabalho e até banheiros públicos) faz com que o mercado do sexo e, especificamente, a prostituição torne-se para elas “um lugar no mundo”. De acordo com a militante trans Siqueira (2013, p. 173),

A prostituição me dá direito de falar idiomas, de aprender outras culturas. Tudo que falei aqui de história, da Bíblia, não aprendi na escola; aprendi na prostituição. Foi por isso que, naquela briga com Bolsonaro, quando eu disse “olhem o que seus filhos vão aprender na escola”, falei no Senado que as prostitutas foram minhas melhores amigas. E foram mesmo. Aprendi francês com elas, aprendi a maneira chique e aquela da rua mesmo [...].

No entanto, não são raras as vezes em que as entrevistadas se referem aos serviços sexuais como uma atividade suja e que só estão inseridas na mesma (ou pensam em realizar) por questões de necessidade e/ou para “fazer o corpo”. Interpreta-se aqui que esta visão moralista em relação à prostituição demonstra uma forma de se negar uma prática já condenada socialmente e de desvinculá-la da tão “inevitável” e já estigmatizada associação travesti-prostituição/transexuais-prostituição. Tal fato não invalida o que tem sido reafirmado ao longo deste estudo: a prostituição é um espaço de desejos, de reafirmação de feminilidades e de aprendizado para travestis e transexuais; além disso, ela se sobressai como uma alternativa para a busca de melhores condições de vida e de realizações pessoais.

Para as entrevistadas, realizar a prostituição não é uma prática fácil ou mesmo digna, uma vez que está permeada por xingamentos, violências e medo da

morte. Entretanto, a prostituição é o lugar que as acolhe, é o espaço onde podem encontrar oportunidades. A seis interlocutoras desta pesquisa receberam convites para se prostituir, mas apenas duas (Viola e Scarlett) nunca exerceram a prostituição em nenhum momento das suas vidas. Ambas encontram-se desempregadas e moram com os seus respectivos familiares. Viola conta que já foi convidada para realizar programas fora do país por “transex veteranas” e por colegas. Ela relata também que deseja viajar para o exterior, mas revela que para sair do país é preciso “fazer a vida” no Brasil. Ela diz:

Vontade eu tenho, mas falta só a coragem. Recebi [convites] de transex veteranas, mais vividas na vida, né, que já viveu pelo meio do mundo a fora e também de colegas que eu conheço fora do Brasil também. [...] a vida da gente começa... tem que começar por onde você mora, né? Aí que você vai pensar se vai querer sair do Ceará ou não, da terra que você vive. Mas vontade eu tenho, só me falta é a coragem, porque eu tenho muito medo (Viola).

Observa-se aqui que a prostituição é uma realidade comum à vida de travestis e transexuais e, ainda que não a exerçam de fato, elas tomam para si as experiências de outras “bichas” (por vezes, referem-se umas as outras com este termo), sonhando em obter o mesmo sucesso ou recusando vivenciar os casos de infortúnio. Destarte, as informantes deste estudo haviam construído uma rede de relações que envolvem parentes, namorados, amigas/os, além das cafetinas. Portanto, muitas travestis e mulheres transexuais, quando já inseridas na prostituição, utilizam-se dessa rede para migrar para outros estados do Ceará ou para a Europa. Por isso, mesmo aquelas que não se prostituíam conheciam os caminhos para “cruzar o Atlântico”. As interlocutoras que não haviam exercido nenhum tipo de serviço sexual demonstraram certo receio e medo em relação à entrada no mercado do sexo; elas classificam a prostituição como uma “vida difícil”, porém, normalmente, associam-na a possibilidade de viagens internacionais e de mudanças corporais. Viola narra como ocorre o processo de deslocamento e de transformação do corpo na prostituição,

A gente chega lá natural, naturalmente, aí aos poucos você vai mudando o seu corpo, entendeu? À medida que vai trabalhando, você vai pagando. Ela [cafetina] manda a passagem pra gente, a gente vai. Aí quando chega o destino que é pra ir, elas alugam... já tem uma casa lá que elas vivem e a gente vai pra lá. Aí você escolhe se você trabalha durante o dia ou à noite ou então os dois, os dois períodos. Aí você vai ou pra boate que eles lá têm ou então vai pra beira de esquina. Aí elas perguntam se você quer se

bombar, se quiser mudar alguma coisa no seu corpo, você muda só que vai pagando aos poucos. Bombar é mudar as partes do corpo (Viola).

Marilyn também desvela como aconteceria esse processo de recrutamento, normalmente, proposto pelas cafetinas. Ela, diferente de Viola, já exerceu a prostituição no Ceará e desistiu da viagem para a Europa, pois havia conhecido o seu atual marido antes de migrar. A partir da experiência do pretense processo de migração, ela explica o passo a passo:

Antes d`eu ir, quando tava já com a passagem já comprada, já marcada, já pra ir, eu conheci o meu marido. Aí eu fui me envolvendo com ele, me envolvendo, me envolvendo... quando foi perto do dia de eu viajar, eu desisti. Porque eu já tinha conhecido ele, eu não tive mais coragem de viajar e deixar ele mais.

Tem umas cafetina aqui, que elas tem amizade com umas cafetinas que moram na Itália, Espanha.. Europa, né? E... elas diziam assim: “fulana... é... eu quero uma menina, uma travesti, uma transexual 18 anos, 24 anos, 23 anos do perfil magra... assim, assim, assim... que não tenha prótese”... eles não querem que tenha prótese. Pra chegar lá pra... pra... ser visto como carne nova. Entendeu como é? Quanto mais natural você chegar lá na Itália e São Paulo mais dinheiro você ganha.

Coloca depois, porque é assim, você vai, elas mandam tudo pra você, tudo financiado... é... elas mandam a passagem de avião, que é torno de mil reais, se tiver promoção é mais barata, aí elas paga sua passagem, ela paga o táxi pra pegar você lá no aeroporto, entendeu? Ela paga comer, alimentação, tudo lá. Mas tudo isso... é... você tem que pagar tipo uma multa. A passagem foi mil, você tem que pagar com mais mil, fica dois mil, né? Aí a diária, você não foi trabalhar porque chegou cansada, aí fecha nos duzentos e cinquenta, né? Aí você paga dois mil duzentos e cinquenta a ela. Aí você tem que pagar a ela primeiro, tem que ficar fazendo programa pra fechar a dívida dela, pra pagar a dívida. Quando você terminar de pagar a dívida é que você vai ganhar o seu. Aí quando você começa a ganhar o seu, você tem que abrir logo a sua poupança pra depositar o seu dinheiro. Aí elas dão um prazo de você se transformar assim: “olha você tá aqui, passe nem que seja uns três anos, depois você bota as suas próteses”. Por que assim que você chegar lá e botar você vai perder os clientes. Porque eles querem você natural. Eles acham mais bonito, os clientes de lá. Porque eles pensam que a gente não é muito rodada, não é muito vivida. Aí quando você bota prótese, começa a fazer plástica... “ixi, essa aí já é conhecida, já é vivida, não é mais novinha, não”. Quanto mais você tem a aparência de mais nova, mais natural, mais magrinha, mais eles acham interessante (Marilyn).

Os relatos de Marilyn são semelhantes aos de Viola. As interlocutoras veem no recrutamento um “convite” e no empréstimo de dinheiro para a viagem um “financiamento”. Não obstante, o “financiamento” com transporte, estadia, alimentação e posteriores modificações corporais tornam-se dívidas que devem ser pagas com os ganhos da prostituição. O atraso ou o não pagamento geram multas. As cafetinas, porém, não contam para travestis e transexuais sobre as dificuldades que elas podem vivenciar nos países aos quais se destinam. O conhecimento sobre

tais dificuldades é repassado para elas por amigas que já tiveram essa experiência. Deste modo, Marilyn diz:

Mesmo sabendo dessas condições. Assim, elas conversam tanto com a gente que às vezes elas fazem a cabeça da gente. “Aí mulher, tu vai ganhar muito dinheiro, vocês vão ganhar isso, isso e isso”. Ela mostra várias vantagens, que você vê que você vai lucrar que você vai ganhar. Aí, eu ia! (Marilyn).

As vivências descritas encaixam-se nas definições sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, o qual parte de um processo de aliciamento, coação, engano e/ou abuso, transporte, alojamento e exploração sexual. As entrevistadas reiteram em suas falas o que lhes foi passado pelas cafetinas, neste sentido, nota-se que as cafetinas recomendam que as travestis e transexuais que aceitem migrar estejam “naturais”, pois os clientes estrangeiros assim preferem. As transformações do corpo são objetivos prioritários para grande parte das pessoas que compõem esse segmento. De tal modo, percebe-se que as cafetinas utilizam esse pensamento para manter as migrantes por mais tempo trabalhando para elas, uma vez que “aos pouco você vai mudando o seu corpo” e pagando as dívidas contraídas. As próprias participantes reconhecem em seus relatos que já ouviram falar de pessoas que “se deram bem” na Europa e de outras que voltaram para o Brasil “com a mão na frente e outra atrás”. A entrevistada, assim, infere:

É, é tráfico de pessoas, porque se fosse legal elas dizia; “não, você vem pra cá pra se prostituir e isso, e isso, e isso” e não deixava a gente ir não. Mas elas não falam nada. Elas não falam... é... das dificuldades que a gente vai ter. Elas não falam nada. Já ouvi falar de amigas minhas que foram e não se deram de bem, teve que passar por necessidade, passaram fome lá e mesmo assim tinha que pagar a diária todos os dias, entendeu? É... e veio de lá pra cá com uma mão na frente e outra atrás, que nem todas têm a mesma sorte que as outras (Marilyn).

Viola acrescenta ainda uma importante informação sobre a realidade no exterior das travestis e transexuais que “não se dão bem”, além da exploração sexual, elas também correm o risco de sofrerem violências físicas de cafetinas, como castigo por atrasarem ou não pagarem as suas diárias de estadia. Ela diz:

Não, a gente pensa: “eu vou, vai que eu na beira de esquina aparece um ‘veinho’ querendo casar, querendo algo mais”. Porque você não pode cair, né? Não pode cair nessa ideia, porque você tá lá, você tá indo a trabalho. É

prostituição, mas você tá indo a trabalho. Elas mandam as suas passagens, só que você tem que pagar todinha a passagem e se você não pagar, ficar em dívida com elas é riscado elas... espanca, manda matar, entendeu? Também tem umas que entram no mundo das drogas e o dinheiro que elas ganham só dá pras drogas e a diária da cafetina já não tem, né? Aí com isso vai 'ajuntando' as dívidas delas, aí a cafetina um dia bate ou espanca ou manda matar. Porque você tem que ter o dinheiro delas, tem que pagar (Viola).

Vale ressaltar que esta realidade de exploração e violências físicas é descrita pelas interlocutoras como algo “natural” ao processo de migração. Quando Viola descreve o medo em aceitar os “convites” feitos pelas cafetinas está também se referindo em aceitar todas as condições as quais pode estar sujeita durante a viagem e o tempo em que estiver se prostituindo no exterior.

Scarlett compartilha do sonho de viajar para fora do Brasil e revela o desejo de modificar o corpo, porém, assim como Viola, expressa um sentimento de medo. Ela diz,

Tenho vontade e tenho um pouco de medo, 'por causa que', às vezes, a vida te pega. A vida te pega assim pelos seus gostos. Pelo o que você mais deseja, a vida te explora. Porque no caso da exploração sexual, né? Às vezes chega muitas pessoas dizendo assim: “Aí, vou fazer teu corpo”. “Eu vou te dar tuas próteses de silicone”. Prometendo uma coisa que você sempre desejou, te pega pelos teus sonhos. Aí cobra o dobro do valor que você imagina. Você nunca termina de pagar, fica lhe explorando. Você fazendo programa em esquina, essas coisas. Isso que eu tenho medo das transformações sexuais. Então, eu já pensei... eu queria transformar meu corpo realmente se fosse por conta própria, se eu trabalhasse, se eu arranjasse um emprego, é muito difícil emprego por questão do preconceito e tudo. Se fosse 'pra mim' fazer meu corpo, eu faria com meu próprio dinheiro pra não sofrer esse tipo de abuso (Scarlett).

As transformações corporais aparecem para Scarlett como uma realidade distante, pois ao mesmo tempo em que não deseja exercer a prostituição para modificar o corpo, também reconhece que o mercado formal de trabalho fecha-se para o segmento de transexuais e travestis, consideradas transgressoras da normalidade. De tal modo, a prostituição apresenta-se como o caminho mais próximo para “fazer o corpo” e, segundo a informante, um espaço onde “a vida te pega”. Nota-se que a interlocutora enxerga nas modificações corporais uma brecha para possíveis casos de exploração sexual. A noção de exploração sexual de Scarlett está associada a termos financeiros, isto é, pagar para cafetinas ou cafetões, por meio do dinheiro obtido na prostituição, um valor além do que lhe é emprestado, causando endividamento. A cafetina aparece como a figura da

exploradora na percepção de Scarlett. Esta visão difere das demais entrevistadas que veem nas cafetinas uma “mãe”, uma figura “protetora”, uma pessoa que oferece oportunidades de trabalho que não teriam como conseguir no mercado formal.

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que as participantes que exerciam a prostituição relativizavam o significado da exploração aos ganhos e perdas financeiras e ao tratamento dado pelas cafetinas. Se a cafetina cobra grandes quantidades de dinheiro pelo trabalho de travestis e mulheres transexuais, perpetuando dívidas, elas são vistas como “exploradoras”, “gaiatas” de acordo com a informante Lupita. No entanto, se as cafetinas recebem apenas pela diária no aluguel dos quartos e pela alimentação são consideradas “justas”, pois estão fazendo não mais do que o seu trabalho. Quando questionada se já havia recebido “convites” de cafetinas para viagens, a entrevistada observa,

Já recebi algum convite, sim. Mas, eu só fui lá pra São Paulo mesmo e esse negócio de tráfico, assim... do lado, eu não sei do lado hetero, pq eu só trabalhei, na área de prostituição, eu só fiquei só na área de travesti. Nunca trabalhei junto com mulher, não. **Então, eu não sei do lado da mulher, mas o lado da travesti, que é da transexual, quando acontece isso é porque ela fica devendo, ela ‘se coloca’.** Ela ‘se coloca’ o que é? Ela... ela usa droga e fica devendo e a cafetina pega acha ruim... **Cafetina é uma pessoa que bota uma casa, dá comida, dá moradia e ela quer o dinheiro. É tipo hospedagem, porque pra gente ir pra São Paulo, pra outros cantos, Rio de Janeiro, a gente precisa dessa proteção, dessa cafetina, que chama.** Então, na época que eu fui, fiquei em uma cafetina maravilhosa. Eu paguei ela bem direitinho, fiquei com uma pessoa maravilhosa. O pessoal pensa que é assim: “aí, tava explorando, tava não sei o quê, passou na televisão”, mas vai procurar bem direitinho. Porque eu tenho muitas amigas que é cafetina, mas ela é de bem, é do bem. Agora tem outras que realmente, realmente, elas bate, entendeu? Mas, vai procurar. A ‘bicha’ não quer pagar, não quer... é... não quer pagar a diária direito, só fica bebendo, só fica se colocando. **Então, a cafetina é como se fosse uma mãe. Já que a família não aceita, então, ela é como se fosse uma mãe. Ela quer que você... o seu bem, ela quer que você faça as suas plásticas, ela quer que você... ela quer o seu bem. Ela não quer o seu mal, mas ela quer em troca... ela quer o dinheiro dela. Ela tá mais do que certa.** É... tá mais do que certa, mas agora tem algumas ‘gaiata’ que, tipo assim, é... que a passagem é quinhentos, ela tá pagando a sua passagem de quinhentos, chegando lá, tem algumas que são ‘gaiata’, realmente, chegando lá você vai pagar três vezes mais. Então, paga mil e quinhentos, três vezes mais. Então, tem algumas que são ‘gaiata’, realmente. Tem outras que não dá comida, só dá só a moradia. Então, sai muito caro, realmente. Tem muitas que são ‘gaiata’. Tem outras, é só você pesquisar, tem muitas cafetinas que são como mãe mesmo! (Lupita, grifo nosso).

Em sua fala, a participante chega a relacionar situações que para ela são tidas como exploração às ações das próprias travestis e transexuais; o uso de

drogas ou o não pagamento de diárias, por exemplo, aparecem na fala de Lupita como justificativas para que a cafetina aja de forma violenta ou cobre de maneira abusiva pelas dívidas adquiridas. O tratamento proferido pelas cafetinas seria como um “corretivo” para que tal situação não viesse a se repetir.

Conforme Angelina, outra entrevistada do presente estudo, a exploração estava na falta de liberdade, nas horas extenuantes de trabalho e nas cobranças excessivas de taxas feitas pela cafetina responsável pela “casa de massagem” onde trabalhou. Quando indagada se em algum momento já havia se sentido explorada, ela relata,

Explorada sim. Por não ter liberdade, por não poder sair. Ela não deixava a gente sair. A gente tinha que ficar dentro da casa 24 horas, acordava cedíssimo, 7:00 horas da manhã já pronta, maquiada, pra trabalhar pro programa. E o telefone tocava já 6:00 horas da manhã, já esses homens querendo relaxar, né? Então, a gente encerrava até as 10:00 da noite. Era metade meu, metade dela (Angelina).

Ela acrescenta ao relato que, apesar das longas jornadas de trabalho e das altas taxas cobradas dentro da casa, conseguia pagar “tudo direitinho”. Angelina afirma em sua fala que:

Era uma exploração, porque apesar de eu dar a metade pra ela e a metade meu, eu tinha que gastar dentro, porque se eu carregasse um carregador era 3 reais. Eu pagava 3 reais. Se for ‘pra mim’ comer... pra carregar o celular é 3 reais, pra fazer o cabelo é 15 reais. Eu não devia. Eu sempre pagava direitinho. Eu não parava! Eu, como eu era... era novidade, eu não parava. Eu saía de um quarto, aí quando o homem botava o olho em mim: “eu quero ela!”, aí as outras ficavam com raiva de mim, botava até macumba. Eu nunca... eu nunca fui movida a esses tipos de negócio, de macumba e elas mexiam muito, “Vou botar macumba nela!”. Aí a cafetina, como ela sabe mexer com macumba, dizia: “Oh, botaram macumba pra você. Vamo tomar um banho pra soltar esse anjo dessas bicha”. Aí como eu era inexperiente, eu não vi, aí... mas eu trabalhava muito bem, eu fazia sete, oito programas por dia. Por dia, eu chegava com 400 reais no bolso, 500 no bolso (Angelina).

Angelina é a única entrevistada que afirma ter passado por uma situação de exploração durante a prostituição. Ela desconhece o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, apesar de, em seus relatos, ter dado características claras deste crime. Angelina mora no município de Maracanaú e a “casa de massagem” a qual se refere fica localizada na Beira Mar de Fortaleza. As demais interlocutoras que exerciam a prostituição (Marilyn, Lupita e Brigitte) reconheciam a existência de uma exploração (ainda que de cunho econômico), mas não se viam sujeitas a tal

violação. As cafetinas com as quais haviam trabalhado eram qualificadas como “muito boas”, “pessoas maravilhosas” ou como “mães”. A exploração era coisa para as *outras*. Neste sentido,

Muitas delas exploram, exploram de verdade, mas tem umas que são como se fosse umas mães. Cuida de você, não deixa lhe bater, deixa uma pessoa responsável por você na rua, fica uma pessoa responsável por você na rua, né? Mas tem outras que realmente exploram mesmo, tira tudo que é seu (Marilyn).

Ao discutir as diferentes noções sobre exploração sexual, Piscitelli (2013b) destaca que, em suas incursões de campo, as entrevistadas percebiam a prostituição como um trabalho que poderia ser alvo de uma exploração econômica. Elas, assim como as interlocutoras deste estudo, associam a exploração às perdas financeiras e cobranças excessivas nos espaços em que estão inseridas. Além disso, dão destaque especial para as condições de trabalho que recebem. Nota-se, de tal modo, que:

[...] Para todas, a prostituição era percebida como um trabalho. E, como trabalho, podia ser objeto de exploração econômica. As condições de trabalho na indústria do sexo na Espanha se alteravam em função do nicho ocupado, do tipo de estabelecimento, *clubs*, apartamentos ou serviços acertados na rua. Também se alternavam em função do estatuto migratório (Piscitelli, 2008). O pagamento de diárias ou a retenção de parte dos rendimentos pelos proprietários dos *clubs* era aspectos negativos na percepção das mulheres que trabalharam nesses locais, particularmente quando eram considerados excessivos. E, nesses casos, elas aludiam à exploração (PISCITELLI, 2013b, p. 158).

No caso das interlocutoras desta pesquisa, os nichos ocupados eram gerenciados, principalmente, por transexuais ou travestis veteranas, chamadas de cafetinas, e as cobranças excessivas e/ou as condições de trabalho desfavoráveis eram classificadas como exploração. Os relatos das entrevistadas delineiam com clareza esta percepção de exploração. Marilyn, que se prostituía na rua, reclama das taxas que tinha que pagar para travestis: “A rua é pública, né? A pessoa tem que fazer na rua... é um direito de você ir e vir. Como a pessoa vai pagar uma coisa se aquela rua não é nem da pessoa? Se fosse pra pagar era pro Estado, não para outra travesti, né?” (Marilyn). Marilyn, em nenhuma de suas falas, reconhece ter passado por uma situação de exploração sexual, como já citado anteriormente. Mas ressalva que a exploração existe. A interlocutora expõe ainda que:



[...] Tem as cafetinas, né? Porque assim, muitas delas exploram sim. Exploram a gente, exploram... Tem as meninas que, onde eu trabalhava também tinha menina, as mulheres mesmo... e... Tem muitas que exploravam. Mas tem outras que não. Que dão casa, dão de comer, né? Dão quarto, dão tudo. Aí elas pedem só uma... um... uma diária. Umas pedem semanal, mas muitas... tem muitas... tem muito exagero mesmo, que exploram mesmo (Marilyn).

A partir da fala de Marilyn, ratifica-se a análise de que o segmento estudado percebe a exploração em termos econômicos, quando o seu trabalho está sujeito à cobrança de altas taxas por parte das cafetinas. Travestis e transexuais dissociam de suas percepções sobre exploração qualquer tipo de violência, abuso, engano ou coação que venham a sofrer no exercício da prostituição ou em outras áreas do mercado do sexo.

Outra informante do presente estudo faz uma separação entre ajuda e “cafetinagem”. Ela compreende que o dinheiro cobrado para as transformações corporais e para as viagens, por exemplo, são parte de uma rede de amizades e afetos, ainda que as cobranças sejam de um valor acima do que seria estabelecido por médicos em clínicas de cirurgias plásticas e em agências de viagens, no caso dos deslocamentos. A cafetinagem, por sua vez, é notada como parte de uma máfia e esta sim é responsável pela exploração de travestis e de mulheres transexuais, exploração esta também vinculada à falta de condições de trabalho e à exploração econômica. Ao ser indagada se já havia se sentido explorada sexualmente no exercício da prostituição por cafetinas, a interlocutora responde:

Não ‘cafetina’, porque eu acho que essa palavra é muito forte. Porque cafetina é aquela que, por exemplo, é aquela que explora mesmo. Tipo, por exemplo, se eu fizer... tipo, cafetina é igual aquelas coisas que tinha lá naquela novela “Salve Jorge”, entendeu? Ali era uma cafetinagem. Por que? Porque as meninas não tinham tempo de tomar um banho, não tinha tempo de se ajeitar, não tinha tempo de nada, não dormia direito. Dançando e fazendo programa pra dar lucro pra elas. Ali é uma cafetinagem. Agora, tipo assim, “Brigitte, eu vou te levar pra tal canto por tanto, em tanto valor. Tu me paga como pode. Me paga”. Tem bicha que paga anos assim, vários... não é que ‘seje’ várias prestações... tipo assim, eu vou pra tal canto... ‘vamo’ dar o exemplo. Pronto, eu vou pra Espanha, “Não, Brigitte, eu cobro 5 mil pra tu ir. Eu te dou os euro, te dou a carta convite, compro tua passagem. Eu quero 5 mil euro”. Quando eu chego lá, eu vou pagando conforme eu tô ganhando. Tipo, ah... eu vou dar, tipo assim, 500,00 todo mês. Foi igual uma amiga minha que botou meu peito. Ela disse: “Brigitte, o peito é 6 e alguma coisa. Só que eu vou cobrar de ti 8.500,00. Tu me paga como pode”. Aí eu fui pagando, “ai, mulher. Toma tanto, toma tanto, toma tanto”. Pronto, entendeu? Isso não é cafetinagem. Cafetinagem é, tipo, se eu fizesse 10 programas, ela tomasse todos os meus programas, não me deixasse sem nada (Brigitte).

Neste sentido, a exploração sexual não é enxergada por Brigitte dentro da rede de amigas e afetos, ela percebe tal exploração dentro de uma estrutura mafiosa. Assim, busca separar a figura das transexuais que a ajudaram da figura de uma “exploradora”. A entrevistada fala, inclusive, da inexistência atual de cafetinas, ela diz: “Cafetinagem, essa coisa, era de muitos anos atrás. Muitos anos, entendeu? Hoje, não tem mais. Acabou! Hoje em dia... é... qualquer canto você pode se prostituir”. Essa tentativa de desvincular a imagem deste público de atividades criminosas não ocorre apenas com Brigitte, mas também com outras quatro informantes deste estudo: Viola, Marilyn, Angelina e Lupita. Estas últimas veem a cafetina como uma empregadora, que as acolhe e oferece oportunidades, ou, como relata Lupita, uma “mãe” que as protege nos momentos de necessidade e as corrige quando não se comportam bem (sobre o uso da violência nos casos de travestis e transexuais que “se colocam”). Quando se reportam às cafetinas na figura de uma empregadora fazem ressalvas, pois reconhecem os excessos e a falta de condições de trabalho (não fornecem alimentação e/ou moradia). De acordo com esta percepção, o exercício da prostituição, bem como qualquer outro trabalho, pode estar sujeito à exploração que, na visão das informantes, está ligada às suas perdas e ganhos financeiros.

Não se pode analisar travestis e transexuais partindo de uma perspectiva engessada sobre as categorias tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição, uma vez que as viagens internacionais e as transformações corporais, por exemplo, apontadas como principais caminhos para se recrutar este segmento para mercado do sexo e, conseqüentemente, para o tráfico de pessoas representam a construção de uma identidade e a possibilidade de ascensão econômica para o segmento pesquisado. Além disso, as próteses de silicone, os apliques de cabelos, os tratamentos faciais a laser e o desejo de conhecer outros países, especialmente da Europa, não são práticas facilmente acessadas por estes sujeitos sem intermédio e ajuda de amigas mais velhas ou de cafetinas. De tal modo, reconstróem laços afetivos e familiares, considerando as “transex veteranas” e as cafetinas como parentes próximas ou como “mães”. No caso de Brigitte, pode-se perceber que a palavra “cafetina” a incomoda, pois está carregada de estigma e, normalmente, é relacionada à exploração sexual e a outros crimes. Portanto, a entrevistada busca desassociar aquilo que classifica como ajuda, de qualquer tipo de violação de

direitos; afinal, aquelas que a apoiaram financeiramente em suas modificações corporais não podem considerar como cafetinas.

Para descrever os sentidos da exploração, a entrevistada recorre ao exemplo da novela “Salve Jorge” que traz um tipo ideal para o tráfico de pessoas para fins e exploração sexual. Morena, personagem principal da trama, tinha todos os elementos para ser considerada “traficada”: foi enganada por uma cafetina que estava a frente de uma perigosa máfia e ao chegar ao seu destino no exterior perdeu a liberdade, sofreu vários tipos de violência e foi obrigada se prostituir até ser salva pela polícia. Casos como o descrito pela novela podem ocorrer, mas de longe não são os mais comuns. Além disso, torna-se relevante, em um contexto de recrudescimento das migrações em escala global, compreender quem são os/as migrantes, quais as suas motivações e as suas redes de relações.

Narrativas como “Salve Jorge”, muito presentes nas campanhas antitráfico, de forma inegável ajudam a difundir a discussão na sociedade, mas, em um movimento contraditório, criam um imaginário sobre a problemática e reforçam estereótipos relacionados ao deslocamento de brasileiras ao exterior. O próximo tópico será dedicado ao desvelamento de “mitos” criados em torno deste crime e reproduzidos pelas políticas de enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Cabe ressaltar que o aumento das viagens realizadas por travestis e transexuais tem provocado reações de governos que dificultam a entrada destas pessoas nos países, especialmente da Europa, e/ou restringem o exercício da prostituição.

#### 4.5 A LUTA ANTITRÁFICO: “MITOS”, ESTIGMAS E TENSÕES

O imaginário social sobre o tráfico de pessoas cria vítimas ideais para esse crime. Não são raras as vezes em que, ao se referir ao tráfico, grande parte da população, incluindo aqui acadêmicos, pensam em tipos exemplares. Isto é, mulheres que tinham o sonho de trabalhar no exterior para ajudar suas famílias e melhorar suas condições de vida são aliciadas por redes criminosas. São proporcionados a elas passagens e até roupas. Além disso, na proposta feita são oferecidos grandes montantes de dinheiro. Ao chegar ao país de destino, descobrem que foram enganadas e que precisam prostituir-se para pagar a dívida que contraíram com os seus “agentes”. Nesse intercurso podem ser privadas de liberdade, sofrer várias formas de violências e também ameaças. A novela global

“Salve Jorge”<sup>69</sup> representou muito do que fora descrito nessa narrativa. Não se nega neste estudo o importante papel que a telenovela teve em divulgar a problemática. Contudo, é preciso compreender que as nuances que envolvem tal crime, principalmente quando relacionados aos sujeitos estudados nesta pesquisa, fazem parte de uma complexa teia que envolve, inclusive, o interesse dos governos dos países em dificultar as imigrações não documentadas.

Esta é a história mais comum e mais difundida quando se trata do tráfico de pessoas. É claro que casos como o da telenovela existem, porém a reprodução sistêmica de tais fatos reproduz idealizações que repercutem nas ações de enfrentamento ao tráfico dos países e na concepção de mitos, os quais são reproduzidos pela sociedade. A divulgação de narrativas semelhantes reforça estereótipos em relação às pessoas que desejam exercer a prostituição no exterior, desconsiderando, muitas vezes, suas motivações ou mesmo infantilizando-as, subjugando-as como deslumbradas com o fato de “colocarem o pé na Europa”<sup>70</sup>. Silva e Blanchette (2011), em suas pesquisas sobre migração, prostituição e tráfico de pessoas, trazem uma desmistificação sobre estas categorias que é compartilhada neste estudo. Os pesquisadores apresentam “O Mito de Maria” a partir de uma reportagem jornalística largamente difundida, de título significativo: “Como o sonho vira pesadelo”<sup>71</sup>. Além disso, também tomam como exemplo o material educativo produzido pela ONG brasileira “Projeto Trama”<sup>72</sup>, a qual retrata uma mulher, “Maria

---

<sup>69</sup> Ressalta-se a narrativa da novela como exemplo de outras campanhas divulgadas pelo governo brasileiro e por ONG's que trabalham com a problemática do tráfico de pessoas. A trama contribuiu para publicizar aspectos da realidade do tráfico, porém não esteve livre de problemas, caricaturando elementos e reforçando estereótipos.

<sup>70</sup> Torna-se a ressaltar que não se desacredita tampouco se descaracteriza aqui a existência de casos como os reportados pela telenovela. Porém, tomando por base o reforço de estigmas e de “perseguições” a prostitutas, promovidas em ações intituladas como “enfrentamento ao tráfico de pessoas”, considera-se importante balizar a construção de tais mitos. Além disso, o segmento estudado expressa diferentes significados quanto ao exercício da prostituição e aos deslocamentos para outros estados fora do Ceará e/ou fora do Brasil.

<sup>71</sup> A matéria é de autoria da jornalista Renata Summa para a agência de notícias Repórter Brasil e fora veiculada em setembro de 2005. A reportagem tem início com a apresentação da história de Maria, mulher pobre, da periferia, que trabalha em um bairro “grã-fino” e enfrenta dificuldades financeiras, tendo como sonho dar uma vida melhor para seu filho e para seus pais. A vida de Maria se assemelha a de milhões de mulheres em todo o Brasil. A reportagem apresenta uma série de dados baseada em importantes pesquisas da área, como a Pestráf (Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual), além de trazer histórias de casos reais sobre tráfico de pessoas. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2005/09/quando-o-sonho-vira-pesadelo/>>.

<sup>72</sup> O Projeto Trama nasceu concomitante ao Protocolo de Palermo no ano de 2004. Este Projeto é um consórcio de quatro entidades: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, ONG CRIOLA, Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, que tem como finalidade promover quatro diferentes eixos de atuação, baseados nas especificidades de cada um dos consorciados. Objetivo do

dos Santos”, em um caso muito semelhante ao descrito no início deste tópico. Observa-se que tais narrativas partem de tipos idealizados nos quais as pessoas “traficadas” são, normalmente, mulheres pobres, negras, moradoras de favelas ou periferias, deslumbradas com a possibilidade de viajar para o exterior e de ganhar dinheiro. Deste modo,

Na versão original do mito, Maria era representada como membro das comunidades consideradas como as mais pobres do Brasil: os da zona rural (particularmente do nordeste) ou das favelas. Em anos recentes, essas origens passaram por uma pequena ampliação: hoje, Maria é às vezes entendida como oriunda dos subúrbios operários das grandes metrópoles brasileiras. Imbricadas a essa atribuição, há as descrições de Maria como mulata, pobre, detentora de baixo grau de escolaridade e ligeiramente burra ou, minimamente, ingênua. Nesse imaginário, Maria corresponde a uma tipificação mais geral e preconceituosa do “povão” no Brasil, sendo situada como uma espécie de irmã mais nova e sexy (e, quem sabe, urbana) de Jeca Tatu. Maria é quase nunca imaginada como branca, classe média, educada, informada, ou moradora dos centros metropolitanos. Ela também não é vista como alguém que poderia já ter uma carreira no Brasil: de fato, quer escapar do país, pois faltam oportunidades para ela aqui. Essas oportunidades são apresentadas no mito como tanto econômicas (“oportunidades”, “trabalho”) quanto afetivas (“casamento”, “namoro”) (SILVA; BLANCHETTE, 2011, p. 84).

Cabe salientar que as histórias sobre tráfico de pessoas, normalmente, tomam como sujeito central as mulheres cisgêneros, sendo a situação de prostituição vivenciada posteriormente a viagem para o exterior. Na realidade, não apenas as condições econômicas, a classe social e o nível de escolaridade podem ser questionados no “Mito de Maria”, mas também os sujeitos retratados e o período de inserção no mercado do sexo. Muitas vezes, pessoas que já exercem a prostituição no Brasil migram para o exterior, objetivando ampliar os seus ganhos e, até mesmo, buscar relações afetivas com estrangeiros, pois esta proporcionaria a saída da prostituição e/ou a estabilidade no país onde se encontram. Ao longo deste estudo tem se mostrado que os deslocamentos de travestis e transexuais são, comumente, noticiados pela mídia e vistos no Brasil e em outros países como tráfico de pessoas. Não se pode a partir desta pesquisa se afirmar que as migrações promovidas pelo segmento mencionado estejam livres de violações, entretanto

---

Projeto Trama é promover o enfrentamento ao tráfico de pessoas, respaldando-se nos princípios de direitos humanos. Deste modo, são desenvolvidas ações nas seguintes linhas: fomento ao estudo e pesquisa sobre a temática; assistência e defesa jurídica e psicossocial às pessoas traficadas; articulação nacional e internacional com organizações governamentais e não governamentais e ações de informação, mobilização e sensibilização da sociedade, bem como campanhas educativas, capacitações e ações preventivas. Disponível em: <[https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato\\_projetotrama-2.pdf](https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato_projetotrama-2.pdf)>.

classificá-las como “traficadas” seria reforçar o estereótipo de Maria e infringir o direito destes sujeitos de migrarem para o exterior. É importante considerar as motivações que impulsionaram os deslocamentos e, no caso de travestis e transexuais, as relações estabelecidas para efetivar as migrações. Como demonstrado no tópico 4.4, as entrevistadas percebem a exploração por um viés econômico, excluindo ameaças, coações, enganar ou violências que possam vir a sofrer<sup>73</sup>. De acordo com Silva e Blanchette (2011, p. 86-87), algumas modificações têm sido notadas no “Mito de Maria”, porém elas continuam a reproduzir os mesmos estereótipos. Destarte,

A maior mudança ocorrida no “Mito de Maria” nos últimos anos tem sido o reconhecimento de que, às vezes, Maria não é uma mulher. Após a reformulação do Artigo 231 em 2005, houve um aumento pequeno no número de histórias na mídia em que travestis eram apresentadas como vítimas do tráfico. Todavia, tais histórias nunca entram em detalhes sobre a situação de exclusão social das travestis em nosso país, tratando-as exatamente como se fossem mulheres. Como vários estudiosos do assunto têm afirmado, as travestis enfrentam preconceitos enormes na hora de procurar moradia, emprego ou de acessar serviços sociais. Isto cria uma situação em que a prostituição é quase uma norma e a própria comunidade das travestis serve como sustento moral, social e econômico de seus membros. Como Teixeira aponta, isto quer dizer que é prática comum entre as travestis alugar vagas em pensões, emprestar dinheiro para viagens (cobrando juros) e organizar modificações corporais (novamente, cobrando pelo serviço) para outros membros da comunidade, desde que esses serviços não estejam disponíveis para elas na sociedade circundante em geral. Seguindo uma lógica legalista (e não orientada pelo conceito de direitos humanos), tais práticas podem ser configuradas como “tráfico”, e o resultado tem sido um aumento no número de ações no Brasil direcionadas contra pensões e pontos de prostituição frequentados por travestis.

A “ajuda” de outras transexuais ou travestis é uma prática comum dentro deste segmento, uma vez que elas enfrentam uma série de preconceitos seja na escola, no mercado de trabalho ou mesmo nos espaços de lazer. Neste sentido, para muitas delas as cafetinas estão exercendo uma atividade justa, apesar de reconhecerem que existe um “exagero” nas cobranças feitas pelos programas. No tópico 4.4 desta pesquisa, mostrou-se que a maioria das entrevistadas enxergava a cafetina como uma “mãe” ou buscava desvincular a figura das transexuais e travestis mais velhas da imagem de “exploradora”. É observado que sob a ótica dos sujeitos pesquisados as “ajudas” recebidas não fazem parte de atividades ilegais e,

---

<sup>73</sup> Percebeu-se na presente pesquisa que o público estudado está constantemente sujeito a violações de seus direitos. Portanto, ao migrar, as violências ocorridas durante os deslocamentos (quando acontecem) não são vistas por travestis e transexuais como exploração. Deste modo, não reconhecem o crime de tráfico de pessoas.

mesmo que reconheçam uma situação de tráfico para fins de exploração sexual, elas não procuram as autoridades policiais, pois as cafetinas seriam as pessoas que oferecem oportunidades de trabalho, denunciá-las é seria uma traição ao segmento. É por esta razão que o estudo do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual torna-se tão complexo quando relacionado a este público. Ao ser questionada se “as ajudas” exercidas por cafetinas ao levarem transexuais e travestis para outros estados ou países para exercer a prostituição se enquadravam nos casos de tráfico de pessoas pra fins de exploração sexual, a interlocutora responde:

Na minha cabeça não é. Não é. Eu acho muito injusto as pessoas denunciar a casa, denunciar a casa invés de dar trabalho pra gente. Eles denuncia a casa, fecha, eles não quer, de jeito nenhum, que a gente trabalhe, que a gente tenha uma renda. Eles quer, eu acho que eles quer que a gente dê o nosso de graça. Porque, ave Maria, eles fecha a casa, não tem trabalho na sociedade pra gente e fecha a casa. E não venha com esse papinho de dizer assim: “aí, não tem estudo, não tem não sei o quê, não tem faculdade, não tem duas...”. Não! Porque tem muita travesti que fala três línguas, minha amiga fala três línguas e não tem isso, ela tá desempregada. Agora, tem uma aqui no Maracanaú, muito bonita e tudo, terminou faculdade, fez faculdade tudo, terminou estudo, foi pra São Paulo, se fez todinha e volta e é professora. Hoje, ela é professora de matemática, um amor de pessoa. Mas são casos... E a questão dela foi uma ‘peixada’, que a gente só consegue trabalho com uma ‘peixada’ (Lupita).

Para outra participante do estudo, Brigitte, o tráfico de pessoas lembra a “escravidão”. Ela compara este crime às histórias de novelas globais como “Salve Jorge” e “Liberdade Liberdade”. Quando perguntada se já havia vivido uma situação de tráfico ou convivido com pessoas que vivenciaram a mesma, ela conta:

Não, nunca vi nem convivi. Porque, tipo assim, eu acho que aquilo é [...] uma escravidão, entendeu? Quando tu falou agora eu comparei a novela “Salve Jorge”, com aquela “Liberdade, Liberdade” que teve agora, que teve dos escravos, não sei o quê (Brigitte).

A entrevistada não acredita que pessoas adultas, como ela e outras mulheres transexuais e travestis, que exercem a prostituição possam passar por tal violação, pois, de acordo com Brigitte, elas têm discernimento para conhecer quando as propostas não forem boas para elas. Assim, ao tratar sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a participante relata: “Eu só vi isso na novela. Porque, tipo assim, é... Você não sofre nenhum tipo de agressão assim desse termo, porque você já é grande o suficiente pra saber das coisas certas e erradas, quando você vê” (Brigitte).

O pensamento das entrevistas converge com as abordagens disseminadas na sociedade sobre o tráfico pessoas. Uma delas é que, normalmente, a existência desta problemática é associada a uma rede criminosa de grande poder e, por isso, deve ser combatida com medidas que penalizem os criminosos/as e restrinjam a entrada das vítimas nos países. Percebe-se, então, a criação de leis migratórias mais rígidas. Deste modo,

As críticas a essa abordagem apontam que a perseguição das/os traficantes não inclui automaticamente a proteção dos direitos das vítimas. Pelo contrário, esta perspectiva explicita a subordinação dos interesses dos sujeitos traficados aos interesses da localização das/os criminosas/os. Além disso, a criminalização propõe a “saída” de “salvar” as vítimas do tráfico, considerando que o problema do tráfico seja resolvido somente com a deportação das vítimas e com a punição das/os traficantes envolvidas/os. As críticas destacam também a não priorização dos direitos das pessoas em situação de tráfico, mas sim nos interesses do Estado (SOUSA, 2013, p. 100).

Além das redes criminosas (máfias), a imagem do tráfico de pessoas também é construída a partir dos dados estatísticos que o colocam como o terceiro crime mais rentável do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e o de armas. É questionável determinar os lucros referentes a este fenômeno, uma vez que os números não passam de estimativas. Segundo a OIT (2006), em 2005, com a publicação do relatório “Uma Aliança Global Contra o Trabalho Forçado”, o lucro total anual produzido pelo tráfico de seres humanos foi de 31, 6 bilhões de dólares. A crítica a essa abordagem considera o tráfico de pessoas como uma realidade difícil acesso aos dados de campo, pois “Os objetos de estudo fazem parte das chamadas populações ocultas, que são grupos de indivíduos nos quais o pertencimento envolve uma conduta ilegal ou estigmatizada, levando a atitudes de negação de pertencer a esse grupo” (SOUSA, 2013, p. 102). Os números referentes a estes fenômenos são bastante ressaltados em pesquisas, porém não podem ser tomados como “verdades absolutas”, uma vez que se tratam de dados estimados.

Um terceiro ponto, comumente, abordado na criação dos “mitos” sobre o tráfico relaciona-se às pessoas que sofrem esta violação. Em sua maioria, a figura da mulher cisgênero, pobre, enganada e forçada a prostitui-se no exterior é a mais conhecida quando se trata em tráfico. Este é um dos principais pontos criticados neste estudo, pois reforçam a ideia de uma “vítima ideal” para esta problemática. Como já mencionado, nem sempre a vítima é uma mulher cisgênero, tampouco ela



migra para fora do Brasil sem qualquer conhecimento do que irão enfrentar. As entrevistadas deste estudo mostraram-se cientes das atividades que desempenhariam no exterior, elas descrevem em seus relatos, inclusive, as condições de trabalho as quais serão submetidas, com pagamentos de passagens, diárias, alimentação a cafetinas, estando sujeitas a multas por meio destas. Para muitas travestis e transexuais, o que não é reconhecido são as violações de direitos e violências às quais estarão expostas.

Assim, o mito coloca Maria como desinformada, iludida. As entrevistas dispostas aqui mostraram que travestis e transexuais estabelecem uma rede de relações com amigas que já tiveram experiências com a prostituição no Brasil e no exterior. As vivências compartilhadas delineiam informações que vão desde o tratamento proferido pelas cafetinas que as acolhem até as possibilidades de conseguirem namorados, maridos, “bofes”. Observa-se de tal modo que,

Recentemente, algumas enunciações do mito têm representado Maria como prostituta antes de sua migração. Não obstante, essas variantes continuam a situá-la como essencialmente desinformada sobre as condições de vida que vai encarar no exterior. Nossas pesquisas indicam, porém, que não podemos necessariamente qualificar os trabalhadores sexuais migrantes como pessoas ignorantes, iludidas ou desprevenidas sobre as condições de vida fora de seu país. Muitos cursam universidades particulares e quase todos têm conhecidos que têm trabalhado no exterior. A decisão de imigrar é feita, muitas vezes, justamente para adquirir o capital necessário para uma “boa aposentadoria” no Brasil, “pagando uma universidade” ou abrindo um negócio. Finalmente, o imigrante, em geral, busca aprender antes sobre as condições de trabalho que deve encontrar no país de destino, informando-se com pessoas que já fizeram a viagem ou contatando amigos ou parentes que já estão no exterior. Dessa maneira, a migração – inclusive a migração em função do trabalho sexual – deve ser entendida como parte de uma estratégia racional maior que visa à construção incremental da mobilidade social, e não necessariamente uma “opção maluca”, fruto de uma decisão impulsiva (SILVA; BLANCHETTE, 2011, p. 86).

Para o segmento aqui em estudo, em sua maioria, as migrações para outros estados e/ou para outros países ocorrem a convites de cafetinas, amigas (que já estão inseridas no mercado do sexo) ou de parentes a fim de exercerem a prostituição. Este fato pode ser percebido em trechos do Diário de Campo, os quais refletem tal rede de relacionamentos. Nota-se:

Percebi que, independente do efetivo exercício da prostituição, todas as entrevistadas conhecem casos ou têm amigas que estão na Itália ou na Espanha. Elas contam histórias de algumas que vão muito bem e até casaram e de outras que têm uma difícil vida de migrante, fazendo programas na rua. Notei, assim, que, apesar de ouvirem histórias de

viagens malfadadas, todas desejam “colocar o pé na Europa”, tentar a sorte, buscar um lugar onde sejam mais aceitas. Deste modo, como constroem redes de relações, (entre amigas, cafetinas e amores) recebem com frequência convites para morarem fora do Brasil. Em todos os casos, elas sabem bem onde estão “se metendo”. Não reconhecem, em sua maioria, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, pois, assim como o imaginário social, elas também cristalizaram as “vítimas ideais” do tráfico. Sagazes e já envolvidas com a prostituição no Brasil, esta realidade, para elas, passa longe do segmento de travestis e mulheres transexuais (DIÁRIO DE CAMPO: SETEMBRO DE 2016).

Em todos os casos, ainda que haja violação dos direitos humanos, os deslocamentos não ocorrem como parte de uma decisão ingênua. É importante que fique evidente, porém, que em nenhum momento deste estudo busca-se desconfigurar o tráfico; ao contrário, faz-se importante desvelar as nuances que permeiam tal crime quando referentes às particularidades de travestis e transexuais.

Compreende-se que boa parte dos “recrutadores” são brasileiros/as cafetinas/cafetões e amigos/as e parentes das supostas “vítimas” de tráfico, que podem estar no país de destino ou no Brasil. Estas pessoas, normalmente, emprestam dinheiro, enviam cartas convites, alugam apartamentos ou abrigam em suas casas as migrantes que vão para o exterior para exercer a prostituição. As informantes do presente estudo, com exceção de uma (Scarlett), consideram difícil que uma travesti ou transexual seja “traficada” ou explorada de forma “passiva”, uma vez que compartilham informações através da rede de relações que estabelecem, sejam relações afetivas sejam relações comerciais (com cafetinas veteranas). Ratifica-se que a violação de direitos que advém com o tráfico de pessoas independe do conhecimento sobre a inserção no mercado do sexo, pois, muitas vezes, as condições de trabalho podem ser muito diferentes daquelas apresentadas antes da viagem. Deste modo, é preciso ponderar a existência de uma diversidade de formas de inserção no mercado do sexo no Brasil e em outros países e apreender que a inserção em si não pode ser considerada tráfico de seres humanos.

O mito aqui relatado é, muitas vezes, utilizado em campanhas de prevenção e ações antitráfico, regendo medidas e políticas restritivas à migração internacional e ao exercício da prostituição, ainda que esta seja realizada de forma autônoma e voluntária. Utilizando a justificativa da “libertação de escravas sexuais”, tais medidas fomentam a violência contra as migrantes e a visão de cunho moralista em relação à prostituição, desrespeitando a autonomia dos indivíduos em exercer esta atividade.

A questão induz a tensões, pois ao mesmo tempo em que é preciso cautela para não reproduzir estigmas em relação a travestis e transexuais que exercem a prostituição e decidem migrar, também não se pode desconsiderar que este grupo esteja vulnerável ao crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, uma vez que as violências, as marginalizações, os desejos de modificação do corpo e de fuga de processos discriminatórios que assolam este público representam, sobremaneira, características que podem aliciar para esta problemática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar todas as discussões que a temática do tráfico de pessoas e da identidade de gênero de travestis e de transexuais enseja, buscou-se, nesta dissertação, apresentar um processo de desmistificação desta realidade, situando o tráfico no contexto histórico e social brasileiro, mas não só isso. À problemática, tentou-se articular as descobertas e as inquietações sobre um segmento que tem sua existência questionada. Neste sentido, observou-se aqui a complexidade e a importância em se abordar esta expressão da questão social.

A dinâmica contemporânea, na qual se aprofundam os fluxos migratórios, reatualizam formas de exploração e transformam os seres humanos em mercadorias. É convidativa a ideia de repensar não apenas as abordagens vigentes sobre o tráfico de pessoas, mas também a debilidade das redes de sociabilidade e a subordinação da mesma ao modo de produção capitalista. Este suscita um processo de exclusões e desigualdades sociais que penalizam, especialmente, aqueles que advêm das camadas mais pobres da sociedade. De tal modo, enxerga-se o tráfico dentro dessa dinâmica contraditória, na qual os sujeitos, assim como as coisas, adquirem valor de troca e prazo de validade, sendo prontamente descartados e substituídos quando “perdem a serventia”.

As relações de gênero estão consubstancialmente imbricadas na problemática do tráfico de seres humanos, promovendo uma discussão que reafirma o tráfico como um fenômeno onde há uma subsistência do patriarcado, das relações sexistas e da desigualdade material entre homens e mulheres. Observa-se que o corpo da mulher passa a ser comercializado e fetichizado no que pode ser caracterizado como mercado do sexo. Este fato reforça um processo de opressão, contribuindo para a consolidação da imagem da mulher como mercadoria.

O Brasil é um dos países onde cada vez mais se recrutam mulheres, crianças e adolescentes para o tráfico de pessoas em suas diferentes regiões e para o exterior. Neste sentido, os debates sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual difundiram-se na sociedade e resultaram na inclusão deste fenômeno na agenda política brasileira e internacional, ocasionando a criação de políticas públicas de enfrentamento desta problemática, além de uma forte repressão policial e judicial – embora existam controvérsias sobre a forma como o

tráfico de pessoas é abordado nos mais diferentes países e, especificamente, no Brasil.

Cabe salientar, entretanto, que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual traz discussões que extrapolam o viés das desigualdades entre homens e mulheres. Quando os olhares se voltam para as travestis e transexuais, percebe-se que elas estão expostas não apenas às opressões advindas do machismo, mas também aos estigmas e às violências causadas pela transfobia. Nota-se que este público frequentemente encontra-se marginalizado das vagas de emprego no mercado de trabalho formal, das escolas, da saúde, dos espaços de lazer e, quando conseguem se inserir, normalmente, fazem-no de forma precária. As entrevistadas desta pesquisa deixaram claro em suas falas o processo discriminatório ao qual estão sujeitas pelo simples fato de existirem. Isso reflete uma realidade de todo o segmento de travestis e de mulheres transexuais. O preconceito existe e demarca um espaço de abjeção para estas pessoas.

De tal modo, para que fosse possível compreender a experiência social do público estudado, foi preciso adentrar em categorias e espaços notoriamente dinâmicos, os quais se movimentam de forma contraditória. A prostituição, por exemplo, apresenta-se como um lugar onde buscam o sustento, mas não só. Esta atividade é, normalmente, analisada nos estudos sobre tráfico de pessoas e mercado do sexo, de maneira mais abrangente, como uma forma de subjugação da mulher ao homem, isto é, a mulher como objeto sexual do masculino e como mercadoria do sistema capitalista. É claro que nesta dissertação não se nega esta análise; contudo, o que se expôs ao longo da pesquisa foi a prostituição como uma forma de reafirmação da feminilidade e de exibição do corpo transformado em silicones, próteses, roupas, apliques capilares, maquiagem e performances, uma vez que travestis e transexuais buscam, em um processo de performatividade, demarcar o seu gênero.

É importante reforçar aqui que a prostituição continua expondo os corpos e a existência de travestis e transexuais ao status de “coisas”. Porém, reitera-se: compreender este fenômeno como um lugar contraditório foi fundamental para apreender as particularidades do público analisado.

Assim, tentando fugir das discriminações e da realidade perpassada por xingamentos, agressões, negações e falta de oportunidades, elas utilizam a prostituição como ponte para migrar. A Itália é o destino mais cobiçado. O referido

país é para elas sinônimo não só de glamour, riqueza e civilidade, mas também da possibilidade de uma vida onde possam alcançar o que, no Brasil, só é permitido àquelas que “nascem em berço de ouro”.

Os preconceitos e discriminações perpassam a vida destas pessoas, que vivenciam as estigmatizações e hierarquias de gênero. Elas são vistas como aberrações, estranhas a genericidade humana. Marginalizadas em sua condição humana e violadas em seus direitos, travestis e transexuais veem no mercado do sexo uma forma de sobrevivência socioeconômica. Buscam também a realização de seus desejos subjetivos e de serem vistas como sujeitos pertencentes a esta sociedade.

Ao se associar à exploração da prostituição, o tráfico para fins sexuais evidencia a simbologia de uma realidade em que as pessoas tornam-se fonte de lucro e em que a demanda pela compra de serviços sexuais corrobora as leis comerciais que regem o modelo econômico mundial.

A temática é complexa e denota análises que perpassam não apenas as relações objetivas – isto é, econômicas, políticas, sociais, mas o desejo de serem reconhecidas e respeitadas em sua identidade de gênero, conseguindo, quem sabe, firmar vínculos afetivos nos países para os quais sonham em migrar. Neste contexto, a migração está envolta numa diversidade de fatores que, na contemporaneidade, relacionam-se à mobilidade do capital, à insegurança no trabalho, ao aumento dos abismos entre as classes sociais, às poucas oportunidades de trabalho e à exploração e precarização da mão de obra dos trabalhadores. No caso de travestis e de transexuais, somam-se os desejos de se transformarem corporalmente, de serem respeitadas em sua identidade de gênero, de ganharem uma quantidade de dinheiro jamais esperada no Brasil e de fugirem dos estigmas e das violências constantemente sofridas no país. Destarte, inseridas, em sua maioria, na prostituição ou realizando atividades em que trabalham de forma precarizada ou informalmente, estudar a temática do tráfico e o aliciamento tendo como foco este público – travestis e transexuais – tornou-se um dado recorrente.

A dialeticidade do fenômeno desvela uma realidade em que a identidade de gênero e as estigmatizações sociais que produzem e reproduzem estes sujeitos, aliada a condições sociais de desigualdade, podem tornar vulnerabilidades atraentes para os aliciadores/as do tráfico de pessoas. Estes podem se utilizar da

subjetividade e das condições sociais das travestis e das mulheres transexuais para explorá-las sexualmente.

Longe de trazer uma imagem determinista e vitimizadora do segmento estudado, o que se buscou ao longo da pesquisa foi mostrar um universo permeado por violências relacionadas ao gênero, à prostituição e à exploração. A ideia vitimizadora coloca as travestis e as transexuais em uma ótica de eterna subjugação social, atribuindo a esses sujeitos uma passividade protagonista, quando, na verdade, os mesmos estão inseridos numa relação reflexiva, na qual sofrem os efeitos de sua situação de vulnerabilidade, mas também agem em resposta a ela. O referido público tem resistido coletivamente às opressões e violências que as ameaçam, coagem e assassinam.

Reforça-se aqui que, apesar de alertar para o tráfico de pessoas no tocante ao público estudado, não se pode estereotipá-las como “traficadas” pelo fato de exercerem a prostituição e decidirem migrar para outros estados ou países. Esta dissertação procurou deixar este ponto esclarecido, a fim de não reiterar estigmas já tão disseminados socialmente. O recorte realizado neste trabalho não ensejou fragmentar a realidade tampouco rotular as pessoas estudadas como sujeitos sem capacidade de autodeterminação em relação a outros grupos sociais. Ao contrário, o que se desejou, foi conhecer o contexto social das mesmas, entendendo que suas particularidades não as separam da dinâmica social, uma vez que é no interior desta sociedade desigual e preconceituosa que estes seres sociais se constituem.

A partir do exposto infere-se que para compreender a complexidade das relações sociais, é fundamental compreender e identificar as particularidades de segmentos como o das travestis e das transexuais, pois o preconceito, as condições econômico-sociais, culturais, religiosas, políticas e históricas reproduzidas pela sociedade as atingem de maneiras diferentes. A prostituição, por exemplo, é uma realidade latente na vida deste grupo, assim como a discriminação no mercado de trabalho formal, nos hospitais, nas escolas e no próprio âmbito familiar. Portanto, este estudo parte do pressuposto de que não se podem homogeneizar as formas como os sujeitos se inserem na sociedade, tampouco as suas experiências sociais.

Desvelar a realidade e desprendê-la dos seus estigmas é um dos objetivos do processo de produção do conhecimento no serviço social. Por isso, faz-se necessário reconhecer as travestis e transexuais como cidadãos, como um público resistente que precisa de apoio em seu processo de visibilidade, a fim de

desconstruir paradigmas e padrões que regem a sociedade e que as associam a patologias e a comportamentos desviados.

O universo complexo desta temática nos impede que o adentremos em sua totalidade – e, cabe ressaltar, esse nunca foi o objetivo desta dissertação. É impossível conhecer esta problemática em seu todo, uma vez que a dinamicidade do fenômeno e da sociedade modifica, refaz, produz e reproduz o tráfico de pessoas e os próprios seres que nela estão envolvidos.

Deste modo, iniciou-se este estudo com as seguintes hipóteses: as travestis que estiveram/estão em situação de tráfico para fins de exploração sexual, já exerciam a prostituição e foram atraídas por aliciadores/as com promessas de viagens interestaduais e/ou internacionais e de transformação corporal; as travestis contraíram dívidas com cafetões e/ou cafetinas e, para pagá-las, passaram a dividir seus ganhos com estas pessoas. Fora do seu lugar de origem, tiveram que, além de quitar suas dívidas, pagar aos aliciadores por sua alimentação, moradia, roupas e proteção nas ruas; em sua grande maioria, as travestis aliciadas para o tráfico são negras, pobres e com baixa escolaridade. O fato de exercerem a prostituição e de estarem em um contexto de vulnerabilidades sociais, econômicas, étnicas e de gênero, que as inscrevem em um contexto de violências e de preconceitos, faz com que as travestis tornem-se alvos do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; neste sentido, as transformações corporais se dão através de financiamentos bancados por cafetões e/ou cafetinas. Estes/as oferecem cirurgias plásticas, apliques de cabelo e roupas, fazendo com que as mesmas contraíam dívidas e, assim, tenham que trabalhar para os/as seus/suas aliciadores/as; as travestis percebem-se como lesadas, envolvidas em processo de violência física e psicológica. Todavia não reconhecem o processo de tráfico como exploração e violação de direitos. Na verdade, as travestis não consideram que passaram por situações de tráfico. Acreditam que as cafetinas e/ou cafetões são seus “agentes”, “patrocinadores”, pois pagaram por sua transformação corporal e a dívida que contraem é justa. As transformações corporais e as viagens para o exterior representam uma forma de ascensão social, uma oportunidade de, mesmo dentro da prostituição, ganharem mais dinheiro e de serem bem tratadas.

De modo geral, as hipóteses pensadas no início da pesquisa foram validadas. No entanto, é preciso pontuar ressalvas, pois as concepções trazidas nos pressupostos citados anteriormente aparentam certa “linearidade” de pensamento e,



neste estudo, mostrou que, apesar de travestis e transexuais estarem sujeitas a situações de violações dos seus direitos, existem particularidades na forma como compreendem as mesmas, bem como na maneira em que ressignificam as suas vivências.

A presente pesquisa apresentou uma relevante informação sobre a identidade de gênero das pessoas pesquisadas. Estas se autorreconheciam como transexuais e não como travestis e, em muitos casos, reforçavam estigmas e preconceitos quanto a estas últimas. Em relação ao tráfico de pessoas, elas não se enxergam como parte de um processo de violação dos seus direitos. Na verdade, quando recebem o convite de cafetinas para exercer a prostituição e viajar para outros estados ou países, acreditam estar ganhando uma oportunidade de trabalho. O único momento onde se sentem lesadas ocorre quando não são “bem tratadas” por suas “mães”, como costumam referir-se às cafetinas. Todavia, é preciso esclarecer que o tráfico de pessoas nem sempre ocorre por intermédio de grandes organizações criminosas e que, em muitos casos, as travestis e transexuais que decidem migrar para exercer a prostituição podem fazê-lo de forma voluntária e autônoma.

As vulnerabilidades e as discriminações que envolvem o contexto social deste público influenciam a sua entrada na prostituição e, porventura, em um processo de aliciamento e exploração sexual para o tráfico. Ademais, é no mercado do sexo que elas podem “fazer o corpo” e reiterar a sua feminilidade. As entrevistadas possuem características bastante heterogêneas, não sendo possível traçar, a partir do universo estudado, o perfil étnico-racial das mesmas. Deste modo, não se pode afirmar que grande parte das travestis e transexuais “traficadas” seja negra. As viagens para o exterior, ainda que ocorram para o exercício da prostituição, representam não só a busca por ascensão social, mas também uma fuga das discriminações, exclusões e violências sofridas no Brasil.

Assim, considera-se que esta dissertação pode se constituir importante fonte de conhecimento para o Serviço Social, que lida diretamente com as expressões da questão social. As pesquisas de campo e bibliográficas realizadas proporcionaram o entendimento do quão necessário é inserir nas análises sociais, nos estudos, nas investigações científicas e nas pautas de luta dos movimentos sociais a temática do tráfico de pessoas e da identidade de gênero de travestis e de transexuais. Incluir esta temática como pauta no processo de formação dos/as

assistentes sociais é bastante plausível, sobretudo, na conjuntura contemporânea de graves retrocessos econômicos, políticos e sociais enfrentada pelo Brasil. Além disso, a profissão também sofre com os avanços de uma ordem conservadora, que tenta descaracterizar seu processo de renovação, o seu compromisso ético-político e a qualidade dos serviços prestados pelos/as profissionais.

Os desafios são muitos. É preciso compreender profundamente que problemáticas como o tráfico de pessoas se encravam nas teias que regem as relações sociais ditadas pelo modo de produção capitalista, negando espaços e modos de vida. Principalmente, quando se observa o público estudado, percebe-se uma constante negação de sua cidadania. O corpo e o nome desejados, por exemplo, não são, muitas vezes, reconhecidos pela sociedade e pelo Estado.

De tal modo, este estudo almeja ter contribuído para a visibilidade desta temática, bem como para a reafirmação de um processo de resistência e luta que possam colocar-se contra os normatizadores padrões de gênero que pretendem adequar os indivíduos em identidades fixas e binárias. Espera-se que as reflexões contidas nesta dissertação ultrapassem o mundo acadêmico e contribuam para desvelar estigmas, para dar visibilidade ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual como um problema estrutural e para empoderar travestis e transexuais.

## REFERÊNCIAS

AGUSTÍN, L. M. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 107-128, 2005.

AMERICAN PSYCHISTRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM 5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, B. C. Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis: [s.n.], 2008. p. 1-6.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Crítica Marxista**. São Paulo, 2000.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. ; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2012.

BLANCHETTE, T. G.; SILVA, A. N. da. O Mito de Maria, uma Traficada Exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 37, p. 79-105, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.344, de 06 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: LOPES, C. F.; CRUZ, E. B. (Orgs.). **Vade Mecum do Serviço Social**. 7.ed. Fortaleza: Premium, 2016.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 2.803, de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)>.

Acesso em: 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html)>.

Acesso em: 15 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório:** indícios de tráfico de pessoas no universo de deportados e não admitidos que regressam ao Brasil via aeroporto de Guarulhos. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça e Organização Internacional do Trabalho, 2007.

\_\_\_\_\_. **I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Justiça. **II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis, Rev. de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 233-249, 2006.

CFESS. **Série Assistente Social no combate ao preconceito:** transfobia. Brasília: Serra Dourada, 2016.

FACHINNI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, n. 4, p. 131-158, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil:** história do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade:** a vontade do saber. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu**, p. 154-184, 2005.

KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, São Paulo, 2005.

KUSHNIR, B. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de Ajuda Mútua. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Dezembro de 2016. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

LEAL, M. L. P. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe – relatório final**. Brasília: CECRIA, 1999.

\_\_\_\_\_. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional. **Saúde e Direitos Humanos**, n. 3, p. 113-134, 2006.

LEAL, M. L. P.; LEAL, M. de F. (Orgs.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil (PESTRAF)**. Relatório final, Brasília: CECRIA, 2002.

LIMA, P. N. de. **Tráfico de mulheres e exploração sexual**. Fortaleza: EDMETA; EdUECE, 2012.

LIMA, P. N. de; FROTA, M. H. O Brasil na rota do tráfico de escravas brancas: entre a prostituição voluntária e a exploração de mulheres na *Belle Époque*. **SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais**, Vitória: UFES, v.1, n. 11, 2012.

LIBÓRIO, R. M. C. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MARTINELLI, M. L. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MAYORGA, C. Cruzando fronteiras: imigração e prostituição. **Cadernos Pagu**, São Paulo, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização, **Sociologias**, ano 11, n. 21, 2009.

\_\_\_\_\_. **Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência**. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 2007.

MORAES, M. L. Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Guia legislativo para a implementação do protocolo adicional à convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças**. v. 3, Viena: Nações Unidas, 2003.

NOGUEIRA, F. J. de S.; León, A. G. de. “Trabalhadas no feminino”: um estudo sobre o corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, n. 8, p. 55-67, 2012.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho (OIT). **O Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. 2.ed. Brasília: OIT, 2006.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar de dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

ORTEGA, F. Biopolíticas da Saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, 2004.

PELÚCIO, L. “Amores perros” - sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. de O.; OLIVAR, J. M. N. (Orgs.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011.

\_\_\_\_\_. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010.

PINSKY, J. **Escravidão no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1984.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez/. 2008.

\_\_\_\_\_. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013a.

\_\_\_\_\_. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, D. A., *et al* (Orgs.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013b.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2011.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de madame Pomméry. **Teoria e Pesquisa**, p. 93-118, 2005.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Flacso-Brasil**, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez/., 1990.

SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**, São Paulo, p. 249-280, 2005.

SIQUEIRA, I. Profissionais ou “Marginais” por falta de regulamentação. In: SILVA, D. A., *et al* (Orgs.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013.

SOUSA, T. R. de. **Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: a política de atendimento no Ceará.** 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

TOITIO, R. D. **Apontamento sobre sexualidade e a consubstancialidade das relações de poder.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis: [s.n.], 2013.

VALE, A. F. C. **O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário.** 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.



## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS TRAVESTIS

### **1. Identificação:**

1.1. Gênero:

1.2. Idade:

1.3. Raça/etnia (cor):

1.4. Escolaridade:

1.5. Qual tipo de trabalho exerce:

1.6. Tempo de trabalho:

1.7. Já trabalhou de carteira assinada? Se sim: Em que função? Por quanto tempo?

### **2. Sobre Identidade de gênero e o que significa ser uma travesti**

2.1. Como se considera quanto a sua identidade de gênero?

2.1.1. O que significa para você “ser travesti”?

2.2. Passou por algum tipo de transformação corporal? Quais?

2.3. Teve ajuda financeira de alguém para conseguir modificar o corpo?

2.3.1. Dentro da realidade das travestis, por que estas modificações corporais são importantes?

2.4. Qual o perfil das pessoas que procuram sexo com travestis?

2.5. Sofre violências por conta da sua identidade de gênero, por ser travesti?

2.6. Considera que as violências sofridas são por causa do preconceito e/ou machismo?

2.7. Participa de alguma organização política para as travestis? Se não, conhece alguma organização deste tipo?

### **3. Sobre a prostituição e o Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual**

3.1. Já realizou alguma viagem para fora do estado do Ceará ou para fora do país?

3.1.1. Já recebeu propostas para viajar para o exterior?

3.1.2. Deseja viajar para fora do país? Por que?

3.2. Exerce a prostituição por quais motivos?

3.3. Os ganhos financeiros que recebe no exercício da prostituição são divididos com alguém?

3.4. Já sofreu preconceitos ao procurar empregos considerados formais no mercado de trabalho de Fortaleza?

3.5. Você se reconhece ou já se reconheceu envolvida em alguma situação de exploração do seu trabalho?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO  
SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro(a) participante,

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **DESVELANDO A REALIDADE DO TRÁFICO E DESNATURALIZANDO GÊNERO: O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL SOB A PERSPECTIVA DO SEGMENTO DAS TRAVESTIS (título sujeito a alteração)** que se refere à dissertação de **Jessyca Barbosa Duarte**, matrícula 102015 no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tendo como professora orientadora Dra. **Maria do Socorro Ferreira Osterne**, professora titular da Instituição de Ensino UECE.

O objetivo geral desse estudo é: Analisar, a partir das perspectivas das travestis que estiveram/estão em suposta situação de tráfico, como se dá o processo de aliciamento e exploração sexual neste tipo de violência. Para tanto, a pesquisa terá como técnica de coleta de dados a aplicação de roteiro de entrevista. Será utilizado o gravador, caso seja permitido pelos sujeitos pesquisados.

A pesquisa, através de entrevista, não oferece riscos a sua integridade física como participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. O(a) Sr(a). possui a liberdade de retirar sua permissão a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Ressaltamos que o(a) Sr(a) tem o direito de ser mantido(a) atualizado(a) sobre os resultados parciais da pesquisa. Esclarecemos que ao concluir a pesquisa será comunicado(a) dos resultados finais.

Não há despesas pessoais para o(a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será paga pelos responsáveis da pesquisa, de acordo com orçamento previsto/planejado.

As pesquisadoras assumem o compromisso de utilizar os dados somente para esta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, podendo ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será impresso em duas vias, uma delas ficará com o pesquisador e a outra com o(a) Sr(a), sujeito pesquisado. Em qualquer etapa do estudo, poderá contatar as pesquisadoras para o esclarecimento de dúvidas ou para retirar o consentimento de utilização dos dados coletados. Contato das responsáveis: Jessyca Barbosa Duarte, fone: (85) 985199792 (E-mail: jessycabarbosa75@hotmail.com) e Maria do Socorro Ferreira Osterne, E-mail: socorro.osterne@uece.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ confirmo que Jessyca Barbosa Duarte explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário(a) desta pesquisa.

Fortaleza-CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2016.

---

(Assinatura do(a) voluntário(a))

---

(Assinatura da pesquisadora)